

**Corregedoria-Geral  
da Justiça Federal**

**RELATÓRIO  
DE INSPEÇÃO  
ORDINÁRIA**

Tribunal Regional Federal da  
**4ª REGIÃO**

**2016**



**Ministro OG FERNANDES**  
**Corregedor-Geral da Justiça Federal**

**ELABORAÇÃO**  
**CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA FEDERAL**

## SUMÁRIO

<b>A. ABERTURA DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO</b>	<b>005</b>
<b>B. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE INSPEÇÃO</b>	<b>006</b>
<b>C. OBSERVAÇÕES GERAIS</b>	<b>009</b>
<b>D. UNIDADES JURISDICIONAIS</b>	<b>022</b>
<b>I. GABINETES DO CORPO DIRETIVO</b>	<b>022</b>
<b>Presidência: Des. Federal LUIZ FERNANDO WOWK PENTEADO</b>	<b>022</b>
<b>Vice-Presidência: Des. Federal CARLOS E. THOMPSON FLORES LENZ</b>	<b>027</b>
<b>Corregedoria Regional: Des. Federal CELSO KIPPER</b>	<b>034</b>
<b>II. GABINETES DE DESEMBARGADORES FEDERAIS</b>	<b>037</b>
<b>GABINETES INTEGRANTES DA 1ª TURMA</b>	<b>037</b>
Desembargadora Federal <b>MARIA DE FÁTIMA LABARRÈRE</b>	<b>037</b>
Desembargador Federal <b>JOEL ILAN PACIORNIK</b>	<b>045</b>
Desembargador Federal <b>JORGE ANTONIO MAURIQUE</b>	<b>054</b>
<b>GABINETES INTEGRANTES DA 2ª TURMA</b>	<b>061</b>
Desembargador Federal <b>OTÁVIO ROBERTO PAMPLONA</b>	<b>061</b>
Desembargador Federal <b>RÔMULO PIZZOLATTI</b>	<b>070</b>
Desembargadora Federal <b>LUCIANE CORRÊA MÜNCH</b>	<b>081</b>
<b>GABINETES INTEGRANTES DA 3ª TURMA</b>	<b>092</b>
Desembargadora Federal <b>MARGA INGE BARTH TESSLER</b>	<b>092</b>
Desembargador Federal <b>RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA</b>	<b>101</b>
Desembargador Federal <b>FERNANDO QUADROS DA SILVA</b>	<b>110</b>
<b>GABINETES INTEGRANTES DA 4ª TURMA</b>	<b>119</b>
Desembargador Federal <b>LUÍS ALBERTO D' AZEVEDO AURVALLE</b>	<b>119</b>
Desembargador Federal <b>CÂNDIDO ALFREDO SILVA LEAL JUNIOR</b>	<b>128</b>
Desembargadora Federal <b>VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA</b>	<b>137</b>
<b>GABINETES INTEGRANTES DA 5ª TURMA</b>	<b>148</b>
Desembargador Federal <b>PAULO AFONSO BRUM VAZ</b>	<b>148</b>
Desembargador Federal <b>ROGÉRIO FAVRETO</b>	<b>156</b>
Juiz Federal Convocado <b>LUIZ ANTONIO BONAT</b>	<b>164</b>
<b>GABINETES INTEGRANTES DA 6ª TURMA</b>	<b>173</b>
Desembargador Federal <b>JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA</b>	<b>173</b>
Desembargadora Federal <b>VÂNIA HACK DE ALMEIDA</b>	<b>184</b>
Juiz Federal Convocado <b>OSNI CARDOSO FILHO</b>	<b>195</b>

<b>GABINETES INTEGRANTES DA 7ª TURMA</b> .....	<b>205</b>
Desembargador Federal <b>MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA</b> .....	<b>205</b>
Desembargadora Federal <b>CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI</b> .....	<b>213</b>
Desembargador Federal <b>SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ</b> .....	<b>221</b>
<b>GABINETES INTEGRANTES DA 8ª TURMA</b> .....	<b>228</b>
Desembargador Federal <b>VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS</b> .....	<b>228</b>
Desembargador Federal <b>JOÃO PEDRO GEBRAN NETO</b> .....	<b>236</b>
Desembargador Federal <b>LEANDRO PAULSEN</b> .....	<b>244</b>
<b>GABINETES DOS JUÍZES FEDERAIS CONVOCADOS</b> .....	<b>252</b>
Juíza Federal <b>SALISE M. SANCHOTENE</b> .....	<b>252</b>
Juiz Federal <b>MARCELO DE NARDI</b> .....	<b>260</b>
Juíza Federal <b>TAÍS SCHILING FERRAZ</b> .....	<b>267</b>
Juiz Federal <b>HERMES S. C. JÚNIOR</b> .....	<b>275</b>
<b>E. UNIDADES DE PROCESSAMENTO</b> .....	<b>284</b>
Diretoria Judiciária .....	<b>284</b>
Secretaria de Recursos .....	<b>287</b>
Secretaria de Registros e Informações Processuais .....	<b>295</b>
Secretaria de Precatórios .....	<b>298</b>
Secretaria dos Órgãos Julgadores (turmas, seções, Corte Especial e Plenário) ---	<b>302</b>
<b>F. UNIDADES ESPECIAIS</b> .....	<b>327</b>
Coordenadoria de Juizados Especiais Federais .....	<b>327</b>
Sistema de Conciliação .....	<b>329</b>
Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região .....	<b>332</b>
Estatística .....	<b>334</b>
Sistemas Judiciais Eletrônicos .....	<b>337</b>
<b>G. CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO</b> .....	<b>340</b>
<b>H. ANEXOS</b> .....	<b>341</b>

## **A. ABERTURA DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO**

Nos termos do art. 6º, inciso III, da Lei 11.798/2008, do art. 3º, inciso III, do Provimento 1/2009 e das Portarias CJF-POR-2015/531, de 14 de dezembro de 2015, e CJF-POR-2016/40, de 2 de fevereiro de 2016, todos da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, determinou-se a realização de inspeção no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, abrangendo as seguintes áreas: unidades jurisdicionais, unidades processantes e órgãos de apoio jurisdicional.

A inspeção foi realizada no período de 22 a 26 de fevereiro de 2016, tendo sido designados para conduzir os trabalhos – conforme o inciso III do art. 21 do Provimento da Corregedoria 1/2009 – os Desembargadores Federais Abel Fernandes Gomes (2ª Região), Luis Carlos Hiroki Muta (3ª Região), Nelton Agnaldo Moraes dos Santos (3ª Região) e Edilson Pereira Nobre Júnior (5ª Região), bem como os Juízes Federais Cesar Arthur Cavalcanti de Carvalho (em auxílio à Corregedoria-Geral), Jorge Gustavo Serra de Macedo Costa (1ª Região) e Bruno Teixeira de Paiva (5ª Região).

Foram designados, para auxiliar na inspeção, os servidores Alexandre Eutálio Neves de Almeida, Alexandre Gomes Pompeio, André Farias Mendonça, Cláudia Virgínia Medeiros Lopes, Denise Guimarães Tângari, Divailton Teixeira Machado, Evilane Prata Antunes Ribeiro Martins, Gustavo Stephan Pedrosa Figueiredo, Jane Daniela Cunha, José Darlan Costa Pereira, Renato de Oliveira Paes, Rosa Miriam Farias Prysthon, Salaheddin Hussein Hassen, Sonia Consedey Bockmann e Vlademir Barbosa da Costa Junior.

Preliminarmente, foram solicitadas estatísticas processuais aos gabinetes dos desembargadores federais e às unidades processantes, bem como a listagem de todos os processos do Tribunal para a seleção de amostra.

Na realização dos trabalhos de inspeção, utilizou-se sistema de controle com acesso pela *internet* para apresentar e reunir informações consideradas relevantes, armazenando-se, num único ambiente *web*, os questionários previamente enviados pela Corregedoria-Geral, que foram preenchidos pelos gabinetes e unidades inspecionadas. Nesse sistema foram agregadas as informações dos processos inspecionados, bem como as impressões gerais sobre as unidades.

Para a abertura e o acompanhamento da inspeção, foram feitas as comunicações e convites ao Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, ao Ministério Público Federal e à Ordem dos Advogados do Brasil, nas seções judiciárias em que o TRF 4ª Região possui jurisdição, quais sejam, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Determinou-se que, durante a inspeção, as atividades jurisdicionais e administrativas do TRF 4ª da Região prosseguissem normalmente.

## **B. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE INSPEÇÃO**

As inspeções nos tribunais regionais federais sofreram evolução desde a edição da Lei 11.798, de 29/10/2008. A Corregedoria-Geral da Justiça Federal empenhou esforços no sentido de aprimorar, continuamente, a coleta de informações e as técnicas de acompanhamento e controle da gestão administrativa e processual das cortes federais, assim como a elaboração de diagnóstico real, capaz de contribuir para disseminar boas práticas administrativas e judiciárias e para corrigir eventuais deficiências de organização ou funcionamento das unidades inspecionadas.

Pautadas pelo propósito de coletar objetivamente dados e informações, eliminando ao máximo os riscos de uma avaliação meramente subjetiva, as inspeções foram idealizadas e concretizadas como práticas rotineiras, feitas a cada dois anos nos tribunais regionais federais, com continuidade nas autoinspeções, e destinam-se a orientar a salutar prática do autoconhecimento, visando à transparência, eficiência e celeridade na prestação jurisdicional.

Os critérios adotados para selecionar os processos, por amostragem, e os dados solicitados em questionários, entrevistas, visitas e inspeções propriamente ditas têm como objetivo fornecer retrato real e atualizado da gestão administrativa e processual de cada órgão jurisdicional, que contribua para uma visão nacional da instituição e permita formular políticas gerais de planejamento e desenvolvimento para a Justiça Federal, nivelando e democratizando o acesso e a prestação jurisdicional para todos os cidadãos brasileiros, de qualquer localidade ou região do território nacional.

Os preparativos da inspeção bienal iniciam-se com a autoinspeção, gerando relatórios com uma ampla gama de informações das unidades jurisdicionais, que são analisados pela Corregedoria-Geral, servindo de instrumento para o acompanhamento permanente da situação processual e administrativa, além de base para a definição do escopo da nova inspeção.

Em seguida, o trabalho de campo é diretamente realizado no Tribunal, a partir da análise, um a um, de processos de listagem elaborada por determinadas fases críticas, levando-se em consideração importantes fatores como tempo de tramitação, de conclusão e de julgamento; nível de atendimento das prioridades estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça; perfil quantitativo e qualitativo do acervo processual em tramitação; quadro histórico e evolução da gestão processual e administrativa; comportamento da unidade na curva geral de desempenho médio no Tribunal.

A partir da análise de processos da amostragem, as equipes de inspeção, quando não for necessário ampliar o foco da análise para outras situações e feitos, identificam as boas práticas e eventuais deficiências, inclusive por meio de entrevistas com magistrados e servidores, para registro nos relatórios prévios elaborados com liberdade de atuação analítica, mas sempre dentro de parâmetros mínimos de objetividade e equidade.

Os relatórios prévios das equipes são conferidos e sistematizados para formação do relatório final da inspeção, abrangendo unidades jurisdicionais e processantes.

Importante ressaltar que a maior ou a menor complexidade de cada inspeção e do relatório sempre dependem da situação de funcionamento e organização de cada órgão e tribunal, no tocante especialmente à qualidade, consistência, acessibilidade e confiabilidade das informações, bem como dos mecanismos internos para o respectivo controle e consolidação.

Destaque para a análise preliminar do Tribunal, a título de “observações gerais”, levantando dados estatísticos, processuais e organizacionais, com a respectiva análise destinada a traçar um perfil médio das unidades jurisdicionais, o que, no caso do TRF da 4ª Região, foi feito principalmente com base nas respectivas seções especializadas.

A propósito, são coletadas e fornecidas informações importantes, que devem ser consideradas no exame do relatório das unidades específicas, porque servem de apoio para estudos comparativos e para a adoção de política geral de gestão processual e administrativa da Corte, na medida em que indicam tendências de comportamento ou desempenho geral das unidades inspecionadas.

O relatório trata da inspeção de unidades jurisdicionais e processantes diretamente vinculadas à prestação jurisdicional. Nas jurisdicionais, separa os gabinetes do corpo diretivo – com atribuições muito específicas – dos demais gabinetes vinculados a seções e turmas.

O relatório das unidades jurisdicionais é feito por gabinete dentro da respectiva seção e turma, para permitir exposição baseada em condições semelhantes de trabalho com eventuais ressalvas cabíveis (por exemplo, relativamente a tempo de atuação junto à unidade), viabilizando análise fundada em critérios homogêneos de aferição.

São levantados os dados funcionais básicos do magistrado com objetivo de historiar a respectiva atuação no gabinete, turma e seção; dados administrativos da unidade, em particular os atinentes ao quadro funcional; e os relativos à atividade-fim, que são analisados sob a perspectiva estatística, organizacional e processual.

As boas práticas e a metodologia de trabalho de cada unidade são pesquisadas e registradas para estudo e divulgação. Toda a lista de feitos da amostragem é examinada, identificando, processo a processo, os pontos positivos ou críticos da tramitação processual com o intuito de levantar as principais ocorrências e definir qual a tendência predominante na gestão da unidade, para efeito de reconhecimento de boa prática ou apontamento de eventual recomendação de medida de gestão. Do mesmo modo também ocorre na inspeção das unidades processantes.

O relatório seguiu um padrão objetivo de análise. Eventual reiteração de termos ou expressões é proposital porque decorre da constatação de situações concretas realmente idênticas nas diferentes unidades inspecionadas, demonstrando inclusive a existência de situações sistêmicas, estruturais, persistentes e comuns à Corte como um todo.

A apresentação deste relatório não poderia deixar de mencionar que ainda existe espaço para evolução na inspeção dos tribunais regionais federais. Nesse espaço, tem atuado e trabalhado constantemente a Corregedoria-Geral, objetivando o aprimoramento

de metodologias e técnicas aplicáveis não apenas no momento da inspeção, mas, especialmente, nas fases de pré-inspeção e pós-inspeção.

O resultado que ora se apresenta retrata as informações e dados colhidos na verificação de aproximadamente 1.330 processos, trabalhados segundo padrões objetivos de controle por fases e situações processuais, buscando fornecer diagnóstico atualizado da situação da gestão processual e administrativa nas várias unidades do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.



## **C. OBSERVAÇÕES GERAIS**

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região, sediado em Porto Alegre/RS, foi inspecionado pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal no período de 22 a 26 de fevereiro de 2016. Na ocasião, compunham o quadro diretivo do TRF da 4ª Região os Desembargadores Federais Luiz Fernando Wowk Penteadado (Presidente), Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz (Vice-Presidente) e Celso Kipper (Corregedor Regional). Conforme a especialização por seção, os demais 24 cargos de desembargadores federais estavam assim ocupados:

### **1ª Seção – Trabalhista e Tributária:**

- MARIA DE FÁTIMA LABARRÈRE;
- JOEL ILAN PACIORNIK;
- JORGE ANTONIO MAURIQUE;
- OTÁVIO ROBERTO PAMPLONA;
- RÔMULO PIZZOLATTI;
- LUCIANE CORRÊA MÜNCH.

### **2ª Seção – Administrativa, Civil e Comercial:**

- MARGA INGE BARTH TESSLER;
- RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA;
- FERNANDO QUADROS DA SILVA;
- LUÍS ALBERTO D'AZEVEDO AURVALLE;
- CÂNDIDO ALFREDO SILVA LEAL JÚNIOR;
- VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA.

### **3ª Seção – Previdência e Assistência Social:**

- PAULO AFONSO BRUM VAZ;
- ROGÉRIO FAVRETO;
- JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA;
- VÂNIA HACK DE ALMEIDA;
- LUIZ ANTONIO BONAT (Juiz Federal Convocado);
- OSNI CARDOSO FILHO (Juiz Federal Convocado).

### **4ª Seção – Penal:**

- MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA;
- CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI;
- SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ;
- VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS;
- JOÃO PEDRO GEBRAN NETO;
- LEANDRO PAULSEN.

Além dos gabinetes dos 24 desembargadores federais, foram inspecionadas ou visitadas as seguintes unidades: Diretoria Judiciária, Secretaria de Recursos, Secretaria dos Órgãos Julgadores, Secretaria de Registros e Informações Processuais, Secretaria de Precatórios, Coordenadoria de Juizados Especiais Federais, Sistema de Conciliação e Escola da Magistratura, além dos setores responsáveis pelas estatísticas e pelos sistemas judiciais eletrônicos.

Ficou a cargo da Secretaria de Controle Interno, órgão sistêmico da Justiça Federal e diretamente vinculado à Presidência do Conselho da Justiça Federal, a auditoria nas áreas administrativas do Tribunal, de sorte que suas respectivas observações não integram este relatório.

Para a avaliação da prestação jurisdicional do Tribunal Regional Federal da 4ª Região foram inicialmente levantados os dados estatísticos, processuais e administrativos das seções especializadas da Corte.

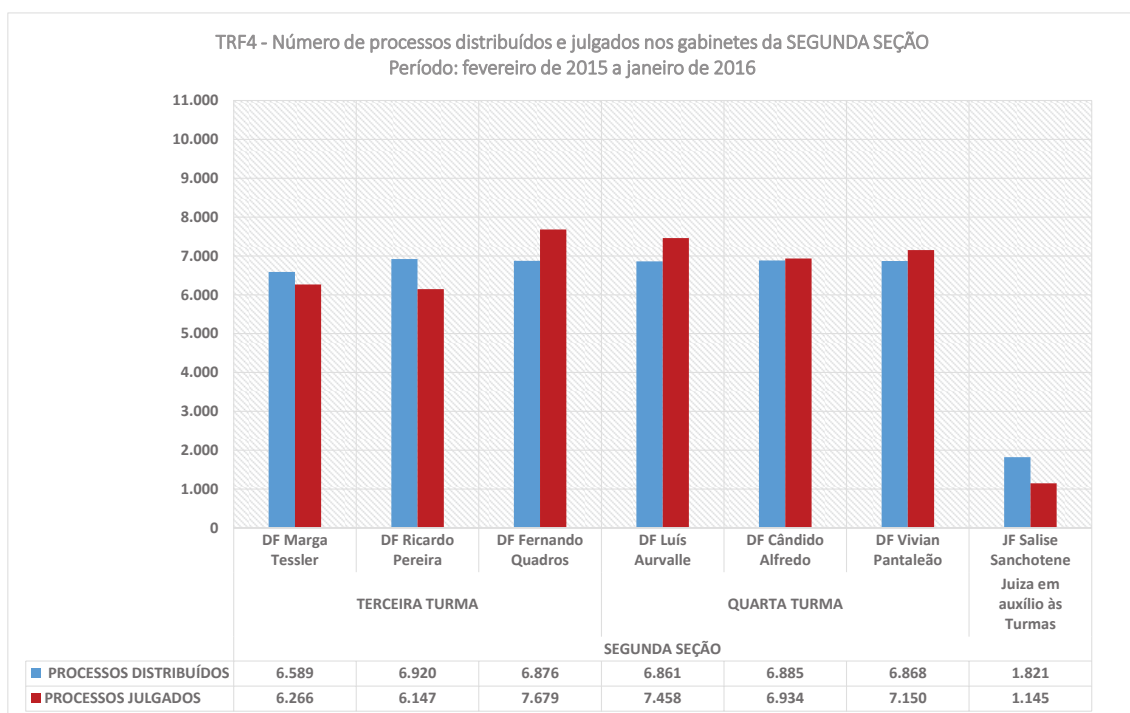
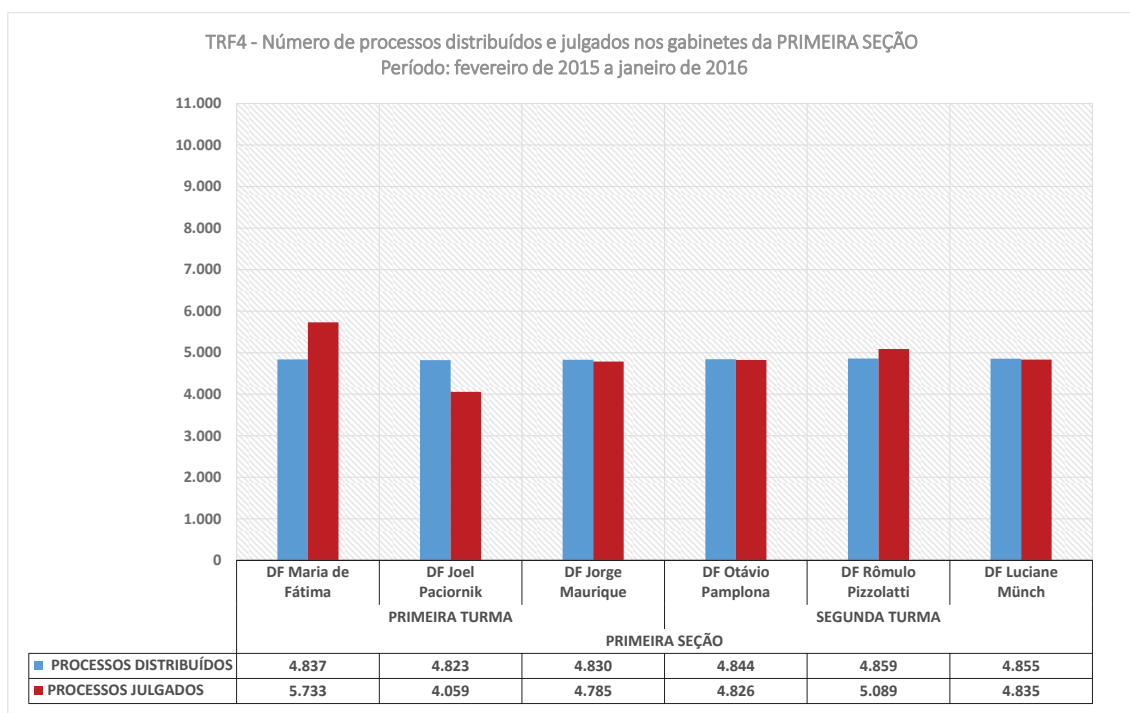
A análise processual foi feita por meio de amostragem no âmbito de cada unidade inspecionada, tendo sido previamente selecionados aproximadamente 1.330 processos, nas mais diferentes classes e fases processuais, com identificação de situações eventualmente críticas, e cujo exame físico ou eletrônico coube a equipes formadas por um magistrado e dois servidores.

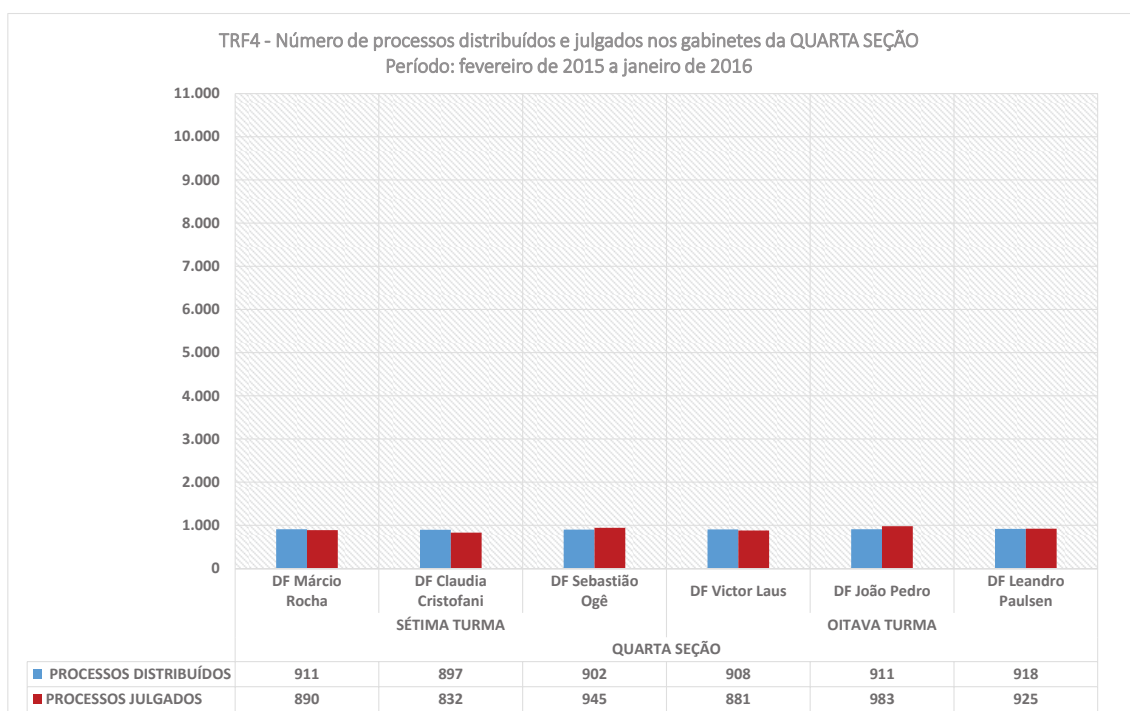
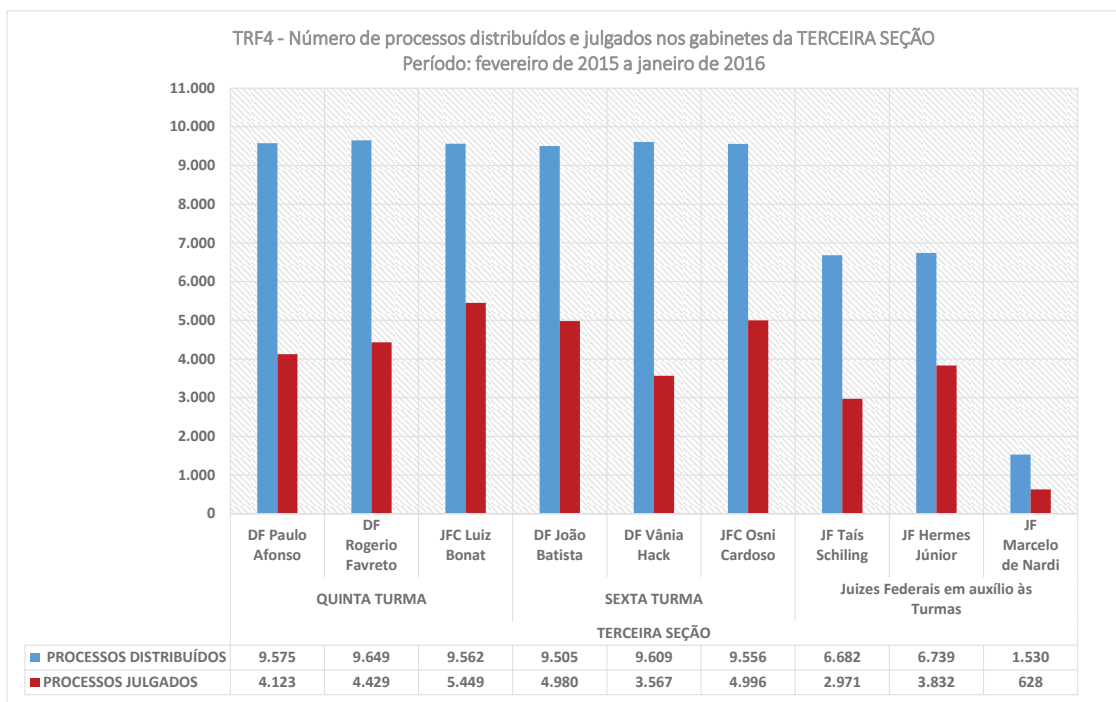
O resultado da avaliação concreta de cada acervo, por amostragem, consta dos relatórios individuais das unidades, no qual se registram, ainda, metodologia de trabalho, gestão de pessoal e processual, boas práticas, observações gerais e recomendações. Por seu turno, a avaliação conjunta da equipe, ao apreciar pontos de divergência e convergência – por meio de reuniões e troca de experiências durante a inspeção – resultou nesta parte geral do relatório, na qual se buscou identificar o perfil médio do Tribunal pelas respectivas turmas, gabinetes e demais órgãos inspecionados, mediante a sistematização dos relatórios prévios das unidades.

Adotou-se, como referência, o período de fevereiro/2015 a janeiro/2016, últimos 12 meses. Os dados constantes das tabelas e gráficos apresentados nos relatórios das unidades são oficiais, porquanto fornecidos pelo Setor de Estatística vinculado à Assessoria de Planejamento Estratégico – APLANG do TRF da 4ª Região e extraídos do sistema de acompanhamento processual físico (Siapro) e do eletrônico (e-Proc).

A avaliação da gestão foi verificada, primeiramente, no tocante ao índice de produtividade, em face da distribuição nas quatro diferentes seções do TRF da 4ª Região, as quais possuem competências especializadas (art. 10, §§ 1º ao 4º, do Regimento Interno).

Os gráficos abaixo demonstram essa dinâmica processual nos gabinetes integrantes das 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Seções do Tribunal:





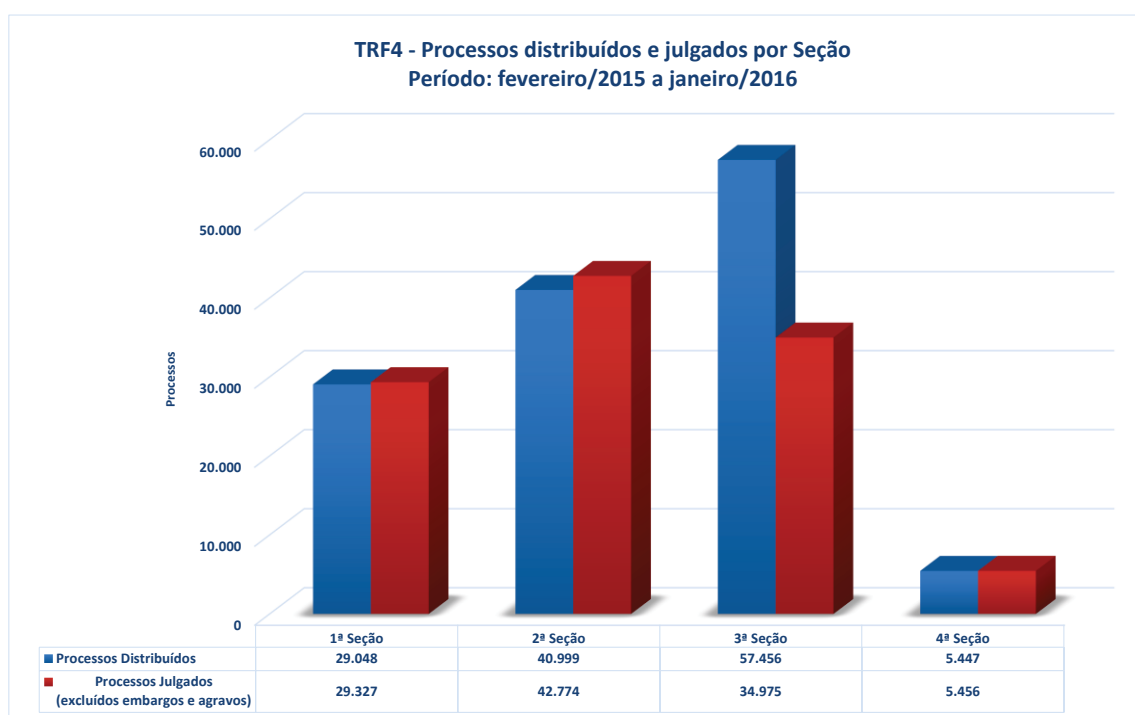
Verifica-se que, no período considerado, a distribuição processual concentrou-se em duas Seções, a 2ª e a 3ª, que receberam conjuntamente 74,05% de todo o volume distribuído no TRF (respectivamente, 30,84% e 43,22%), enquanto a 4ª Seção recebeu 4,10% e a 1ª Seção os demais 21,85%, somando, ambas, o montante de 25,95%.

Em produtividade média – considerando que o percentual retrata a média e não significa que todas as unidades estejam em situação idêntica, existindo casos extremos em relação à média, conforme evidenciado nos gráficos acima –, a 1ª Seção julgou 101%

da distribuição, a 2ª Seção julgou 104%, a 3ª Seção julgou 61% e a 4ª Seção julgou 100%.

O objetivo da análise de desempenho geral por seções, a partir de critérios objetivos definidos, por exemplo, pelo Conselho Nacional de Justiça, é o de identificar boas práticas a serem disseminadas e eventuais problemas de gestão, que devem ser igualmente conhecidos pela Corregedoria-Geral para encaminhar sugestões de aperfeiçoamento e indicar soluções efetivas por parte do próprio Tribunal, antes de qualquer medida interventiva externa.

A relação entre distribuição e julgamento nas quatro seções do TRF é mostrada abaixo:

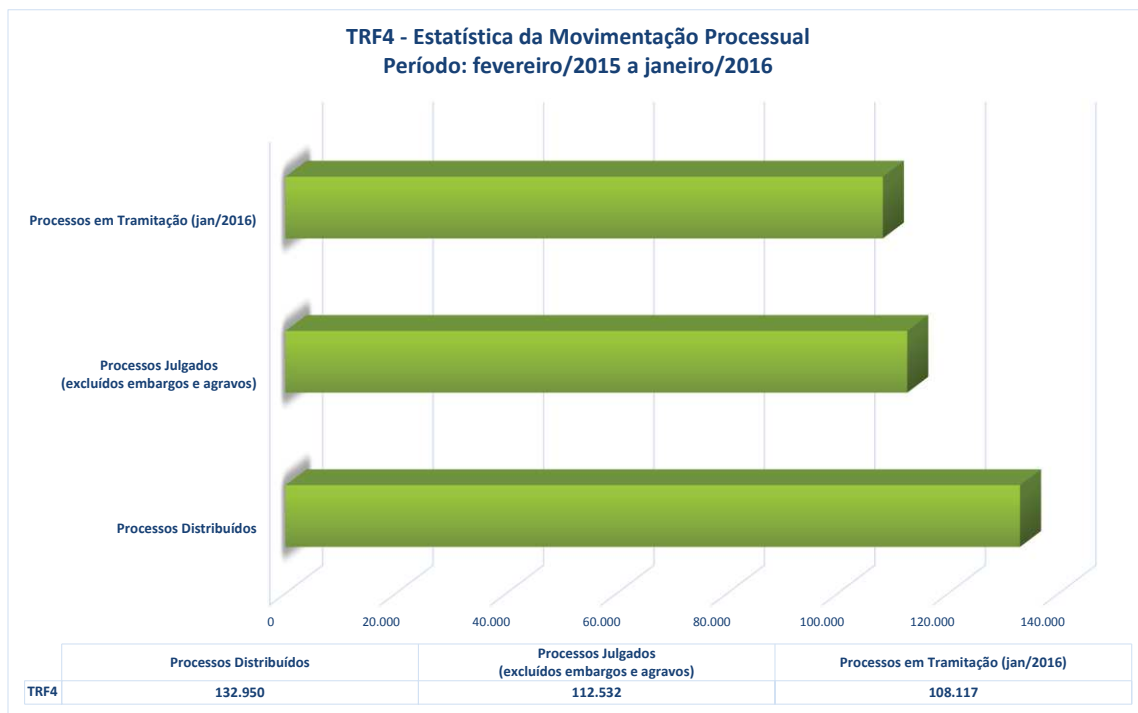


A produtividade média e geral do TRF 4ª Região é de aproximadamente 84% do volume distribuído.

A análise correlata à da produtividade trata do efeito gerado pelo fluxo processual sobre o acervo preexistente, onde se verifica que a produção das 1ª, 2ª e 4ª Seções do Tribunal superam a distribuição em 3%. Em situação mais preocupante, percebe-se que os julgados da 3ª Seção são 39% inferiores à distribuição para o período analisado. Esse resultado contribui decisivamente para a elevação do acervo no TRF 4ª Região, que, no período de fevereiro/2015 a janeiro/2016, cresceu em 9% (9.157 processos).

A curva relativa ao índice de produtividade em face da distribuição, comparativamente à inspeção de 2014, quando a distribuição superava em 2.975 feitos o número de processos julgados, permaneceu inferior. Nos últimos 12 meses, o Tribunal julgou 112.532 processos contra 132.950 distribuídos.

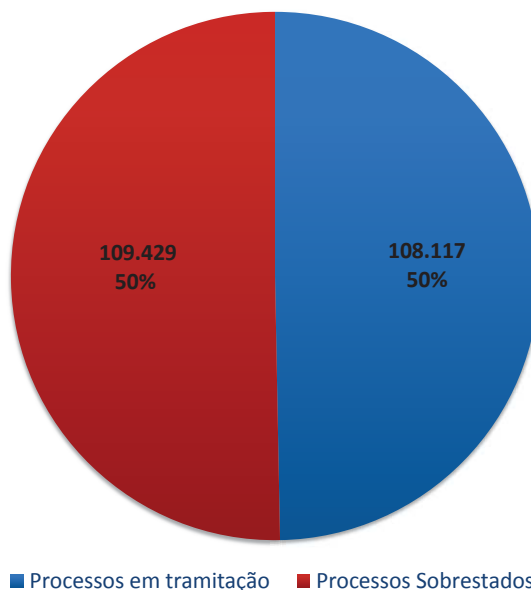
Com efeito, o acervo do TRF não é crescente quando observada uma série histórica maior. Na inspeção realizada em 2012, havia 180.743 processos em trâmite no Tribunal; na inspeção realizada em 2014, havia 103.988; e, em janeiro de 2016, 108.117 processos.



Observe-se que para esses dados de tramitação, objeto de análise em todos os relatórios individualizados por unidade, não se incluem os feitos que estão suspensos ou sobrestados.

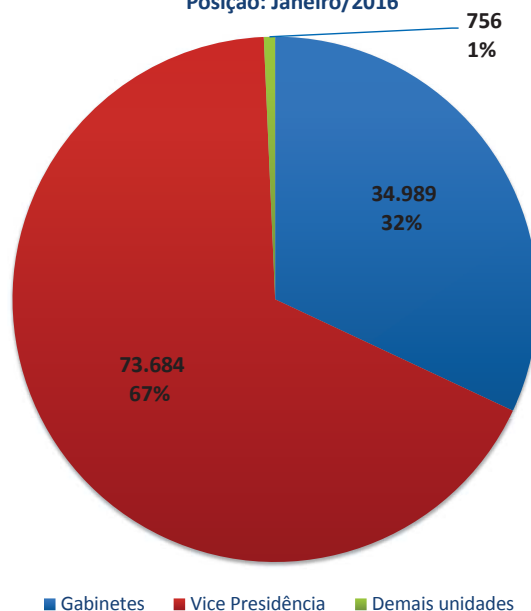
Atualmente o Tribunal possui o total de 217.546 processos, dos quais pouco mais de 50% estão suspensos/sobrestados:

TRF4 - Processos em tramitação e sobrestados no tribunal  
Posição: Janeiro/2016



Dentre os processos que se encontram suspensos ou sobrestados, verifica-se que 67% (73.684) estão localizados na Vice-Presidência, 32% (34.989) nos gabinetes dos desembargadores federais e 1% em outras secretarias:

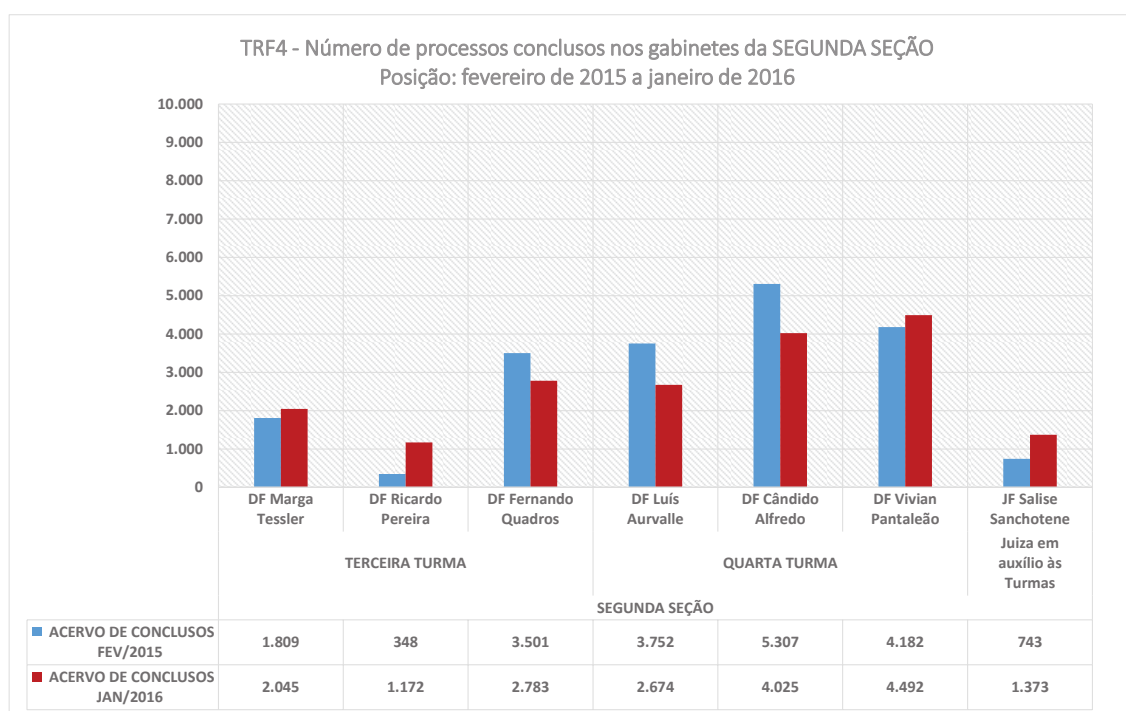
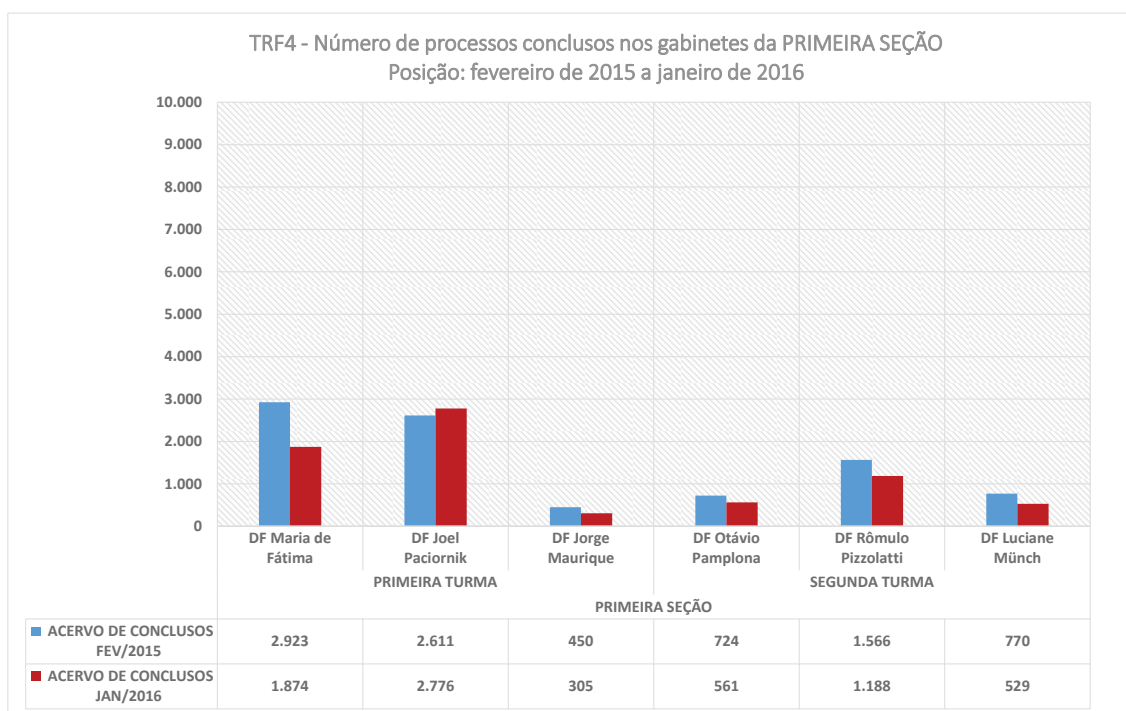
TRF4 - Processos sobrestados nas Turmas, Vice -Presidência e demais unidades  
Posição: Janeiro/2016



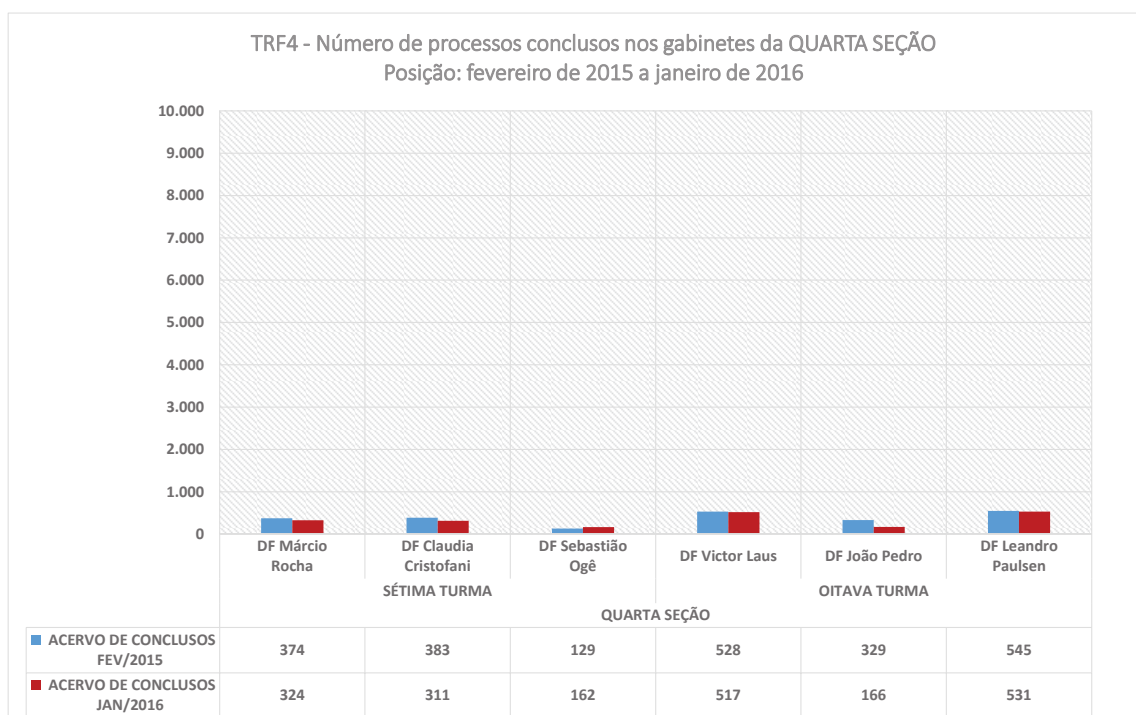
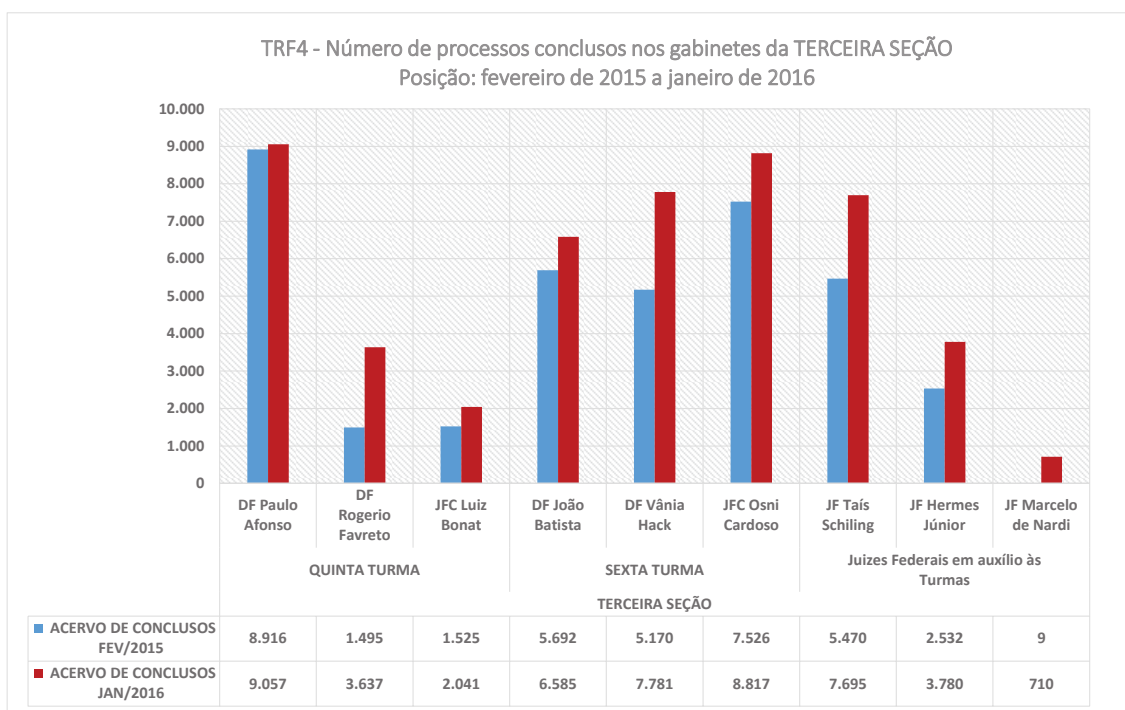
Particularmente, chama atenção o acervo de processos em trâmite nos gabinetes que integram as turmas da 3ª Seção (Previdência e Assistência Social), que têm, em média, 7.944 processos por gabinete e julgam, para o período analisado, 61% da distribuição. Para atingir essa estimativa, o Tribunal adotou como medida alternativa a

convocação de juízes em auxílio às turmas. Esses magistrados foram responsáveis, nos últimos 12 meses, pelo julgamento de 13% dos processos dessa Seção e por essa razão fizeram parte do escopo da inspeção.

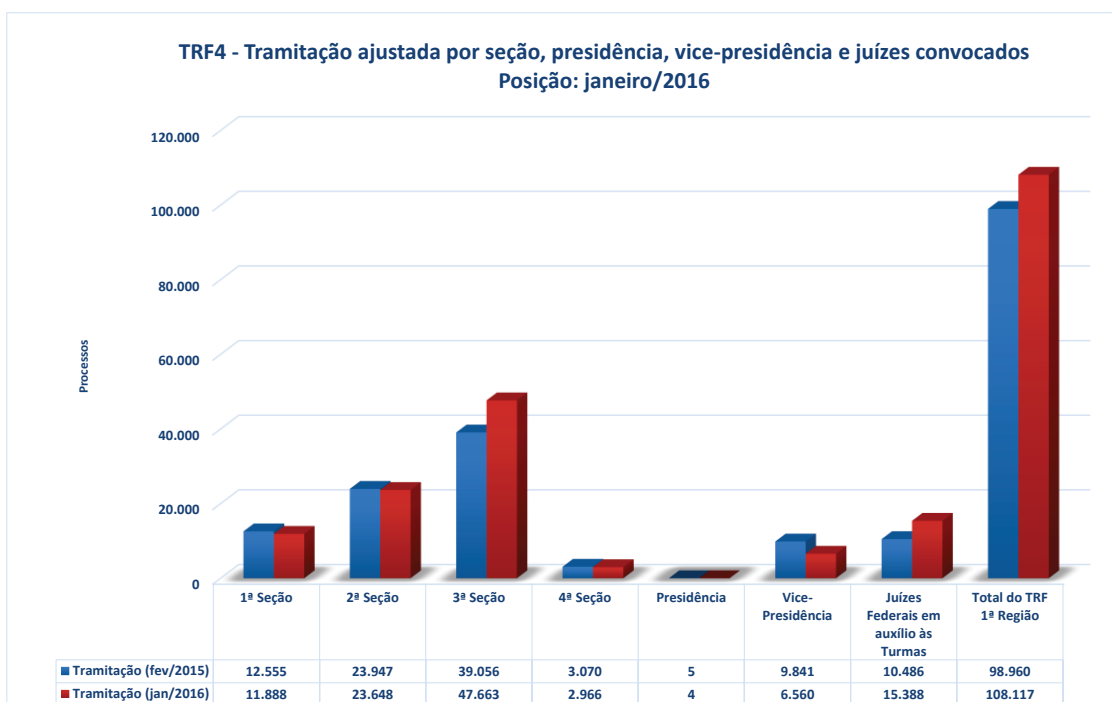
Os gráficos abaixo ilustram a situação do acervo de processos concluídos por seções, nas posições de fevereiro/2015 e janeiro/2016, demonstrando o aumento ou diminuição do acervo em cada gabinete:



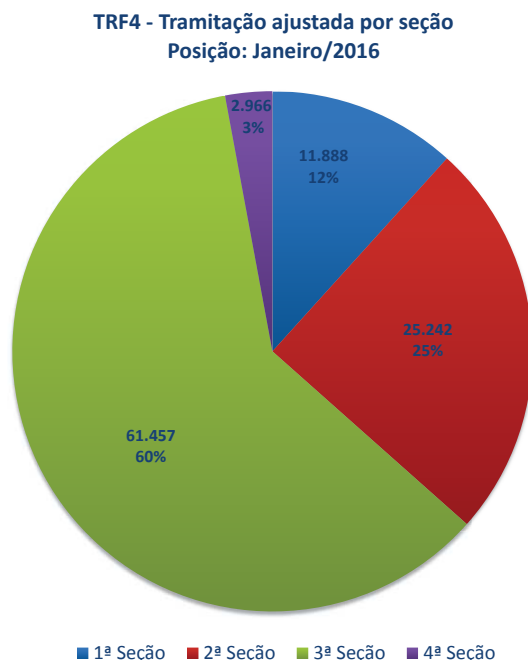




Outro ponto relevante é a análise dos feitos em tramitação em todo o Tribunal, nas seções, Presidência, Vice-Presidência e com juízes convocados, em janeiro de 2016. O gráfico abaixo demonstra o total de processos em tramitação por seção: cerca de 11% (11.888) representa estoque da 1ª Seção; 22% (23.648), estoque da 2ª Seção; 44% (47.663), estoque da 3ª Seção; 3% (2.966), estoque da 4ª Seção; 14% (15.388), estoque dos juízes convocados em auxílio às turmas; 6% (6.560), estoque da Vice-Presidência:



Considerando-se apenas os processos que se encontram nas seções, temos as seguintes estimativas apresentadas no gráfico abaixo:

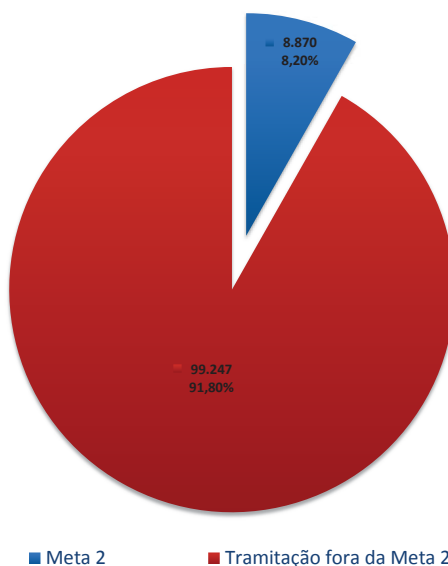


Outro aspecto de importância da gestão processual diz respeito ao perfil do acervo e, em particular, por tempo de tramitação, considerada a data de distribuição originária no TRF.

O dado mais importante diz respeito a feitos da META 2 do CNJ (processos distribuídos até 2012), que, em janeiro/2016 somavam 8.870 feitos em tramitação,

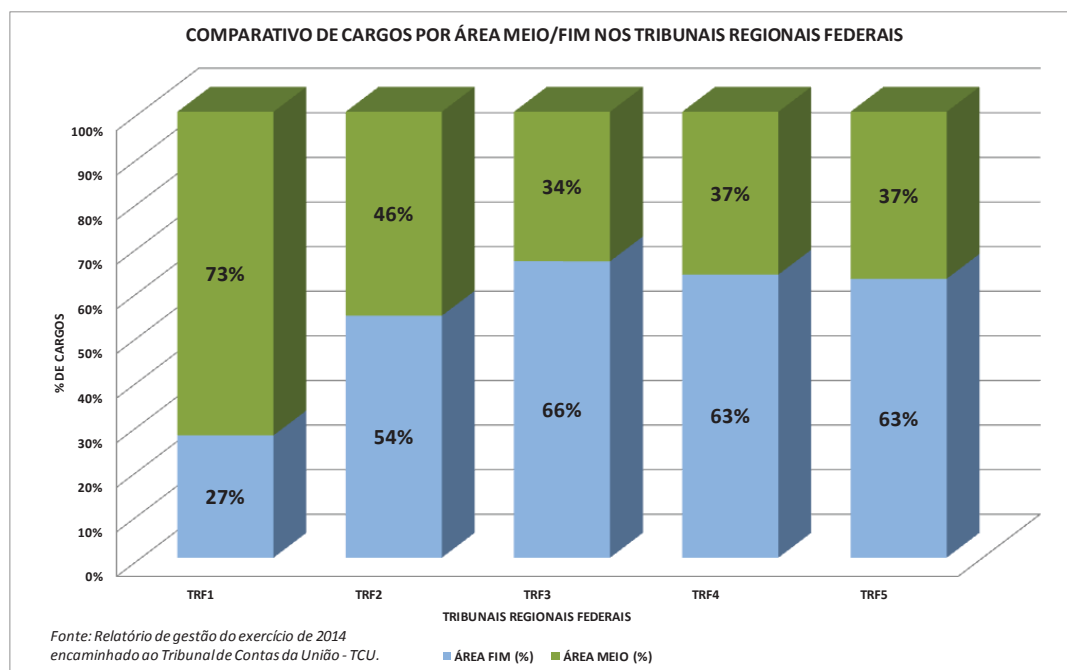
equivalentes a 8,2% do acervo total, excluídos os suspensos/sobrestados, conforme gráfico abaixo:

**TRF4 - Número de Processos de Meta 2 em Tramitação**  
**Excluídos os processos suspensos/sobrestados**



A inspeção não se ateve simplesmente à tarefa de apontar problemas, mas buscou elaborar um diagnóstico da situação geral do TRF da 4ª Região, quanto a alguns aspectos importantes, para orientar a discussão das soluções respectivas.

Para o relatório de gestão do exercício de 2014 do CJF, o TRF informou que 62,77% dos cargos efetivos estão destinados à atividade-fim e 37,23% à área administrativa. A seguir, os dados colhidos nos cinco tribunais regionais federais quanto às informações apresentadas para o relatório de gestão 2014:



No campo estatístico, a evolução do controle dos dados, por meio de ferramenta de relatórios estruturados, foi preponderante para a boa gestão dos gabinetes e unidades processantes do Tribunal ao longo dos últimos dois anos. O TRF 4ª Região, por intermédio da Assessoria de Planejamento Estratégico - APLANG e do Setor de Estatística, implementou a ferramenta de *Business Intelligence* – BI e, ao longo dos últimos dois anos, desenvolveu diferentes tipos de relatórios, dinâmicos e modelados em perfis que servem, hoje, como recurso estratégico para a administração do acervo de gabinetes e unidades processantes.

Apesar de o Tribunal, de um modo geral, prestar a jurisdição adequadamente, estando entre os melhores tribunais do País, foram elaboradas recomendações específicas nas diversas áreas inspecionadas, objetivando adequar os procedimentos a parâmetros normativos e aprimorar a prestação jurisdicional e o serviço administrativo de apoio.

Sem prejuízo dessas recomendações contidas nos relatórios feitos por unidade, a Corregedoria-Geral determina também ao Presidente do TRF 4ª Região, em noventa dias:

**a) Apresentar estudo sobre:**

- 1- eventual necessidade de redefinição de competências das turmas/seções, em especial no tocante ao equilíbrio na distribuição do trabalho entre as seções;
- 2- distribuição dos servidores e funções gratificadas nos gabinetes, especialmente no que se refere à lotação proporcional aos trabalhos desenvolvidos; e
- 3- funcionamento da Secretaria dos Órgãos Julgadores, com destaque em relação à suficiência dos servidores e funções gratificadas para a realização dos serviços.

**b)** Regulamentar a forma de atribuição dos processos aos juízes federais convocados em auxílio, a qual deve observar critérios objetivos, isonômicos e proporcionais à estrutura de apoio disponibilizada;

**c)** Informar as providências adotadas para a adequação ao novo Código de Processo Civil.

## D. UNIDADES JURISDICIONAIS

### I. GABINETES DO CORPO DIRETIVO

#### GABINETE DA PRESIDÊNCIA Desembargador Federal LUIZ FERNANDO WOWK PENTEADO

##### 1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

**1.1. Identificação:** Desembargador Federal **LUIZ FERNANDO WOWK PENTEADO**.

**1.2. Órgãos de atuação:** Plenário, Corte Especial Judicial, Corte Especial Administrativa.

**1.3. Tempo de atuação:** desde 19/6/2015.

**1.4. Órgãos vinculados:** Assessoria Judiciária, Chefia de Gabinete, Coordenadoria Jurídica Administrativa (COJAD), Controle Interno, Comunicação Social, Cerimonial, Ouvidoria e Secretaria de Assuntos da Magistratura.

Existem três juízes federais em auxílio à Presidência, sendo que um deles – Dr. Artur César de Souza, convocado pelo Ato 317, de 19/6/2015 – atua diretamente junto à Presidência; os demais – Dr. Luiz Carlos Canalli (Ato 354, de 29/6/2015) e Dr<sup>a</sup> Daniela Tocchetto Cavalheiro (Ato 320, de 19/6/2015) – atuam nos gabinetes auxiliares da Coordenadoria dos Juizados (COJEF).

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Presidente.

##### 1.5. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Gabinete da Presidência
Servidores efetivos	53
Servidores sem vínculo	2
Servidores requisitados	0
Servidores prestando serviços em outros setores	0
Terceirizados	3
Vagas não ocupadas	0
Estagiários	10 (nível superior) 1 (adolescente em programa de ressocialização)
TOTAL	69
Servidores em área-fim	55

### 1.5.1. Cargos e funções comissionadas: 30, assim distribuídas:

	CJ3	CJ2	CJ1	FC6	FC5	FC4	FC3	FC2	FC1
Gabinete da Presidência	2	3	8	3	1	4	3	2	4

Todos os cargos e funções são da Presidência, uma vez que os cargos/funções antes ocupados pelos servidores quando o Desembargador ocupava um gabinete ficam vinculados àquele gabinete, que passou a ser ocupado por outro magistrado.

## 2. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

Vinculadas à Presidência funcionam a Assessoria Judiciária, composta por dois assessores e o juiz auxiliar, que é responsável pela análise dos processos judiciais e pela elaboração de minutas, e a Chefia de Gabinete, encarregada do apoio administrativo ao Presidente.

Integram ainda a Presidência os seguintes órgãos: Ouvidoria, Controle Interno, Cerimonial, Comunicação Social, Coordenadoria Jurídica Administrativa (responsável pela gestão dos processos administrativos, inclusive elaboração de minutas para a Corte Especial Administrativa e o Plenário, quando a relatoria incumbe ao Desembargador Presidente) e Secretaria de Assuntos da Magistratura.

Quanto às funções jurisdicionais, a Presidência não aprecia a admissibilidade de recursos dirigidos à instância superior, atribuição integralmente delegada à Vice-Presidência. No entanto, no último semestre, o juiz auxiliar e os servidores da Presidência auxiliaram a Vice-Presidência na análise de processos relativos à decadência em matéria previdenciária que se encontravam sobrestados.

Não remanesce pendência da inspeção anterior. Pode-se observar pela tabela abaixo a evolução do acervo, de acordo com a classificação/localização:

ACERVO EM TRAMITAÇÃO	fev-15	jan-16
Avocatória	0	0
Carta de ordem/ Precatório	0	0
Suspensão Liminar/ antecipação de tutela	2	1
Suspensão Execução de Sentença	0	0
Exceção Suspeição Criminal	0	0
Cautelar	0	0
Outros	0	1
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>2</b>

Fonte: TRF 4ª Região

Segundo a assessoria da Presidência, como o número de processos físicos é muito reduzido, não há necessidade de um controle mais apurado do acervo, uma vez que os processos recebidos na Presidência são analisados de imediato e, depois de

discutidos com o Desembargador Presidente, são elaboradas minutas de decisão ou acórdão, conforme o caso.

Em relação ao acervo administrativo, seu controle é feito por meio do sistema SEI (Sistema Eletrônico de Informações), sendo registrado atualmente o seguinte acervo:

- Processos em trâmite da Coordenadoria Jurídica Administrativa (COJAD): feitos do CJF: 1 (relatoria do Presidente); feitos do TRF: 3;
- Processos do Conselho de Administração: Relator Des. Federal Luiz Fernando Wowk Penteado (Presidente): 10; Relator Des. Federal Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz (Vice-Presidente): 2; Relator Des. Federal Celso Kipper (Corregedor): 3; Relatora Des. Federal Vânia Hack de Almeida: 2; feitos para referendar atos (relatoria do Presidente): 21; feitos relativos a relatórios de correções e inspeções (relatoria do Corregedor Regional): 58;
- Corte Especial Administrativa: Relatora Des. Federal Marga Inge Barth Tessler: 1; Relator Des. Federal Celso Kipper (Corregedor): 1; Relator Des. Federal João Batista Pinto Silveira: 2; Relator Des. Federal Ricardo Teixeira do Valle Pereira: 1; Relator Des. Federal Rogério Favreto: 1; feitos para referendar atos (relatoria do Presidente): 1;
- Plenário Administrativo: Relator Des. Federal Luiz Fernando Wowk Penteado (Presidente): 1; Relatora Des. Federal Marga Inge Barth Tessler – pedido de vista (relatoria do Presidente): 1; Relatora Des. Federal Marga Inge Barth Tessler: 1; feitos para referendar atos (relatoria do Presidente): 5.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, da Lei 13.140/2015 - que trata da mediação, bem como da Lei 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos, merecendo destaque: a adaptação do sistema e-Proc para a adoção das novas regras do CPC, inclusive no que diz respeito à mediação, a alteração do Regimento Interno do Tribunal e a realização de cursos com os servidores.

Ademais, é possível constatar que o Tribunal é acessível aos portadores de necessidades especiais, o que pode ser observado, por exemplo, nos elevadores, bem como na sala de julgamento, que possui púlpito retrátil, permitindo a um advogado que utilize cadeira de rodas na realização de sustentação oral em igualdade de condições com os demais. Foi relatado, ainda, pelo Diretor da Secretaria Judiciária, que o sistema e-Proc foi adaptado para deficientes visuais, dependendo apenas de demanda para que seja implementado.

### **3. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS**

Em relação à metodologia de trabalho da Presidência, é necessário distinguir o processamento dos feitos judiciais dos administrativos. No primeiro caso, como o número é bastante reduzido, os processos são analisados tão logo recebidos no setor e, após



discutidos com o Presidente, os assessores preparam minutas de decisões ou acórdãos, conforme o caso, as quais são disponibilizadas para assinatura ou para sessão de julgamento.

Destaca-se, ainda, que a grande maioria dos processos de competência da Presidência são eletrônicos, a exceção de avocatórias, que dizem respeito a processos que tramitaram na Justiça do Estado, por delegação do art. 109, § 3º, da Constituição Federal.

Os processos com prioridade legal de tramitação estão devidamente identificados, porém, necessário destacar que, como o processamento de todos os feitos é imediato, não havendo acervo, não se justifica tratamento diferenciado para as prioridades. O mesmo ocorre em relação às metas do CNJ.

Os processos administrativos que tramitam pelo sistema SEI são inicialmente distribuídos por sorteio e encaminhados ao relator. Quando a relatoria incumbe ao próprio Presidente, a Coordenadoria Jurídica Administrativa é responsável pela elaboração de minutas. Depois de julgados, os processos - sejam da relatoria do Presidente ou não - ficam a cargo da COJAD, que realiza a juntada de notas taquigráficas, publicação dos acórdãos e comunicações necessárias.

Como os processos tramitam na forma eletrônica, não há necessidade de classificação e separação física de processos. Ademais, o controle do acervo é realizado por meio do próprio sistema eletrônico (SEI).

As boas práticas destacadas pela Assessoria da Presidência são:

a) a adoção do processo eletrônico, que, além de simplificar e agilizar a tramitação dos processos, com o lançamento de intimações automáticas, por exemplo, possibilita a atuação direta do Presidente, mesmo quando precisa se deslocar para representar o Tribunal em outras localidades;

b) a boa comunicação e empenho dos servidores para se inteirar acerca do processamento dos feitos de competência da Presidência, assim como daqueles que já integraram os quadros daquele órgão para repassar informações.

#### **4. OBSERVAÇÕES GERAIS**

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou estar a Presidência muito bem organizada, inclusive no que diz respeito à estrutura física, material e de pessoal, não havendo acúmulo de processos.

Apesar do excelente trabalho desempenhado, merece destaque, ainda, a permanente busca de melhores práticas para aprimorar o serviço prestado.

Digno de registro, ainda, o sistema de Gestão da 4ª Região (G4), a cargo da APLANG – Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão, órgão vinculado à Direção Geral, mas que presta auxílio direto à Presidência e a Corregedoria Regional.

O G4 é um sistema disponível no portal do Tribunal na rede mundial de computadores, que permite a rápida visualização de todos os dados estatísticos, fornecendo um panorama de todo o acervo do Tribunal, seções, varas e turmas recursais, possibilitando o planejamento das medidas necessárias ao aprimoramento das atividades da Corte.

## **5. RECOMENDAÇÕES**

Não há recomendações específicas.

**GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA**  
**Desembargador Federal CARLOS EDUARDO THOMPSON FLORES LENZ**

**1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS**

**1.1. Identificação:** Desembargador Federal **CARLOS EDUARDO THOMPSON FLORES LENZ**.

**1.2. Órgãos de atuação:** Plenário, Corte Especial, Vice-Presidência, Conselho de Administração, Comissão de Regimento Interno, Comissão de Jurisprudência, 1ª, 3ª e 4ª Seções, a partir de 22/6/2015, e 2ª Seção, desde fevereiro de 2002.

**1.3. Tempo de atuação:** desde 21/6/2015.

**1.4. Órgãos vinculados:** Secretaria de Recursos e Secretaria dos Órgãos Julgadores (no que diz respeito aos agravos regimentais, cuja competência incumbe às seções, de acordo com a matéria).

Não há juízes federais em auxílio à Vice-Presidência.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Vice-Presidente e pela Secretária-Geral da Vice-Presidência.

**1.5. Quadro de pessoal:**

<b>Quadro de Pessoal</b>	<b>Gabinete da Vice-Presidência</b>
Servidores efetivos	25
Servidores sem vínculo	2
Servidores requisitados	-
Terceirizados	-
Vagas não ocupadas	-
Estagiários	6
<b>TOTAL</b>	<b>33</b>
Servidores em área-fim	27

**1.5.1. Cargos e funções comissionadas em atividade:** 23, assim distribuídas:

	<b>CJ3</b>	<b>CJ2</b>	<b>CJ1</b>	<b>FC6</b>	<b>FC5</b>	<b>FC4</b>	<b>FC3</b>	<b>FC2</b>	<b>FC1</b>
Gabinete da Vice-Presidência	3	2	1	1	7	7	2	0	0

**2. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL**

A Vice-Presidência aprecia a admissibilidade de recursos dirigidos à instância superior quanto às matérias de competência de todas as seções, bem como os agravos

regimentais interpostos contra suas próprias decisões, além de petições diversas em processos sob sua jurisdição.

O processamento dos recursos especiais e extraordinários é feito pela Secretaria de Recursos, que, após a juntada das contrarrazões, faz conclusão dos autos ao Vice-Presidente. Após a decisão de admissibilidade, os autos são devolvidos à secretaria para cumprimento.

Os agravos regimentais interpostos contra decisões da Vice-Presidência são julgados por uma das seções do Tribunal, a depender da matéria, incumbindo à Secretaria dos Órgãos Julgadores o seu processamento.

Em relação ao acervo relativo à admissibilidade de recursos, tem-se a seguinte análise:

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO (Apenas para admissibilidade de recursos)</b>	
<b>Acervo no TRF* (fevereiro/2015)</b>	9.841
<b>Acervo no TRF* (janeiro/2016)</b>	6.560
<b>Acervo de conclusos no Gabinete (fevereiro/2015)*</b>	1.299
<b>Acervo de conclusos no Gabinete (janeiro/2016)*</b>	1.139
<b>Acervo de sobrestados (fevereiro/2015)</b>	65.439
<b>Acervo de sobrestados (janeiro/2016)</b>	73.684

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: \* As estatísticas de acervo ajustado e conclusos no tribunal, vinculado à vice-presidência, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Considera as estatísticas de série histórica do acervo vinculado ao **gabinete**, independente do magistrado que ocupava à época o respectivo gabinete.

Nos últimos doze meses, o acervo de conclusos diminuiu em 160 e o número de processos sobrestados subiu em 8.245.

Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, envolvendo diversas matérias, sendo as principais:

- Incidência de juros de mora no período compreendido entre a data da conta de liquidação e a expedição do requisitório (Tema 96): 12.738 recursos sobrestados;

- Validade da correção monetária e dos juros moratórios sobre condenações impostas à Fazenda Pública com base no art. 1º-F da Lei 9.494/97, com a redação dada pela Lei 11.960/2009 (Tema 810 – STF): 12.669 recursos;

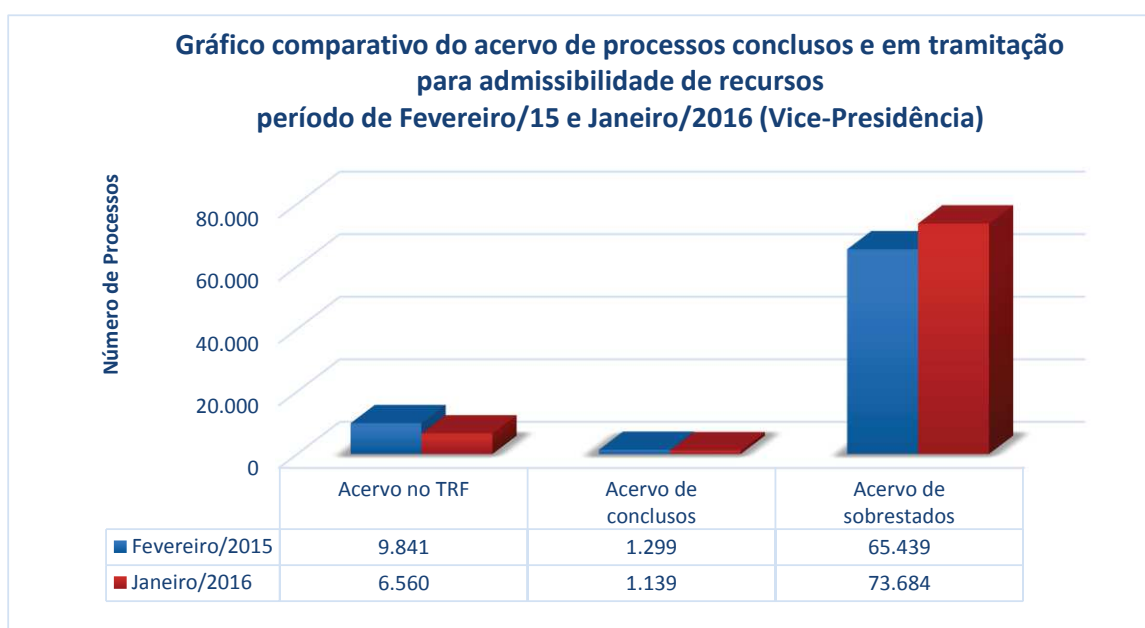
- Conversão de aposentadoria proporcional em aposentadoria integral, por meio do instituto da desaposentação (Tema 503 – STF): 5.530 recursos;

- Aplicabilidade do art. 1º-F da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/2009, em relação às condenações impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza, para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora (Tema 905 – STJ): 4.824 recursos;

- Diferenças de correção monetária de depósitos da caderneta de poupança (Tema 303 – STJ: 3.294 recursos. Tema 301 – STJ: 3.301 recursos).

O Gabinete da Vice-Presidência apresentou, em janeiro/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação, de 1.139 processos concluídos, que, quando cotejado com o número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 42,18 processos por servidor, número que não se revela exorbitante.

O histórico estatístico da unidade está representado no gráfico a seguir:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (fevereiro/2015 a janeiro/2016)</b>	
<b>Total de Processos (entradas)</b>	74.142
<b>Total de Processos (saídas)</b>	78.615
<b>Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)</b>	-4.473

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Segundo dados informados pela Estatística, extraídos do sistema, no período de doze meses, houve entrada de 74.142 processos e saída de 78.615 decorrentes de decisões em exame de admissibilidade de recursos especiais e extraordinários, resultando, assim, em redução do acervo, o que merece registro e reconhecimento por parte da Corregedoria-Geral como boa prática de gestão processual e administrativa.

Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados:

<b>DECISÕES PROFERIDAS (fevereiro/2015 a janeiro/2016)</b>	
<b>Decisão monocrática terminativa</b>	43
<b>Decisão homologatória de desistência de recursos</b>	209
<b>Decisão em exame de admissibilidade de Resp e Rext</b>	69.139
<b>Embargos de Declaração</b>	195
<b>Agravos Legais e Regimentais</b>	2.134
<b>Demais decisões</b>	65.079
<b>TOTAL</b>	136.799

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Verifica-se que foram proferidas 136.799 decisões nos últimos doze meses, enquanto o volume de processos (entradas) foi de 74.142.

Tendo em vista que, em geral, um único processo pode conter mais de um recurso, resultando, portanto, em mais de uma decisão, a prolação de 136.799 decisões não significa que a mesma quantidade de feitos tenha sido subtraída do acervo da Vice-Presidência como visto na tabela acima.

No que diz respeito às recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, foi relatada a realização de cursos de capacitação de servidores, bem como a alteração do Regimento Interno, cuja comissão é presidida pelo Vice-Presidente.

### **3. ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA**

Dos 48 processos selecionados para inspeção, apenas 5 não foram inspecionados por se tratar de autos físicos que não mais se encontravam no setor. Dos feitos inspecionados, apenas 1 tramita em autos físicos, os demais (42) são eletrônicos. Os processos físicos localizados na unidade estavam identificados e com registros pertinentes.

Os processos físicos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis não foram inspecionados, todavia, foram feitas algumas observações com base no respectivo extrato processual.

Os feitos eletrônicos, mesmo quando não se encontravam no setor, foram inspecionados, haja vista integralmente disponíveis no sistema e-Proc. No entanto, quando se trata de remessa externa, a exemplo do envio ao Superior Tribunal de Justiça, não é possível lavrar a certidão de inspeção.

Na unidade não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Na listagem não constaram processos extraviados, tampouco foram apurados autos extraviados sem restauração.

A grande maioria dos processos analisados está em ordem. Registrou-se em alguns casos, a exemplo dos processos 50339156020114047100, 50421433320114047000, 504748120114047000, 50533747720134047100 e 50559793920124047000, demora de cerca de um ano para o julgamento de agravo regimental.

Apenas três processos (50027753620104047005, 50008809320134047212 e 00123222520134049999) permanecem conclusos para julgamento de agravo regimental há mais de noventa dias.

Observou-se também demora na análise de processo sobrestado após o julgamento dos paradigmas (50200333120114047100).

Houve movimentação nos autos de processo que foi encaminhado à instância superior (50033927520104047108).

Em relação aos feitos listados, recomenda-se:

a) proceder ao julgamento dos agravos regimentais conclusos há mais de 90 dias (50027753620104047005, 50008809320134047212 e 00123222520134049999);

b) analisar processo que se encontrava sobrestado em razão de paradigma já julgado na instância superior (50200333120114047100); e

c) não movimentar os autos de processos que foram encaminhados à instância superior, uma vez que não estão tramitando no Tribunal.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é bastante satisfatória, não havendo acúmulo; ao contrário, verifica-se a redução contínua do acervo.

#### **4. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS**

A estrutura organizacional da Vice-Presidência compreende a Secretaria-Geral, encarregada do planejamento geral das atividades do Gabinete, a Chefia de Gabinete, o setor de triagem, quatro grupos de trabalho divididos por matéria (administrativo, tributário, previdenciário e penal) e o NURER.

Os processos recebidos na Vice-Presidência passam por uma triagem, são separados por matéria e encaminhados aos grupos correspondentes, que elaboram as minutas que são submetidas ao Desembargador. Depois de decididos, os processos são encaminhados à Secretaria de Recursos, para processamento.

A elaboração de minutas determinando o sobrestamento de recursos que discutem matérias que foram afetadas pela sistemática dos recursos repetitivos ou da

repercussão geral cabe aos grupos, mas o sobrestamento ocorre na Secretaria de Recursos.

Por outro lado, é atribuição do NURER a análise dos recursos sobrestados depois do julgamento do recurso paradigma, assim como a minuta de agravos regimentais contra as decisões proferidas em tais casos. Como muitas vezes o volume de processos sobrestados em razão do tema julgado é muito grande, os servidores do NURER não têm condições de absorver toda a demanda. Dessa forma, eles continuam na Secretaria de Recursos e o NURER estipula a quantidade e periodicidade em que podem ser enviados para análise.

Segundo relatado pela Secretária-Geral da Vice-Presidência, há um controle diário de todos os processos recebidos naquele órgão, tanto dos eletrônicos, quanto dos físicos, que são imediatamente recebidos no sistema e encaminhados para análise. Quando os feitos físicos não são despachados de imediato, recebem nova localização no sistema e são guardados em um armário.

O critério para organização do acervo é a ordem cronológica e o controle deste é realizado pela Secretaria-Geral e pelo Vice-Presidente por meio do G4 e de um sistema interno, que possibilita o controle da produtividade de cada servidor. Esses indicadores são utilizados para readequação do número de servidores em cada grupo, sempre que acontece uma maior concentração de processos em um deles, seja em razão de férias de servidores, seja por maior demanda de determinada matéria.

Não há metas individuais de produtividade, no entanto, o Desembargador fixa metas periódicas, dependendo do acervo.

O tratamento dispensado aos processos inseridos nas metas do CNJ e àqueles com prioridade legal é a presteza no julgamento.

O controle dos processos sobrestados incumbe à Secretaria de Recursos, porém o acompanhamento dos temas nos tribunais superiores e a análise dos processos após o julgamento dos paradigmas é de responsabilidade do NURER.

O atendimento aos advogados é feito pelo próprio Desembargador, mediante agendamento, ou, quando o contato ocorre por telefone, pelos servidores de cada grupo, a depender da matéria. Se o atendimento disser respeito a questões cartorárias, o processo é encaminhado à Secretaria de Recursos, onde o advogado é recebido.

Segundo relatado pela Secretária-Geral, não há pendências ou recomendações das inspeções anteriores.

As boas práticas apontadas pelo órgão são a criação da Secretaria-Geral da Vice-Presidência, que realiza o controle diário das atividades do gabinete, por meio dos sistemas informatizados, o que permite traçar as ações para melhor aproveitamento do serviço, e a edição da Portaria 36, de 14 de janeiro de 2016, que estabelece os atos a serem praticados de ofício pela Secretaria de Recursos e as hipóteses em que as petições dirigidas à Vice-Presidência devem ser encaminhadas ao juízo de origem para



realização de diligências. Tal ato foi de fundamental importância para agilizar a tramitação dos processos, reduzindo o número de conclusões para análise de petições.

## **5. OBSERVAÇÕES GERAIS**

A título de apontamentos, a equipe apurou que a Vice-Presidência é um órgão muito bem estruturado, com excelente organização de pessoal e material. Os servidores parecem motivados e há constante planejamento das ações.

O aumento do número de processos sobrestados não pode ser imputado à Vice-Presidência, uma vez que dependem do julgamento dos paradigmas nos tribunais superiores. Nada obstante, verifica-se que não há uma análise imediata de todos os feitos sobrestados quando o tema correspondente é julgado, o que se deve a total impossibilidade de ser a demanda absorvida pelos servidores do NURER, que ainda têm a incumbência de analisar os processos que retornam do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal para adoção da sistemática dos arts. 543-B e C do CPC e dos agravos regimentais interpostos contra decisões de conformidade.

## **6. RECOMENDAÇÕES**

a) Apesar da boa organização dos trabalhos da Vice-Presidência, recomenda-se que seja examinada a possibilidade de serem realizados mutirões para análise dos processos sobrestados depois de julgado o tema respectivo pelos tribunais superiores;

b) Observar as recomendações constantes do item 3 deste Relatório.

**GABINETE DA CORREGEDORIA REGIONAL**  
**Desembargador Federal CELSO KIPPER**

**1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS**

**1.1. Identificação:** Desembargador Federal **CELSO KIPPER**.

**1.2. Órgãos de atuação:** Corregedoria Regional, Plenário, Corte Especial Judicial, Corte Especial Administrativa e Conselho de Administração.

**1.3. Tempo de atuação:** desde 19/5/2015.

Há dois juízes federais em auxílio à Corregedoria, Dr. Roger Raupp Rios (Ato 317, de 19/6/2015) e Dr. Marcelo Malucelli (Ato 3, de 7/1/2016).

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Corregedor Regional.

**1.4. Quadro de pessoal:**

<b>Quadro de Pessoal</b>	<b>Corregedoria</b>
Servidores efetivos	16
Servidores sem vínculo	0
Servidores requisitados	0
Servidores prestando serviços em outros setores	0
Terceirizados	0
Vagas não ocupadas	0
Estagiários	7
<b>TOTAL</b>	<b>23</b>
Servidores em área-fim	16

**1.4.1 Cargos e funções comissionadas em atividade:** 16, assim distribuídas:

	<b>CJ3</b>	<b>CJ2</b>	<b>CJ1</b>	<b>FC6</b>	<b>FC5</b>	<b>FC4</b>	<b>FC3</b>	<b>FC2</b>	<b>FC1</b>
Corregedoria	2	2	0	0	2	8	2	0	0

**2. ORGANIZAÇÃO, METODOLOGIA E BOAS PRÁTICAS**

Além dos feitos específicos da Corregedoria, o Desembargador recebe distribuição de feitos de natureza jurisdicional, enquanto membro da Corte Especial, além de feitos administrativos do Plenário.

Em 31/01/2016, estavam em tramitação na Corregedoria 414 processos, sendo que 1 tramita no sistema e-Proc e 413 tramitam no Sistema Eletrônico de Informação (SEI), dos quais 12 são sigilosos.

A Unidade está organizada em seis setores, com as respectivas funções e atribuições:

a) Secretaria - responsável pelo controle da agenda do Corregedor e atendimento ao público;

b) Assessoria Institucional - encarregada da triagem dos processos administrativos, acompanhamento dos procedimentos de reclamações e consultas, participação em comissões e análise de permissões e cadastramentos em diversos sistemas;

c) Assessoria Jurídica - responsável pelo acompanhamento e assessoramento do Corregedor nos procedimentos administrativos e judiciais;

d) Gestão - responsável pela orientação e acompanhamento das unidades de primeiro grau na elaboração do plano de gestão e da análise de demandas de equalização da carga de trabalho e definição de competência/auxílios;

e) Afastamentos - cuja incumbência é marcar férias e afastamentos em geral dos magistrados, bem como as designações de substituições em suspeições e impedimentos; e

f) Correições e Inspeções – responsável pelo assessoramento do Corregedor nas correições na Justiça Federal de 1º grau, bem como pelo acompanhamento do cumprimento das medidas determinadas pela correição e de todo o processo de inspeção judicial.

Um dos juízes auxiliares atua nos setores de Afastamentos e de Correições e Inspeções, especialmente no que diz respeito ao afastamento de magistrados até cinco dias, aos processos de vitaliciamento e ao acompanhamento das recomendações das inspeções. O outro juiz atua no acompanhamento especial das varas que apresentem algum problema no funcionamento.

Como a grande maioria dos processos tramita por meio eletrônico, o controle é feito pelo sistema. No caso dos processos físicos, é feito um acompanhamento direto.

Os procedimentos administrativos pertinentes às atividades correcionais em curso encontram-se cadastrados eletronicamente no sistema SEI, que controla os prazos de sua tramitação, verificando eventuais extrapolações. Não há processos administrativos físicos.

O controle estatístico da unidade é feito por meio dos indicadores estatísticos, disponíveis nos sistemas de movimentação processuais.

A distribuição interna das atividades ocorre de acordo com as atribuições dos setores, conforme discorrido acima.

A Meta 10/2010 do CNJ vem sendo cumprida pela unidade.

Não houve mutirões para auxílio das atividades da Corregedoria Regional.

Em relação às inspeções nas unidades jurisdicionais, estas são realizadas obedecendo aos critérios:

- a) situação da vara, observada nos indicadores disponibilizados no sistema G4, sendo priorizadas aquelas que se encontram em situações mais críticas; e
- b) antiguidade da vara em relação à inspeção da gestão anterior.

Há formulários padronizados, nos quais existe item sobre a alienação antecipada de bens (conforme orientação do Fórum de Corregedores). Tais formulários são enviados às varas que serão inspecionadas com antecedência de um mês.

No tocante às metas do CNJ e do CJF, os dados são obtidos diretamente pelo sistema G4, não havendo necessidade de ser incluído item próprio nos formulários.

Não foram listados processos para inspeção na unidade. Não se constatou a existência de sindicância ou processo administrativo disciplinar contra magistrado em tramitação na corregedoria.

Não havia recomendações pendentes da inspeção anterior ou da autoinspeção.

Quanto às boas práticas desenvolvidas pela atual Corregedoria, pode ser destacado o acompanhamento especial das varas que compõem a 4ª Região, visando à equalização da carga de trabalho.

Nesse aspecto, são individualizadas as situações de um aumento anômalo da carga de trabalho, sem que possa ser atribuída ao mau funcionamento da vara, o que pode acontecer, por exemplo, com o julgamento de um representativo de controvérsia pelos tribunais superiores em relação a uma vara onde existem milhares de processos sobrestados em razão daquele tema. Em tal situação é designada uma unidade de apoio, até que o volume de processos volte à normalidade.

O acompanhamento especial pode resultar também na reformulação da competência dos juízos de primeiro grau, quando se observa uma distorção de demanda entre elas.

A Corregedoria Regional apontou como boa prática também a convocação, para participar das inspeções, de servidores especializados, lotados em varas de excelente rendimento e que possuem a mesma competência das que serão inspecionadas, favorecendo a troca de experiência entre servidores.

### **3. RECOMENDAÇÕES**

Não há recomendações específicas.

## II - GABINETES DE DESEMBARGADORES FEDERAIS

### GABINETES INTEGRANTES DA 1ª TURMA

#### DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DE FÁTIMA LABARRÈRE

**Especialidade:** Trabalhista e Tributária.

#### 1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

**1.1. Identificação:** Desembargadora Federal **MARIA DE FÁTIMA LABARRÈRE.**

**1.2. Órgãos de atuação:** 1ª Turma, 1ª Seção, Corte Especial e Plenário.

**1.3. Tempo de atuação neste acervo:** desde 4/9/2009.

No período de cinco anos, a Magistrada não requereu remoções internas.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Chefe do Gabinete e pela Assessora, pois a Desembargadora encontrava-se em licença médica.

#### 1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	Total	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	17	0	0	0	5	22	16
Inspeção/2016	16	0	1	0	5	22	15

A força de trabalho em exercício não sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em maio de 2014, contando, atualmente, com o mesmo número de auxiliares. Houve redução de 1 servidor na força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (fevereiro/2015)**	3.410
Acervo ajustado no TRF (janeiro/2016)**	2.940
Acervo de conclusos no Gabinete (fevereiro/2015)**	2.974
Acervo de conclusos no Gabinete (janeiro/2016)**	1.874
Acervo de sobrestados no Gabinete (fevereiro/2015)	5
Acervo de sobrestados no Gabinete (janeiro/2016)	6

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas de série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente do magistrado que ocupava à época o respectivo gabinete.

\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

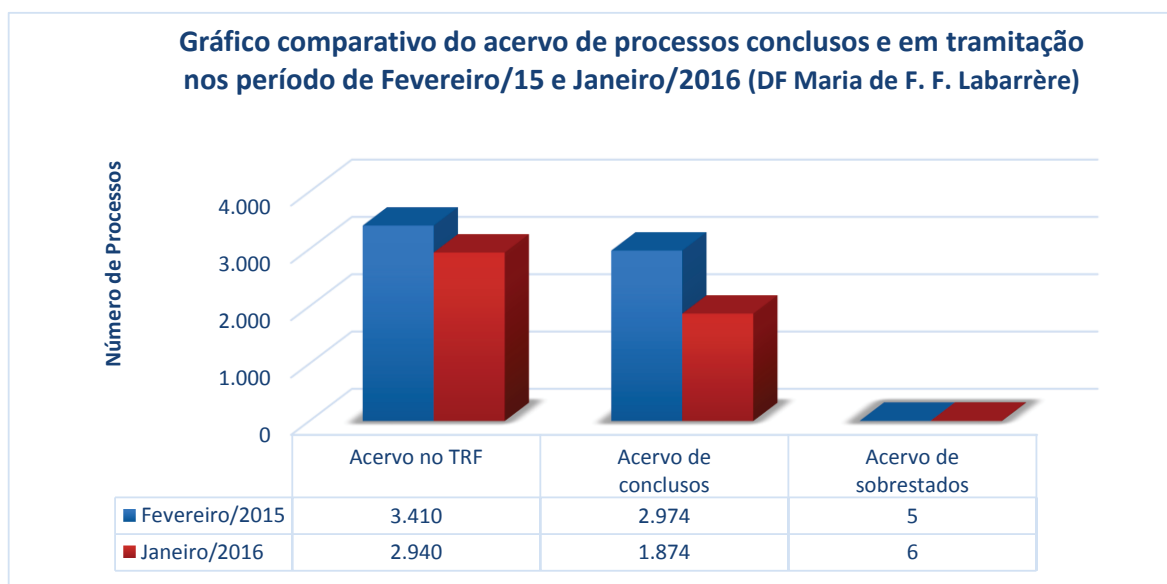
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos diminuiu em 1.100 e o de sobrestados subiu em 1.

Importante destacar que foram identificados 6 feitos sobrestados, sendo informado que o são por força de parcelamentos. Já com relação à repercussão geral ou enquadramento como recurso repetitivo, ficam sobrestados na Vice-Presidência.

O gabinete apresentou, em janeiro/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 1.874 processos conclusos, que quando cotejado com o número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 124,93 feitos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 470 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico a seguir:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (fevereiro/2015 a janeiro/2016)</b>	
<b>Total de Processos (entradas)*</b>	<b>5.040</b>
<b>Total de Processos (saídas)**</b>	<b>5.905</b>
<b>Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)</b>	<b>-865</b>
<b>Processos distribuídos</b>	<b>4.837</b>

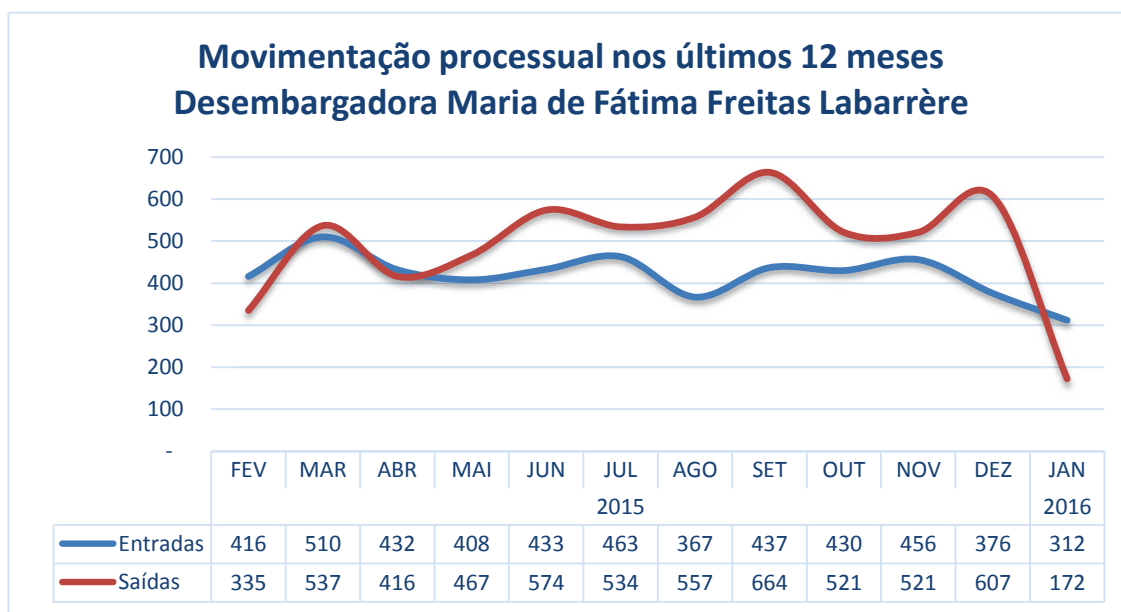
Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 5.040 e saída de 5.905 processos, resultando, assim, em redução do acervo, o que merece registro e reconhecimento por parte da Corregedoria como boa prática de gestão processual e administrativa.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de fevereiro/2015 a janeiro/2016:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (fevereiro/2015 a janeiro/2016)*</b>	
<b>Total de processos julgados por pauta</b>	<b>3.786</b>
<b>Total de processos julgados em mesa</b>	<b>9</b>
<b>Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa</b>	<b>1.938</b>
<b>TOTAL</b>	<b>5.733</b>
<b>Grau de recorribilidade em decisões monocráticas**</b>	<b>26%</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 5.733 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 4.837, ou seja, o número de julgados superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 9 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 1.938 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 26%.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (janeiro/2016)</b>	
<b>a. Embargos de Declaração</b>	<b>389</b>
<b>b. Agravo Legal/Regimental</b>	<b>58</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 389 embargos de declaração e 58 agravos legais/regimentais.

Existem 44 processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (janeiro/2016)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	<b>4</b>
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	<b>2</b>
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	<b>1</b>
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	<b>2</b>
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	<b>1</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2011)</b>	<b>22</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2012)</b>	<b>151</b>
<b>META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)</b>	<b>0</b>
<b>META 6/2016** (distribuídos até 2012)</b>	<b>0</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, no acervo de processos conclusos na unidade (1.874), o número de feitos distribuídos até 31/12/2012 e apurado em janeiro/2016 era de 183, representando 9,76%.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes em 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição:



PROCESSOS CONCLUSOS NOS GABINETES, **POR ANO DE DISTRIBUIÇÃO**, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

GAB. 13 (Des. Federal MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE)

ANOS	jan/14	jan/15	jan/16
1989	-	-	-
1990	-	1	-
1991	-	-	-
1992	-	2	-
1993	-	4	-
1994	-	2	-
1995	-	2	-
1996	-	1	-
1997	-	1	1
1998	-	-	-
1999	-	-	-
2000	-	1	-
2001	-	1	1
2002	-	2	-
2003	-	-	1
2004	1	-	1
2005	1	1	-
2006	-	2	3
2007	-	1	1
2008	-	1	1
2009	3	2	2
2010	6	7	1
2011	430	183	38
2012	920	422	176
2013	1.877	563	215
2014	299	1.417	356
2015	-	214	886
2016	-	-	191
<b>Total</b>	<b>3.549</b>	<b>2.830</b>	<b>1.874</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos conclusos em jan/2014 era de 3.549, atualmente há 1.874, tendo havido diminuição a partir de 2014. Verifica-se que a maior parte do acervo é do ano de 2015, restando poucos feitos anteriores ao ano de 2014, o que se revela um dado positivo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos majoritariamente há menos de três anos no TRF.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (janeiro/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	-
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado não informado

Neste universo não há processos que aguardam providências há mais de 30 dias.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	-
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se que não há processos sem movimentação há mais de 30 dias.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do novo Código de Processo Civil, da Lei 13.140/2015, que trata da mediação, e da Lei 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando seus procedimentos, merecendo destaque o fato de a Chefe do Gabinete estar fazendo o curso de atualização fornecido pelo Tribunal via EAD e transmitindo para os demais servidores.

### **3. ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA**

Dos 42 processos selecionados para inspeção, 35 foram inspecionados. Destes, 2 eram físicos e 33 eletrônicos. Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos físicos que tramitavam em unidades externas não foram inspecionados. O processo eletrônico não inspecionado teve sua competência declinada para outra especialidade após a data de corte dos dados colhidos pela Corregedoria.

A amostragem revelou a existência de 23 processos sem movimentação desde a distribuição, sendo o mais antigo do ano de 2011. Contudo, todos foram incluídos em pauta de julgamento para março de 2016.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

No acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Seja dado regular andamento, no prazo de 90 dias: 50248748720154040000 e 50304965020154040000 (conflitos de competência);

b) Acompanhar o julgamento, tendo em vista que se encontravam sem andamento desde a distribuição, e, em caso de retirada de pauta, providenciar o julgamento de forma célere:

50002381620104047119	50004099020114047004
50004146420114047117	50008134220104047210
50008981520114047203	50010886020114047111
50013480520134047100	50015002120114047101
50017837820104047004	50017936420114047109
50039670420104047102	50042615320104047200
50047919620114047208	50062472620114047000
50069954320114047102	50071974620134047200
50101972520114047200	50120766720114047200
50237973420114047000	50240796320114047100
50246694020114047100	50478425920124047100
50569094820124047100	

c) Acompanhar o julgamento e, em caso de retirada de pauta, providenciar o julgamento de forma célere: 50104212420144040000, 50114398020144040000 e 50146814720144040000; e

d) Acompanhar o julgamento dos autos em juízo de retratação e embargos declaratórios: 200871000227058, 200972050007553 e 50070198320114047001.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, não havendo acúmulo; ao contrário, verifica-se a redução contínua do acervo.

#### **4. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS**

a) Triagem inicial de processos pela assessora, os quais são distribuídos para elaboração de minutas de acordo com o perfil dos servidores;

b) Separação dos processos físicos por classe e assunto;

c) Especialização de servidores por matéria e/ou tipo de ação/recurso;

- d) Tratamento específico para feitos com prioridade legal ou Meta do CNJ;
- e) Controle do acervo, planejamento e avaliação periódica de atividades, por meio da estatística gerada via e-Proc;
- f) Controle de prazo para julgamento;
- g) Fixação das metas coletivas de trabalho pelo magistrado ou pelo Chefe do Gabinete, com participação dos servidores;
- h) *Feedback* contínuo aos servidores, engajando todos no cumprimento das metas estabelecidas;
- i) Acompanhamento das recomendações das inspeções anteriores;
- j) Controle rígido do acervo, por meio de estatísticas extraídas pela Chefe do Gabinete, o que permite sejam traçadas metas específicas;
- k) Estabelecimento metas coletivas, considerando que não seria equitativo comparar um servidor que redigisse uma minuta de autos complexos com outro que realizasse minutas de assuntos de matéria padrão;
- l) Estabelecimento metas semanais e celebração ao serem atingidas, ocorrendo diariamente *feedback* de quantos processos faltam para atingir a meta;
- m) Relato pela Chefe do Gabinete e pela assessora aceca da grande união da equipe, em sintonia com as determinações da Magistrada, o que está refletindo no bom resultado alcançado pelo gabinete nos últimos anos;
- n) Compartilhamento entre os servidores, pela Chefe do Gabinete, dos conhecimentos adquiridos em curso a distância de atualização ao novo CPC oferecido pelo Tribunal

## 5. RECOMENDAÇÕES

- a) Cumprir as recomendações lançadas pela equipe nos processos inspecionados (item 3);
- b) Priorizar os processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela, prolatadas há mais de noventa dias, ainda não levados para exame do colegiado;  
e
- c) Manter a linha de trabalho atual, que está gerando expressivos resultados.

## GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 1ª TURMA

### DESEMBARGADOR FEDERAL JOEL ILAN PACIORNIK

**Especialidade:** Trabalhista e Tributária

#### 1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

**1.1. Identificação:** Desembargador Federal **JOEL ILAN PACIORNIK**.

**1.2. Órgãos de atuação:** 1ª Turma, 1ª Seção, Corte Especial e Plenário.

**1.3. Tempo de atuação neste acervo:** Assumiu o gabinete como Juiz convocado desde fevereiro de 2006 e tomou posse como Desembargador Federal em 14/8/2006.

O Desembargador atua ainda como Vice-Diretor da EMAGIS e Diretor do Centro de Estudos Corporativos (CECORP), responsáveis pela formação, atualização e capacitação de juízes e servidores.

No período de cinco anos, o magistrado não requereu remoção.

Não há registro de juiz federal em auxílio ao gabinete, apenas de juiz convocado para período de férias.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

#### 1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	Total	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	18	0	0	0	4	22	16
Inspeção/2016	16	0	0	0	4	20	15

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em maio de 2014, contando, atualmente, com 2 auxiliares a menos. Houve redução de 1 servidor na força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (fevereiro/2015)**	3.024
Acervo ajustado no TRF (janeiro/2016)**	3.648
Acervo de conclusos no Gabinete (fevereiro/2015)**	2.636
Acervo de conclusos no Gabinete (janeiro/2016)**	2.776
Acervo de sobrestados no Gabinete (fevereiro/2015)	83
Acervo de sobrestados no Gabinete (janeiro/2016)	116

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas de série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente do magistrado que ocupava à época o respectivo gabinete.

\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

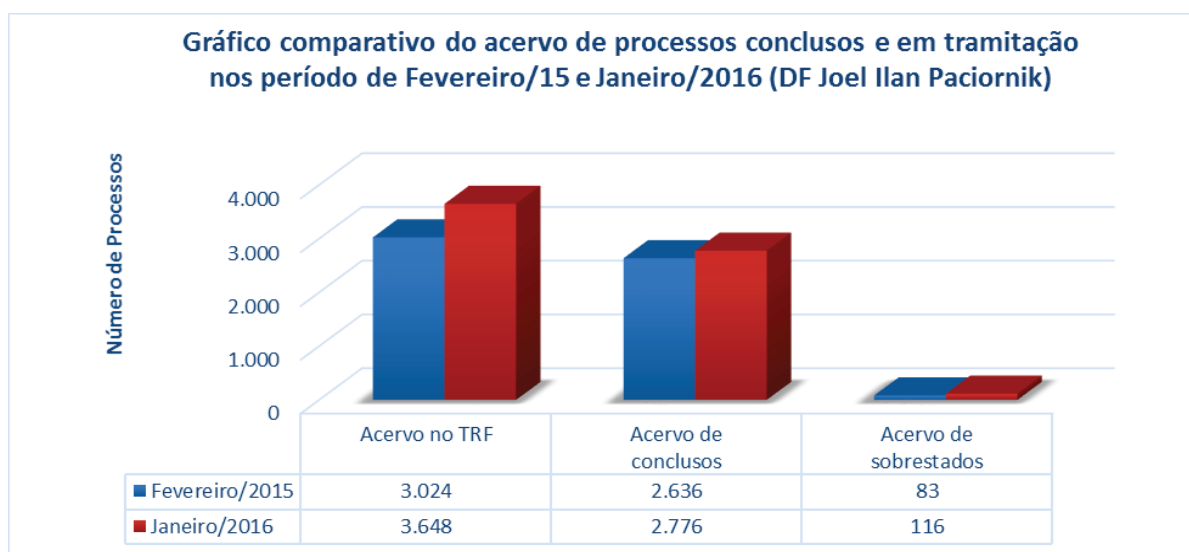
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos cresceu em 140 e o de sobrestados subiu em 33.

Importante destacar que foram identificados 116 feitos sobrestados no gabinete, sendo informado que, em sua grande maioria, o são por força de arguição de constitucionalidade ou processos de repercussão geral ou recursos repetitivos ainda não julgados.

O gabinete apresentou, em janeiro/2016, um saldo de processos em efetiva tramitação de 2.776 conclusos, que, quando cotejado com o número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 185,07 feitos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 624 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (fevereiro/2015 a janeiro/2016)</b>	
<b>Total de Processos (entradas)*</b>	<b>5.005</b>
<b>Total de Processos (saídas)**</b>	<b>4.263</b>
<b>Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)</b>	<b>742</b>
<b>Processos distribuídos</b>	<b>4.823</b>

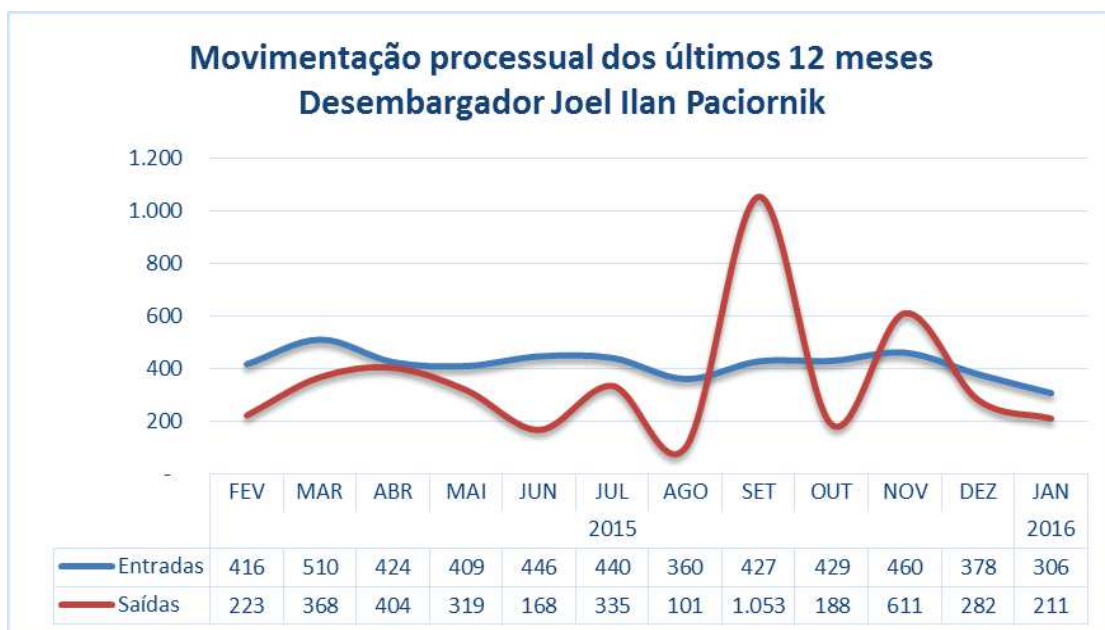
Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 5.005 feitos e saída de 4.263, resultando, assim, em aumento do acervo, o que merece atenção e adoção de medidas para a inversão do fluxo processual.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de fevereiro/2015 a janeiro/2016:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (fevereiro/2015 a janeiro/2016)*</b>	
Total de processos julgados por pauta	2.448
Total de processos julgados em mesa	21
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	1.590
<b>TOTAL</b>	<b>4.059</b>
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas**	22%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 4.059 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 4.823, ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (META 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 21 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 1.590 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 22%.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (janeiro/2016)</b>	
a. Embargos de Declaração	206
b. Agravo Legal/Regimental	30

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 206 embargos de declaração e 30 agravos legais/regimentais.

Existem 82 processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela, prolatadas há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (janeiro/2016)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	5
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	0
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	0
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	5
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	5
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	12
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;



Em relação à Meta 2 do CNJ, no acervo de processos concluídos na unidade (2.776), o número de distribuídos até 31/12/2012 e apurado em janeiro/2016 era de 27, representando 0,97%.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes em 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição:

PROCESSOS CONCLUÍDOS NOS GABINETES, POR ANO DE  
DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

GAB. 12 (Des. Federal JOEL ILAN PACIORNIK )

ANOS	jan/14	jan/15	jan/16
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	1	-
1995	-	-	-
1996	-	-	-
1997	-	-	-
1998	-	-	2
1999	-	-	-
2000	-	-	-
2001	-	-	-
2002	-	-	1
2003	-	-	1
2004	-	-	1
2005	-	-	-
2006	-	-	-
2007	1	1	-
2008	1	-	-
2009	6	1	-
2010	8	7	7
2011	163	17	8
2012	657	200	33
2013	1.951	543	199
2014	256	1.480	642
2015	-	180	1.665
2016	-	-	217
<b>Total</b>	<b>3.043</b>	<b>2.430</b>	<b>2.776</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Observa-se que os feitos mais antigos têm seu julgamento priorizado. O acervo de processos concluídos em jan/2014 era de 3.043 e, atualmente, há 2.776. Verifica-se que a maior parte do acervo é do ano de 2015, restando poucos feitos anteriores ao ano de 2014, o que é um dado positivo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e julgados prioritariamente por ordem de antiguidade.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (janeiro/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	2
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	-
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado não informado

Em janeiro/2016 constatou-se que havia 2 processos que aguardavam voto-vista. Todavia, no momento da inspeção restava apenas 1 processo, o de número 5038875-77.2015.4.04.0000, recebido em 28/01/2016 no gabinete.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (janeiro/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	3
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	-
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado não informado

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a existência de 3 processos conclusos para voto-vista, que estão incluídos na pauta de julgamento do dia 2/3/2016: 5042518-43.2015.4.04.0000, 5033126-22.2015.4.04.7100 e 5001960-48.2015.4.04.7107. Não há, pois, processos sem movimentação há mais de 30 dias.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do novo Código de Processo Civil, da Lei 13.140/2015, que trata da mediação, e da Lei 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando seus procedimentos, merecendo destaque o fato do desempenho do Desembargador visando à atualização e preparo dos servidores para lidarem com as futuras alterações do CPC.

### **3. ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA**

Dos 50 processos selecionados para inspeção, 47 foram inspecionados. Destes, 6 eram físicos e 41 eletrônicos. Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os 3 processos físicos que tramitavam em unidades externas - e, portanto, não estavam fisicamente disponíveis -, não foram inspecionados.

A amostragem revelou a existência de 22 processos sem movimentação desde a distribuição, o mais antigo remontando ao ano de 2012, sendo que consta em parte deles localizador sinalizando a inclusão dos autos em pauta.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

No acervo geral, não foram apurados processos extraviados.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Registrar a prioridade de idoso e providenciar o julgamento em 90 dias: 50031187720114047108 e 50044520920124047110;

b) julgar, no prazo de 90 dias:

200171100040508	200172050011399	200272010024910
200272030002324	00088214520094047108	50012475820104047201
50131022120114047000	50137238020144047204	50058158320114047104
50106004820124047009	50188639720114047108	

c) Acompanhar o julgamento e, em caso de retirada de pauta, providenciar o julgamento de forma célere:

00102953020124040000	50001244020104047002
50001482820114047004	50003753420104047107
50006074920104047009	50006358320114047008
50007132820124047013	50010933720104047202
50016048020114047208	50016459320104047107
50018900420104047108	50024652920124047015
50045412320124047113	50064955620114047108
50073762420114047208	50081897220114047104
50085009820124040000	50144910820114047108
50172688720114047100	50255826520104047000
50280157920144047201	50297092120154040000
50350871220124047000	50380542620144047108
50917587520144047100	

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, o acervo aumentou de 3.024 para 3.648 entre fevereiro de 2015 e janeiro de 2016. Percebe-se, entretanto, que esse acréscimo se deu no acervo recente, não havendo acúmulo significativo anterior a 2014.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade exige um plano de trabalho ou estratégia no sentido de se julgar maior número de processos, visando a que o quantitativo seja maior ou igual ao total de processos distribuídos (META 1 do CNJ).

#### **4. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS**

- a) Triagem inicial de processos por classe de ação e matéria na semana que chegam ao gabinete;
- b) Orientação de que os feitos sejam examinados por ordem de antiguidade;
- c) Tratamento específico para feitos com prioridade legal ou META CNJ;
- d) Especialização de servidores por matéria e/ou tipo de recurso/classe da ação, com servidores trabalhando exclusivamente com agravos de instrumento;
- e) Destinação de um servidor para controlar especificamente a movimentação interna dos processos distribuídos e conclusos ao gabinete, bem como aos outros órgãos;
- f) Atenção preferencial a processos adiados e com pedido de vista;
- g) Orientação no sentido de que embargos de declaração e agravos regimentais sejam julgados no prazo de 3 meses e os agravos de instrumento em 6 meses;
- h) Fixação das metas de trabalho pelo magistrado com participação dos gestores, que repassam para os servidores;
- i) Metas individuais de produtividade, sendo diferenciadas para os servidores que se encontram em regime de teletrabalho;
- j) Controle semanal de produtividade;
- k) Planejamento e avaliação periódica de atividades;
- l) Atendimento a advogados pelo Desembargador mediante agendamento e, no geral, sempre que comparecem ao gabinete;
- m) Acompanhamento das recomendações das inspeções anteriores; e
- n) Os servidores tratam de temas específicos, sendo que os 3 assessores tratam de todos os temas.

#### **5. RECOMENDAÇÕES**

- a) Cumprir recomendações lançadas pela equipe nos processos inspecionados (item 3);
- b) Priorizar os processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela, prolatadas há mais de noventa dias, ainda não levados para exame do colegiado;

c) Elaborar estratégia com a finalidade de julgar quantitativo maior de processos, de forma que o total de julgados seja igual ou maior que o total de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

## GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 1ª TURMA

### DESEMBARGADOR FEDERAL JORGE ANTONIO MAURIQUE

**Especialidade:** Trabalhista e Tributária.

#### 1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

**1.1. Identificação:** Desembargador Federal **JORGE ANTONIO MAURIQUE**.

**1.2. Órgãos de atuação:** 1ª Turma, 1ª Seção, Plenário.

**1.3. Tempo de atuação neste acervo:** desde agosto de 2012.

No período de cinco anos, o Magistrado requereu duas remoções internas, a saber: 6ª Turma/3ª Seção: de 24/2/2012 a 29/3/2012; e 4ª Turma/2ª Seção: de 30/3/2012 a 7/8/2012.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

#### 1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	Total	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	15	1	0	0	4	20	12
Inspeção/2016	17	0	0	0	0	17	14

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em maio de 2014, contando, atualmente, com 3 auxiliares a menos. Houve incremento de 2 servidores na força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (fevereiro/2015)**	1.214
Acervo ajustado no TRF (janeiro/2016)**	1.125
Acervo de conclusos no Gabinete (fevereiro/2015)**	451
Acervo de conclusos no Gabinete (janeiro/2016)**	305
Acervo de sobrestados no Gabinete (fevereiro/2015)	10
Acervo de sobrestados no Gabinete (janeiro/2016)	2

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas de série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente do magistrado que ocupava à época o respectivo gabinete.

\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

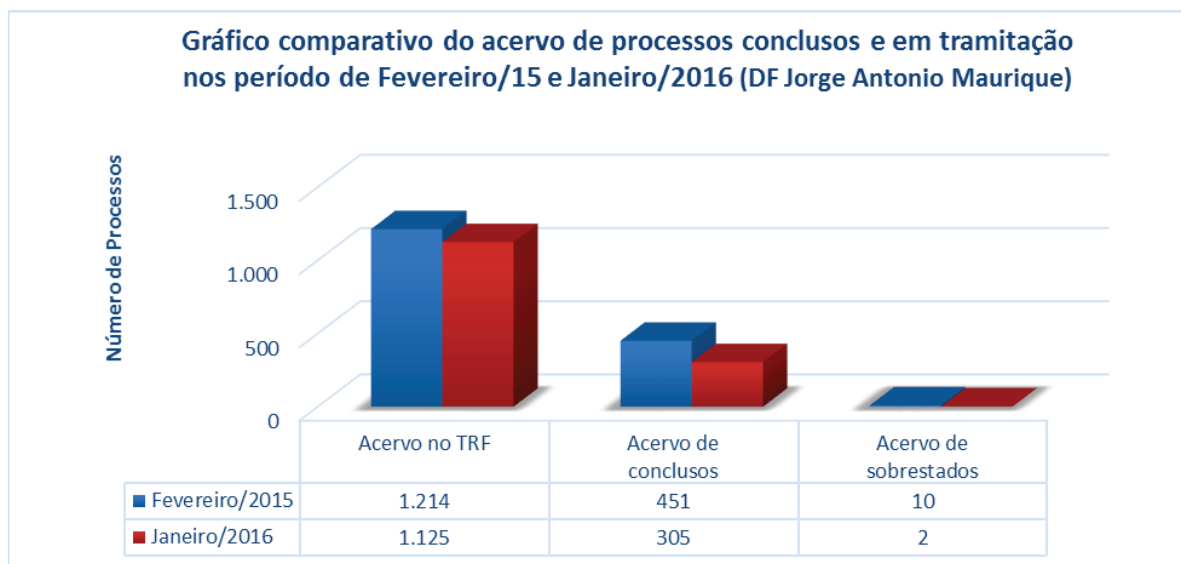
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos diminuiu em 146 e o de sobrestados reduziu em 8.

Importante destacar que foram identificados 2 feitos sobrestados, sendo informado que o são por força de arguição de constitucionalidade ou parcelamentos. Já com relação à repercussão geral ou enquadramento como recurso repetitivo, ficam sobrestados na Vice-Presidência.

O gabinete apresentou, em janeiro/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 305 conclusos, que, quando cotejado com o número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 21,79 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 89 de processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico a seguir:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (fevereiro/2015 a janeiro/2016)</b>	
<b>Total de Processos (entradas)*</b>	<b>5.013</b>
<b>Total de Processos (saídas)**</b>	<b>4.975</b>
<b>Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)</b>	<b>38</b>
<b>Processos distribuídos</b>	<b>4.830</b>

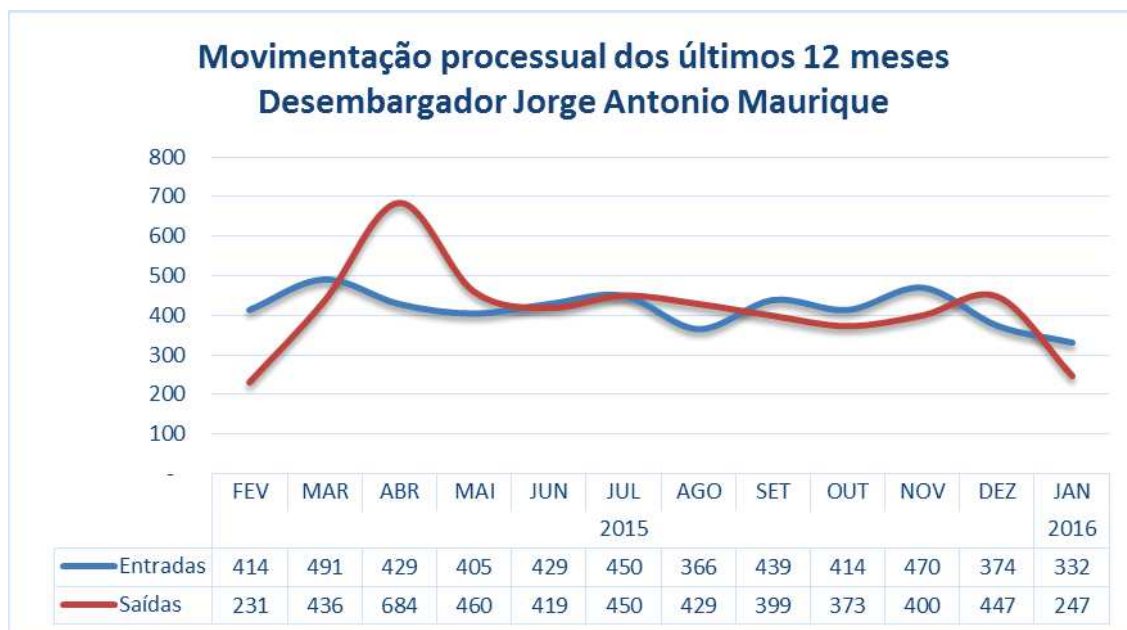
Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 5.013 e saída de 4.975 processos, resultando, assim, em aumento do acervo em 38.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de fevereiro/2015 a janeiro/2016:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (fevereiro/2015 a janeiro/2016)*</b>	
Total de processos julgados por pauta	<b>2.802</b>
Total de processos julgados em mesa	<b>12</b>
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	<b>1.971</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.785</b>
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas**	<b>24%</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 4.785 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de distribuídos foi de 4.830, ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ), por uma pequena margem de 45 processos.

No período em análise, foram julgados 12 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 1.971 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 24%.



PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (janeiro/2016)	
a. Embargos de Declaração	159
b. Agravo Legal/Regimental	34

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 159 embargos de declaração e 34 agravos legais/regimentais.

Existem 66 processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela, prolatadas há mais de 90 dias, ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (janeiro/2016)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	4
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	1
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	0
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	1
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	1
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	1
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, no acervo de processos conclusos na unidade (305), o número de distribuídos até 31/12/2012 e apurado em janeiro/2016 era de 8, representando 2,62%.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes em 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição:

PROCESSOS CONCLUSOS NOS GABINETES, **POR ANO DE DISTRIBUIÇÃO**, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

GAB. 11 (Des. Federal JORGE ANTONIO MAURIQUE)

ANOS	jan/14	jan/15	jan/16
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	-	-	-
1997	-	-	-
1998	-	-	-
1999	-	-	2
2000	-	-	-
2001	-	1	-
2002	-	-	-
2003	1	1	-
2004	-	1	2
2005	-	-	-
2006	1	-	1
2007	1	-	-
2008	8	3	-
2009	6	2	1
2010	25	2	1
2011	423	19	-
2012	476	31	1
2013	873	40	1
2014	264	319	1
2015	-	106	196
2016	-	-	99
<b>Total</b>	<b>2.078</b>	<b>525</b>	<b>305</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de conclusos em jan/2014 era de 2.078 e atualmente há somente 305. Houve expressiva diminuição dos feitos conclusos a partir de 2014. Verifica-se que a maior parte do acervo é de 2015, havendo raros feitos anteriores ao ano de 2014, o que representa um dado positivo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da META 2 CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos no ano 2015, portanto, com menos de dois anos de tramitação no TRF.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (janeiro/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	1
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	-
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado não informado

Constatou-se 1 processo que aguarda voto-vista junto a outro relator, o processo de número 50331262220154047100. Foi pedida vista na sessão de 25/11/2015, portanto há mais de trinta dias, constando, contudo, do andamento processual, ter sido pautado para 2/3/2016.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (janeiro/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	3
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	-
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado não informado

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a existência de 3 conclusos para voto-vista. Nessa situação não há processos sem movimentação há mais de 30 dias.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do novo Código de Processo Civil, da Lei 13.140/2015, que trata da mediação, e da Lei 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está aguardando a adequação do Regimento Interno à regulamentação do CPC e está atualizando seus procedimentos para as demais prioridades legais.

### **3. ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA**

Dos 9 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Destes, 4 eram físicos e 5 eletrônicos. Os autos físicos, localizados na unidade, estavam identificados e com registros processuais pertinentes. Não havia processo selecionado tramitando em unidade externa.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição no Tribunal.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, que inclusive foi reduzido de 1.214 para 1.125 entre fevereiro de 2015 e janeiro de 2016, sem problemas específicos.

#### **4. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS**

- a) Triagem inicial de processos;
- b) Classificação e separação física dos feitos;
- c) Tratamento específico para feitos com prioridade legal ou Meta do CNJ;
- d) Controle de prazo para julgamento;
- e) Fixação periódica das metas de trabalho com foco na Meta 1 do CNJ;
- f) Planejamento e avaliação mensal de atividades;
- g) Adoção de mutirão entre os servidores da unidade, quando necessário; e
- h) Atendimentos a advogados sempre no horário de expediente, sem hora marcada, por ordem de chegada, e, no caso de consulta aos autos, o servidor auxilia.

#### **5. OBSERVAÇÕES GERAIS**

A título de apontamentos específicos, o Desembargador informou que:

- a) assumiu o gabinete com acervo expressivo e estabeleceu com os servidores a meta de reduzi-lo num espaço de 3 anos;
- b) entende que a meta foi alcançada e vem procurando manter a movimentação dos processos no prazo de 30 dias, o que justifica o pequeno número de feitos selecionados; e
- c) no que concerne às alterações operadas no Código de Processo Civil, aguarda as adequações a serem promovidas pela Comissão de Regimento.

#### **6. RECOMENDAÇÕES**

Do que foi apurado, a única recomendação a ser registrada é a manutenção da linha de trabalho atual, que está gerando expressivos resultados.

## GABINETES INTEGRANTES DA 2ª TURMA

### DESEMBARGADOR FEDERAL OTÁVIO ROBERTO PAMPLONA

**Especialidade:** Trabalhista e Tributária.

#### 1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

**1.1. Identificação:** Desembargador Federal **OTÁVIO ROBERTO PAMPLONA**.

**1.2. Órgãos de atuação:** Plenário, Corte Especial, 1ª Seção e 2ª Turma.

**1.3. Tempo de atuação neste acervo:** desde 1º/9/2006.

No período de cinco anos, o magistrado não requereu remoções internas.

Houve convocação de juízes federais em auxílio ao gabinete no período abrangido pela inspeção, a saber: Juiz Federal Eduardo Vandrê Lema Oliveira Garcia, no período de 7/1/2015 a 6/2/2015; Juiz Federal Jairo Gilberto Schafer no período de 9/3/2015 a 7/6/2015 e Juíza Federal Cláudia Maria Dadico no período de 8/6/2015 a 20/8/2015.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Chefe do Gabinete e pela assessora, pois o Desembargador encontrava-se ausente por motivo de licença médica.

#### 1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	17	-	-	-	1	18	15
Inspeção/2016	17	-	-	-	3	20	15

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em maio de 2014, contando, atualmente, com 2 auxiliares a mais, sendo 2 estagiários. A quantidade de servidores na força de trabalho destinada à atividade-fim manteve-se inalterada.

## 2. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (fevereiro/2015)**	1.422
Acervo ajustado no TRF (janeiro/2016)**	1.247
Acervo de conclusos no Gabinete (fevereiro/2015)**	767
Acervo de conclusos no Gabinete (janeiro/2016)**	561
Acervo de sobrestados no Gabinete (fevereiro/2015)	45
Acervo de sobrestados no Gabinete (janeiro/2016)	126

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas de série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente do magistrado que ocupava à época o respectivo gabinete.

\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos diminuiu em 206 e o de sobrestados subiu em 81.

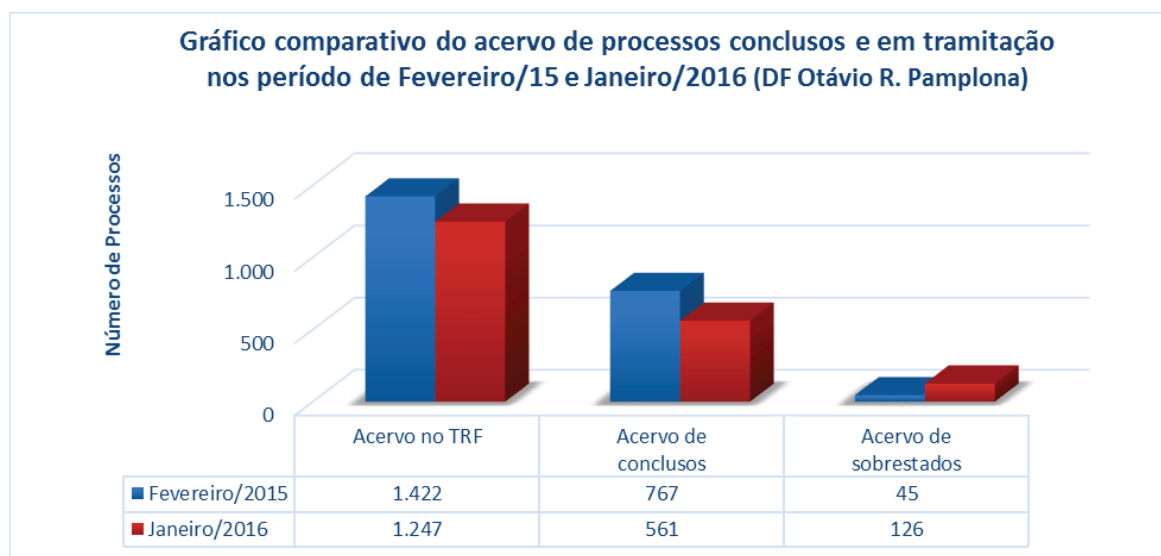
Importante destacar que a grande maioria dos processos sobrestados decorre de arguições de inconstitucionalidade pendentes de julgamento no próprio TRF. As arguições que mais motivaram sobrestamentos são as seguintes: 50372276220154040000 (protesto); 5051557-64.2015.4.04.0000 (ICMS); 5025380-97.2014.404.0000 (IRPJ Juros); 5029170-55.2015.4.04.0000 (FGTS – Lei Complementar n. 110); 0024181-04.2014.4.04.10008 (isenção de custas).

Com relação aos feitos sobrestados em decorrência de repercussão geral ou enquadramento como recurso repetitivo junto ao STF/STJ, em geral, permanecem sobrestados na Vice-Presidência.

O gabinete apresentou, em janeiro/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 561 processos conclusos, que, quando cotejado com o número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 37,4 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 175 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (fevereiro/2015 a janeiro/2016)</b>	
<b>Total de Processos (entradas)*</b>	<b>4.997</b>
<b>Total de Processos (saídas)**</b>	<b>5.017</b>
<b>Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)</b>	<b>-20</b>
<b>Processos distribuídos</b>	<b>4.844</b>

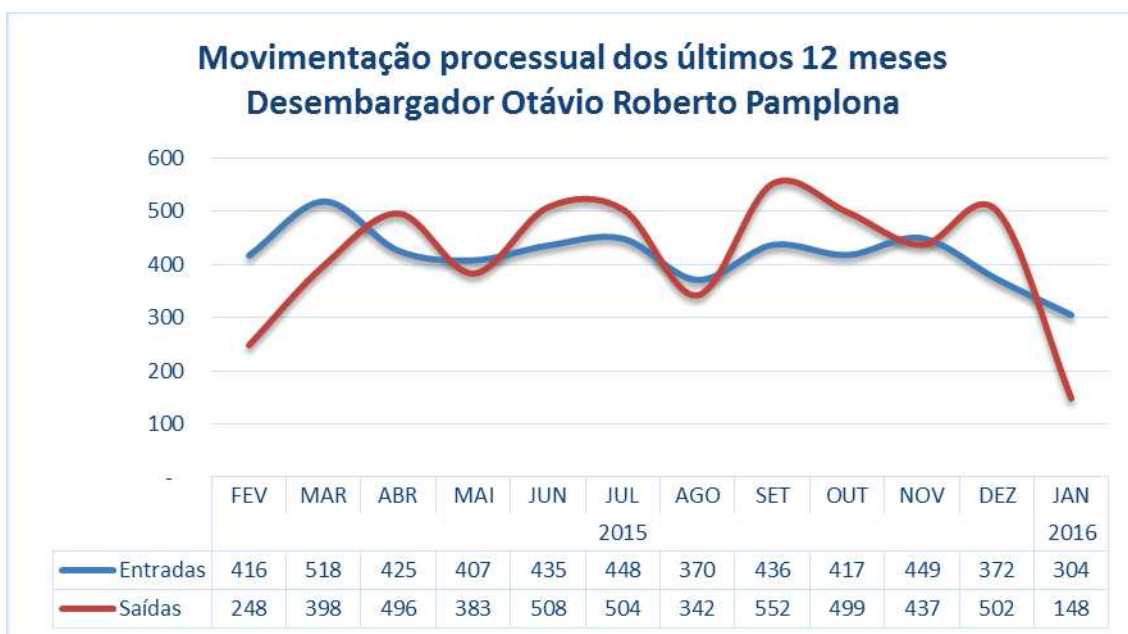
Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 4.997 e saída de 5.017 processos, resultando, assim, em redução do acervo, o que merece registro e reconhecimento por parte da Corregedoria como boa prática de gestão processual e administrativa.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de fevereiro/2015 a janeiro/2016:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (fevereiro/2015 a janeiro/2016)*</b>	
Total de processos julgados por pauta	<b>3.003</b>
Total de processos julgados em mesa	<b>8</b>
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	<b>1.815</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.826</b>
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas**	<b>26%</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 4.826 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 4.844, ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 8 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 1.815 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 26%.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (janeiro/2016)</b>	
a. Embargos de Declaração	<b>212</b>
b. Agravo Legal/Regimental	<b>66</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região



As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 212 embargos de declaração e 66 agravos legais/regimentais.

Existem 24 processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (janeiro/2016)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	<b>2</b>
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	<b>2</b>
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	<b>1</b>
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2011)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2012)</b>	<b>5</b>
<b>META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)</b>	<b>0</b>
<b>META 6/2016** (distribuídos até 2012)</b>	<b>0</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, no acervo de processos conclusos na unidade (561), o número de feitos distribuídos até 31/12/2012 e apurado em janeiro/2016 era de 10 processos, representando 1,78%.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes em 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição:

PROCESSOS CONCLUSOS NOS GABINETES, **POR ANO DE DISTRIBUIÇÃO**, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

GAB. 22 (Des. Federal OTÁVIO ROBERTO PAMPLONA)

ANOS	jan/14	jan/15	jan/16
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	1	-
1993	-	3	-
1994	-	-	-
1995	-	1	-
1996	-	4	-
1997	-	-	-
1998	-	-	-
1999	-	-	-
2000	-	-	-
2001	-	-	1
2002	1	1	-
2003	-	-	-
2004	-	-	1
2005	-	-	-
2006	-	-	-
2007	-	1	2
2008	-	2	1
2009	-	-	1
2010	4	2	-
2011	21	10	-
2012	70	10	7
2013	812	30	1
2014	189	500	14
2015	-	159	367
2016	-	-	166
<b>Total</b>	<b>1.097</b>	<b>724</b>	<b>561</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos conclusos, em jan/2014, era de 1.097; atualmente, há 561. Houve diminuição dos feitos a partir de 2014. Verifica-se que a maior parte do acervo é do ano de 2015, restando poucos feitos anteriores ao ano de 2014, o que se revela um dado positivo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha, em sua grande maioria, com processos distribuídos no ano 2015, portanto, com menos de dois anos de tramitação no TRF.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELADORES OU ÓRGÃOS (janeiro/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	1
Recebidos para declaração de voto	1
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	-
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado não informado

Constatou-se que em janeiro/2016 havia 1 processo aguardando voto-vista e 1 aguardando declaração de voto. Informou o gabinete que aguardava voto-vista o Processo 50033071620154047108 e declaração de voto o Processo 50372276220154040000. Todavia, não subsistem pendências, na medida em que ambos os feitos já foram julgados.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELADORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (janeiro/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	1
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	-
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado não informado

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a existência de 1 processo concluso para voto-vista. Informou o gabinete tratar-se do processo 50000677720144047003. Concluso para voto-vista desde 27/11/2015 e, segundo andamento processual, em 23/2/2016 registra inclusão na pauta de julgamento da sessão de 8/3/2016. Nessa situação, não há processos sem movimentação há mais de 30 dias.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, da Lei 13.140/2015, que trata da mediação, e da Lei 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos. Quanto às prioridades legais, são identificadas já na triagem e separação de tarefas. Com relação ao novo CPC, os servidores são orientados a realizar os cursos de atualização oferecidos pelo Tribunal.

### **3. ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA**

Dos 10 processos selecionados para inspeção, 8 foram inspecionados. Destes, 3 eram físicos e 5 eletrônicos. Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os feitos que não estavam fisicamente disponíveis foram examinados com base no respectivo extrato processual. Neste grupo estavam os autos físicos n. 00005569620134040000, com baixa definitiva

em 25/1/2016 e n. 00077932120124040000 com carga à Procuradoria da Fazenda Nacional em 19/2/2016.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e as constantes dos autos físicos.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Na listagem, não constaram processos extraviados.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, não havendo acúmulo; ao contrário, verifica-se a redução contínua do acervo.

#### **4. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS**

Com relação a triagem inicial de processos, classificação e especialização de servidores por matéria, verificou-se que os processos são separados por classe, assunto, partes, ano de autuação, urgência e prioridade de atendimento e/ou preferência. O acervo virtual, assim como o físico, é distribuído por localizadores específicos gerados no próprio sistema e o gabinete utiliza como ferramenta de mensuração o próprio controle de acervo do e-Proc.

O controle da movimentação interna (intimações de despachos e decisões e vista ao MPF) é feito pela Chefe do Gabinete e pela assessora, que direcionam as prioridades e também atuam na área-fim, em matérias específicas e de competência originária. O assessor adjunto coordena um grupo de três servidores que respondem pelos agravos de instrumento. A diretora de núcleo coordena um grupo de quatro servidores responsáveis pela elaboração de minutas de voto de execuções fiscais, embargos à execução, embargos à arrematação e embargos de terceiros. Os demais servidores (4 ao total) respondem pelas matérias remanescentes do gabinete.

Quanto ao controle de prazos e de processos pendentes de julgamento, verificou-se que há também um servidor destacado para atuar na área administrativa da unidade, controlando a elaboração de pautas.

O pouco acervo físico ainda concluso permanece em armário específico ou nas mesas de trabalho dos próprios servidores quando atuam nos autos.

Há fixação de metas de desempenho exclusivamente coletivas verificadas mensalmente, bem como controle de produtividade diário e individual, o que revela planejamento e avaliação periódica de atividades.

Quanto ao atendimento a advogados, é feito diretamente pelo Desembargador, independentemente de marcação de horário, informando o gabinete, no entanto, que a praxe tem sido o agendamento telefônico prévio.

Não foram identificados processos da inspeção anterior, o que indica o cumprimento e acompanhamento das recomendações transmitidas à unidade.

Como boas práticas foram citadas a rápida triagem dos processos distribuídos, os localizadores específicos por matéria como instrumento que facilita a movimentação e identificação de prioridades, a afinidade e o espírito de equipe, bem como a fácil, imediata e direta comunicação dos servidores com o Desembargador.

Foi ainda destacado pela unidade que desde 12/2012 passaram a adotar o teletrabalho, ou trabalho à distância, conforme acordo do setor, dois dias por semana, colhendo resultados positivos, com o aumento da produtividade e a melhoria da qualidade de vida do servidor. Essa rotina de trabalho foi regulamentada pela Resolução n. 92, de 28/5/2013, do TRF da 4ª Região.

## **5. OBSERVAÇÕES GERAIS**

A unidade demonstrou rígido controle do acervo, preencheu integralmente o questionário previamente enviado para autoavaliação e forneceu rapidamente todos os dados solicitados durante o curso da inspeção.

Quanto à produtividade, não foram constatados problemas específicos no tocante à gestão administrativa, triagem dos feitos ou prioridade de julgamento com vistas ao cumprimento das metas, verificando-se que predominam no estoque do gabinete processos novos (em sua grande maioria distribuídos em 2015).

Quanto ao fluxo processual, mostrou-se negativo no período inspecionado, em reduzida margem (20 feitos), permanecendo o acervo do gabinete controlado. Embora o gabinete não tenha cumprido a META 1 do CNJ, não a alcançou por diferença de apenas 18 processos (0,37% da distribuição no período).

Constatou-se também que o acréscimo de feitos sobrestados decorre do grande número de arguições de inconstitucionalidade e temas de repercussão geral envolvendo a especialidade temática do gabinete (matéria tributária especialmente).

## **6. RECOMENDAÇÕES**

Do que foi apurado, a única recomendação a ser registrada é a manutenção da linha de trabalho atual, que está gerando expressivos resultados.

## GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 2ª TURMA

### DESEMBARGADOR FEDERAL RÔMULO PIZZOLATTI

**Especialidade:** Trabalhista e Tributária.

#### 1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

**1.1. Identificação:** Desembargador Federal **RÔMULO PIZZOLATTI**.

**1.2. Órgãos de atuação:** Plenário, Corte Especial, 1ª Seção e 2ª Turma.

**1.3. Tempo de atuação neste acervo:** desde 28/11/2011.

No período de cinco anos, o magistrado requereu remoções internas, a saber: deixou em 28/9/2011 gabinete de competência previdenciária da 5ª Turma para assumir o gabinete inspecionado, de competência tributária/trabalhista, integrando a 2ª Turma e recebendo-o com acervo de 1486 processos conclusos.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

#### 1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	13	-	-	-	4	17	12
Inspeção/2016	13	-	-	-	3	16	12

A força de trabalho sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em maio de 2014, contando, atualmente, com 16 auxiliares. Não houve redução do número de servidores, mas o gabinete passou a contar com menos 1 estagiário. O gabinete informou que 1 servidora encontra-se em licença maternidade iniciada em 1º/2/2016, fora da data de corte do período inspecionado.

## 2. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (fevereiro/2015)**	2.196
Acervo ajustado no TRF (janeiro/2016)**	1.848
Acervo de conclusos no Gabinete (fevereiro/2015)**	1.623
Acervo de conclusos no Gabinete (janeiro/2016)**	1.188
Acervo de sobrestados no Gabinete (fevereiro/2015)	31
Acervo de sobrestados no Gabinete (janeiro/2016)	89

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas de série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente do magistrado que ocupava à época o respectivo gabinete.

\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

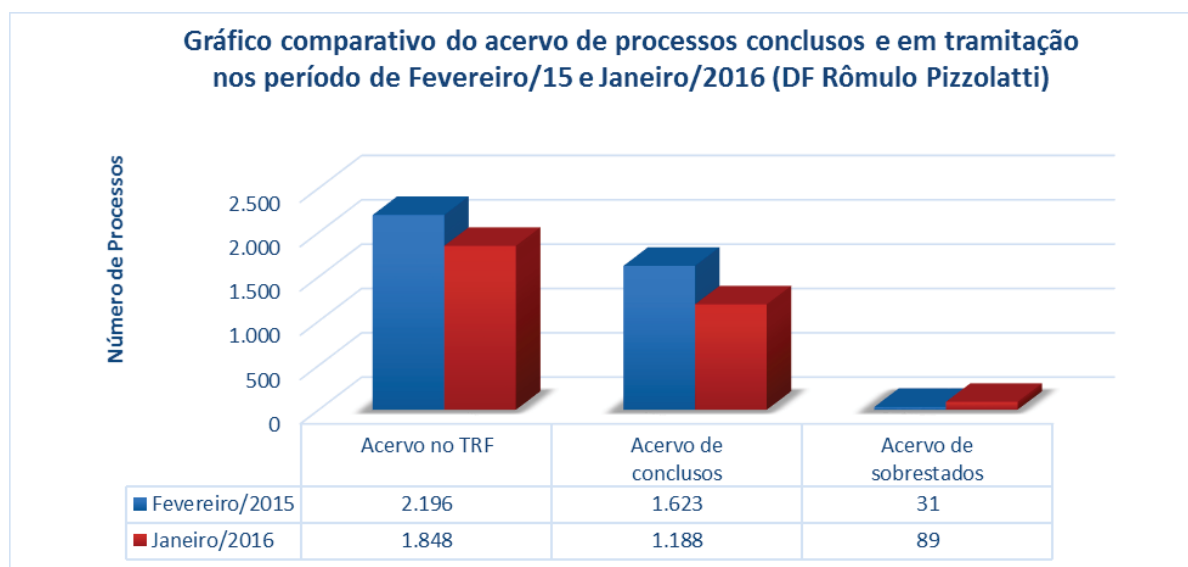
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos diminuiu em 435 e o de sobrestados subiu em 58.

Importante destacar que foram identificados 89 processos sobrestados, em sua grande maioria por força de arguições de inconstitucionalidade pendentes de julgamento no TRF. As arguições que mais motivaram sobrestamentos são as seguintes: 5037227-62.2015.4.04.0000 (protesto); 5051557-64.2015.4.04.0000 (ICMS); 5025380-97.2014.4.04.0000 (IRPJ Juros); 5029170-55.2015.4.04.0000 (FGTS – Lei Complementar nº 110); além de processos pontualmente sobrestados por força de parcelamento ou aguardando definição em exceção de suspeição.

Com relação aos feitos sobrestados em decorrência de repercussão geral ou enquadramento como recurso repetitivo junto ao STF/STJ, em geral, permanecem sobrestados na Vice-Presidência.

O gabinete apresentou, em janeiro/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 1.188 processos conclusos, que, quando cotejado com o número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 99 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 348 processos. O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (fevereiro/2015 a janeiro/2016)</b>	
<b>Total de Processos (entradas)*</b>	<b>4.995</b>
<b>Total de Processos (saídas)**</b>	<b>5.298</b>
<b>Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)</b>	<b>-303</b>
<b>Processos distribuídos</b>	<b>4.859</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

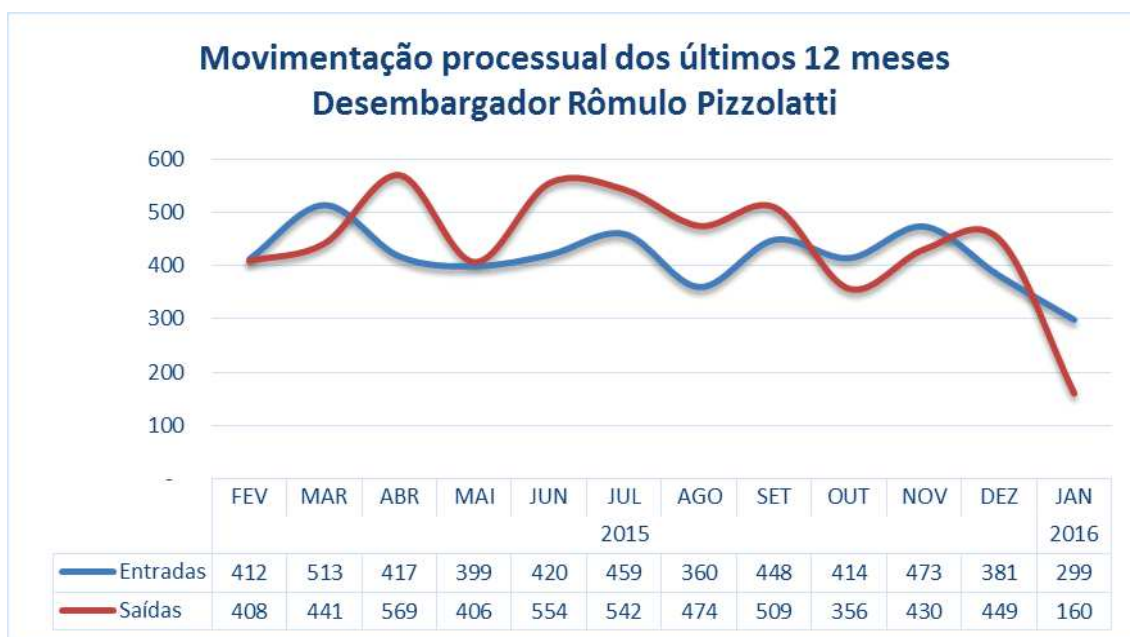
Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 4.995 e saída de 5.298 processos, resultando, assim, em redução do acervo em 303 feitos, o que merece registro e reconhecimento por parte da Corregedoria como boa prática de gestão processual e administrativa.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de fevereiro/2015 a janeiro/2016:





Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (fevereiro/2015 a janeiro/2016)*</b>	
Total de processos julgados por pauta	<b>3.297</b>
Total de processos julgados em mesa	<b>23</b>
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	<b>1.769</b>
<b>TOTAL</b>	<b>5.089</b>
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas**	<b>31%</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 5.089 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 4.859, ou seja, o número de julgados superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 23 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 1.769 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 31%.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (janeiro/2016)</b>	
a. Embargos de Declaração	<b>398</b>
b. Agravo Legal/Regimental	<b>89</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 398 embargos de declaração e 89 agravos legais/regimentais.

Existem 62 processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (janeiro/2016)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	<b>5</b>
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	<b>1</b>
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2011)</b>	<b>9</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2012)</b>	<b>6</b>
<b>META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)</b>	<b>0</b>
<b>META 6/2016** (distribuídos até 2012)</b>	<b>0</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, no acervo de processos conclusos na unidade (1.188), o número de distribuídos até 31/12/2012 e apurado em janeiro/2016 era de 21 feitos, representando 1,76%.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existente em 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição:

PROCESSOS CONCLUSOS NOS GABINETES, POR ANO DE  
DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

**GAB. 23 (Des. Federal RÔMULO PIZZOLATTI)**

ANOS	jan/14	jan/15	jan/16
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	1	1
1995	-	-	-
1996	-	2	1
1997	-	-	-
1998	-	1	1
1999	-	-	1
2000	-	1	-
2001	-	1	1
2002	-	-	-
2003	-	1	2
2004	-	1	1
2005	-	-	-
2006	-	2	-
2007	-	-	-
2008	1	2	-
2009	-	1	1
2010	4	4	2
2011	53	13	12
2012	156	20	9
2013	1.203	102	18
2014	235	1.238	95
2015	-	244	831
2016	-	-	212
<b>Total</b>	<b>1.652</b>	<b>1.634</b>	<b>1.188</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos concluídos em jan/2014 era de 1.652; atualmente, há 1.188. Houve diminuição dos feitos concluídos a partir de 2014. Verifica-se que a maior parte do montante é do ano de 2015, restando poucos feitos anteriores ao ano de 2014, o que revela um dado positivo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha, em sua grande maioria, com processos distribuídos no ano de 2015, portanto, com menos de dois anos de tramitação no TRF e conta com apenas 11 distribuídos há mais de 5 anos e 21 enquadrados na Meta 2 do CNJ entre concluídos ao gabinete.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELADORES OU ÓRGÃOS (janeiro/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	1
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	-
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado não informado

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão. Existe 1 processo aguardando voto-vista. Informou o gabinete tratar-se do processo n. 50334677320144047200 que, embora aguardando providências há mais de 30 dias, encontra-se sobrestado no gabinete da Desembargadora Federal Luciane Amaral Corrêa Munch, em razão de decisão determinando sobrestamento até julgamento da arguição de inconstitucionalidade n. 5032663-08.2014.4.04.7200 pela Corte Especial.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELADORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (janeiro/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	1
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	-
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado não informado

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a existência de 1 para voto-vista. Informou o gabinete tratar-se dos autos n. 50033071620154047108. O processo não permaneceu paralisado. Foi concluso para voto vista em 16/12/2015 e julgado na sessão de 3/2/2016, atualmente pendendo de apreciação de embargos declaratórios apresentados em 19/2/2016, estando, portanto, com trâmite regular.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, da Lei 13.140/2015, que trata da mediação, e da Lei 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos. Quanto às prioridades legais, são identificadas já na triagem e separação de tarefas. Com relação ao novo CPC, os servidores são orientados a realizar os cursos de atualização oferecidos pelo Tribunal.

### **3. ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA**

Dos 39 processos selecionados para inspeção, 34 foram inspecionados. Destes, 10 eram físicos e 24 eletrônicos. Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis foram examinados com base no respectivo extrato processual.

São eles: 00003571120124040000, 00035771720124040000, 00062049120124040000, 199804010309680 e 9404254622.

A amostragem revelou a existência de 1 processo sem movimentação desde a distribuição. Trata-se dos autos de n. 50426585920114047100.

Na unidade não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Na listagem, não constaram processos extraviados.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Julgamento no prazo de 90 dias:

50587411920124047100	50172301620134047000	00245417020134049999
00071519320094047100	00150608320134049999	50028368720124047210
50025192520114040000	00043809220154040000	00039850320154040000
00020381620124040000	50288778520154040000	00038276520094047110
50003326720104047117		

b) Imediata regularização do processamento, com registro de atos, no prazo de 30 dias: 50024252620124047119, 50051437620134040000 e 50062893120144047110;

c) Imediata movimentação e processamento aos autos paralisados desde a distribuição: 50426585920114047100;

d) Acompanhar a sessão de julgamento de 17/3/2016 para célere reinclusão no caso de retirada de pauta ou adiamento: 50018137420104047211.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, não havendo acúmulo; ao contrário, verifica-se a redução do acervo, sobretudo a partir do ano de 2015.

#### 4. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

Com relação à triagem inicial de processos, classificação e especialização de servidores por matéria, informou o gabinete que os processos são organizados por localizadores assim que distribuídos, identificados por tipo de matéria (assunto) e

movimentados conforme seu andamento com o registro dos eventos respectivos nos sistemas GEDPRO, SIAPRO e e-Proc.

Utilizam ainda como sistemas auxiliares: planilha de estatística mensal de ingressos e saídas de processos; controle de acervo pelo sistema e-Proc e subsídios buscados no sistema G4, sendo então distribuídos entre os servidores de acordo com a capacitação e desempenho.

Quanto aos processos físicos, são localizados em armários ou diretamente sobre as mesas dos servidores, com sua localização devidamente cadastrada no sistema SIAPRO.

No que toca ao tratamento específico para feitos com prioridade legal ou Meta do CNJ, informou o gabinete que a identificação ocorre já na primeira triagem, sendo o acervo de processos das metas do CNJ remanescentes bastante reduzido. No tocante aos demais, observa-se a ordem de antiguidade dos feitos, com foco nas tutelas antecipadas requeridas.

Há fixação de metas de desempenho coletivas verificadas mensalmente, bem como controle diário de produtividade individual, o que revela planejamento e avaliação periódica de atividades.

O gabinete também informou que eventualmente, com vistas a fazer frente a acervo acumulado ou a processos mais complexos, adota mutirão de servidores na atividade interna.

O atendimento a advogados ocorre pessoalmente, por telefone ou por *e-mail*, pelos servidores do gabinete. O Desembargador fixa um dia da semana para atendimento aos advogados e partes. Os autos, desde que não guardem registro de sigilo, são de livre acesso para consulta.

O controle estatístico da unidade é feito por planilhas extraídas dos sistemas SIAPRO, GEDPRO, e-Proc e G4.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior, o que indica cumprimento e acompanhamento das recomendações anteriormente transmitidas à unidade.

Como boas práticas, foram destacadas a triagem dos processos no mesmo dia do ingresso e a distribuição em localizadores próprios ou aos servidores para pronta análise e encaminhamento, conforme a condição do processo (competência, matéria assentada, decisão monocrática de mero expediente ou terminativa).

## **5. OBSERVAÇÕES GERAIS**

O gabinete demonstrou boa organização, preencheu integralmente o questionário previamente enviado para autoavaliação e forneceu rapidamente todos os dados solicitados durante o curso da inspeção.

Quanto à produtividade, não foram constatados problemas específicos no tocante à gestão administrativa, verificando-se que predominam no estoque do gabinete processos novos, em sua grande maioria distribuídos em 2015, sendo informado que, em regra, o tempo médio de tramitação dos feitos é de 241,3 dias.

Quanto ao fluxo processual, mostrou-se significativamente negativo no período inspecionado, com redução de 303 feitos, permanecendo o acervo do gabinete controlado, embora superior àquele constatado nos demais gabinetes integrantes da 2ª Turma.

Registrou-se redução tanto do acervo total em trâmite no TRF quanto do número de processos conclusos na unidade e, embora o montante do gabinete seja superior aos demais integrantes da 2ª Turma, foi o único dentre os três gabinetes que cumpriu a Meta 1 do CNJ, também com significativa margem de 230 feitos.

Com a relação aos processos da Meta 2 do CNJ (distribuídos até 2012) houve redução significativa. No acervo de processos conclusos na unidade (1.188), o número de feitos distribuídos até 31/12/2012 e apurados em janeiro/2016 era de 21 processos, representando 1,76%.

Constatou-se, outrossim, acréscimo de feitos sobrestados, isso em razão do grande número de arguições de inconstitucionalidade e temas de repercussão geral envolvendo a especialidade temática do gabinete (matéria tributária especialmente).

Na análise processual não foi verificada deficiência sistêmica grave, sendo pontuais os ajustes a serem adotados pela unidade, conforme relatório de observações.

O Desembargador Rômulo Pizzolatti destacou que compõe o Tribunal desde 2006, passando à competência tributária/trabalhista há cerca de 8 anos, focando na qualidade dos servidores e do trabalho, e não só na quantidade de processos movimentados.

No que toca às alterações do novo CPC, relata ter procurado estabelecer com os colegas da Turma um alinhamento de entendimentos nos julgamentos com vista a reduzir o número de embargos infringentes, pois, na sua compreensão, o julgamento desses incidentes na forma do novo CPC será o maior gargalo gerado com as novas alterações.

## **6. RECOMENDAÇÕES**

- a) Cumprir as recomendações lançadas pela equipe nos processos inspecionados (item 3);
- b) Priorizar o exame de feitos conclusos para reexame por força dos arts. 543-B e C do CPC; e

c) Priorizar o julgamento dos agravos de instrumento com antecipação de tutela deferida, embargos de declaração e agravos regimentais conclusos há mais de 30 dias.



**GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 2ª TURMA**

**DESEMBARGADORA FEDERAL LUCIANE CORRÊA MÜNCH**

**Especialidade:** Trabalhista e Tributária.

**1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS**

**1.1. Identificação:** Desembargadora Federal **LUCIANE CORRÊA MÜNCH.**

**1.2. Órgãos de atuação:** Plenário, 1ª Seção e 2ª Turma.

**1.3. Tempo de atuação neste acervo:** desde 27/11/2007.

No período de cinco anos, a Magistrada não requereu remoções internas.

Atualmente funciona em substituição a Juíza Federal Convocada Carla Evelise Justino Hendges, com designação para o período de 7/1/2016 a 9/3/2016, em razão do afastamento da Desembargadora.

Outras duas convocações para auxílio ocorreram no ano de 2015: Juiz Federal Convocado Jairo Gilberto Schaffer, entre 15/1/2015 e 31/2/2015, e Juíza Federal Convocada Carla Evelise Justino Hendges, entre 26/3/2015 e 19/12/2015. Vale consignar, quanto a este último período de substituição, que durante as férias da Juíza Carla Evelise a convocação foi assumida pelo Juiz Federal Andrei Pitten Veloso entre 25/5/15 a 23/6/2015.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Juíza Federal Convocada Carla Evelise, atuando em substituição a Desembargadora.

**1.4. Quadro de pessoal:**

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	16	-	-	-	3	19	16
Inspeção/2016	16	-	-	-	3	19	16

A força de trabalho em exercício não sofreu alteração em relação à existente na inspeção realizada em maio de 2014.

## 2. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*</b>	
<b>Acervo ajustado no TRF (fevereiro/2015)**</b>	<b>1.288</b>
<b>Acervo ajustado no TRF (janeiro/2016)**</b>	<b>1.080</b>
<b>Acervo de conclusos no Gabinete (fevereiro/2015)**</b>	<b>784</b>
<b>Acervo de conclusos no Gabinete (janeiro/2016)**</b>	<b>529</b>
<b>Acervo de sobrestados no Gabinete (fevereiro/2015)</b>	<b>48</b>
<b>Acervo de sobrestados no Gabinete (janeiro/2016)</b>	<b>145</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas de série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente do magistrado que ocupava à época o respectivo gabinete.

\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

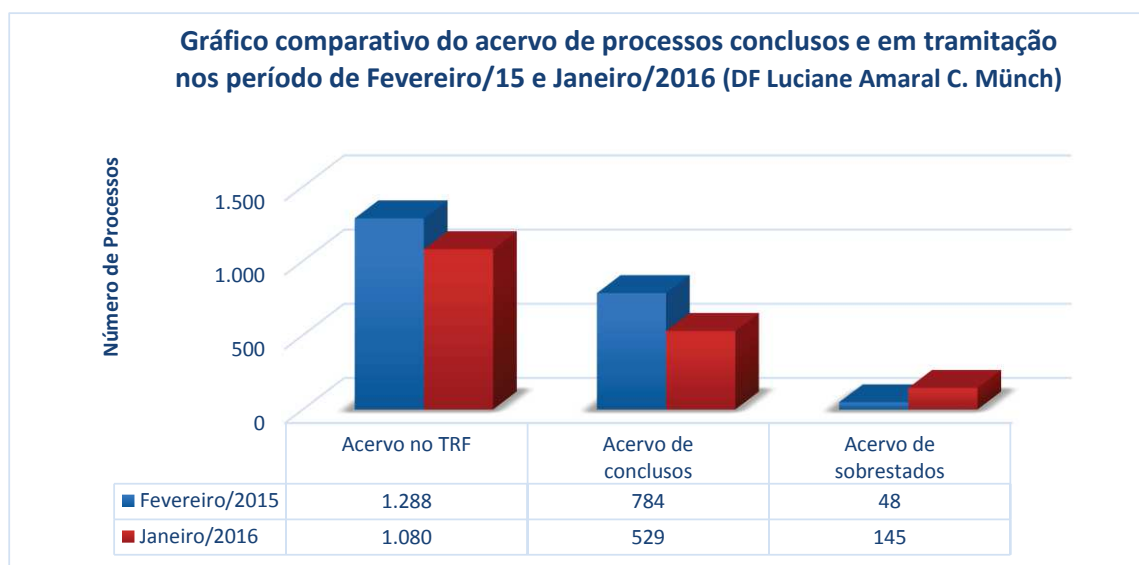
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos diminuiu em 255 e o de sobrestados subiu em 97.

Importante destacar que foram identificados 145 processos sobrestados, em sua grande maioria por força de arguições de inconstitucionalidade pendentes de julgamento no TRF. As arguições que mais motivaram sobrestamentos são as seguintes: 50372276220154040000 (protesto); 5051557-64.2015.4.04.0000 (ICMS); 5025380-97.2014.404.0000 (IRPJ Juros); 5029170-55.2015.4.04.0000 (FGTS – Lei Complementar n. 110); 0024181-04.2014.4.04.10008 (isenção de custas).

Os feitos sobrestados em decorrência de repercussão geral ou enquadramento como recurso repetitivo junto ao STF/STJ, em geral, permanecem sobrestados na Vice-Presidência.

O gabinete apresentou, em janeiro/2016, um saldo em efetiva tramitação de 529 processos conclusos, que, quando cotejado com o número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 33,06 feitos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 208 processos. O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (fevereiro/2015 a janeiro/2016)</b>	
<b>Total de Processos (entradas)*</b>	<b>5.001</b>
<b>Total de Processos (saídas)**</b>	<b>5.021</b>
<b>Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)</b>	<b>-20</b>
<b>Processos distribuídos</b>	<b>4.855</b>

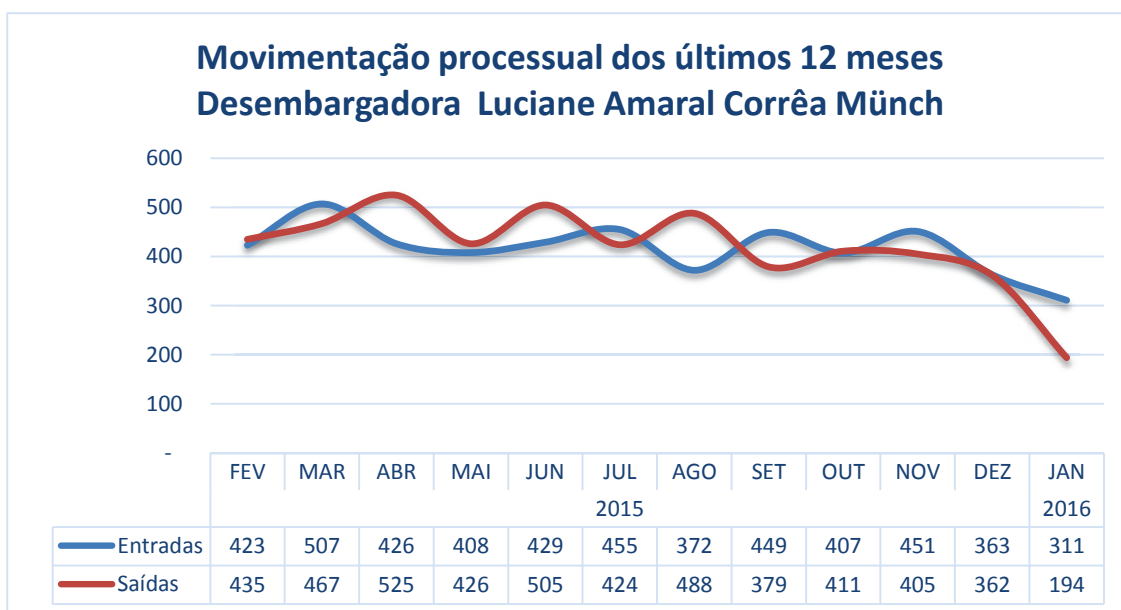
Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 5.001 processos e saída de 5.021, resultando, assim, em redução do acervo, o que merece registro e reconhecimento por parte da Corregedoria como boa prática de gestão processual e administrativa.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de fevereiro/2015 a janeiro/2016:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (fevereiro/2015 a janeiro/2016)*</b>	
Total de processos julgados por pauta	<b>2.627</b>
Total de processos julgados em mesa	<b>9</b>
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	<b>2.199</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.835</b>
<b>Grau de recorribilidade em decisões monocráticas**</b>	<b>26%</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 4.835 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 4.855, ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos por estreita margem (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 9 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 2.199 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 26%.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (janeiro/2016)</b>	
a. Embargos de Declaração	<b>157</b>
b. Agravo Legal/Regimental	<b>75</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 157 embargos de declaração e 75 agravos legais/regimentais.

Existem 24 processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (janeiro/2016)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	<b>5</b>
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	<b>1</b>
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2011)</b>	<b>3</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2012)</b>	<b>2</b>
<b>META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)</b>	<b>0</b>
<b>META 6/2016** (distribuídos até 2012)</b>	<b>0</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, no acervo de processos conclusos na unidade (529), o número de feitos distribuídos até 31/12/2012 e apurado em janeiro/2016 era de 11, representando 2,079%.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes em 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição:

PROCESSOS CONCLUSOS NOS GABINETES, POR ANO DE  
DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

GAB. 21 (Des. Federal LUCIANE AMARAL CORRÊA MÜNCH)

ANOS	jan/14	jan/15	jan/16
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	1	-
1993	-	-	-
1994	-	1	-
1995	-	-	-
1996	-	-	-
1997	-	-	-
1998	-	-	-
1999	-	-	-
2000	-	-	2
2001	-	-	1
2002	-	-	-
2003	1	-	-
2004	-	-	2
2005	-	-	-
2006	-	-	-
2007	1	-	-
2008	1	1	2
2009	2	-	1
2010	3	1	-
2011	26	9	3
2012	21	6	3
2013	549	10	10
2014	235	442	8
2015	-	189	332
2016	-	-	165
<b>Total</b>	<b>839</b>	<b>660</b>	<b>529</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de conclusos em janeiro/2014 era de 839 processos; atualmente é de 529. Houve redução gradativa e contínua dos feitos conclusos, reflexo da dinâmica de trabalho adotada.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha, em sua grande maioria, com processos distribuídos no ano de 2015, portanto, com menos de dois anos de tramitação no TRF, ressalvados apenas 32 feitos com distribuição anterior num acervo de 529.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (janeiro/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	1
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	-
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado não informado

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão. Existe um único feito aguardando voto-vista. Informou o gabinete tratar-se do processo n. 50000677720144047003, que, embora aguardando andamento há mais de 30 dias (concluso para voto vista desde 27/11/2015), já foi incluído na pauta de julgamento de 8/3/2016, segundo consulta processual.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	2
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	-
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado não informado

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se que não há processos conclusos para revisão ou declaração de voto. Constavam 2 feitos conclusos para voto-vista há mais de 30 dias, no entanto, o gabinete informou que ambos já foram julgados na sessão de 4/2/2016.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, da Lei 13.140/2015, que trata da mediação, e da Lei 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos. Quanto às prioridades legais, são identificadas já na triagem e separação de tarefas. Com relação ao novo CPC, os servidores são orientados a realizar os cursos de atualização oferecidos pelo Tribunal.

### **3. ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA**

Dos 25 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Destes, 2 eram físicos e 23 eletrônicos. Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Na listagem a inspecionar não constavam processos em tramitação em unidades externas ou fisicamente indisponíveis.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Foram identificados 2 processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual, a saber: 200871070012699 (Apelação Cível – processo físico) e 50527934220114047000 (processo eletrônico), ambos atualmente em situação regular, com embargos de declaração já julgados na sessão de 3/2/2016.

Na listagem, não constaram processos extraviados.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) promover o julgamento, no prazo de 90 dias: 50559447020124047100, 50240064620144040000, 50208638320134040000 e 50275097520144040000;

b) adotar celeridade no processamento com vistas ao rápido reexame de matéria devolvida à apreciação do TRF pelo STJ/STF: 50275097520144040000 e 50266047020144040000;

c) acompanhar o resultado de sessões de julgamento já aprazadas ou com registro no sistema, para célere reinclusão em caso de retirada ou adiamento: 50042837120114047202.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral sem problemas específicos. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, não havendo acúmulo; ao contrário, verifica-se sutil e contínua redução do acervo.

#### **4. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS**

Com relação à triagem inicial de processos, verificou-se que há um assessor incumbido de classificar os feitos por matéria e prioridades, distribuindo-os entre os servidores. A Chefe do Gabinete é responsável pela triagem especificamente dos agravos de instrumento, de forma a identificar situações emergenciais.

Quanto à classificação e separação física de processos, são organizados por matéria/assunto, classe (tipo de ação/recurso ou de pedido de decisão liminar/antecipação de tutela) e antiguidade de tramitação. A unidade utiliza como método auxiliar o sistema de controle de acervo do processo eletrônico (e-Proc).

O pouco acervo físico ainda concluso compõe-se, na grande maioria, por agravos de instrumento que são definidos via decisões monocráticas adotadas de forma célere. Contudo, há armário específico para esses autos, se necessário.

No que toca à especialização de servidores por matéria ou fase processual, o gabinete tem servidores designados para cada matéria, subdividindo-se em setores:



a) Expedição/secretaria interna do gabinete – composto por 1 servidor e 1 estagiário;

b) Execuções fiscais, embargos às execuções fiscais e embargos de terceiros – composto por 5 servidores auxiliados por 1 estagiário;

c) Agravos de instrumento – composto por 4 servidores auxiliados por 1 estagiário e coordenados pelo Chefe do Gabinete;

d) Apelações cíveis em ações ordinárias, mandados de segurança, cautelares, execuções de sentença – composto por 4 servidores auxiliados por 2 estagiários;

e) Setor das ações de competência originárias do Tribunal e demais processos da competência da 1ª Seção.

Com relação ao tratamento específico das prioridades legais ou Metas do CNJ, são verificados e destacados também na triagem inicial. Não houve identificação de pendência no processamento ou demora injustificada de processos enquadrados nessas condições.

A assessoria, juntamente com a secretaria interna do gabinete, são responsáveis pelo controle e pela montagem das pautas de julgamento, respondendo também pelo controle de prazos para julgamento de feitos.

Há fixação de metas coletivas na unidade, bem como controle individual diário de produtividade. O controle do cumprimento das metas é realizado diariamente pela assessoria, o que demonstra planejamento e avaliação periódica de atividades.

O atendimento a advogados é efetuado por meio de agendamento telefônico prévio.

Houve acompanhamento das recomendações das inspeções anteriores, com identificação e andamento dos processos listados. Apenas 2 processos da inspeção anterior foram selecionados para reavaliação na presente inspeção, verificando-se que ambos já foram julgados e atualmente aguardam decurso de prazo para recurso.

Como boas práticas, foram citadas pelo gabinete:

a) objetividade na redação de minutas de votos e decisões;

b) adoção, sempre que permitido (art. 557 do CPC), de julgamento dos recursos por decisão monocrática;

c) disponibilidade da Desembargadora no contato direto com os servidores;

d) participação dos servidores em cursos de aperfeiçoamento;

e) índice de modelos, organizado por matéria e tipo de recurso/ação, disponível na rede a todos os servidores do gabinete, com atualização periódica;

f) avaliação da possibilidade de conversão do agravo de instrumento em agravo retido, examinando a existência ou não do *periculum in mora*;

g) há constante utilização de ferramentas de gestão e administração do processo, como o controle de acervo do próprio e-Proc;

h) priorização de julgamento dos embargos declaratórios (com a meta de zerá-los a cada mês), para facilitar a lembrança dos pontos e evitar incidentes na tramitação;

i) assinatura eletrônica dos acórdãos no mesmo dia do julgamento;

j) em relação ao processo eletrônico, não há remessa da decisão ou dos acórdão para a secretaria, pois o próprio gabinete faz as intimações das partes e dos advogados, relativamente a esses processos;

k) divisão de trabalho de acordo com o perfil de cada servidor;

l) os processos físicos, após triados, são colocados diretamente na mesa do servidor que fará a minuta, enquanto os processos eletrônicos são colocados, após triados, no localizador eletrônico do servidor, o que permite a visualização constante e imediata do volume do acervo do gabinete e facilita o controle da produtividade;

m) tão logo a minuta de relatório/voto/ementa é elaborada, o processo é localizado no localizador “Pauta”, permitindo um acompanhamento da produção diária de minutas;

n) sempre que possível, há rodízio de atribuições/matérias entre os servidores, como forma de capacitar o grupo como um todo;

o) os juízos de retratação (art. 543-B e art. 543-C do CPC), na maioria dos casos, são realizados por decisão monocrática terminativa, tão logo o processo é encaminhado ao gabinete, ressalvadas as hipóteses em que esse juízo de retratação demanda a análise de matéria complexa;

p) a adoção do regime de teletrabalho, o que acarretou aumento da produtividade e na qualidade do trabalho dos servidores.

## **5. OBSERVAÇÕES GERAIS**

O gabinete demonstrou boa organização, preencheu integralmente o questionário previamente enviado para autoavaliação e forneceu rapidamente todos os dados solicitados durante o curso da inspeção.

Quanto à produtividade, não foram constatados problemas específicos no tocante à gestão administrativa, na triagem dos processos ou na prioridade de julgamento com vistas ao cumprimento das metas. Verifica-se que predominam no estoque do gabinete processos novos, em sua grande maioria distribuídos em 2015, sendo informado pelo

gabinete que, em regra, o tempo médio entre a distribuição e a baixa definitiva é de 186,8 dias, e, entre a distribuição e o 1º julgamento, é inferior a 60 dias.

Quanto ao fluxo processual, mostrou-se negativo no período inspecionado, mas em reduzida margem (20 processos), permanecendo o acervo do gabinete controlado e pequeno. Registrou-se redução tanto do acervo total em trâmite no TRF quanto do número de processos conclusos na unidade. Embora o gabinete não tenha cumprido a Meta 1 do CNJ, não a alcançou por diferença de 20 processos, o que representa apenas 0,41% de toda distribuição contabilizada no período.

Constatou-se, outrossim, acréscimo de feitos sobrestados, isso em razão do grande número de arguições de inconstitucionalidade e temas de repercussão geral envolvendo a especialidade temática do gabinete (matéria tributária especialmente).

Na análise processual não foi verificada nenhuma deficiência sistêmica grave, sendo poucos e muito pontuais os ajustes a serem adotados pela unidade, conforme relatório de observações.

Entrevistada, a Juiz Federal Convocada Carla Evelise relatou encontrar-se na substituição desde agosto de 2015 em razão de licença da Desembargadora para conclusão de doutorado no exterior.

A Juíza tem procurado manter o mesmo fluxo de trabalho e julgamentos, inclusive quanto à organização e divisão de tarefas anteriormente estabelecidas na unidade.

Quanto às alterações do CPC, tem orientado os funcionários do gabinete a realizarem os cursos de atualização oferecidos pelo Tribunal, buscando aprimoramento antes da entrada em vigor da nova legislação.

## **6. RECOMENDAÇÕES**

a) Cumprir as recomendações lançadas pela equipe nos processos inspecionados (item 3);

b) Priorizar o exame de feitos conclusos para reexame por força dos arts. 543-B e C do CPC;

c) Priorizar o julgamento dos agravos de instrumento com antecipação de tutela deferida, embargos de declaração e agravos regimentais conclusos há mais de 30 dias; e

d) Manter a linha de trabalho atual, que está gerando expressivos resultados.

## GABINETES INTEGRANTES DA 3ª TURMA

### DESEMBARGADORA FEDERAL MARGA INGE BARTH TESSLER

**Especialidade:** Administrativa, Civil e Comercial.

#### 1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

**1.1. Identificação:** Desembargadora Federal **MARGA INGE BARTH TESSLER.**

**1.2. Órgãos de atuação:** 3ª Turma, 2ª Seção, Corte Especial e Plenário.

**1.3. Tempo de atuação neste acervo:** desde 21/6/2013.

No período de cinco anos, a magistrada não requereu remoções internas.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Desembargadora.

#### 1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	16	-	-	-	5	21	15
Inspeção/2016	17	-	-	-	5	22	15

A força de trabalho em exercício não sofreu alterações significativas em relação à existente na inspeção realizada em maio de 2014, contando, atualmente, com apenas 1 servidor a mais. Não houve incremento de servidores na força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (fevereiro/2015)**	2.413
Acervo ajustado no TRF (janeiro/2016)**	3.100
Acervo de conclusos no Gabinete (fevereiro/2015)**	1.846
Acervo de conclusos no Gabinete (janeiro/2016)**	2.045
Acervo de sobrestados no Gabinete (fevereiro/2015)	305
Acervo de sobrestados no Gabinete (janeiro/2016)	335

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas de série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente do magistrado que ocupava à época o respectivo gabinete.

\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

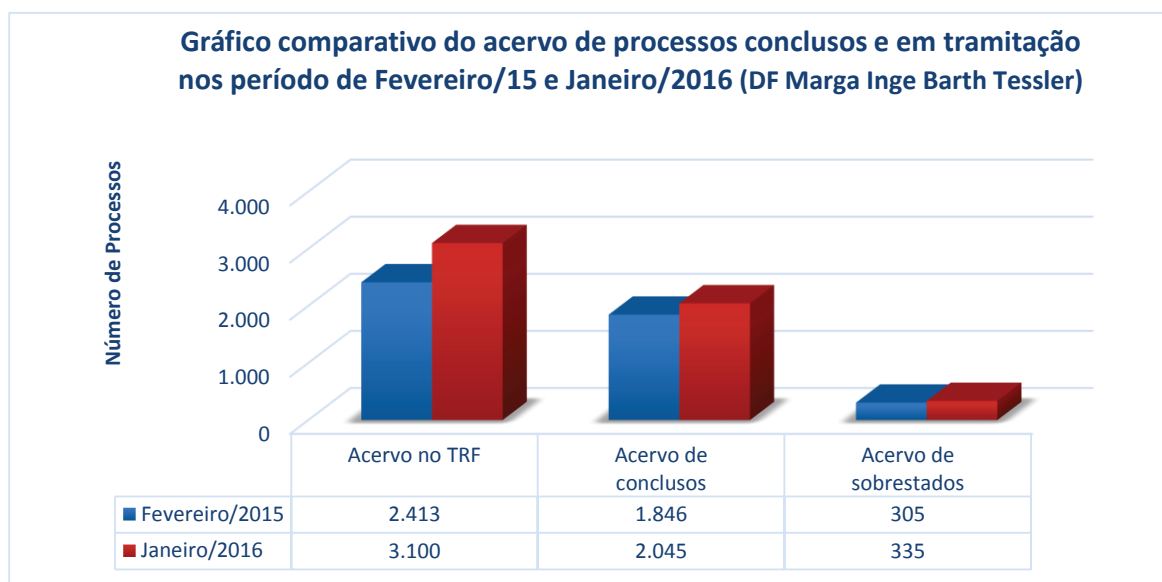
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos aumentou em 199 e o de sobrestados subiu 30.

Em relação aos processos sobrestados, a unidade não soube informar quais as situações ou matérias que predominam.

O gabinete apresentou, em janeiro/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 2.045 conclusos, que, quando cotejado com o número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 136,33 processos por servidor.

Ressalte-se, também, que o acervo total em trâmite no Tribunal teve elevação de 687 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (fevereiro/2015 a janeiro/2016)</b>	
<b>Total de Processos (entradas)*</b>	<b>6.790</b>
<b>Total de Processos (saídas)**</b>	<b>6.408</b>
<b>Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)</b>	<b>382</b>
<b>Processos distribuídos</b>	<b>6.589</b>

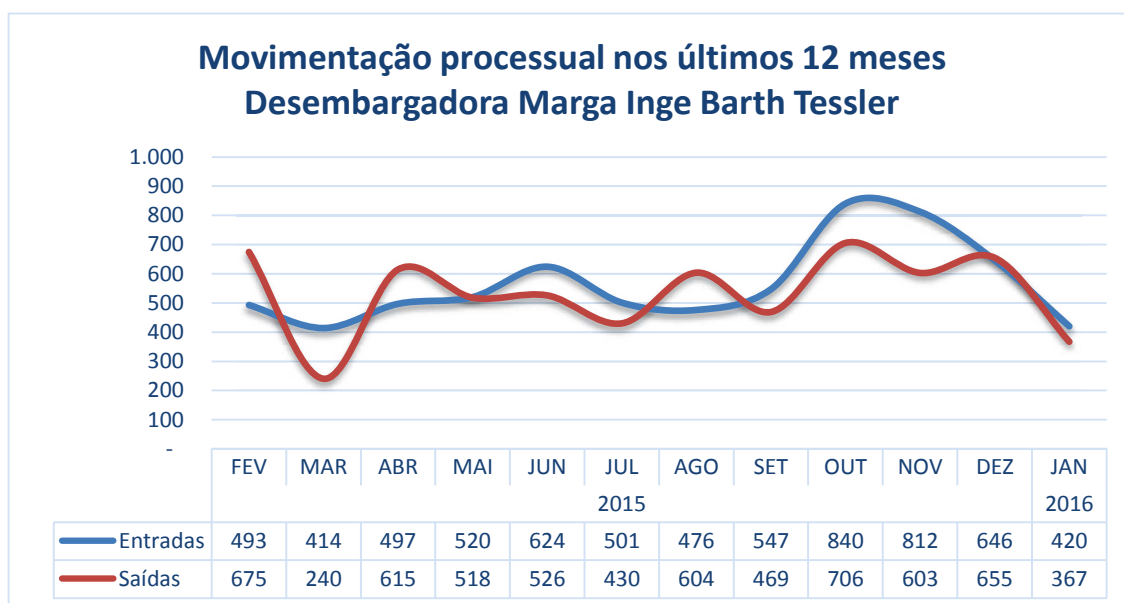
Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 6.790 e saída de 6.408 processos, resultando, assim, em pequeno aumento do acervo, o que merece atenção e adoção de medidas para a inversão do fluxo processual visando à retomada do pleno controle estatístico da unidade.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de fevereiro/2015 a janeiro/2016:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (fevereiro/2015 a janeiro/2016)*</b>	
<b>Total de processos julgados por pauta</b>	<b>3.814</b>
<b>Total de processos julgados em mesa</b>	<b>39</b>
<b>Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa</b>	<b>2.413</b>
<b>TOTAL</b>	<b>6.266</b>
<b>Grau de recorribilidade em decisões monocráticas**</b>	<b>73%</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 6.266 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 6.589, ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise foram julgados 39 processos em mesa.

Nos últimos doze meses foram proferidas 2.413 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 73%, que é considerado um percentual alto para a média dos gabinetes com a mesma competência.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (janeiro/2016)</b>	
<b>a. Embargos de Declaração</b>	<b>468</b>
<b>b. Agravo Legal/Regimental</b>	<b>220</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 468 embargos de declaração e 220 agravos legais/regimentais.

Existem 180 processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias ainda não levados para exame do colegiado, sendo o feito mais antigo nessa situação de 15/6/2015.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (janeiro/2016)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	<b>7</b>
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	<b>1</b>
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	<b>2</b>
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	<b>5</b>
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	<b>8</b>
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	<b>8</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2011)</b>	<b>22</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2012)</b>	<b>17</b>
<b>META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)</b>	<b>4</b>
<b>META 6/2016** (distribuídos até 2012)</b>	<b>1</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 CNJ, no acervo de conclusos na unidade (2.045), o número de feitos distribuídos até 31/12/2012 e apurado em janeiro/2016 era de 70, representando 3,42%. Neste aspecto, percebe-se que a unidade vem dando atenção prioritária a tais feitos.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes em 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição:

PROCESSOS CONCLUSOS NOS GABINETES, POR ANO DE  
DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

GAB. 32 (Des. Federal MARGA INGE BARTH TESSLER)

ANOS	jan/14	jan/15	jan/16
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	1
1996	-	-	1
1997	-	-	-
1998	-	-	-
1999	-	-	-
2000	-	-	-
2001	-	-	-
2002	-	1	1
2003	-	1	-
2004	1	-	4
2005	1	1	-
2006	2	2	1
2007	2	2	2
2008	3	1	5
2009	4	5	9
2010	3	2	9
2011	60	17	23
2012	55	27	24
2013	1.385	68	23
2014	339	961	176
2015		243	1.416
2016		-	350
<b>Total</b>	<b>1.855</b>	<b>1.331</b>	<b>2.045</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos conclusos em jan/2014 era de 1.855; atualmente, há 2.045. Houve aumento do número de conclusos a partir de 2015.

Não obstante, percebe-se que a grande maioria dos processos do acervo é dos anos de 2015 e 2016, restando muito poucos feitos de anos anteriores, portanto, com cerca de um ano de tramitação no TRF, o que revela um dado positivo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, a unidade dispunha de 4 processos distribuídos até 31/12/2014 e apurados em janeiro/2016; já quanto à Meta 6/2016 do CNJ consta apenas 1 feito. Tendo em vista a relevância das matérias objeto dessas metas,



independentemente da quantidade de feitos existentes, deve-se envidar esforços para o seu alcance.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (janeiro/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	4
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	1
Outras situações	-
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado não informado

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão, ao passo que 4 aguardam voto-vista e 1 declaração de voto. Neste universo, há feitos que aguardam providências há mais de 30 dias.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	11
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	1
Outras situações	-
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado não informado

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a inexistência de conclusos para revisão. Existem 11 para voto-vista e 1 para lavratura de acórdão. Nestas situações, os processos mais antigos remontam às últimas sessões de dezembro/2015.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, da Lei 13.140/2015, que trata da mediação, e da Lei 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos, merecendo destaque a participação de 6 servidores e da própria Magistrada em curso de EAD (Ensino a Distância) oferecido pelo Tribunal.

### **3. ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA**

Foram selecionados 28 processos para inspeção, sendo 18 eletrônicos e 10 físicos. Destes, todos os eletrônicos da amostragem foram inspecionados; já os físicos, somente os que ainda se encontravam na unidade.

Os processos físicos que tramitavam em unidades externas foram destacados para serem incluídos nas futuras inspeções.

Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

A amostragem não revelou a existência de feitos sem movimentação desde a distribuição.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e as constantes dos autos físicos.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Na listagem, não constaram autos extraviados; e, no acervo geral, não foram apurados feitos extraviados sem restauração.

Percebeu-se que os feitos selecionados para inspeção tiveram especial atenção pelo gabinete, pois, em sua maioria, obtiveram recentemente a providência aguardada, seja despacho, inclusão em pauta ou julgamento colegiado, restando poucas recomendações a serem feitas.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

- a) priorizar o julgamento no prazo de 90 dias: 200371000084973; e
- b) realizar o julgamento dos 11 processos com pedido de voto vista.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, não havendo acúmulo injustificado.

Não obstante, é necessário realizar gestão no sentido de promover a estabilização e até a redução contínua do acervo, que, apesar de não apresentar número elevado, enfrentou aumento no último ano.

#### **4 METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS**

a) A unidade realiza uma triagem inicial de processos, ocasião em que o servidor responsável distribui para as pastas específicas do sistema eletrônico de tramitação processual, inclui minutas de despachos de diligências iniciais (ex.: vista ao Ministério Público) e verifica os requisitos de admissibilidade do recurso;

b) A classificação e a separação física e eletrônica de feitos observa a especialização dos servidores por matéria ou fase processual;

c) Há dois assessores e o Chefe do Gabinete que se encarregam da administração dos trabalhos, controle do acervo, distribuição de tarefas entre os demais

integrantes do grupo e estagiários, de acordo com a competência temática preestabelecida, que vai do despacho monocrático em agravos de instrumento ao relatório e voto do mesmo, além dos relatórios e votos em apelações cíveis ou processos originários;

d) A Unidade utiliza métodos auxiliares de controle do conteúdo e da situação do acervo; no caso específico, a ferramenta G4, disponível aos órgãos judiciários do Tribunal, que permite visualizar o acervo quantitativa e qualitativamente;

e) Existe uma meta coletiva de produtividade para todo o gabinete, que consiste em julgar, semanalmente, a quantidade de feitos distribuídos na semana mais 10%;

f) A unidade informou que, com o advento do processo eletrônico, são raros os atendimentos a partes ou advogados, as quais se restringem à entrega pessoal de memoriais;

g) A unidade promoveu a adoção da sistemática de teletrabalho para alguns servidores, sendo inclusive um dos gabinetes pioneiros do Tribunal nesse aspecto, que se mostrou exitosa do ponto de vista da produtividade.

## **5. OBSERVAÇÕES GERAIS**

A unidade apresentou um bom andamento na tramitação dos feitos processuais.

A análise realizada pela Corregedoria, a partir da amostragem e da coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revela que, em termos de perfil, o acervo não indica acúmulo de feitos antigos na distribuição e conclusão.

No tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo geral, com poucas observações anotadas na análise individual dos feitos.

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) aumento no acervo, no que pese o compromisso da unidade e o elevado número de julgados, o que requer uma reavaliação no sentido de implantar plano de trabalho para elevar a produtividade, superando distribuição e reduzindo o montante, sendo um possível fator de elevação do número de feitos conclusos o alto grau de recorribilidade das decisões monocráticas terminativas;

b) O tempo médio do processo na unidade é de 172,5 dias;

c) A unidade vem priorizando o cumprimento das metas traçadas pelo Conselho Nacional de Justiça, restando poucos processos remanescentes nessa circunstância;

d) O gabinete adota sistemática de trabalho que procura priorizar o julgamento dos processos pela ordem cronológica de distribuição, o que se verifica pelo número de feitos mais antigos do acervo processual, nos anos de 2014, 2015 e 2016;

e) Percebe-se uma preocupação da unidade em adaptar-se à realidade das inovações legislativas, especialmente em relação ao Novo Código de Processo Civil, uma vez que há a participação de servidores e da magistrada nos cursos de atualização oferecidos pelo Tribunal;

f) Os processos selecionados para inspeção tiveram especial atenção pelo gabinete, pois, em sua maioria, obtiveram recentemente a providência aguardada, seja despacho, inclusão em pauta ou julgamento colegiado, o que é motivo de registro elogioso por parte da Corregedoria do CJF.

## **6. RECOMENDAÇÕES**

a) Cumprir o prazo de devolução de pedido de vista previsto no art. 1º da Resolução 202/2015 do Conselho Nacional de Justiça, reproduzido no art. 940 do Novo Código de Processo Civil;

b) Priorizar o julgamento dos embargos de declaração pendentes de julgamento;

c) Priorizar feitos com meta estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça, em especial o julgamento dos 70 processos de Meta 2 do CNJ até dezembro do ano em curso (2016);

d) Controlar, mediante extração de relatório, os processos sem movimentação processual há mais de 90 dias;

e) Observar as demais recomendações constantes do item 3 deste Relatório.

## GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 3ª TURMA

### DESEMBARGADOR FEDERAL RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA

**Especialidade:** Administrativa, Civil e Comercial.

#### 1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

**1.1. Identificação:** Desembargador Federal **RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA**.

**1.2. Órgãos de atuação:** 3ª Turma, 2ª Seção, Plenário, Corte Especial e Corte Administrativa.

**1.3. Tempo de atuação neste acervo:** desde junho/2015.

No período de cinco anos, o magistrado requereu remoção interna, a saber: da 5ª Turma para a 3ª Turma (5ª Turma até 18/6/2015 e 3ª Turma desde 19/6/2015).

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

#### 1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	17	-	-	-	5	22	14
Inspeção/2016	17	-	-	-	4	21	14

A força de trabalho em exercício não sofreu alterações significativas em relação à existente na inspeção realizada em maio de 2014, contando, atualmente, com apenas 1 estagiário a menos, decorrente de vaga a ser preenchida. Não houve incremento de servidores na força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (fevereiro/2015)**	1.076
Acervo ajustado no TRF (janeiro/2016)**	2.556
Acervo de conclusos no Gabinete (fevereiro/2015)**	354
Acervo de conclusos no Gabinete (janeiro/2016)**	1.172
Acervo de sobrestados no Gabinete (fevereiro/2015)	180
Acervo de sobrestados no Gabinete (janeiro/2016)	213

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas de série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente do magistrado que ocupava à época o respectivo gabinete.

\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

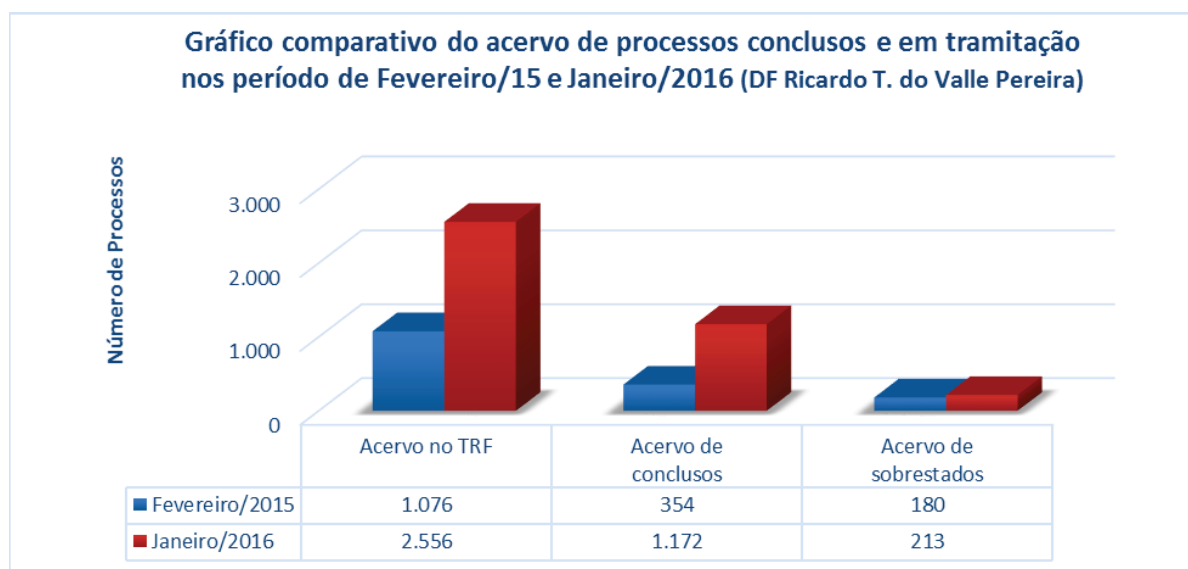
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos cresceu em 818 processos, ao tempo em que o número de feitos sobrestados subiu em 33.

Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, envolvendo diversas matérias, sendo as principais: correção do saldo do FGTS e da caderneta de poupança.

O gabinete apresentou, em janeiro/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 1.172 conclusos, que, quando cotejado com o número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 83,71 processos por servidor, o que é um número relativamente baixo em comparação a outros gabinetes com a mesma competência.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 1.480 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico a seguir:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (fevereiro/2015 a janeiro/2016)</b>	
<b>Total de Processos (entradas)*</b>	<b>7.049</b>
<b>Total de Processos (saídas)**</b>	<b>6.296</b>
<b>Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)</b>	<b>753</b>
<b>Processos distribuídos</b>	<b>6.920</b>

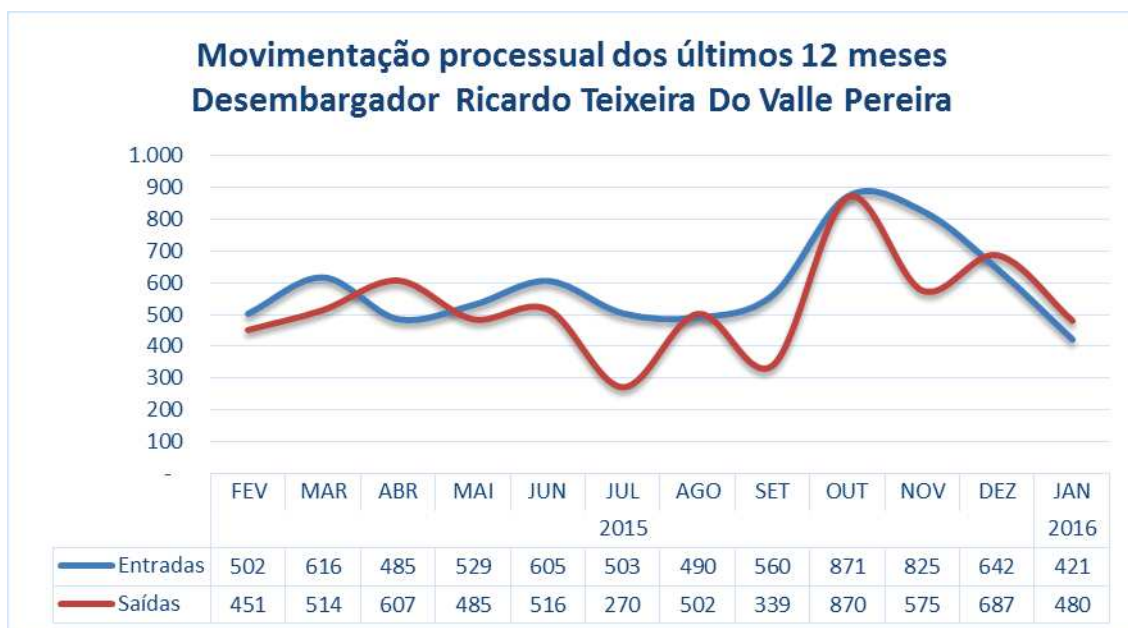
Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 7.049 processos e saída de 6.296, resultando, assim, em aumento do acervo, o que merece atenção e adoção de medidas para a inversão do fluxo processual visando à retomada do controle estatístico da unidade.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de fevereiro/2015 a janeiro/2016:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (fevereiro/2015 a janeiro/2016)*</b>	
Total de processos julgados por pauta	<b>2.713</b>
Total de processos julgados em mesa	<b>72</b>
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	<b>3.362</b>
<b>TOTAL</b>	<b>6.147</b>
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas**	<b>62%</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 6.147 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 6.920, ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 72 processos em mesa.

Nos últimos doze meses foram proferidas 3.362 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 62%.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (janeiro/2016)</b>	
<b>a. Embargos de Declaração</b>	<b>291</b>
<b>b. Agravo Legal/Regimental</b>	<b>211</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 291 embargos de declaração e 211 agravos legais/regimentais.

Existem 182 processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela ainda não levados para exame do colegiado, há mais de 90 dias. Vale ressaltar que a maioria já se encontra incluído em pauta e os mais antigos foram distribuídos a partir de setembro de 2015.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (janeiro/2016)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	<b>4</b>
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	<b>2</b>
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	<b>1</b>
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	<b>6</b>
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	<b>4</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2011)</b>	<b>1</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2012)</b>	<b>3</b>
<b>META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)</b>	<b>1</b>
<b>META 6/2016** (distribuídos até 2012)</b>	<b>1</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, no acervo de conclusos na unidade (1.172), o número de processos distribuídos até 31/12/2012 e apurado em janeiro/2016 era de 21, representando 1,79%.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes em 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição:



PROCESSOS CONCLUSOS NOS GABINETES, POR ANO DE  
DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

GAB. 31 (Des. Federal RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA)

ANOS	jan/14	jan/15	jan/16
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	-	-	-
1997	-	-	-
1998	-	-	-
1999	-	-	-
2000	-	-	-
2001	-	-	-
2002	-	-	-
2003	-	-	-
2004	-	-	2
2005	1	-	3
2006	-	1	-
2007	-	-	2
2008	-	-	2
2009	1	-	6
2010	1	2	4
2011	18	6	2
2012	10	2	3
2013	154	4	8
2014	150	257	13
2015	-	70	794
2016	-	-	333
<b>Total</b>	<b>335</b>	<b>342</b>	<b>1.172</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de conclusos em jan/2014 era de 335; atualmente, há 1.172. Houve aumento do número de conclusos a partir de 2015. Não obstante, percebe-se que a maioria dos processos do acervo são do ano de 2015 e do próprio ano em curso (2016), restando muito poucos de anos anteriores.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos no próprio ano e, no máximo, do ano anterior, portanto, com cerca de um ano de tramitação no TRF, o que revela um dado positivo.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, a unidade dispunha de 1 processo distribuído até 31/12/2014 e apurado em janeiro/2016; já quanto à Meta 6/2016 consta apenas 1 feito. Tendo em vista a relevância das matérias objeto dessas metas, independentemente da quantidade de feitos existentes, deve-se envidar esforços para o seu alcance.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (janeiro/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	6
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	-
<b>TOTAL</b>	<b>6</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado não informado

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão, nem para declaração de voto. Existem 6 feitos que aguardam voto-vista. Neste universo, o mais antigo é de 3/12/2015.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (janeiro/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	15
Recebidos para declaração de voto	1
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	-
<b>TOTAL</b>	<b>16</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado não informado

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, não se apurou a existência de processos conclusos para revisão; enquanto há 15 para voto-vista e 1 para declaração de voto. Nessas situações, apenas 1 processo se encontra sem movimentação há mais de 30 dias, uma vez que data de 15/7/2015, recomendando-se a realização do julgamento em 60 dias.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, da Lei 13.140/2015, que trata da mediação, e da Lei 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos, merecendo destaque a participação de servidores em curso de EAD (Ensino a Distância) oferecido pelo Tribunal.

### **3. ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA**

Foram selecionados 21 processos para inspeção, sendo 10 eletrônicos e 11 físicos. Destes, todos os eletrônicos da amostragem foram inspecionados, enquanto os físicos, somente os que ainda se encontravam na unidade.

Os processos físicos que tramitavam em unidades externas foram destacados para serem incluídos nas futuras inspeções.

Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Na listagem, não constaram autos extraviados; e no acervo geral não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Priorizar e julgar, no prazo de 90 dias: 50024330320124047216, 50032758320114047000, 50129027720124047000, 50144705620114047100, 50172376720114047100 e 50182916820114047100; e

b) Realizar o julgamento dos feitos com pedido de voto vista que superam o prazo de 60 dias.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, não havendo acúmulo injustificado.

Não obstante, é necessário realizar gestão no sentido de promover a estabilização e até a redução contínua do acervo, que, apesar de não apresentar número elevado, enfrentou aumento no último ano.

#### **4. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS**

a) A Unidade encontra-se organizada a partir da divisão de tarefas administrativas ou jurídicas: alguns servidores dedicam-se essencialmente às administrativas (triagem, recebimento e remessa de processos, elaboração de pautas, administração de material de consumo, etc); enquanto outros (quase a totalidade), exclusivamente às jurídicas (elaboração de minutas de despachos, decisões, votos, pesquisas, etc.); e alguns a ambas, inclusive supervisão;

b) O controle de acervo é feito mediante a utilização da ferramenta própria (Controle de Acervo) oferecida pelo sistema informatizado do Tribunal, podendo-se pesquisar vários itens, por exemplo: remanescentes com o magistrado face pedido de vista; remanescentes com o magistrado com embargos de declaração;

c) O acervo, tanto físico quanto eletrônico, é alocado diretamente nas mesas ou pastas dos servidores responsáveis;

d) Os servidores executam tarefas atendendo a critérios de especialização por classe e matérias;

e) A fixação de metas de cada servidor é feita levando em consideração a complexidade da matéria que lhe incumbe: processos fáceis, como algumas questões de Sistema Financeiro de Habitação - SFH, têm uma meta de 3 a 4 processos diários; enquanto as questões complexas, em torno de 1; e os demais têm metas em torno de 2 processos diários. Os estagiários, que elaboram minutas de processos mais fáceis, como elaboração de votos em agravos de matéria repetitiva, têm uma meta de 2 processos diários. O controle é feito semanalmente, mediante emissão de relatórios estatísticos disponibilizados pelo sistema informatizado do Tribunal;

f) Há tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta do CNJ, uma vez que os feitos são alocados imediatamente em pastas específicas para priorização;

g) O atendimento aos advogados pelo Desembargador é feito preferencialmente por agendamento, nas segundas e terças-feiras, sem prejuízo de outras ocasiões que se mostrarem necessárias;

h) A título de boas práticas, pode-se destacar que o gabinete tem por princípio a manutenção de bom ambiente de trabalho, de modo que os servidores têm liberdade para esclarecer dúvidas com as chefias imediatas e bem assim trocar ideias entre si para solucionar as dúvidas;

i) Há um controle permanente e semanal da distribuição, por matéria, a fim de manter um número adequado de pessoas para fazer frente à demanda e manter o fluxo da produtividade. É feita uma triagem rigorosa dos processos, classificando-os por assuntos, a fim de que possam ser divididos de forma racional entre os servidores responsáveis;

j) Houve a adoção do sistema de teletrabalho para alguns servidores, o que se mostrou uma experiência exitosa do ponto de vista da produtividade do gabinete.

## **5. OBSERVAÇÕES GERAIS**

A unidade apresentou um bom andamento na tramitação dos feitos processuais.

A análise realizada pela Corregedoria, a partir da amostragem e da coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revelam que, em termos de perfil, o acervo não indica acúmulo de feitos antigos na distribuição e conclusão, incluindo os previstos nas metas do Conselho Nacional de Justiça.

No tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo geral, com poucas observações anotadas na análise individual dos feitos.

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) Houve aumento no acervo, no que pese o compromisso da unidade e o elevado número de julgados, o que requer uma reavaliação no sentido de implantar plano de trabalho para elevar a produtividade, superando distribuição e reduzindo o montante, sendo um possível fator de elevação do número de feitos conclusos o alto grau de recorribilidade das decisões monocráticas terminativas;

b) A unidade prioriza o cumprimento das metas traçadas pelo Conselho Nacional de Justiça, restando poucos processos remanescentes nessa circunstância;

c) O gabinete adota sistemática de trabalho que procura priorizar o julgamento dos processos pela ordem cronológica de distribuição, o que se verifica pelo número de feitos mais antigos do acervo processual nos anos de 2014, 2015 e 2016;

d) Existe uma preocupação da unidade em adaptar-se com a realidade das inovações legislativas, especialmente em relação ao Novo Código de Processo Civil, uma vez que há a participação de servidores nos cursos de atualização oferecidos pelo Tribunal.

## **6. RECOMENDAÇÕES**

a) Cumprir o prazo de devolução de pedido de vista previsto no art. 1º da Resolução 202/2015 do Conselho Nacional de Justiça, reproduzido no art. 940 do Novo Código de Processo Civil;

b) Priorizar o julgamento dos embargos de declaração e agravos regimentais/legais pendentes de julgamento;

c) Priorizar feitos com meta estabelecida pelo CNJ;

d) Controlar, mediante extração de relatório, os processos sem movimentação processual há mais de 90 dias;

e) Observar as demais recomendações constantes do item 3 deste Relatório.

## GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 3ª TURMA

### DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO QUADROS DA SILVA

**Especialidade:** Administrativa, Civil e Comercial.

#### 1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

**1.1. Identificação:** Desembargador Federal **FERNANDO QUADROS DA SILVA**.

**1.2. Órgãos de atuação:** 3ª Turma, 2ª Seção, Plenário e Conselho de Administração (até 22/6/2015).

**1.3. Tempo de atuação neste acervo:** desde 15/3/2010.

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas.

A Juíza Federal Salise Sanchotene encontra-se convocada para atuar em auxílio ao gabinete desde junho de 2015, conforme Resolução nº.71/2015.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

#### 1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	16	-	-	-	5	21	15
Inspeção/2016	17	-	-	-	4	21	15

A força de trabalho em exercício não sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em maio de 2014. A quantidade de servidores na atividade-fim também continuou inalterada.

## 2. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (fevereiro/2015)**	4.317
Acervo ajustado no TRF (janeiro/2016)**	3.970
Acervo de conclusos no Gabinete (fevereiro/2015)**	3.547
Acervo de conclusos no Gabinete (janeiro/2016)**	2.783
Acervo de sobrestados no Gabinete (fevereiro/2015)	6
Acervo de sobrestados no Gabinete (janeiro/2016)	7

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas de série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente do magistrado que ocupava à época o respectivo gabinete.

\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

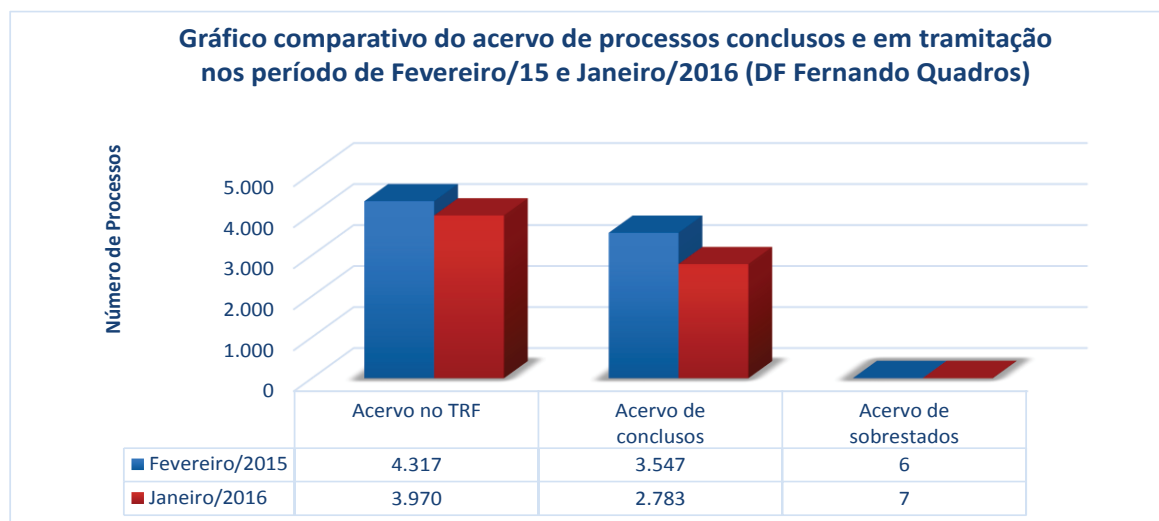
Nos últimos doze meses, o acervo de processos concluídos diminuiu em 764 e o de sobrestados subiu em apenas 1.

Importante destacar que os processos sobrestados, via de regra, decorrem do cumprimento de decisão judicial proferida pelo próprio relator, por razões processuais.

O gabinete apresentou, em janeiro/2016, um saldo em efetiva tramitação de 2.783 processos concluídos, que, quando cotejado com o número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 185,53 processos por servidor.

Ressalte-se, também, que o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 347 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (fevereiro/2015 a janeiro/2016)</b>	
<b>Total de Processos (entradas)*</b>	<b>7.246</b>
<b>Total de Processos (saídas)**</b>	<b>8.044</b>
<b>Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)</b>	<b>-798</b>
<b>Processos distribuídos</b>	<b>6.876</b>

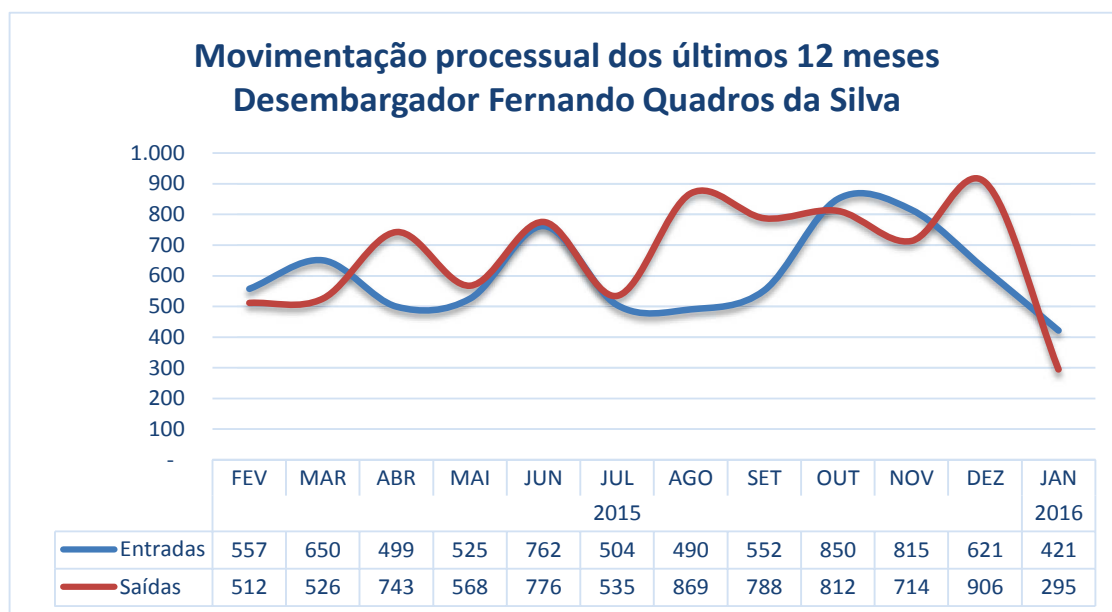
Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 7.246 e saída de 8.044 processos, resultando, assim, em redução do acervo, o que merece registro e reconhecimento por parte da Corregedoria como boa prática de gestão processual e administrativa.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de fevereiro/2015 a janeiro/2016:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (fevereiro/2015 a janeiro/2016)*</b>	
Total de processos julgados por pauta	<b>6.977</b>
Total de processos julgados em mesa	<b>38</b>
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	<b>664</b>
<b>TOTAL</b>	<b>7.679</b>
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas**	<b>42%</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 7.679 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 6.876, ou seja, o número de julgados superou o de distribuídos, o que revela o cumprimento da Meta 1 do CNJ.

No período em análise, foram julgados 38 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 664 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 42%.



<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (janeiro/2016)</b>	
<b>a. Embargos de Declaração</b>	<b>481</b>
<b>b. Agravo Legal/Regimental</b>	<b>94</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 481 embargos de declaração e 94 agravos legais/regimentais.

Existem 357 processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela ainda não levados para exame do colegiado, há mais de 90 dias, sendo que, em regra, os agravos aguardam apenas o prazo para apresentação das contrarrazões para serem incluídos nas pautas seguintes.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (janeiro/2016)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	<b>3</b>
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	<b>2</b>
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	<b>1</b>
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	<b>3</b>
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	<b>8</b>
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	<b>1</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2011)</b>	<b>7</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2012)</b>	<b>2</b>
<b>META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)</b>	<b>0</b>
<b>META 6/2016** (distribuídos até 2012)</b>	<b>0</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, no acervo de processos conclusos na unidade (2.783), o número de distribuídos até 31/12/2012 e apurado em janeiro/2016 era de 27, representando 0,97%.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes em 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição:

PROCESSOS CONCLUSOS NOS GABINETES, POR ANO DE  
DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

GAB. 33 (Des. Federal FERNANDO QUADROS DA SILVA)

ANOS	jan/14	jan/15	jan/16
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	2	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	-	-	-
1997	-	-	-
1998	-	-	-
1999	-	-	-
2000	-	-	-
2001	-	-	-
2002	1	-	1
2003	-	-	1
2004	-	-	-
2005	-	-	1
2006	-	-	2
2007	1	3	1
2008	7	7	5
2009	7	8	8
2010	9	4	2
2011	276	19	10
2012	1.409	15	5
2013	3.366	120	10
2014	456	2.786	110
2015	-	363	2.208
2016	-	-	419
<b>Total</b>	<b>5.532</b>	<b>3.327</b>	<b>2.783</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos concluídos em jan/2014 era de 5.532; atualmente, há 2.783. Houve redução gradativa dos concluídos a partir do ano de 2014, se compararmos com os anos seguintes, reflexo da dinâmica de trabalho adotada.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ em tramitação na unidade são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente a unidade trabalha com a grande maioria dos processos distribuídos no ano de 2015, portanto, com apenas um ano de tramitação no TRF.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELADORES OU ÓRGÃOS (janeiro/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	21
Recebidos para declaração de voto	1
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	-
<b>TOTAL</b>	<b>22</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado não informado

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão, enquanto há 21 processos que aguardam voto-vista e 1 para declaração de voto. Neste universo, não se identificaram processos aguardando providências há mais de 30 dias.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELADORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (janeiro/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	6
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	-
<b>TOTAL</b>	<b>6</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado não informado

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se que não há processos conclusos para revisão ou declaração de voto. Existem 6 processos para voto-vista. Nessa situação, há apenas 3 processos sem movimentação há mais de 30 dias, que dizem respeito à última sessão antes do recesso judiciário (16/12/2015).

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, da Lei 13.140/2015, que trata da mediação, e da Lei 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos, merecendo destaque a realização de curso em EAD (Ensino à Distância) oferecido pelo Tribunal, do qual participam 4 servidores da unidade.

### **3. ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA**

Foram selecionados 32 processos para inspeção, sendo 15 eletrônicos e 17 físicos. Destes, todos os eletrônicos da amostragem foram inspecionados, enquanto os físicos, somente os que ainda se encontravam na unidade.

Os processos físicos que tramitavam em unidades externas foram destacados para serem incluídos nas futuras inspeções.

Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e as constantes dos autos físicos.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Na listagem, não constaram processos extraviados; e, no acervo geral, não foram apurados feitos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Priorizar o julgamento, no prazo de 90 dias: 50248913720134047100, 5018459-90.2013.4.04.7200, 50119199620134047112 e 50088835320114047100; e

b) Realizar a apreciação da petição protocolada em 16/10/2014: 50023240420124047211.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, não havendo acúmulo injustificado. Ao contrário, verifica-se a redução contínua do acervo.

#### **4. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS**

a) A unidade adota a boa prática de realizar uma triagem inicial, ocasião em que se verificam, de logo, os requisitos para admissibilidade dos recursos e realiza-se a separação dos processos por matéria;

b) Os servidores recebem os processos conforme especialização por matéria ou fase processual;

c) O gabinete também adota tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta do CNJ, estimula medidas de conciliação e prioriza os feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa;

d) Não há um controle rígido de prazo para julgamento de feitos, mas a unidade busca observar a ordem cronológica de forma a realizar sempre o julgamento dos mais antigos;

e) A unidade fixou uma meta geral no sentido de realizar o julgamento de 200 processos por sessão, sendo a participação individual dos servidores aferida de acordo com a complexidade dos processos de atuação;

f) O planejamento e a avaliação periódica de atividades é uma constante do gabinete;

g) O atendimento aos advogados é realizado pelo Desembargador, compatibilizando com sua agenda de atividades.

## **5. OBSERVAÇÕES GERAIS**

A unidade apresentou um bom andamento na tramitação dos feitos processuais.

A análise realizada pela Corregedoria, a partir da amostragem e da coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revela que, em termos de perfil, o acervo não indica acúmulo de feitos antigos na distribuição e conclusão, incluindo os previstos nas metas do Conselho Nacional de Justiça.

No tocante à dinâmica processual, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo geral, com poucas observações anotadas na análise individual dos feitos.

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) Cumprimento da recomendação da última Inspeção da Corregedoria, no sentido de implantar plano de trabalho para elevar a produtividade, superando distribuição e reduzindo o acervo;

b) Priorização do cumprimento das metas traçadas pelo Conselho Nacional de Justiça, restando poucos processos remanescentes nessa circunstância;

c) Adoção sistemática de trabalho que procura priorizar o julgamento dos processos pela ordem cronológica de distribuição, o que se verifica pelo número de feitos mais antigos do acervo processual, nos anos de 2014, 2015 e 2016;

d) Preocupação da unidade em adaptar-se à realidade das inovações legislativas, especialmente em relação ao Novo Código de Processo Civil, uma vez que há a participação de servidores nos cursos de atualização oferecidos pelo Tribunal.

## **6. RECOMENDAÇÕES**

a) Cumprir o prazo de devolução de pedido de vista previsto no art. 1º da Resolução 202/2015 do Conselho Nacional de Justiça, reproduzido no art. 940 do Novo Código de Processo Civil;

b) Priorizar o julgamento dos embargos de declaração e dos agravos regimentais/legais pendentes de julgamento;

c) Priorizar feitos com meta estabelecida pelo CNJ;

d) Controlar, mediante extração de relatório, os processos sem movimentação processual há mais de 90 dias;

e) Observar as demais recomendações constantes do item 3 deste Relatório.

## GABINETES INTEGRANTES DA 4ª TURMA

### DESEMBARGADOR FEDERAL LUÍS ALBERTO D'AZEVEDO AURVALLE

**Especialidade:** Administrativa, Civil e Comercial.

#### 1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

**1.1. Identificação:** Desembargador Federal **LUÍS ALBERTO D'AZEVEDO AURVALLE**.

**1.2. Órgãos de atuação:** 4ª Turma, 2ª Seção e Plenário.

**1.3. Tempo de atuação neste acervo:** desde 26/1/2012.

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas.

A Juíza Federal Salise Sanchotene encontra-se convocada para atuar em auxílio ao gabinete desde junho de 2015, conforme Resolução n. 71/2015.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

#### 1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	17				5	22	15
Inspeção/2016	16				5	21	15

A força de trabalho em exercício não sofreu alterações significativas em relação à existente na inspeção realizada em maio de 2014, contando, atualmente, com apenas 1 servidor a menos, decorrente de vaga a ser preenchida. A quantidade de servidores na atividade-fim permaneceu inalterada.

## 2. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (fevereiro/2015)**	4.635
Acervo ajustado no TRF (janeiro/2016)**	3.828
Acervo de conclusos no Gabinete (fevereiro/2015)**	3.784
Acervo de conclusos no Gabinete (janeiro/2016)**	2.674
Acervo de sobrestados no Gabinete (fevereiro/2015)	39
Acervo de sobrestados no Gabinete (janeiro/2016)	595

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas de série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente do magistrado que ocupava à época o respectivo gabinete.

\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

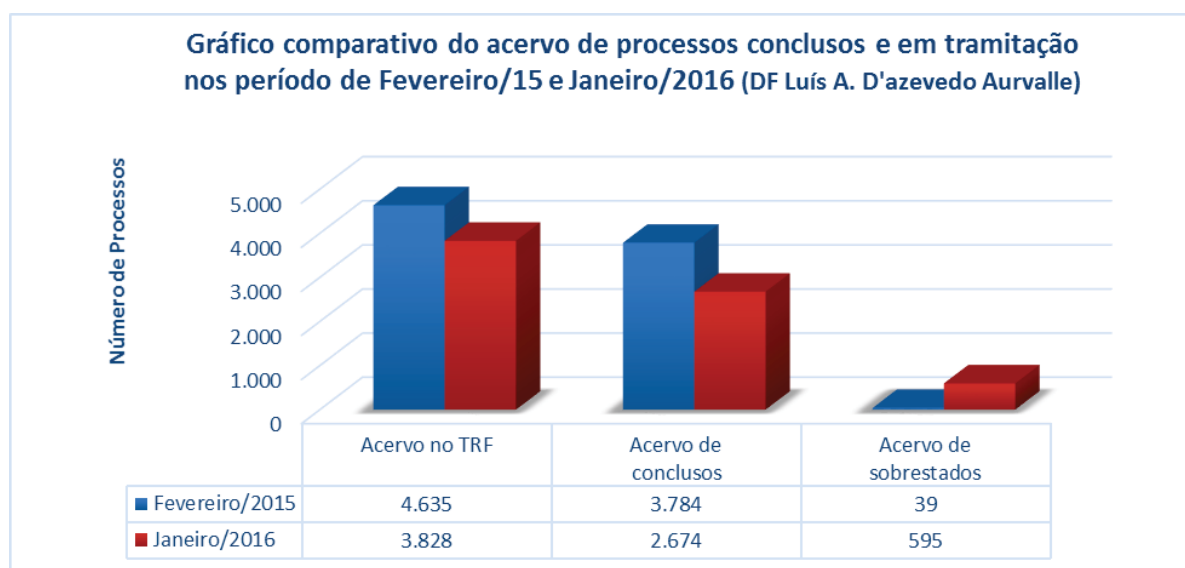
Nos últimos doze meses, o acervo de processos concluídos diminuiu em 1.110 e o de sobrestados subiu 556.

Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, envolvendo diversas matérias, sendo as principais: índice de juros e correção monetária contra a fazenda pública (Lei 11.960/2009), obrigatoriedade do serviço militar dos profissionais de saúde, correção do saldo do FGTS e poupança.

O gabinete apresentou, em janeiro/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 2.674 autos concluídos, que, quando cotejado com o número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 178,26 processos por servidor.

Ressalte-se, também, que o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 807 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (fevereiro/2015 a janeiro/2016)</b>	
Total de Processos (entradas)*	7.104
Total de Processos (saídas)**	7.729
Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)	-625
Processos distribuídos	6.861

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.



No período de doze meses, houve entrada de 7.104 processos e saída de 7.729, resultando, assim, em redução do acervo, o que merece registro e reconhecimento por parte da Corregedoria como boa prática de gestão processual e administrativa.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de fevereiro/2015 a janeiro/2016:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (fevereiro/2015 a janeiro/2016)*</b>	
Total de processos julgados por pauta	<b>4.885</b>
Total de processos julgados em mesa	<b>43</b>
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	<b>2.530</b>
<b>TOTAL</b>	<b>7.458</b>
<b>Grau de recorribilidade em decisões monocráticas**</b>	<b>50%</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 7.458 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de distribuídos foi de 6.861, ou seja, o número de julgados superou o de distribuídos, o que revela o cumprimento da Meta 1 do CNJ.

No período em análise, foram julgados 43 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 2.530 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 50%.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (janeiro/2016)</b>	
<b>a. Embargos de Declaração</b>	<b>551</b>
<b>b. Agravo Legal/Regimental</b>	<b>311</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 551 embargos de declaração e 311 agravos legais/regimentais.

Existem 200 processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela ainda não levados para exame do colegiado, há mais de 90 dias.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (janeiro/2016)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	<b>2</b>
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	<b>1</b>
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	<b>2</b>
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	<b>2</b>
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	<b>5</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2011)</b>	<b>27</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2012)</b>	<b>30</b>
<b>META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)</b>	<b>20</b>
<b>META 6/2016** (distribuídos até 2012)</b>	<b>1</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 CNJ, no acervo de conclusos na unidade (2.674), o número de processos distribuídos até 31/12/2012 e apurado em janeiro/2016 era de 69, representando 2,58%.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes em 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição:

PROCESSOS CONCLUSOS NOS GABINETES, POR ANO DE  
DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

GAB. 43 (Des. Federal LUÍS ALBERTO D AZEVEDO AURVALLE )

ANOS	jan/14	jan/15	jan/16
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	-	-	-
1997	-	-	-
1998	-	-	-
1999	-	-	-
2000	-	-	-
2001	-	1	1
2002	-	1	-
2003	-	-	-
2004	-	1	-
2005	1	-	3
2006	1	2	-
2007	3	1	1
2008	4	3	3
2009	24	12	5
2010	154	14	7
2011	1.113	252	35
2012	1.274	378	53
2013	2.267	724	95
2014	355	1.895	409
2015	-	307	1.756
2016	-	-	306
<b>Total</b>	<b>5.196</b>	<b>3.591</b>	<b>2.674</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos conclusos, distribuídos até jan/2014 era de 5.196, atualmente, possui 2.674 processos. Houve redução gradativa dos feitos conclusos a partir do ano de 2014, se compararmos com os anos seguintes, reflexo da dinâmica de trabalho adotada.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ em tramitação na unidade são relativamente triados e julgados por ordem de antiguidade, no que pese ainda possuir 69 processos nesse sentido, o que deve receber uma atenção especial para conclusão até dezembro de 2016.

Atualmente, a unidade trabalha com a grande maioria dos processos distribuídos no ano de 2015, portanto, com apenas um ano de tramitação no TRF.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em janeiro/2016 existem 20 processos; enquanto que em relação à Meta 6/2016, apresentou apenas 1 processo. Tendo em vista a relevância das matérias objeto dessas metas,

independentemente da quantidade de feitos existentes, deve-se envidar esforços para o seu alcance.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (janeiro/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	7
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	5
Outras situações	-
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado não informado

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão, mas há 12 que aguardam voto-vista e declaração de voto. Nesse tocante, há feitos que aguardam providências há mais de 30 dias, o que configura pendência externa.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (janeiro/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	2
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	4
Outras situações	-
<b>TOTAL</b>	<b>6</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado não informado

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, não se apurou a existência de processos conclusos para revisão. Existem 2 para voto-vista e 4 para lavratura de acórdão. Nessas situações, apenas 1 se encontra sem movimentação há mais de 30 dias, uma vez que data de dezembro/2015, mas aguarda o retorno das férias do Desembargador titular para concluir o julgamento.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, da Lei 13.140/2015, que trata da mediação, e da Lei 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos.

### **3. ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA**

Foram selecionados 42 processos para inspeção, sendo 10 eletrônicos e 32 físicos. Destes, todos os autos eletrônicos da amostragem foram inspecionados, enquanto os físicos, apenas os que ainda se encontravam na unidade.

Os processos físicos que tramitavam em unidades externas foram destacados para serem incluídos nas futuras inspeções.

Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Existem 5 processos relacionados na autoinspeção anterior que ainda não foram levados a julgamento, embora se encontrem em fase de elaboração de minutas. São eles: 5000407620104047216, 50018775920114047208, 50118411220114047100, 50412389120124047000 e 50013032620124047200, o que exige atenção especial para esses feitos.

Na listagem, não constaram processos extraviados; e, no acervo geral, não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Priorizar o julgamento, no prazo de 90 dias: 50480029320124047000, 5041238-91.2012.4.04.7000, 5025612-86.2013.4.04.7100, 50087154020134040000 e 199770000210329;

b) Priorizar os votos vistas, especialmente os que estão com conclusão superior a 30 dias;

c) Priorizar o julgamento dos 69 feitos de Meta 2 do CNJ, até dezembro do ano em curso (2016).

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, não havendo acúmulo injustificado. Ao contrário, verifica-se a redução contínua do acervo.

#### **4. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS**

a) A unidade realiza uma triagem inicial de processo, ocasião em que o servidor responsável distribui os feitos para as pastas específicas do sistema eletrônico de tramitação processual, inclui minutas de despachos de diligências iniciais (ex. vista ao Ministério Público), insere decisões com modelos padrão e verifica os requisitos de admissibilidade do recurso;

b) O Desembargador orienta sobre o entendimento a ser adotado nos processos. O Chefe do Gabinete, a assessora e o assessor adjunto são responsáveis pelo controle dos processos e sua distribuição nos localizadores. Todos os funcionários têm contato direto com o Desembargador no que se refere a entendimento jurídico. A chefia e a assessoria também são responsáveis por determinados tipos de processos, conforme a matéria. Os estagiários auxiliam os servidores na confecção de minutas, que são revisadas pelo servidor responsável pela matéria;

c) Os critérios internos para organização do acervo e controle de movimentação interna dos processos não são estáticos e se adequam à medida que a distribuição dos processos indique essa necessidade, como no caso das ações de massa, bem como em função do cumprimento das metas fixadas;

d) Os agravos são prioridade e o objetivo é que sejam decididos o mais rápido possível;

e) Atualmente, o acervo físico é bem reduzido: os processos ainda existentes se encontram em um armário e são distribuídos para mesa de cada servidor;

f) O atendimento aos advogados pelo Desembargador é feito preferencialmente por agendamento, sem prejuízo de outras ocasiões que se mostrarem necessárias;

g) Mesmo sem o quadro de servidores e estagiários completo, e a despeito da enorme distribuição, com feitos das mais variadas matérias, o trabalho desenvolvido pelo gabinete é de muito boa qualidade, sendo o acervo reduzido anualmente;

h) O tempo de tramitação vem sendo reduzido, com o atendimento cada vez maior das metas internas, bem como das estabelecidas pelo Poder Judiciário;

i) Merece registro uma boa prática da unidade, que é a publicação no mesmo dia do julgamento pelo colegiado;

j) O acompanhamento dos dados estatísticos do Tribunal e do desempenho da unidade é uma constante, o que revela motivação da equipe e seu compromisso em realizar uma prestação jurisdicional cada vez mais efetiva e célere;

k) Houve a adoção do sistema de teletrabalho com relação a 3 servidores o que se mostrou uma experiência exitosa do ponto de vista da produtividade do gabinete.

## **5. OBSERVAÇÕES GERAIS**

A unidade apresentou um bom andamento na tramitação dos feitos processuais.

A análise realizada pela Corregedoria, a partir da amostragem e da coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revela que, em termos de perfil, o acervo não indica acúmulo de feitos antigos na distribuição e conclusão.

No tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo geral, com poucas observações anotadas na análise individual dos feitos.

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) Verificou-se que a unidade implantou um plano de trabalho para elevar a produtividade, superando a distribuição e reduzindo o acervo;

b) A unidade deve priorizar o cumprimento das metas traçadas pelo Conselho Nacional de Justiça, uma vez que ainda restam alguns processos remanescentes nessa circunstância; não obstante vale ressaltar que o Magistrado atua na unidade desde janeiro/2012, ocasião em que seu gabinete recebeu um acervo de aproximadamente 6.000 autos, no qual havia uma grande quantidade de feitos mais antigos;

c) O gabinete adota sistemática de trabalho que procura priorizar o julgamento dos processos pela ordem cronológica de distribuição, o que se verifica pelo número de feitos mais antigos do acervo processual, nos anos de 2014, 2015 e 2016;

d) Percebe-se uma preocupação da unidade em adaptar-se à realidade das inovações legislativas, especialmente em relação ao Novo Código de Processo Civil, uma vez que há a participação de servidores nos cursos de atualização oferecidos pelo Tribunal.

## **6. RECOMENDAÇÕES**

a) Cumprir o prazo de devolução de pedido de vista previsto no art. 1º da Resolução 202/2015 do Conselho Nacional de Justiça, reproduzido no art. 940 do Novo Código de Processo Civil;

b) Priorizar o julgamento dos embargos de declaração e agravos regimentais/legais pendentes de julgamento;

c) Priorizar feitos com meta estabelecida pelo CNJ, em especial o julgamento dos 69 processos de Meta 2 do CNJ até dezembro do ano em curso (2016);

d) Controlar, mediante extração de relatório, os processos sem movimentação processual há mais de 90 dias;

e) Observar as demais recomendações constantes do item 3 deste Relatório.

## GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 4ª TURMA

### DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO ALFREDO SILVA LEAL JUNIOR

**Especialidade:** Administrativa, Civil e Comercial.

#### 1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

**1.1. Identificação:** Desembargador Federal **CÂNDIDO ALFREDO SILVA LEAL JUNIOR**.

**1.2. Órgãos de atuação:** 4ª Turma, 2ª Seção e Plenário.

**1.3. Tempo de atuação neste acervo:** desde 12 de agosto de 2012.

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas.

A Juíza Federal Salise Sanchotene encontra-se convocada para atuar em auxílio ao gabinete, desde junho de 2015, conforme Resolução n. 71/2015.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

#### 1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	15	-	-	-	5	20	14
Inspeção/2016	16	-	-	-	5	21	15

A força de trabalho em exercício não sofreu alterações significativas em relação à existente na inspeção realizada em maio de 2014, contando, atualmente, com apenas 1 auxiliar a mais. Esse pequeno incremento se deu em relação a servidores destinados à atividade-fim.

## 2. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (fevereiro/2015)**	6.447
Acervo ajustado no TRF (janeiro/2016)**	4.875
Acervo de conclusos no Gabinete (fevereiro/2015)**	5.418
Acervo de conclusos no Gabinete (janeiro/2016)**	4.025
Acervo de sobrestados no Gabinete (fevereiro/2015)	294
Acervo de sobrestados no Gabinete (janeiro/2016)	625

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas de série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente do magistrado que ocupava à época o respectivo gabinete.

\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.



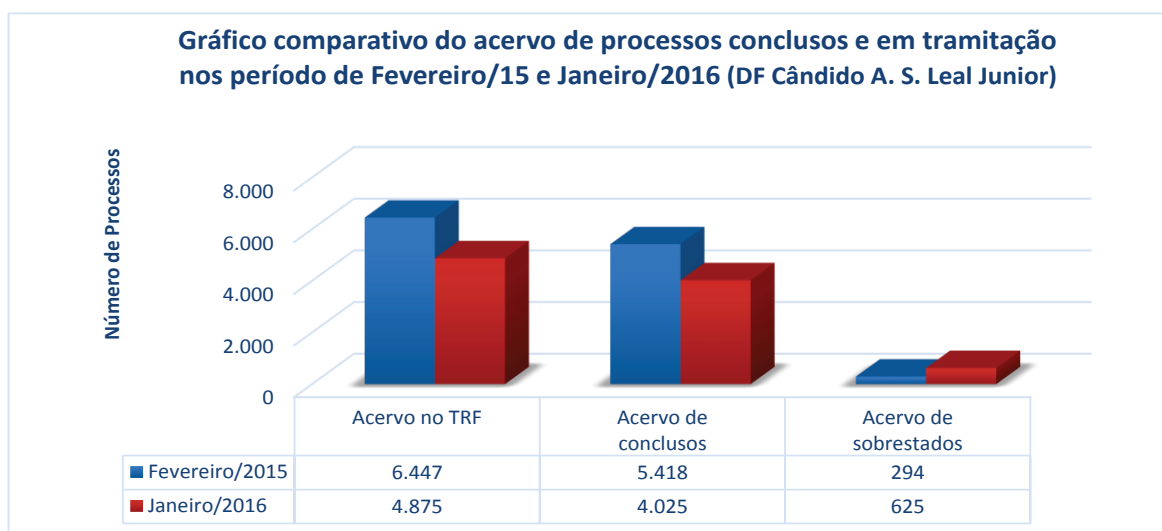
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos diminuiu em 1.393 e o de sobrestados subiu 331.

Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, envolvendo diversas matérias, sendo as principais: obrigatoriedade do serviço militar obrigatório dos profissionais de saúde, correção monetária do saldo do FGTS e poupança.

O gabinete apresentou, em janeiro/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 4.025 feitos conclusos, que, quando cotejado com o número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 268,33 processos por servidor.

Ressalte-se, também, que o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 1.572 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (fevereiro/2015 a janeiro/2016)</b>	
<b>Total de Processos (entradas)*</b>	<b>7.112</b>
<b>Total de Processos (saídas)**</b>	<b>8.753</b>
<b>Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)</b>	<b>-1.641</b>
<b>Processos distribuídos</b>	<b>6.885</b>

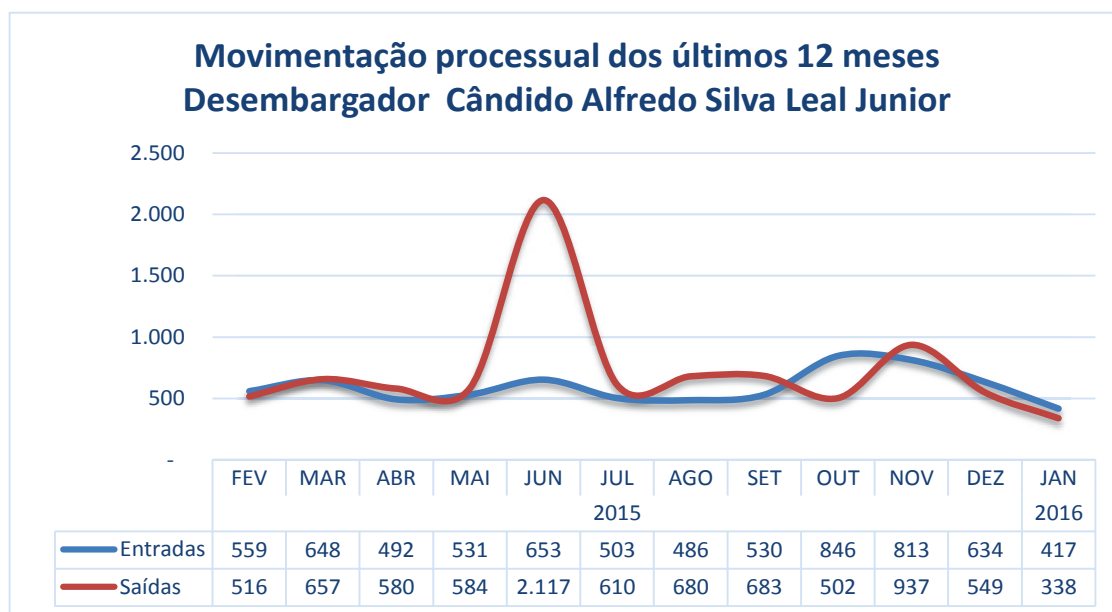
Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 7.112 processos e saída de 8.753, resultando, assim, em redução do acervo, o que merece registro e reconhecimento por parte da Corregedoria como boa prática de gestão processual e administrativa.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de fevereiro/2015 a janeiro/2016:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (fevereiro/2015 a janeiro/2016)*</b>	
Total de processos julgados por pauta	<b>5.380</b>
Total de processos julgados em mesa	<b>53</b>
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	<b>1.501</b>
<b>TOTAL</b>	<b>6.934</b>
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas**	<b>57%</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 6.934 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos foi de 6.885, ou seja, o número de julgados superou o de distribuídos, o que revela o cumprimento da Meta 1 do CNJ.

No período em análise, foram julgados 53 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 1.501 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 57%.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (janeiro/2016)</b>	
<b>a. Embargos de Declaração</b>	<b>1.017</b>
<b>b. Agravo Legal/Regimental</b>	<b>492</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 1.017 embargos de declaração e 492 agravos legais/regimentais.

Existem 296 processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias ainda não levados para exame do colegiado. Nesse universo, destacam-se algumas pendentes por lapso de tempo considerável, nos seguintes processos: 502290690220134040000, desde 7/7/2014 e 50204105420144040000, desde 1º/10/2014.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (janeiro/2016)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	<b>11</b>
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	<b>3</b>
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	<b>8</b>
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	<b>8</b>
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	<b>6</b>
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	<b>11</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2011)</b>	<b>77</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2012)</b>	<b>58</b>
<b>META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)</b>	<b>12</b>
<b>META 6/2016** (distribuídos até 2012)</b>	<b>4</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, no acervo de processos conclusos na unidade (4.025), o número de feitos distribuídos até 31/12/2012 e apurado em janeiro/2016 era de 182, representando 4,52%.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes em 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição:

PROCESSOS CONCLUSOS NOS GABINETES, POR ANO DE  
DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

GAB. 41 (Des. Federal CÂNDIDO ALFREDO SILVA LEAL JUNIOR )

ANOS	jan/14	jan/15	jan/16
1989	-	-	-
1990	-	1	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	1	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	-	-	-
1997	-	1	-
1998	-	1	-
1999	-	-	-
2000	-	-	2
2001	-	-	-
2002	-	-	1
2003	3	3	2
2004	1	1	2
2005	1	1	4
2006	6	3	4
2007	9	9	15
2008	11	12	11
2009	23	18	10
2010	25	16	19
2011	883	489	145
2012	1.321	838	120
2013	2.289	1.178	259
2014	367	2.458	552
2015	-	338	2.493
2016	-	-	386
<b>Total</b>	<b>4.940</b>	<b>5.367</b>	<b>4.025</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de conclusos, em jan/2014, era de 4.940; atualmente, há 4.025. Houve uma pequena elevação do número de processos conclusos, do ano de 2014 para 2015, mas ocorreu redução do ano de 2015 em diante, reflexo da dinâmica de trabalho adotada.

Observe-se que 1.500 processos do acervo foram redistribuídos, no mês de junho/2015, para Juíza Federal Salise Sanhotene, que presta auxílio ao gabinete.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são relativamente triados e julgados por ordem de antiguidade, no que pese ainda restarem 182 feitos nesse sentido, o que deve receber uma atenção especial para conclusão até dezembro de 2016.

Atualmente, a unidade trabalha com mais de 50% do seu acervo de processos distribuídos no ano de 2015, portanto, com apenas um ano de tramitação no TRF.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em janeiro/2016, existem 12 processos; enquanto que, em relação à Meta 6/2016, apresentaram-se apenas 4 feitos. Tendo em vista a relevância das matérias objeto

dessas metas, independentemente da quantidade de feitos existentes, deve-se envidar esforços para o seu alcance.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELADORES OU ÓRGÃOS (janeiro/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	6
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	4
Outras situações	-
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado não informado

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão, ao passo em que constam 10 que aguardam voto-vista e lavratura de acórdão. Neste universo, não há feitos que aguardam providências há mais de 30 dias, conforme informações prestadas pela unidade.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELADORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (janeiro/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	6
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	3
Outras situações	-
<b>TOTAL</b>	<b>9</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado não informado

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, não se apurou a existência de processos conclusos para revisão, 6 para voto-vista e 3 para lavratura de acórdão. Nessas situações, o processo mais antigo encontra-se aguardando providências desde 26.11.2015.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, da Lei 13.140/2015, que trata da mediação, e da Lei 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos, merecendo destaque a realização de curso em EAD (Ensino a Distância) oferecido pelo Tribunal, do qual participam 3 servidores da unidade.

### **3. ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA**

Foram selecionados 41 processos para inspeção, sendo 21 eletrônicos e 20 físicos. Destes, todos os autos eletrônicos da amostragem foram inspecionados, enquanto os físicos, apenas os que ainda se encontravam na unidade.

Os processos físicos que tramitavam em unidades externas foram destacados para serem incluídos nas futuras inspeções.

Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior pendente de cumprimento ou de regularização pela Unidade.

Na listagem, não constaram processos extraviados; e, no acervo geral, não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Priorizar o julgamento, no prazo de 90 dias, do feito paralisado desde o ano de 2014: 2006.72.00.006222-1;

b) Priorizar o julgamento, no prazo de 90 dias, dos autos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela ainda não levados para exame do colegiado: 502290690220134040000 e 50204105420144040000.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, não havendo acúmulo injustificado.

#### **4. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS**

a) A gestão do gabinete é efetuada pela assessoria, sob a orientação do Desembargador, procurando, em conjunto ou separadamente, definir diretrizes de trabalho;

b) Periodicamente, reuniões da assessoria com o Desembargador são feitas para fins de estabelecimento de estratégias para o melhor desempenho da equipe, que se reúne mensalmente, com o objetivo de discutir acerca do desempenho ou da produtividade do grupo, na busca da melhoria nos resultados do trabalho;

c) Existe uma meta geral para que o gabinete realize, por mês, o julgamento de 500 processos em sessão e 200 por meio de decisões monocráticas;

d) Os integrantes da assessoria possuem algumas atribuições equivalentes, principalmente de caráter administrativo, de forma a zelar pela continuidade do trabalho;

e) A assessoria é responsável também pelo controle da pauta de feitos incluídos para julgamento perante a turma e a seção, dando encaminhamento às orientações do Desembargador após sua análise dos processos, zelando, assim, para que não existam pendências por ocasião da realização das sessões;

f) As atribuições dos servidores são estabelecidas por matéria, de forma a especializar o trabalho, garantindo maior produção e qualidade dos votos; dois servidores são responsáveis pela análise de pedido de efeito suspensivo ou antecipação de tutela recursal nos agravos de instrumento; a confecção de decisões terminativas (art. 557 do CPC) é feita, em especial, por dois servidores;

g) A distribuição dos recursos é feita diariamente, procurando-se também identificar os processos repetitivos, com precedente da turma ou seção, ou de resolução mais facilitada, de forma a priorizar o julgamento;

h) Os processos identificados em listas de meta do CNJ são priorizados na medida em que recebidos no gabinete, bem como, dentro do possível, aqueles com preferência legal;

i) São realizadas avaliações periódica de resultados no mínimo uma vez por mês, oportunidade em que são analisados os dados estatísticos e resultados do trabalho, com discussão sobre as necessárias adequações ou alterações na sistemática;

j) O atendimento das partes e advogados é feito, inicialmente, por uma servidora que desempenha apenas funções de natureza administrativa. Se solicitado pela parte ou advogado, o atendimento é feito pela assessora ou Desembargador; no caso de atendimento pelo Desembargador, a servidora preenche formulário no qual se identifica o processo e o nome do advogado ou da parte interessada, de forma a adiantar ao Desembargador o motivo do atendimento.

## **5. OBSERVAÇÕES GERAIS**

A unidade apresentou um bom andamento na tramitação dos feitos processuais.

A análise realizada pela Corregedoria, a partir da amostragem e da coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revela que, em termos de perfil, o acervo não indica acúmulo de feitos antigos na distribuição e conclusão.

No tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo geral, com poucas observações anotadas na análise individual dos feitos.

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) Verificou-se que a unidade implantou um plano de trabalho para elevar a produtividade, superando a distribuição e reduzindo o acervo;

b) A unidade deve priorizar o cumprimento das metas traçadas pelo Conselho Nacional de Justiça, uma vez que ainda restam alguns processos remanescentes nessa circunstância;

c) O gabinete adota sistemática de trabalho que procura priorizar o julgamento dos processos pela ordem cronológica de distribuição, o que se verifica pelo número de feitos mais antigos do acervo processual, nos anos de 2014, 2015 e 2016;

d) O tempo médio do processo na unidade é de 375,6 dias;

e) A unidade dispõe de 1.017 embargos de declaração para serem examinados, o que é um número proporcionalmente alto e, portanto, requer um cuidado particular, inclusive porque pode ser um fator de diminuição do tempo médio do processo no gabinete.

f) Percebe-se uma preocupação da unidade em adaptar-se à realidade das inovações legislativas, especialmente em relação ao Novo Código de Processo Civil, uma vez que há a participação de servidores nos cursos de atualização oferecidos pelo Tribunal;

g) Os processos selecionados para inspeção tiveram especial atenção pelo gabinete, pois, em sua maioria, obtiveram recentemente a providência aguardada, seja despacho, inclusão em pauta ou julgamento colegiado, o que é motivo de registro elogioso por parte da Corregedoria.

## **6. RECOMENDAÇÕES**

a) Cumprir o prazo de devolução de pedido de vista previsto no art. 1º da Resolução 202/2015 do Conselho Nacional de Justiça, reproduzido no art. 940 do Novo Código de Processo Civil;

b) Priorizar o julgamento dos embargos de declaração e agravos regimentais/legais pendentes de julgamento, devendo ser informada a esta Corregedoria a quantidade remanescente no prazo de 180 dias;

c) Priorizar feitos com meta estabelecida pelo CNJ, em especial o julgamento dos 182 processos de meta 2 do CNJ até dezembro do ano em curso (2016);

d) Controlar, mediante extração de relatório, os processos sem movimentação processual há mais de 90 dias;

e) Observar as demais recomendações constantes do item 3 deste Relatório.



## GABINETES INTEGRANTES DA 4ª TURMA

### DESEMBARGADORA FEDERAL VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA

**Especialidade:** Administrativa, Civil e Comercial.

#### 1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

**1.1. Identificação:** Desembargadora Federal **VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA**.

**1.2. Órgãos de atuação:** 4ª Turma, 2ª Seção, Conselho de Administração e Plenário.

**1.3. Tempo de atuação neste acervo:** desde março/2013.

No período de cinco anos, a Magistrada requereu, em março/2013, remoção interna da 6ª Turma para 4ª.

Até junho de 2015, a Desembargadora desempenhou, cumulativamente, as atividades do gabinete e a função de Coordenadora dos Juizados Especiais Federais, participando da organização e gestão dos JEFs e turmas recursais, presidindo os julgamentos da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência e exercendo o juízo de admissibilidade de recursos e incidentes de uniformização.

Atualmente, a Desembargadora é membro do Conselho de Administração do Tribunal e suplente na Corte Especial, sem prejuízo de sua atuação no gabinete da 4ª Turma.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargadora.

#### 1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	16	-	-	-	4	20	14
Inspeção/2016	16	-	-	-	4	20	15

A força de trabalho em exercício não sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em maio de 2014, contando, atualmente, com a mesma quantidade de auxiliares. Houve, no entanto, o pequeno incremento de 1 servidor destinado à atividade-fim.

## 2. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (fevereiro/2015)**	5.058
Acervo ajustado no TRF (janeiro/2016)**	5.319
Acervo de conclusos no Gabinete (fevereiro/2015)**	4.391
Acervo de conclusos no Gabinete (janeiro/2016)**	4.492
Acervo de sobrestados no Gabinete (fevereiro/2015)	184
Acervo de sobrestados no Gabinete (janeiro/2016)	490

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas de série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente do magistrado que ocupava à época o respectivo gabinete.

\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

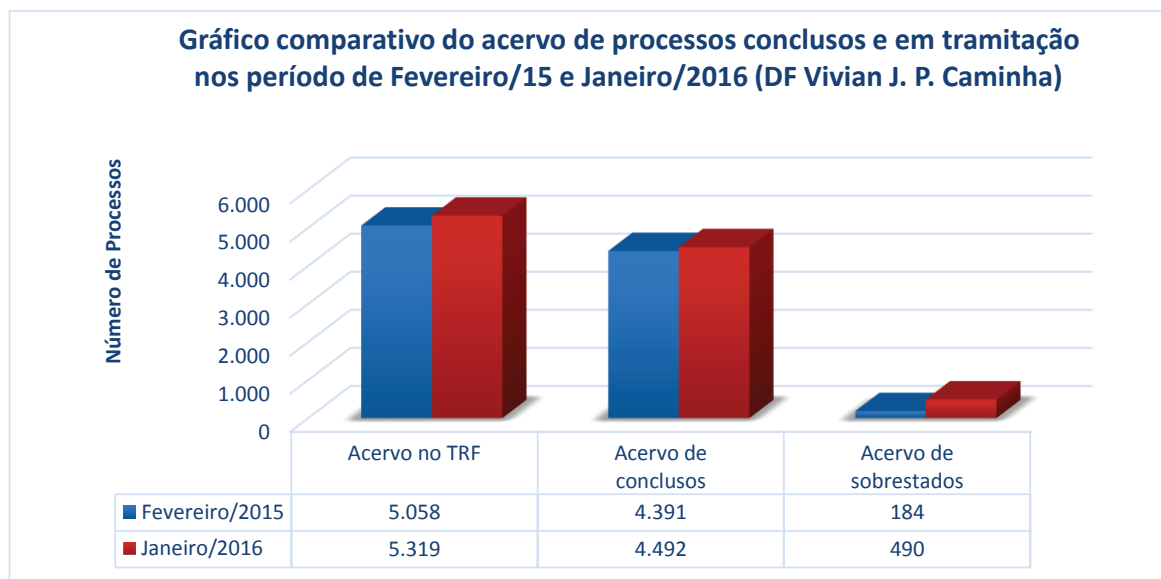
Nos últimos doze meses, o acervo de conclusos cresceu em 101 e o número de sobrestados subiu em 306.

Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, envolvendo diversas matérias, sendo as principais: obrigatoriedade do serviço militar dos profissionais de saúde, correção monetária do saldo do FGTS e poupança.

O gabinete apresentou, em janeiro/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 4.492 conclusos, que, quando cotejado com o número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 299,46 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 261 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (fevereiro/2015 a janeiro/2016)</b>	
<b>Total de Processos (entradas)*</b>	<b>7.084</b>
<b>Total de Processos (saídas)**</b>	<b>7.388</b>
<b>Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)</b>	<b>-304</b>
<b>Processos distribuídos</b>	<b>6.868</b>

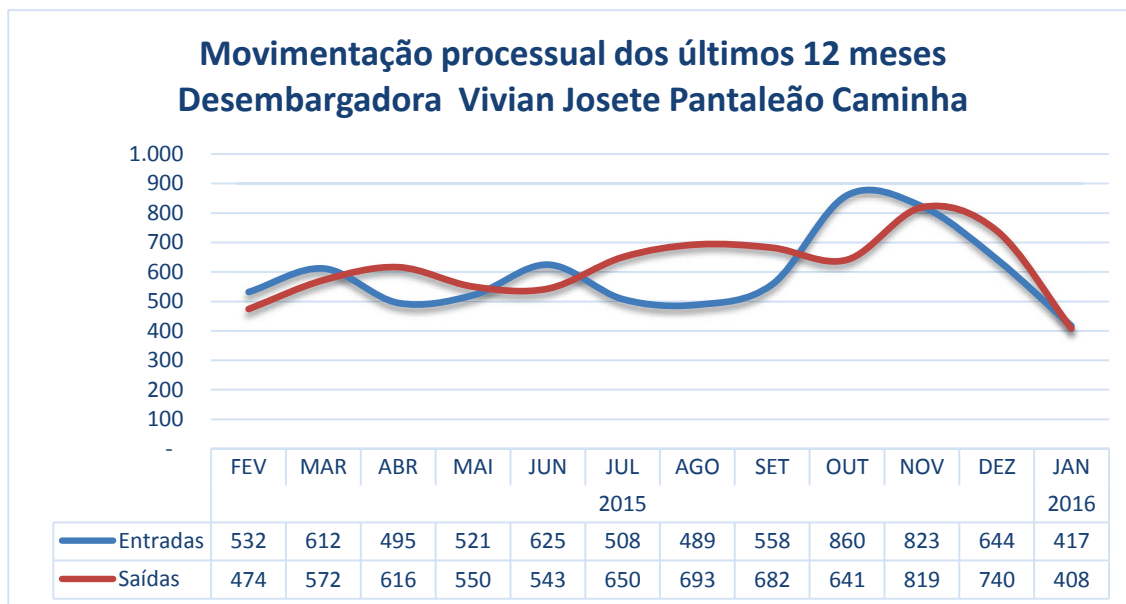
Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 7.084 processos e saída de 7.388, resultando, assim, em saldo favorável de menos 304 processos, muito embora tenha ocorrido um aumento do acervo, o que merece atenção e adoção de medidas para inversão do fluxo processual visando à retomada do pleno controle estatístico da unidade.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de fevereiro/2015 a janeiro/2016:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (fevereiro/2015 a janeiro/2016)*</b>	
Total de processos julgados por pauta	5.131
Total de processos julgados em mesa	44
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	1.975
<b>TOTAL</b>	<b>7.150</b>
<b>Grau de recorribilidade em decisões monocráticas**</b>	<b>48%</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 7.150 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de distribuídos foi de 6.868, ou seja, o número de julgados superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 44 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 1.975 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 48%.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (janeiro/2016)</b>	
a. Embargos de Declaração	1.061
b. Agravo Legal/Regimental	380

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 1.061 embargos de declaração e 380 agravos legais/regimentais.

Existem 193 processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias ainda não levados para exame do colegiado. Nesse universo, destacam-se algumas pendências com mais de 90 dias, nos seguintes feitos: 0001535872013440000, desde 30/7/2015, e 50248111192012404700, desde 21/7/2015.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (janeiro/2016)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	4
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	3
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	4
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	7
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	7
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	7
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	47
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	56
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	28
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	8

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, no acervo de conclusos na unidade (4.492), o número de processos distribuídos até 31/12/2012 e apurado em janeiro/2016 era de 135, representando 3,0%.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo em 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição:

PROCESSOS CONCLUSOS NOS GABINETES, POR ANO DE DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

GAB. 44 (Des. Federal VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA)

ANOS	jan/14	jan/15	jan/16
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	-	-	-
1997	-	-	-
1998	-	-	-
1999	1	-	1
2000	1	-	-
2001	-	-	-
2002	-	-	2
2003	1	-	-
2004	1	-	-
2005	1	-	4
2006	1	4	3
2007	1	4	4
2008	6	9	9
2009	11	13	10
2010	15	21	9
2011	406	118	70
2012	857	356	102
2013	2.490	784	292
2014	412	2.503	938
2015	-	404	2.669
2016	-	-	379
<b>Total</b>	<b>4.204</b>	<b>4.216</b>	<b>4.492</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Observa-se que os feitos mais antigos estão sendo proporcionalmente priorizados, mas ainda se requer especial atenção no sentido de se reduzir o acervo em relação aos mais antigos. O acervo de conclusos, em jan/2014, era de 4.204; atualmente, há 4.492. Por outro lado, houve pequena elevação do número de feitos conclusos a partir de 2014.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ em tramitação na unidade são relativamente triados e julgados por ordem de antiguidade. No que pese ainda haver 135 processos nesse sentido, faz-se necessária uma atenção especial para concluir tais feitos, até dezembro de 2016.

Atualmente, a unidade trabalha com mais de 50% do seu acervo de processos distribuídos no ano de 2015, portanto, com apenas um ano de tramitação no TRF.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em janeiro/2016 existem 28 processos; enquanto que, em relação à Meta 6/2016, restam apenas 8. Tendo em vista a relevância das matérias objeto destas metas, independentemente da quantidade de feitos existentes, deve-se envidar esforços para o seu alcance.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (janeiro/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	4
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	-
<b>TOTAL</b>	<b>4</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado não informado

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão e declaração de voto, ao passo que há 4 que aguardam voto-vista. Neste universo, o feito mais antigo foi objeto do pedido de vista na Sessão do dia 17/11/2015 e já se encontra incluído em pauta para o dia 15/3/2016.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	12
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	2
Outras situações	-
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado não informado

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, não se apurou a existência de conclusos para revisão, ao passo que há 12 para voto-vista e 2 para declaração de voto. Nessas situações, o processo mais antigo encontra-se aguardando providências desde 20/11/2015.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, da Lei 13.140/2015, que trata da mediação, e da Lei 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos, merecendo destaque a participação de 6 servidores em curso de EAD (Ensino a Distância) oferecido pelo Tribunal.

### 3. ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA

Foram selecionados 56 processos para inspeção, sendo 39 eletrônicos e 17 físicos. Destes, todos os autos eletrônicos da amostragem foram inspecionados, enquanto os físicos, apenas os que ainda se encontravam na unidade.

Os processos físicos que tramitavam em unidades externas foram destacados para serem incluídos nas futuras inspeções.

Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

A amostragem não revelou a existência de feitos sem movimentação desde a distribuição.

Não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e as constantes dos autos físicos.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior com pendências de cumprimento ou de regularização pela Unidade.

Na listagem, não constaram feitos extraviados; e, no acervo geral, não foram apurados extravios sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Priorizar o julgamento, no prazo de 90 dias:

50410251320114047100	5024811-19.2012.4.04.7000
50161018720144040000	5012986-58.2014.4.04.0000
5011157-44.2012.4.04.7200	50111411220114047205
5010514-57.2010.4.04.7200	50103677920114047205
5008273-09.2012.4.04.7114	50067530220114047000
5006300252012404711	5005112-60.2013.4.04.7112
5005175-22.2012.4.04.7112	5004453-24.2012.4.04.7100
50035771020104047110	5003411-80.2011.4.04.7000

5003015-95.2010.4.04.7208	5002888-05.2010.4.04.7000
5000886-98.2011.4.04.7203	5000282-22.2011.4.04.7209
5001397-27.2010.4.04.7205	0012702-09.2012.404.0000
2009.04.00.039963-5	2008.04.00.001830
2003.70.00.0263403-3	2007.04.00.009077-9
2000.71.07.003568-8.	

b) Priorizar o julgamento, no prazo de 90 dias, dos seguintes feitos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela ainda não levados para exame do colegiado: 0001535872013440000 e 50248111192012404700.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, não havendo acúmulo injustificado.

#### **4. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS**

a) Na unidade, 2 servidores são responsáveis pela gestão do gabinete, administrando o pessoal, o acervo e a distribuição de tarefas, sob orientação da Desembargadora. Também realizam, diariamente, a triagem dos processos, logo após a distribuição, classificando-os por matéria e identificando: pedidos de urgência, prevenções, incompetências e impedimentos; além de elaborarem minutas de decisões, despachos, votos-vista, votos divergentes, relatórios e votos em embargos infringentes, conflitos de competência, ações rescisórias e outras ações originárias;

b) Um servidor realiza as tarefas burocráticas e administrativas do gabinete; dois servidores dedicam-se à elaboração de minutas de decisões liminares em agravos de instrumento; os demais elaboram minutas de relatório e voto em apelações, agravos de instrumento e embargos de declaração;

c) Os estagiários analisam os embargos de declaração que visam exclusivamente ao prequestionamento e auxiliam na elaboração de minutas de decisão, relatório e voto de menor complexidade, sob a supervisão da assessoria;

d) Com relação aos processos físicos, a maior parte é diretamente repassada aos servidores para análise; os demais são localizados em estantes dentro do gabinete, para posterior elaboração de minuta;

e) Os processos são organizados por matéria e há localizadores que se referem à fase em que se encontra o feito ou ao ato a ser praticado; o controle de movimentação interna dos processos é realizado por localizadores, com base em relatórios estatísticos periódicos extraídos do sistema de informações processuais;

f) Os processos erroneamente distribuídos são imediatamente despachados e redistribuídos, sendo priorizada a apreciação de pedidos de concessão de liminar e antecipação de tutela recursal, inclusive em agravos de instrumento, os juízos de



retratação, o rejuízoamento de recursos por determinação de tribunais superiores, a análise de recursos com tramitação preferencial e os recursos mais antigos;

g) Os processos são distribuídos por matéria e nível de complexidade da causa, trabalhando a equipe em duas frentes: alguns servidores analisam os processos de acordo com a ordem de antiguidade, respeitada a tramitação prioritária de alguns feitos; outros examinam os processos que envolvem matérias repetitivas, para dar vazão ao grande volume de distribuição diária;

h) Os embargos de declaração são atribuídos ao servidor que elaborou, originariamente, a minuta da decisão impugnada (*feedback* de seu trabalho), exceto os que visam exclusivamente ao prequestionamento (cuja minuta é confeccionada por estagiário);

i) As estratégias de trabalho são traçadas com base nos dados estatísticos extraídos do sistema G4, disponibilizado pelo Tribunal, sendo as metas revistas periodicamente conforme o fluxo de processos;

j) As decisões e despachos assinados pela Desembargadora são juntados imediatamente aos autos eletrônicos e a intimação é realizada pelo próprio gabinete, o que reduz o tempo de sua publicação;

k) Não há metas individuais de produtividade, mas uma meta coletiva (p. ex. 200 processos por pauta), que é definida de acordo com a distribuição processual e o número de sessões de julgamento em cada mês (de 3 a 4), afora as decisões monocráticas, inclusive as de caráter liminar; os resultados são monitorados pela própria Desembargadora;

l) Os advogados e as partes são atendidos, com a máxima presteza, sendo fornecidos esclarecimentos sempre que solicitados;

m) A consulta a processos sem sigilo é realizada pelos advogados que manifestam interesse em estação de trabalho específica no próprio gabinete; a consulta a autos com sigilo ou segredo de justiça é realizada somente ao procurador constituído nos autos.

## **5. OBSERVAÇÕES GERAIS**

A unidade, via de regra, apresentou um bom andamento na tramitação dos feitos processuais.

A análise realizada pela Corregedoria, a partir da amostragem e da coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revela que, em termos de perfil, o acervo não indica um excessivo acúmulo de feitos antigos na distribuição e conclusão.

No tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo geral, com poucas observações anotadas na análise individual dos feitos, destacando-se que alguns atrasos foram sanados recentemente.

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) Houve a implantação de um plano de trabalho para elevar a produtividade, no intento de superar a distribuição e reduzir o acervo, notadamente a partir de julho/2015, quando se verifica uma saída mensal superior a 600 feitos; não obstante, é necessário persistir com esse propósito para que haja redução do número de processos conclusos;

b) A unidade deve priorizar o cumprimento das metas traçadas pelo Conselho Nacional de Justiça, uma vez que ainda restam alguns processos remanescentes nessa circunstância;

c) O gabinete adota sistemática de trabalho que busca priorizar o julgamento dos processos pela ordem cronológica de distribuição, o que se verifica pelo número de feitos mais antigos do acervo processual, nos anos de 2014, 2015 e 2016;

d) As maiores dificuldades enfrentadas dizem respeito à reduzida força de trabalho disponível frente ao grande volume de distribuição (média mensal de 590,8 processos no último ano) e a necessidade de permanente aperfeiçoamento da equipe de trabalho, inclusive em face das alterações legislativas frequentes;

e) O tempo médio do processo na unidade é de 283,1 dias;

f) A unidade dispõe de 1.061 embargos de declaração para serem examinados, número proporcionalmente alto e, portanto, requer um cuidado particular, inclusive porque pode ser um fator de diminuição do tempo médio do processo no gabinete e contribuir para reduzir o acervo;

g) Existe preocupação da unidade em adaptar-se à realidade das inovações legislativas, especialmente em relação ao Novo Código de Processo Civil, uma vez que há a participação de um bom número de servidores nos cursos de atualização oferecidos pelo Tribunal.

## **6. RECOMENDAÇÕES**

a) Cumprir o prazo de devolução de pedido de vista previsto no art. 1º da Resolução n. 202/2015 do Conselho Nacional de Justiça, reproduzido no art. 940 do Novo Código de Processo Civil;

b) Priorizar o julgamento dos embargos de declaração e agravos regimentais/legais pendentes de julgamento, devendo ser informado a esta Corregedoria a quantidade remanescente no prazo de 180 dias;

c) Priorizar feitos com meta estabelecida pelo CNJ, em especial o julgamento dos 135 processos de Meta 2 até dezembro do ano em curso (2016);

d) Controlar, mediante extração de relatório, os processos sem movimentação processual há mais de 90 dias;

e) Observar as demais recomendações constantes do item 3 deste Relatório.

## GABINETES INTEGRANTES DA 5ª TURMA

### DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO AFONSO BRUM VAZ

**Especialidade:** Previdência e Assistência Social.

#### 1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

**1.1. Identificação:** Desembargador Federal **PAULO AFONSO BRUM VAZ.**

**1.2. Órgãos de atuação:** 5ª Turma, 3ª Seção e Corte Especial Judicial.

**1.3. Tempo de atuação neste acervo:** desde 21 de junho de 2015.

No período de cinco anos, o magistrado não requereu remoção interna, no entanto exerceu o cargo de Corregedor Regional da Justiça Federal da 4ª Região no período de 21 de junho de 2013 até 20 de junho de 2015.

Em 21 de junho de 2015 assumiu o gabinete na 5ª Turma, especializado em matéria previdenciária.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

#### 1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	16	-	-	-	05	21	-
Inspeção/2016	18	-	-	-	04	22	15

A força de trabalho em exercício teve alterações em relação à existente na inspeção realizada em maio de 2014, contando, atualmente, com 1 auxiliar a mais, perfazendo um total de 15 servidores na área-fim.

## 2. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (fevereiro/2015)**	2.971
Acervo ajustado no TRF (janeiro/2016)**	5.074
Acervo de conclusos no Gabinete (fevereiro/2015)**	1.522
Acervo de conclusos no Gabinete (janeiro/2016)**	3.637
Acervo de sobrestados no Gabinete (fevereiro/2015)	2.998
Acervo de sobrestados no Gabinete (janeiro/2016)	3.785

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas de série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente do magistrado que ocupava à época o respectivo gabinete.

\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

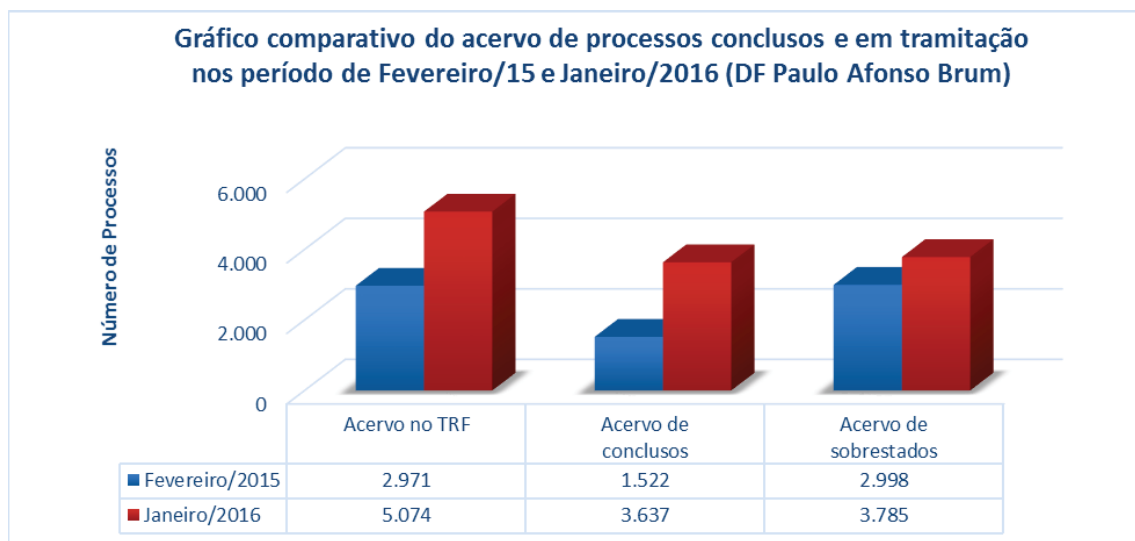
Nos últimos doze meses, o acervo de processos concluídos cresceu em 2.115 e o de sobrestados subiu em 787.

No tocante aos processos sobrestados, registre-se que decorrem de decisões proferidas pelo STF/STJ, envolvendo diversas matérias, sendo as principais: fator previdenciário e desaposentação.

O gabinete apresentou, em janeiro/2016, um saldo de 3.637 processos concluídos, número que, cotejado com o de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 242,66 processos por servidor.

O acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 2.103 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (fevereiro/2015 a janeiro/2016)</b>	
Total de Processos (entradas)*	9.679
Total de Processos (saídas)**	6.771
Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)	2.908
Processos distribuídos	9.649

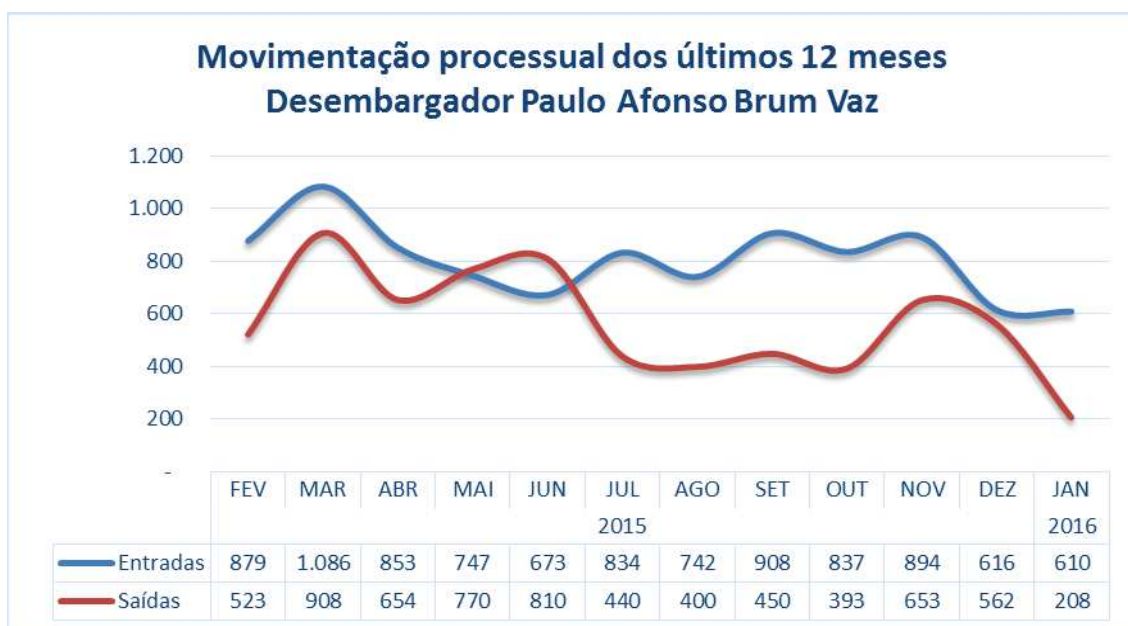
Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 9.679 processos e saída de 6.771, resultando, assim, em aumento do acervo, o que merece atenção e adoção de medidas para a inversão do fluxo processual visando à retomada do pleno controle estatístico da unidade.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de fevereiro/2015 a janeiro/2016:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (fevereiro/2015 a janeiro/2016)*</b>	
Total de processos julgados por pauta	<b>4.011</b>
Total de processos julgados em mesa	<b>111</b>
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	<b>307</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.429</b>
<b>Grau de recorribilidade em decisões monocráticas**</b>	<b>10%</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 4.429 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de distribuídos foi de 9.649, ou seja, o número de julgados ficou bastante aquém do de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 111 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 307 decisões monocráticas terminativas, 10% das quais impugnadas por recursos.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (janeiro/2016)</b>	
<b>a. Embargos de Declaração</b>	<b>311</b>
<b>b. Agravo Legal/Regimental</b>	<b>6</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 311 embargos de declaração e 6 agravos legais/regimentais.

Existem 63 processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (janeiro/2016)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	<b>31</b>
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	<b>81</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2011)</b>	<b>83</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2012)</b>	<b>51</b>
<b>META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)</b>	<b>0</b>
<b>META 6/2016** (distribuídos até 2012)</b>	<b>0</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 CNJ, no acervo de processos conclusos na unidade (3.637), o número de feitos distribuídos até 31/12/2012 e apurado em janeiro/2016 era de 246, representando 6,76%.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes em 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição:

PROCESSOS CONCLUSOS NOS GABINETES, POR ANO DE  
 DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

GAB. 54 (Des. Federal PAULO AFONSO BRUM VAZ)

ANOS	jan/14	jan/15	jan/16
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	-	-	-
1997	-	-	-
1998	-	-	-
1999	-	-	-
2000	-	-	-
2001	-	-	-
2002	-	-	-
2003	1	-	-
2004	-	-	-
2005	-	-	-
2006	-	1	-
2007	-	-	-
2008	2	1	2
2009	1	3	54
2010	10	2	105
2011	52	2	146
2012	140	6	63
2013	1.035	12	28
2014	169	640	56
2015	-	218	2.875
2016	-	-	308
<b>Total</b>	<b>1.410</b>	<b>885</b>	<b>3.637</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Observa-se que os feitos mais antigos estão sendo julgados. O acervo de processos objeto de distribuição entre 2008 a 2013, conclusos em janeiro de 2015, era de 26 e, atualmente, há 398. Por outro lado, houve redução gradativa dos feitos distribuídos em 2014, caindo de 640 para 56 feitos.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e, de modo geral, julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha basicamente com processos distribuídos no ano 2015, o que é extremamente positivo. Vale ressaltar, todavia, que há feitos mais antigos ainda pendentes de julgamento.

No que se refere às Metas 4/2016 e 6/2016 do CNJ, até janeiro/2016 não havia processos conclusos.



No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELADORES OU ÓRGÃOS (janeiro/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	8
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	-
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado não informado

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão, bem como que há 6 feitos aguardando prolação de voto-vista, por parte de desembargador diverso, até janeiro de 2016, há mais de 30 dias: 201304990141610, 201404000003036, 201404000039110, 201404000057513, 201504000009900 e 50129351320154040000.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELADORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (janeiro/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	15
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	-
<b>TOTAL</b>	<b>15</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado não informado

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a inexistência de conclusos para revisão e a existência de 15 para voto-vista. No entanto, 8 deles foram julgados na sessão de 23/2/2016 e 1 incluído na pauta de 8/3/2016. Assim, restam 5 processos sem movimentação há mais de 30 dias a serem julgados: 50117995420154049999, 50012741320154049999, 50016190620124047017, 50112982620134047201 e 50229187020144040000.

O Desembargador informou que vem preparando os servidores para as alterações que decorrerão da iminente entrada em vigor do novo Código de Processo Civil.

### **3. ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA**

Dos 86 processos selecionados para inspeção, 79 foram inspecionados, sendo 24 físicos e 55 eletrônicos. Não foram inspecionados 7 processos: 6 porque pertencentes a outras relatorias e 1 por já se encontrar no juízo de origem.

Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.

Na unidade, verificou-se apenas uma discrepância entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e as constantes dos autos físicos: 00128231320124049999, pois encontravam-se de fato no juízo de origem, embora ainda ativos no Tribunal.

Foram identificados processos remanescentes da autoinspeção para acompanhamento na atual: 5025490-82.2013.4.04.7000, 5057727-72.2013.4.04.7000 e 5059382-79.2013.4.04.7000 (aguardando o julgamento da Arguição de Inconstitucionalidade n. 5012935-13.2015.404.0000/TRF, que se encontra com pedido de vista de julho de 2015); 5017146-19.2012.4.04.7107 (aguarda o cumprimento da diligência probatória de tempo de serviço, tendo os autos sido remetidos em 18/11/2015).

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Proceder à baixa no sistema: 00128231320124049999;

b) Prolatar voto-vista, no prazo de 60 dias: 50117995420154049999, 50012741320154049999, 50016190620124047017, 50112982620134047201 e 5022918702014404000.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é preocupante, pois não se verifica redução, mas, ao contrário, crescimento contínuo do acervo, exigindo a adoção de esforços para reduzir o estoque e o tempo médio de tramitação processual na unidade.

De fato, consoante o questionário preenchido pelo Gabinete, verifica-se que o respectivo acervo era de 1.104 em 30/4/2014, de 2.303 na autoinspeção realizada em 30/8/2015 e de 3.613 em 31/1/2016.

#### **4. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS**

Quanto à metodologia de trabalho e às boas práticas adotadas, a unidade inspecionada informou o seguinte:

a) Triagem inicial de processos, por matéria, por meio do sistema G4;

b) Classificação e separação física de processos;

c) Especialização de servidores por matéria e por atividades essencialmente administrativas, tais como elaboração de pauta e movimentação processual;

d) Tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta do CNJ;

e) Controle de prazo para julgamento de feitos e lavratura de acórdão por meio do Sistema G4;

- f) Planejamento e avaliação periódica de atividades;
- g) Controle periódico de produtividade mediante correção de minutas;
- h) Controle estatístico pelo sistema G4;
- i) Incentivo para o alcance de metas, especialmente para a redução do acervo, mediante sistema de recompensa do servidor, na medida do possível; e
- j) Atendimento a advogados, atribuindo-se à secretaria a extração de cópias dos autos quando solicitadas.

## **5. OBSERVAÇÕES GERAIS**

A equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

- a) Conquanto venham sendo julgados, atualmente, quanto aos processos distribuídos no Tribunal em 2015, há feitos remanescentes de anos anteriores;
- b) A prolação de votos-vista não vem sendo priorizada; e
- c) A respeito do aumento do acervo de processos, o Desembargador apontou que urge a redistribuição da competência interna dos órgãos fracionários do Tribunal, porquanto gritante o descompasso entre o número de feitos previdenciários e os demais. Segundo ele, outro fator que agrava o problema é a existência de uma clara preferência dos advogados pelo ajuizamento das demandas perante as varas comuns, e não perante os juizados especiais federais.

## **6. RECOMENDAÇÕES**

- a) Priorizar:
  - a. o julgamento dos feitos distribuídos antes de 2015;
  - b. a prolação de votos-vista; e
  - c. o julgamento de embargos de declaração.
- b) Observar as demais recomendações constantes do item 3 deste Relatório.

## GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 5ª TURMA

### DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FAVRETO

**Especialidade:** Previdência e Assistência Social

#### 1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

**1.1. Identificação:** Desembargador Federal **ROGÉRIO FAVRETO**.

**1.2. Órgãos de atuação:** 5ª Turma e 3ª Seção.

**1.3. Tempo de atuação neste acervo:** desde 11/7/2011.

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

#### 1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	15	-	-	-	6	21	-
Inspeção/2016	17	-	-	-	5	22	15

A força de trabalho em exercício foi alterada em relação à existente na inspeção realizada em maio de 2014, contando, atualmente, com 1 auxiliar a mais, perfazendo o total de 15 servidores na força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (fevereiro/2015)**	3.179
Acervo ajustado no TRF (janeiro/2016)**	3.762
Acervo de conclusos no Gabinete (fevereiro/2015)**	1.564
Acervo de conclusos no Gabinete (janeiro/2016)**	2.041
Acervo de sobrestados no Gabinete (fevereiro/2015)	3.209
Acervo de sobrestados no Gabinete (janeiro/2016)	4.138

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas de série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente do magistrado que ocupava à época o respectivo gabinete.

\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

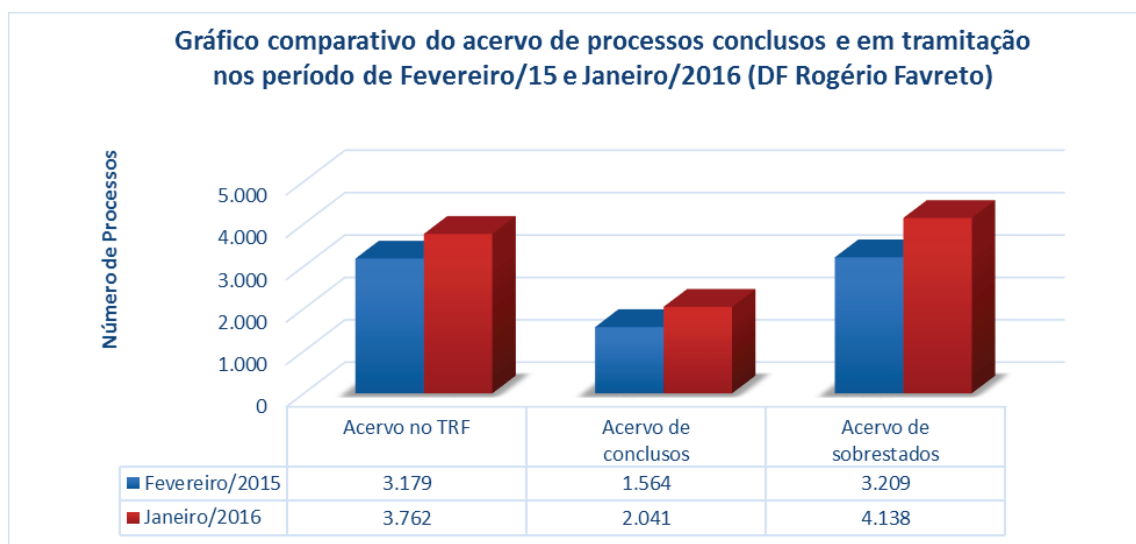
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos cresceu em 477 e o de sobrestados subiu em 929.

No tocante aos processos sobrestados, registre-se que decorrem de decisões proferidas pelo STF/STJ, envolvendo diversas matérias, sendo as principais: fator previdenciário e desaposentação.

O gabinete apresentou, em janeiro/2016, um saldo de 2.041 processos concluídos, número que, cotejado com o de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 136,06 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 583 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (fevereiro/2015 a janeiro/2016)</b>	
<b>Total de Processos (entradas)*</b>	<b>9.635</b>
<b>Total de Processos (saídas)**</b>	<b>7.718</b>
<b>Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)</b>	<b>1.917</b>
<b>Processos distribuídos</b>	<b>9.562</b>

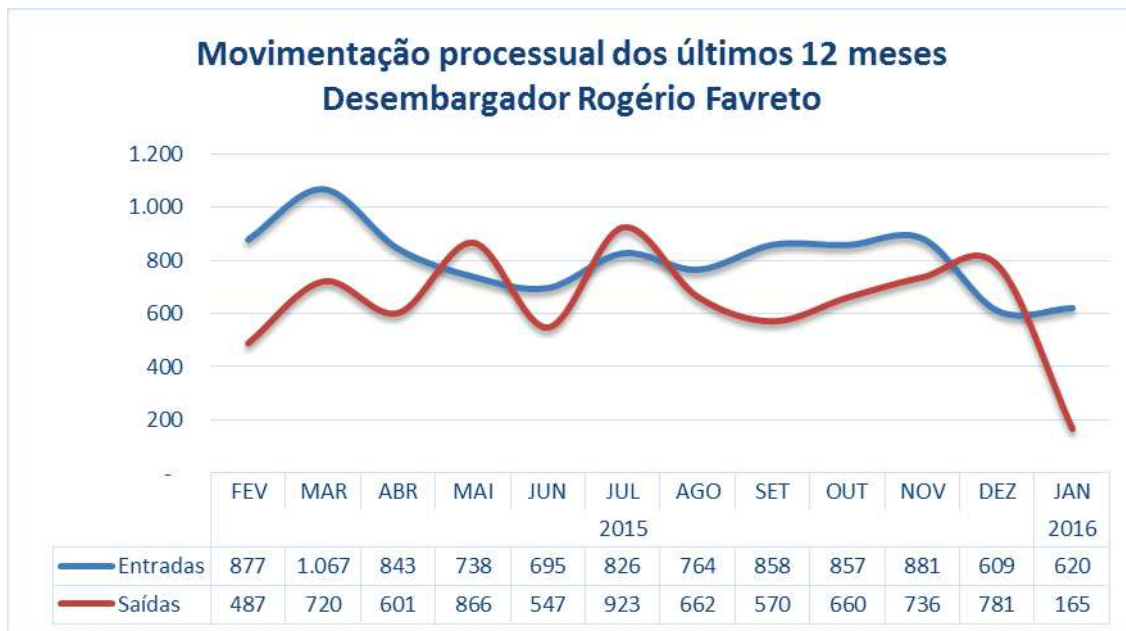
Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, entraram na unidade 9.635 processos e saíram 7.718, resultando, assim, em aumento do acervo, o que merece atenção e adoção de medidas para a rápida inversão do fluxo processual visando à retomada do pleno controle estatístico da unidade.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de fevereiro/2015 a janeiro/2016:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (fevereiro/2015 a janeiro/2016)*</b>	
Total de processos julgados por pauta	<b>4.790</b>
Total de processos julgados em mesa	<b>137</b>
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	<b>522</b>
<b>TOTAL</b>	<b>5.449</b>
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas**	<b>26%</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 5.449 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de distribuídos foi de 9.562, ou seja, o número de julgados ficou bastante aquém do de distribuídos (Meta 1 do CNJ). Não se ignora que significativa parte dos feitos distribuídos foi sobrestada, não podendo, em princípio, ser julgada; mas é importante anotar que, assim como as demais unidades que integram a Turma, o gabinete inspecionado adota a prática de suspender feitos em razão do reconhecimento, pelo STF, da existência de repercussão geral.

No período em análise, foram julgados apenas 137 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 522 decisões monocráticas terminativas, 26% das quais foram alvos de recurso.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (janeiro/2016)</b>	
<b>a. Embargos de Declaração</b>	<b>240</b>
<b>b. Agravo Legal/Regimental</b>	<b>7</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 240 embargos de declaração e 7 agravos legais/regimentais.

Existem 110 processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (janeiro/2016)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	<b>3</b>
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	<b>1</b>
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	<b>3</b>
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	<b>9</b>
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	<b>18</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2011)</b>	<b>36</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2012)</b>	<b>20</b>
<b>META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)</b>	<b>0</b>
<b>META 6/2016** (distribuídos até 2012)</b>	<b>0</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, no acervo de processos conclusos na unidade (2.041), o número de feitos distribuídos até 31/12/2012 e apurado em janeiro/2016 era de 90, representando 4,40%.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes em 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição:

PROCESSOS CONCLUSOS NOS GABINETES, **POR ANO DE DISTRIBUIÇÃO**, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

**GAB. 53 (Des. Federal ROGERIO FAVRETO)**

<b>ANOS</b>	<b>jan/14</b>	<b>jan/15</b>	<b>jan/16</b>
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	-	-	-
1997	-	-	-
1998	-	-	-
1999	-	-	1
2000	-	-	-
2001	-	-	-
2002	-	-	1
2003	-	-	-
2004	-	-	-
2005	-	-	1
2006	1	1	1
2007	1	2	-
2008	1	-	4
2009	6	4	17
2010	5	3	38
2011	29	18	67
2012	54	9	32
2013	896	34	20
2014	144	1.007	54
2015	-	286	1.495
2016	-	-	310
<b>Total</b>	<b>1.137</b>	<b>1.364</b>	<b>2.041</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Observa-se que os feitos mais antigos vêm sendo julgados com prioridade. O acervo de processos conclusos, distribuídos até 12/2014, é de 236, número relativamente baixo no contexto do acervo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e, com poucas exceções, julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos no ano 2015, o que merece destaque positivo.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:



<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (janeiro/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	16
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	2
Outras situações	-
<b>TOTAL</b>	<b>18</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado não informado

Constatou-se que há 16 processos que aguardam voto-vista e 2 para lavratura de acórdão. Nesse universo, existem processos que aguardam providências há mais de 30 dias, configurando pendências externas a serem cobradas:

201304000050071	201404000057460
50000164820104047216	50000297420104047207
50000322920104047207	50000883520104047216
50005742620104047117	50006132520114047008
50007024820114047008	50007336620104047117
50076507320144040000	50192742220144040000
50196397620144040000	50196458320144040000
50265826620114047000	50275757420144047107

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (janeiro/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	16
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	2
Outras situações	-
<b>TOTAL</b>	<b>18</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado não informado

A despeito da informação fornecida pelo Tribunal, o número de processos de outros relatores com pendência no gabinete para voto-vista na data da inspeção e sem movimentação há mais de 30 dias era de 17, recomendando-se a movimentação em 60 dias:

5000557792012404700	5000856852010404711
5001666542010404711	5001668242010404711
5001670912010404711	5005018182013404711
5006717132014404711	5016051432010404710
0021716222014404999	0011766282010404999
5079547072014404710	0014365952014404999
0023628882013404999	0029447122009404710
5002496362013404720	5012893702012404711
0000639312008404710	

A unidade não informou a adoção de novos procedimentos com vista à iminente entrada em vigor do novo Código de Processo Civil.

### 3. ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA

Dos 54 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados, direta ou indiretamente. Desse total, 28 são físicos e 26 são eletrônicos. Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados e com os registros processuais pertinentes.

Os feitos que tramitavam em unidades externas e os feitos que não estavam fisicamente disponíveis foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e as constantes dos autos físicos.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Na listagem, não constaram processos extraviados; e, no acervo geral, não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) Promover a lavratura do acórdão, em 10 dias: 200971080033400 e 50174188620154040000;

b) Proceder, em 60 dias, ao juízo de retratação:

00031836120094047001	00036097620094047000	00158083320094047000
200571010033831	200771000471962	50001698920114047008
50002623420114047111	50011375020104047107	50029147320104047009
50030332720124047118	50156184820104047000	

c) Examinar em 60 dias: 200871000088356;

d) Impulsionar em 30 dias: 50044813620104047108 e 50249382020134047000.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral. Mesmo assim, em termos de fluxo processual, a situação da unidade merece atenção, dado o crescimento do acervo, a impor providências tendentes à redução do estoque.

#### **4. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS**

No tocante à metodologia de trabalho e boas práticas da unidade, observou-se o seguinte:

- a) unidade organizada por matérias;
- b) metas individuais de produtividade são pautadas pelo cumprimento dos processos agendados;
- c) tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta do CNJ;
- d) priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa; e
- e) fixação das metas de trabalho pelo magistrado com participação dos servidores.

#### **5. OBSERVAÇÕES GERAIS**

A equipe apurou na unidade inspecionada certa demora na apresentação dos votos-vista, bem como um número significativo de embargos de declaração pendentes de julgamento.

#### **6. RECOMENDAÇÕES**

- a) Apresentar, em 60 dias, os votos-vista nos processos conclusos há mais de 30 dias;
- b) Priorizar o julgamento dos embargos de declaração;
- c) Priorizar a realização do juízo de retratação nos feitos que retornam da Vice-Presidência; e
- d) Observar as demais recomendações constantes dos itens 2 e 3 deste Relatório.

**GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 5ª TURMA**

**JUIZ FEDERAL CONVOCADO LUIZ ANTONIO BONAT**

**Especialidade:** Previdência e Assistência Social.

**1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS**

**1.1. Identificação:** Juiz Federal Convocado **LUIZ ANTONIO BONAT**.

**1.2. Órgão de atuação:** 5ª Turma e 3ª Seção.

**1.3. Tempo de atuação neste acervo:** desde junho de 2015.

Acervo anteriormente pertencente ao Desembargador Federal Luiz Carlos de Castro Lugon.

O Juiz Federal Luiz Antonio Bonat encontra-se convocado para compor o Tribunal Regional Federal junto à 5ª Turma, por força do Ato nº 316, de 19/6/2015, até o provimento do cargo vago decorrente da aposentadoria do Desembargador Federal Luiz Carlos de Castro Lugon.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Magistrado.

**1.4. Quadro de pessoal:**

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	15	-	-	-	5	20	14
Inspeção/2016	16	-	-	-	5	21	14

No comparativo com a inspeção realizada em maio de 2014, a força de trabalho da unidade conta atualmente com 1 servidor efetivo a mais. Mesmo assim, não houve alteração do número de servidores que atuam na área-fim.

## 2. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (fevereiro/2015)**	10.027
Acervo ajustado no TRF (janeiro/2016)**	10.792
Acervo de conclusos no Gabinete (fevereiro/2015)**	8.988
Acervo de conclusos no Gabinete (janeiro/2016)**	9.057
Acervo de sobrestados no Gabinete (fevereiro/2015)	2.929
Acervo de sobrestados no Gabinete (janeiro/2016)	3.809

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas de série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente do magistrado que ocupava à época o respectivo gabinete.

\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

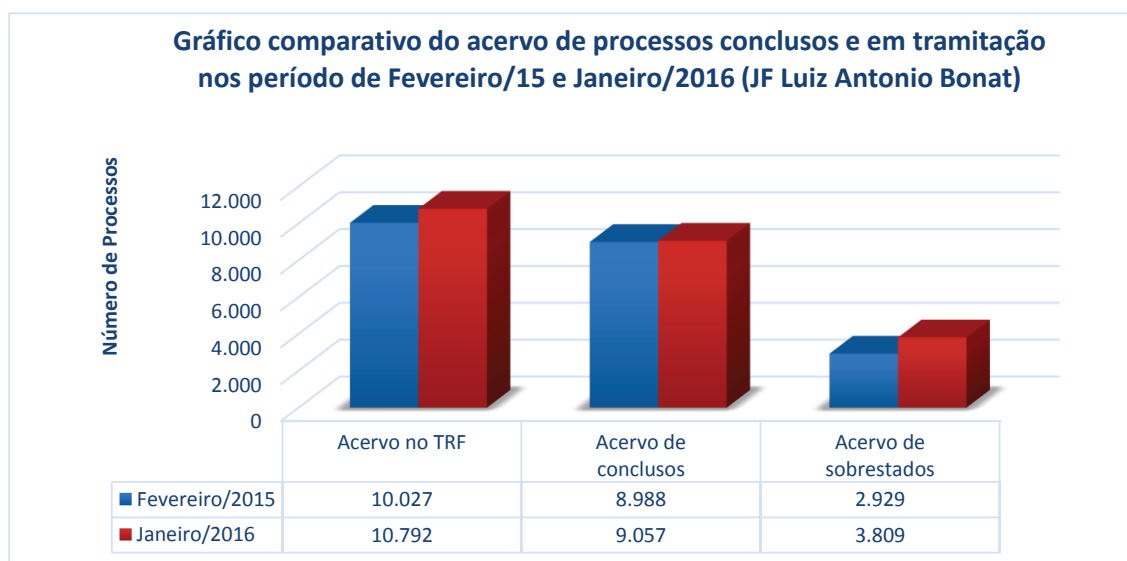
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos cresceu em 69 e o de sobrestados teve um incremento de 880.

No tocante a processos sobrestados, importa destacar que eles decorrem de decisões proferidas pelo STF/STJ, envolvendo diversas matérias, sendo as principais: fator previdenciário e desaposestação. Verificou-se a prática de sobrestarem-se os processos após o reconhecimento, pelo STF, de repercussão geral.

O gabinete apresentou, em janeiro/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 9.057 processos conclusos, que, cotejado com o número de servidores alocados em atividade-fim, resultou em 649,93 processos por servidor.

O acervo total da unidade, em trâmite no Tribunal, teve aumento de 765 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (fevereiro/2015 a janeiro/2016)</b>	
<b>Total de Processos (entradas)*</b>	<b>9.680</b>
<b>Total de Processos (saídas)**</b>	<b>7.968</b>
<b>Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)</b>	<b>1.712</b>
<b>Processos distribuídos</b>	<b>9.575</b>

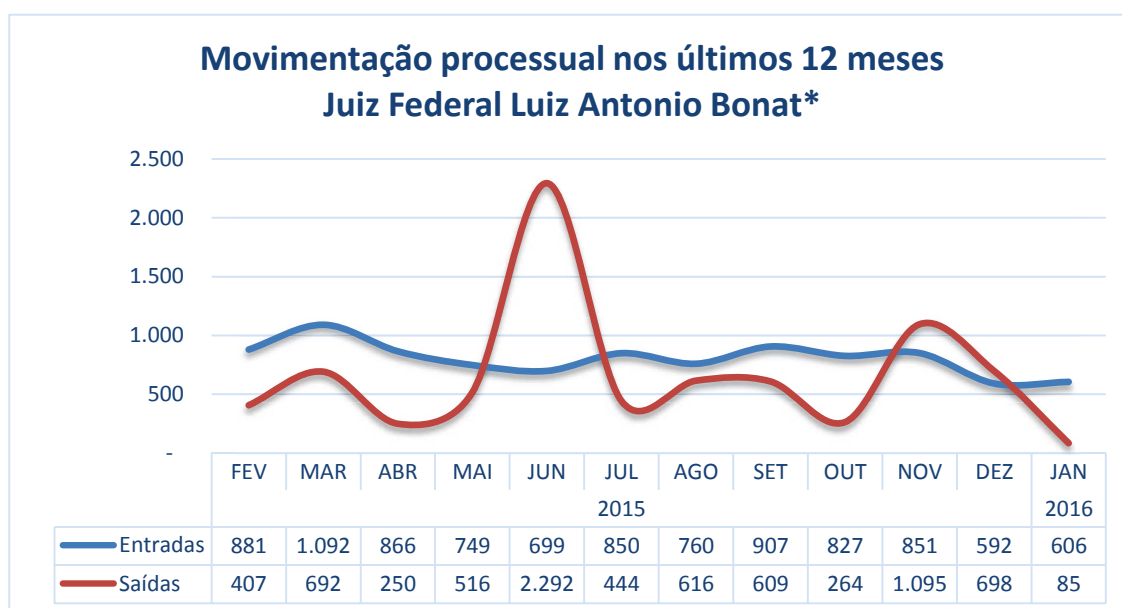
Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, entraram 9.680 processos e saíram 7.968, resultando, assim, em aumento do acervo, quadro que merece atenção e adoção de medidas para a inversão do fluxo processual, visando à retomada do controle estatístico da unidade.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de fevereiro/2015 a janeiro/2016:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (fevereiro/2015 a janeiro/2016)*</b>	
Total de processos julgados por pauta	3.736
Total de processos julgados em mesa	208
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	179
<b>TOTAL</b>	<b>4.123</b>
<b>Grau de recorribilidade em decisões monocráticas**</b>	<b>12%</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 4.123 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 9.575, ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados apenas 208 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 179 decisões monocráticas terminativas, 12% das quais foram alvo de recursos.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (janeiro/2016)</b>	
a. Embargos de Declaração	192
b. Agravo Legal/Regimental	7

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Os embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levados em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 192 embargos de declaração e somente 7 agravos legais/regimentais.

Existem 159 processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (janeiro/2016)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	2
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	0
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	36
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	62
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	190
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	695
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, no acervo de processos concluídos na unidade (9.057), o número de feitos distribuídos até 31/12/2012 e apurado em janeiro/2016 era de 985 processos, representando 10,87%.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes em 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição:

PROCESSOS CONCLUÍDOS NOS GABINETES, POR ANO DE  
DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

**GAB. 51 (Juiz Federal LUIZ ANTONIO BONAT)**

<b>ANOS</b>	<b>jan/14</b>	<b>jan/15</b>	<b>jan/16</b>
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	-	-	-
1997	-	-	-
1998	-	-	-
1999	-	-	-
2000	-	-	1
2001	-	-	-
2002	-	-	1
2003	-	-	-
2004	-	-	-
2005	-	1	-
2006	1	3	-
2007	3	3	-
2008	5	10	3
2009	21	29	60
2010	57	54	121
2011	748	480	208
2012	1.855	1.307	728
2013	3.852	2.317	1.231
2014	165	4.043	2.413
2015	-	372	3.982
2016	-	-	309
<b>Total</b>	<b>6.707</b>	<b>8.619</b>	<b>9.057</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Observa-se que os feitos distribuídos em 2009 e 2010 não vêm tendo o julgamento priorizado. Por outro lado, o acervo de processos distribuídos entre 2011 e 2014 vem sendo significativamente reduzido.

Os feitos mais antigos da unidade foram distribuídos no Tribunal há mais de cinco anos.



No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (janeiro/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	13
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	-
<b>TOTAL</b>	<b>13</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado não informado

Constatou-se que há 13 processos que aguardam voto-vista. Neste universo há processos que aguardam providências há mais de 30 dias, configurando pendências externas a serem solucionadas:

201004990038354	200971000294477	201304990236281
201004990117667	50160514320104047100	50016665420104047112
50016682420104047112	50008568520104047110	50016709120104047112
50005577920124047000	50016190620124047017	50050181820134047111
50067171320144047110		

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	7
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	-
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado não informado

Dentre as pendências da unidade inspecionada, relativas a feitos de outros relatores, há 7 para voto-vista. Nesta situação há processos sem movimentação há mais de 30 dias, recomendando-se a movimentação em 60 dias:

201404000057513	201504000004070	50010648820124040000
50158471720144040000	50285922920144040000	50304578720144040000
50308180720144040000		

Quanto às recentes alterações legislativas, a exemplo do novo Código de Processo Civil, a unidade não informou acerca da adoção de medida que venha tomando em relação a seus procedimentos.

### 3. ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA

Dos 86 processos selecionados para inspeção, 31 são físicos e 55 eletrônicos. Todos eles foram inspecionados direta ou indiretamente.

Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados e com os registros processuais pertinentes.

Os feitos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

A amostragem revelou a existência de 42 processos sem movimentação desde a distribuição, o mais antigo remontando ao ano de 2010.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e as constantes dos autos físicos.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Na listagem, não se constataram processos extraviados; e, no acervo geral, não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) julgar, no prazo de 90 dias:

00005314720094047009	00008906120094047117	00023852820084047101
00028933920104049999	00032277320104049999	00043147120094047001
50000186520124047113	50001862520114047009	50003872320114047201
50005134920114047209	50005663920114047206	50012275120114047001
50007606420104047015	50008367520114047202	50010320220124047108
50012524020114047009	50013158120104047112	50017167020114047104
50019409320114047108	50019441220114047115	50019607220114047112
50020329220124047122	50020687620124047012	50021966620114047001
50022471720104047000	50022601320104047001	50024635720104047200
50025812120104047107	50026665720124047003	50027259220104047107
50028981220114047001	50033424820124047118	50034499620104047107
50035074720114047113	50042968520114047003	50043145220104047000
50054349720104047108	50056097220114047200	50061561820114047102
50066213320114047100	50068624120104047100	50073055820114047002
50082054720114047000	50099107120114047100	50113884420124047112
50121512420114047001	50130309720124047000	50139282920114047200
50157734220104047100	50174135520114047000	50205042220124047000
50210913520124047100	50277027220104047100	50296205220124047000
50297044420124047100	50480318020114047000	50658883320114047100

200771070048458	200771070049311	
-----------------	-----------------	--

b) Impulsionar em 30 dias:

00090485320134049999	00094149220134049999	00135641920134049999
00153483120134049999	00206706620124049999	50008174820114047112
50076215320114047105	50141195920114047108	50238650920104047100

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que não houve tempo hábil para implementar significativas mudanças, em razão de o atual magistrado encontrar-se há menos de um ano à frente da unidade (assunção em junho de 2015). Verificou-se que a tramitação dos feitos não tem sido ainda suficientemente célere a ponto de inverter o fluxo processual negativo e garantir a redução do acervo acumulado, que sofreu incremento devido ao elevado volume de distribuição.

#### **4. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS**

- a) Organização das tarefas e análise dos processos conforme a matéria e o assunto;
- b) Separação dos processos por matéria e por antiguidade;
- c) Periódico controle do acervo e de produtividade do gabinete;
- d) Inexistência de metas individuais, mas sim para o grupo;
- e) Avaliação periódica de resultados das atividades para o aprimoramento das tarefas;
- f) Tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta do CNJ;
- g) Priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa;
- h) Fixação das metas de trabalho pelo Magistrado com participação dos servidores.

#### **5. OBSERVAÇÕES GERAIS**

A equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

- a) demora excessiva na apreciação dos feitos que retornam da Vice-Presidência, para eventual retratação, nos termos do artigo 543-B do Código de Processo Civil;
- b) inversão da ordem de antiguidade, julgando-se feitos mais novos, em detrimento dos mais antigos, distribuídos antes de 2011;

- c) existência de processos para a prolação de votos-vista há mais de 30 dias.

## **6. RECOMENDAÇÕES**

- a) Priorizar:

1. o julgamento dos feitos que retornam da Vice-Presidência, para eventual retratação, nos termos do artigo 543-B do Código de Processo Civil;
2. o julgamento dos feitos distribuídos na unidade antes de 2011; e
3. os votos-vista com a maior celeridade possível.

- b) Adotar medidas tendentes à inversão do fluxo processual negativo; e

- c) Observar as demais recomendações constantes dos itens 2 e 3 deste Relatório.

## GABINETES INTEGRANTES DA 6ª TURMA

### DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA

**Especialidade:** Previdência e Assistência Social.

#### 1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

**1.1. Identificação:** Desembargador Federal **JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA**.

**1.2. Órgãos de atuação:** 3ª Seção e 6ª Turma.

**1.3. Tempo de atuação neste acervo:** desde 6 de fevereiro de 2004.

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoção.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo magistrado titular da unidade.

#### 1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	16	-	-	-	6	22	-
Inspeção/2016	17	-	-	-	6	23	15

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em maio de 2014, contando, atualmente, com 1 auxiliar a mais, perfazendo um total de 15 servidores destinados à atividade-fim.

## 2. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (fevereiro/2015)**	6.550
Acervo ajustado no TRF (janeiro/2016)**	8.476
Acervo de conclusos no Gabinete (fevereiro/2015)**	5.723
Acervo de conclusos no Gabinete (janeiro/2016)**	6.585
Acervo de sobrestados no Gabinete (fevereiro/2015)	3.980
Acervo de sobrestados no Gabinete (janeiro/2016)	4.834

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas de série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente do magistrado que ocupava à época o respectivo gabinete.

\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

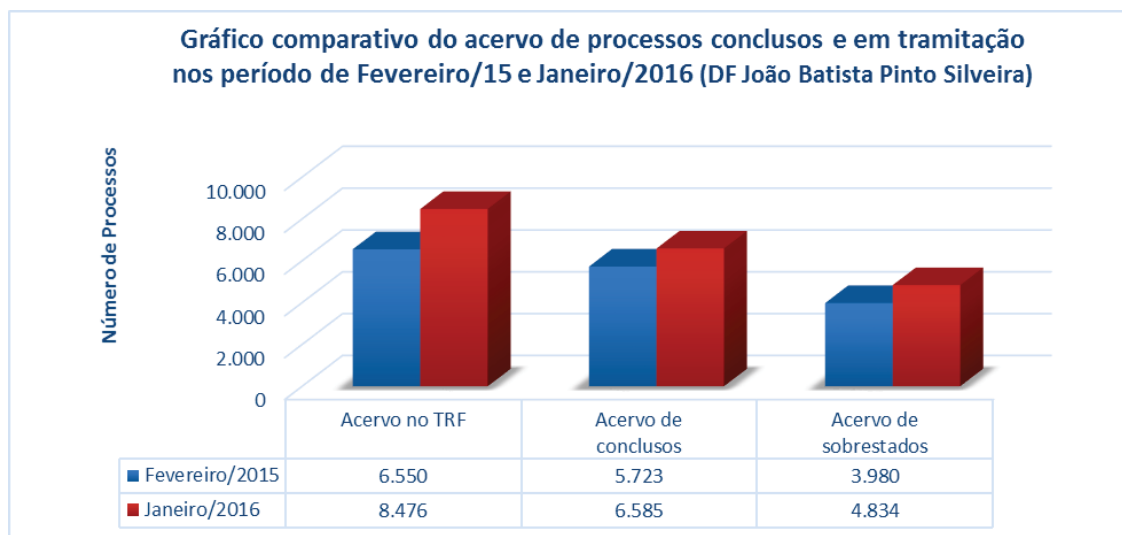
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos cresceu em 862 e o número de processos sobrestados subiu em 854.

Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, envolvendo diversas matérias, especialmente as relativas à desaposentação e fator previdenciário. Na unidade inspecionada, adota-se a prática judicial de sobrestar o andamento dos feitos relativos a temas em que tenha sido reconhecida repercussão geral pela Suprema Corte, gerando inconformismo, em alguns casos, manifestado mediante pedido de reconsideração ou recurso.

O gabinete apresentou, em janeiro/2016, saldo de feitos em efetiva tramitação de 6.585 feitos conclusos, que, quando cotejado com o número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 439 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 1.926 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (fevereiro/2015 a janeiro/2016)</b>	
Total de Processos (entradas)*	9.632
Total de Processos (saídas)**	7.233
Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)	2.399
Processos distribuídos	9.505

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 9.632 processos e saída de 7.233, resultando, assim, em aumento do acervo, o que merece atenção e adoção de medidas para a inversão do fluxo processual visando à retomada do pleno controle estatístico da unidade.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de fevereiro/2015 a janeiro/2016:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (fevereiro/2015 a janeiro/2016)*</b>	
Total de processos julgados por pauta	<b>4.364</b>
Total de processos julgados em mesa	<b>219</b>
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	<b>397</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.980</b>
<b>Grau de recorribilidade em decisões monocráticas**</b>	<b>7%</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 4.980 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 9.505, ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ). A diferença entre distribuídos e julgados, no período, resultou em saldo de 4.525, que apenas não elevou o acervo da unidade na mesma proporção em razão de redistribuição de elevado volume de processos, inclusive e especialmente para o gabinete de auxílio à Turma Previdenciária inspecionada.

No período em análise, foram julgados 219 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 397 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 7%.

PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (janeiro/2016)	
a. Embargos de Declaração	243
b. Agravo Legal/Regimental	7

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 243 embargos de declaração e 7 agravos legais/regimentais.

Existem 79 processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela, há mais de 90 dias, ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (janeiro/2016)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	1
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	4
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	50
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	88
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	281
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	244
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, no acervo de processos conclusos na unidade (6.585), o número de feitos distribuídos até 31/12/2012 e apurado em janeiro/2016 era de 668, representando 10,14%.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes em 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição:



PROCESSOS CONCLUSOS NOS GABINETES, POR ANO DE  
DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

GAB. 61 (Des. Federal JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA)

ANOS	jan/14	jan/15	jan/16
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	-	-	-
1997	-	-	-
1998	-	-	-
1999	-	-	-
2000	-	-	-
2001	-	-	-
2002	-	-	-
2003	-	-	-
2004	-	-	-
2005	-	-	-
2006	2	1	1
2007	2	1	-
2008	1	1	6
2009	5	2	51
2010	20	18	94
2011	243	208	293
2012	1.203	620	396
2013	3.227	959	233
2014	156	3.231	1.120
2015	-	327	4.050
2016	-	-	341
<b>Total</b>	<b>4.859</b>	<b>5.368</b>	<b>6.585</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Observa-se que os feitos mais antigos estão sendo julgados, existindo saldo reduzido de processos distribuídos com mais de cinco anos de tramitação.

O acervo de processos conclusos em janeiro/2014 era de 4.859 e, atualmente, há 6.585. Em janeiro/2014 o acervo dominante era composto por feitos distribuídos em 2012/2013; em janeiro/2015 houve significativa redução dos processos de tal período, deslocando-se a concentração do acervo para os distribuídos em 2014; e, por fim, em janeiro/2016, reduziu-se o estoque de processos distribuídos até 2013, restando saldo, ainda relevante, de 2014, prevalecendo, a partir de então, na composição do acervo, os processos distribuídos em 2015. Evidencia-se de tal quadro que a unidade promoveu a importante iniciativa de reduzir a idade do acervo ao longo do período, apesar do aumento do estoque de processos em si, em razão do fluxo negativo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com feitos,

majoritariamente, distribuídos a partir de 2014, com saldo de períodos anteriores, portanto, com menos de cinco anos de tramitação no Tribunal.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELADORES OU ÓRGÃOS (janeiro/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	30
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	8
Outras situações	-
<b>TOTAL</b>	<b>38</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado não informado

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão, tampouco para declaração de voto. Existem, porém, 30 feitos que aguardam voto-vista, dos quais 16 pendentes há mais de 30 dias, configurando pendência externa a ser sanada:

201204990106046	201404000048482	201404990036831
201404990122220	201404990217163	201504000004070
201504990108111	201504990131613	201504990161563
50012741320154049999	50050295620134047205	50112982620134047201
50229187020144040000	50308180720144040000	50411906420144047000
50422741720154040000		

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELADORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (janeiro/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	27
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	8
Outras situações	-
<b>TOTAL</b>	<b>35</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado não informado

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, não se apurou a existência de processos conclusos para revisão, nem para declaração de voto, embora haja pendência de 8 acórdãos para lavratura. Há, ainda, 27 processos para voto-vista, dos quais 20 pendentes há mais de 30 dias, recomendando-se a movimentação em 60 dias:

00003037420144040000	0003098120144040000	0009901720154040000
00039204220144040000	0051606620144040000	057460620144040000
00057590520144040000	0072160920134040000	198698220144049999
00204604420144049999	0222644720144049999	224601720144049999
00242429320134049999	0076507320144040000	129351320154040000
50192742220144040000	0196397620144040000	196458320144040000

50308965520114047000

50636235820114047100

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, Lei 13.140/2015, que trata da mediação, e Lei 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, o gabinete informou, em linhas gerais, que tem estimulado os servidores a participarem de cursos de atualização e vem adotando medidas para aprimorar os procedimentos, tanto no que diz respeito ao julgamento dos processos por ordem de distribuição – inclusive, nos feitos com prioridade legal – quanto em relação à fundamentação dos julgados. Ademais, a estratégia adotada no gabinete envolve esforços no sentido de que os feitos distribuídos tenham cada vez menor tempo de tramitação na unidade.

Nas demandas em que se defere a tutela específica, que constituem a quase totalidade dos feitos de concessão de benefício, a partir da entrada em vigor do novo CPC, o gabinete informou que passará a adequar o dispositivo legal que dá apoio ao instituto, que vem insculpido em seu artigo 497, considerando, principalmente, que os princípios inspiradores presentes no dispositivo processual anterior se repetem no novel sistema ainda de forma mais específica.

### **3. ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA**

Dos 82 processos selecionados para inspeção, sendo 30 físicos e 52 eletrônicos, 61 foram inspecionados. Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos eletrônicos com localizadores em unidades externas foram inspecionados com base no respectivo extrato processual. Os físicos, nesta mesma situação, não foram inspecionados, inserindo-se recomendação de inclusão do seu exame na próxima autoinspeção da unidade, conforme orientação adotada para a presente inspeção.

Na unidade, verificaram-se discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e as constantes dos autos físicos. O feito de distribuição originária mais antiga no Tribunal, conforme listagem, é do ano de 2000, tratando-se, porém, de rescisória com recente distribuição na unidade inspecionada (2016); outro de 2005, quando da inspeção, já se encontrava na Vice-Presidência; os demais de 2008, dentre os mais antigos, estavam na sua maioria com tramitação fora da unidade, recomendando-se a inclusão do respectivo exame na próxima autoinspeção do gabinete.

Verificou-se grande número de feitos com distribuição a partir de 2012 sem movimentação até recentemente, quando foram incluídos em pauta para primeiro julgamento em sessões designadas para o período da inspeção ou em data posterior próxima.

Em razão da prática adotada de sobrestamento de feitos, quando admitida repercussão geral da questão constitucional no Supremo Tribunal Federal, foram localizados diversos feitos com andamento suspenso há vários anos. Em média 3 anos, sem posterior andamento ou, em alguns casos, com recente inclusão em pauta para

primeiro julgamento, para juízo de retratação ou segundo julgamento (anulação de sentença pelo TRF e retorno com nova apelação), em sessões designadas para o período da inspeção ou em data posterior próxima.

Constatou-se, no tocante ao procedimento para o juízo de retratação, que os feitos são pautados, verificando-se que a conclusão mais antiga ao relator, para tal efeito, ocorreu em 24/8/2015, relativo a processo distribuído em 31/8/2010, com inclusão em pauta para a sessão de 24/2/2016.

Dentre os feitos listados, havia 2 com pendência de voto-vista a cargo do titular da unidade inspecionada, ambos com conclusão em dezembro/2015, referentes a processos distribuídos em 19/12/2013 e 7/10/2014; porém, além do recesso legal, o TRF da 4ª Região teve suspensão de prazos e de sessões de julgamento até 20/1/2016, fator a ser considerado na aplicação do prazo previsto na Resolução 202, de 27/10/2015, do Conselho Nacional de Justiça.

Relativamente a embargos de declaração pendentes de exame, na listagem havia 1 processo com conclusão em 26/11/2015 referente a feito distribuído em 20/5/2011.

Quanto a ações de rito especial, foi listada apenas 1 ação civil pública, distribuída em 6/8/2014 e incluída em pauta para julgamento na sessão de 24/2/2016.

Foi localizado, dentre os listados, 1 processo que, embora tenha tido início de julgamento com prolação de voto pelo relator, foi interrompido por pedido de vista e, após retirado de pauta em 3/9/2015, aguarda desde então nova inclusão em pauta ou retomada do julgamento.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual, verifica-se que o tempo de tramitação é bastante afetado pelo sobrestamento dos feitos, determinado com base na repercussão geral admitida pela Suprema Corte. Ademais, o volume de feitos sobrestados é significativo, correspondente ao acervo de 4.834 processos, dos quais 124 referem-se a metas do CNJ e 1.826 a prioridade legal de julgamento, enquanto o número de processos conclusos é de 6.585 e os em tramitação na Secretaria é de 1.998.

Nas informações gerais da unidade, com data-base em 31/1/2016, verificou-se a existência do seguinte quadro de pendências: 243 embargos de declaração, dos quais 201 há mais de 30 dias; 7 agravos legais/regimentais com conclusão superior a 30 dias; 79 processos com liminar, cautelar ou antecipação de tutela pendentes de confirmação, pela Turma, há mais de 90 dias; 27 feitos com voto-vista, dos quais 25 há mais de 30 dias. Total de 5.171 processos aguardando primeiro julgamento e 8 acórdãos pendentes de lavratura.

No tocante ao fluxo processual, foi possível constatar que, no período-base da inspeção – correspondente a 12 meses – houve fluxo negativo de 2.399 feitos, já descontadas as saídas que ocorreram, não por julgamento, mas por redistribuição nas situações descritas nas notas explicativas da planilha de fluxo processual, inclusive para o gabinete de auxílio à Turma inspecionada. Diante de tal quadro, resta evidenciado, assim, que a tramitação dos feitos não tem sido suficientemente célere a ponto de inverter o fluxo processual e garantir redução do acervo existente, de sorte a cumprir a

Meta 1 CNJ. Apesar do empenho da unidade, houve significativo incremento do estoque processual pendente de julgamento, em razão do elevado volume de distribuição.

Todavia, cabe destacar que houve clara tendência de redução da idade média dos processos em tramitação, melhorando, portanto, o perfil do acervo e indicando a adoção do critério temporal de distribuição na priorização dos julgamentos. Também restou constatado que a unidade regularizou a situação processual dos feitos da listagem e não apresentou pendências quanto a feitos da última inspeção e autoinspeção.

#### **4. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS**

Segundo informado pela própria unidade, merecem destaque, neste aspecto:

a) organização da unidade e dos processos por matéria/assunto; triagem inicial dos processos;

b) controle estatístico por meio dos sistemas G4, e-Proc V2, GEDPRO e SIAPRO; planejamento das atividades conforme antiguidade e preferência legal ou conforme metas do CNJ;

c) distribuição do trabalho conforme perfil e qualificação do servidor; fixação e controle de produtividade individual e por grupo de trabalho;

d) mutirões no caso de urgências e processos mais antigos;

e) organização das férias para garantir permanência mínima de um servidor por setor de trabalho;

f) substituição em funções comissionados por critério de produtividade, antiguidade e qualificação;

g) tempo médio de tramitação dos feitos em 382,1 dias;

h) atendimento de advogados com ou sem hora marcada;

i) acórdãos lavrados antes da sessão ou logo após conclusão no caso de processos de outra relatoria originária com anotações por servidor que acompanha a sessão;

j) liberação de decisões em geral no dia da prolação;

k) incentivo à participação dos servidores em cursos de aperfeiçoamento;

l) cooperação e troca de informações com outras unidades;

m) adequação às orientações fixadas pela Seção;

n) orientação para a elaboração de minutas; e

o) movimentações processuais registradas no sistema.

## **5. OBSERVAÇÕES GERAIS**

A unidade, em razão da especialidade e do volume de feitos distribuídos por apenas 6 gabinetes, além do apoio de juízes auxiliares em caráter temporário, tem atuado no limite de sua capacidade de trabalho e, a despeito da eficiência gerencial, não tem sido capaz de atingir fluxo positivo, com perspectiva de redução de acervo.

O elevado número de feitos sobrestados, especialmente em razão de repercussão geral conforme procedimento adotado, limita a capacidade de redução do acervo geral, constituindo fonte de sobrecarga contínua de serviço, mesmo a longo prazo, dado o tempo, medido em anos, que tal situação processual projeta no total de feitos vinculados à unidade.

A inexistência de efetiva conciliação, em feitos previdenciários, foi indicada e constatada como sendo causa adicional e relevante na redução da capacidade de exibir fluxo positivo na gestão do acervo processual.

Também notada a preocupação, no âmbito da unidade, com relação ao impacto, embora ainda não dimensionado, decorrente das inovações processuais, a partir da vigência do novo Código de Processo Civil.

## **6. RECOMENDAÇÕES**

a) Redução do volume e do tempo de apreciação dos processos com embargos de declaração, pedidos de vista, agravos legais/regimentais, liminares, cautelares ou tutelas antecipadas monocraticamente ainda sem o julgamento pela Turma, juízo de retratação a ser apreciado e acórdão para lavratura na unidade;

b) Priorização dos processos inseridos nas metas do Conselho Nacional de Justiça e com preferência legal de julgamento;

c) Adequação do andamento processual, lançado no sistema, com os dados dos processos físicos, tendo em vista a constatação de discrepâncias;

d) Observar as demais recomendações constantes dos itens 2 e 3 deste Relatório;

e) Além das providências processuais específicas indicadas, cabe recomendar, em termos estratégicos, em razão da curva de distribuição ser significativamente superior à de produtividade, dada a estrutura e número de gabinetes dedicados à matéria previdenciária, além de proposições estruturais, por parte dos órgãos de direção do Tribunal, a elaboração, a curto prazo, pela unidade, de plano emergencial de trabalho ou

estratégia de gestão dirigida à redução do acervo, com diminuição do tempo de tramitação para melhoria do respectivo perfil.

## GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 6ª TURMA

### DESEMBARGADORA FEDERAL VÂNIA HACK DE ALMEIDA

**Especialidade:** Previdência e Assistência Social.

#### 1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

1.1. **Identificação:** Desembargador Federal **VÂNIA HACK DE ALMEIDA**.

1.2. **Órgãos de atuação:** 3ª Seção e 6ª Turma.

1.3. **Tempo de atuação neste acervo:** desde abril/2014.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Magistrada titular da unidade.

#### 1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	15	-	-	-	4	19	-
Inspeção/2016	17	-	-	-	7	24	15

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em maio de 2014, contando, atualmente, com 5 auxiliares a mais, perfazendo um total de 15 servidores na força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (fevereiro/2015)**	9.475
Acervo ajustado no TRF (janeiro/2016)**	10.305
Acervo de conclusos no Gabinete (fevereiro/2015)**	7.719
Acervo de conclusos no Gabinete (janeiro/2016)**	8.817
Acervo de sobrestados no Gabinete (fevereiro/2015)	3.848
Acervo de sobrestados no Gabinete (janeiro/2016)	5.080

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas de série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente do magistrado que ocupava à época o respectivo gabinete.

\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos cresceu em 1.098 e o de sobrestados subiu em 1.232.

Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, envolvendo diversas matérias, especialmente as

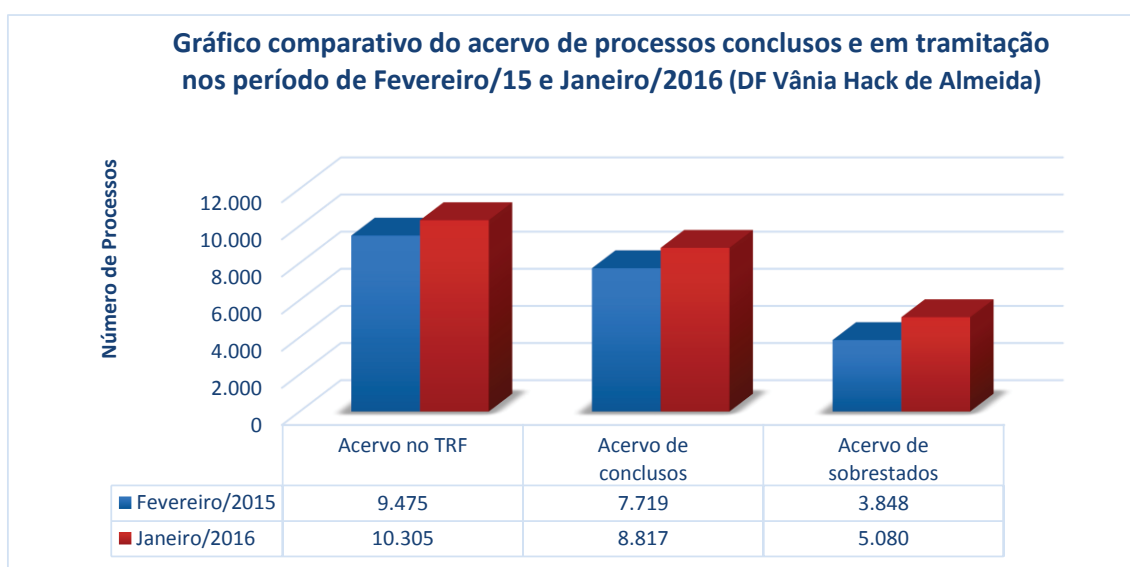


relativas à desaposentação e fator previdenciário. Na unidade inspecionada, adota-se prática judicial de sobrestar o andamento dos feitos relativos a temas em que tenha sido reconhecida repercussão geral pela Suprema Corte, gerando inconformismo, em alguns casos, manifestado mediante pedido de reconsideração ou recurso.

O gabinete apresentou, em janeiro/2016, saldo em efetiva tramitação, de 8.817 processos concluídos, que, quando cotejado com o número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 587,8 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 830 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (fevereiro/2015 a janeiro/2016)</b>	
<b>Total de Processos (entradas)*</b>	<b>9.685</b>
<b>Total de Processos (saídas)**</b>	<b>7.354</b>
<b>Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)</b>	<b>2.331</b>
<b>Processos distribuídos</b>	<b>9.556</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

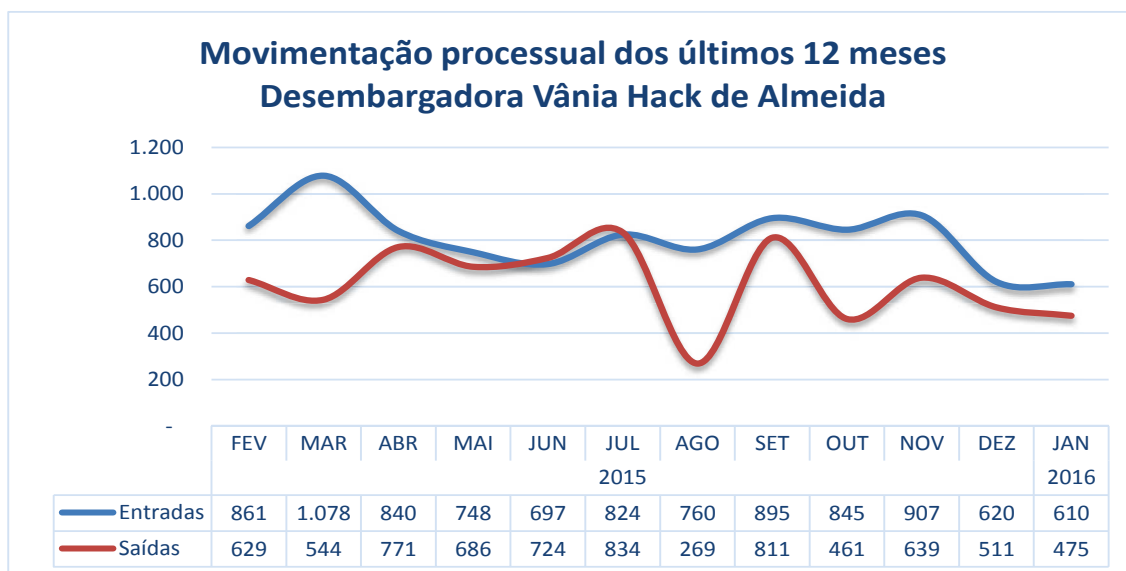
Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 9.685 processos e saída de 7.354, resultando, assim, em aumento do acervo, o que merece atenção e adoção de medidas

para a inversão do fluxo processual visando à retomada do pleno controle estatístico da unidade.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de fevereiro/2015 a janeiro/2016:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (fevereiro/2015 a janeiro/2016)*</b>	
Total de processos julgados por pauta	<b>4.182</b>
Total de processos julgados em mesa	<b>142</b>
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	<b>672</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.996</b>
<b>Grau de recorribilidade em decisões monocráticas**</b>	<b>7%</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 4.996 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 9.556, ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ). A diferença entre distribuídos e julgados, no período, resultou em saldo de 4.560, que apenas não elevou o acervo da unidade na mesma proporção em razão de redistribuição de elevado volume de processos, inclusive e especialmente para o gabinete de auxílio à Turma Previdenciária inspecionada.

No período em análise, foram julgados 142 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 672 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 7%.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (janeiro/2016)</b>	
<b>a. Embargos de Declaração</b>	<b>691</b>
<b>b. Agravo Legal/Regimental</b>	<b>10</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 691 embargos de declaração e 10 agravos legais/regimentais.

Existem 205 processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela, há mais de 90 dias, ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (janeiro/2016)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	<b>2</b>
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	<b>1</b>
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	<b>35</b>
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	<b>21</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2011)</b>	<b>170</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2012)</b>	<b>547</b>
<b>META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)</b>	<b>0</b>
<b>META 6/2016** (distribuídos até 2012)</b>	<b>1</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, no acervo de processos conclusos na unidade (8.817), o número de feitos distribuídos até 31/12/2012 e apurado em janeiro/2016 era de 776, representando 8,80%.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes em 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição:

PROCESSOS CONCLUSOS NOS GABINETES, POR ANO DE  
DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

GAB. 64 (Des. Federal VÂNIA HACK DE ALMEIDA)

ANOS	jan/14	jan/15	jan/16
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	-	-	-
1997	-	-	-
1998	-	-	-
1999	-	-	-
2000	-	-	-
2001	-	-	-
2002	-	-	-
2003	-	-	-
2004	-	1	-
2005	-	1	-
2006	1	-	-
2007	2	1	2
2008	26	6	3
2009	127	96	48
2010	227	156	62
2011	763	419	266
2012	1.789	1.133	749
2013	4.734	1.942	1.127
2014	177	3.651	1.938
2015	-	357	4.290
2016	-	-	332
<b>Total</b>	<b>7.846</b>	<b>7.763</b>	<b>8.817</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Observa-se que os feitos mais antigos estão sendo julgados, existindo saldo reduzido de distribuídos com mais de cinco anos de tramitação.

O acervo de processos conclusos em janeiro/2014 era de 7.846, atualmente, há 8.817. Em janeiro/2014 o acervo dominante era composto de feitos distribuídos em 2012/2013; em janeiro/2015 ainda restava volume relevante de processos de 2012, com redução quanto aos distribuídos em 2013, deslocando-se a concentração do acervo para os distribuídos em 2014; por fim, em janeiro/2016, reduziu-se o estoque de 2013/2014, mais acentuadamente, em termos proporcionais, o de feitos de 2014, com pequeno saldo de anteriores a 2013, prevalecendo a partir de então na composição do acervo os processos distribuídos em 2015. Evidencia-se de tal quadro que a unidade promoveu a importante iniciativa de reduzir a idade do acervo ao longo do período, apesar do aumento do estoque de processos em si, em razão do fluxo negativo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com feitos majoritariamente distribuídos a partir de 2013, com saldo de períodos anteriores, portanto, com menos de cinco anos de tramitação no Tribunal.

Quanto à Meta 6/2016 do CNJ, relativa a ações coletivas distribuídas até 2012 e apuradas em janeiro/2016, havia 1 processo. Tendo em vista a relevância da matéria, independentemente da quantidade de feitos existentes, deve-se envidar esforços para o seu alcance.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (janeiro/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	16
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	-
<b>TOTAL</b>	<b>16</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado não informado

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão, tampouco para declaração de voto. Existem, porém, 16 feitos que aguardam voto-vista, dos quais 13 esperam providências há mais de 30 dias, configurando pendência externa a ser sanada: 201304000072169, 201304990242426, 201404000003097, 201404000039201, 201504990106990, 50010648820124040000, 50636235820114047100, 50158471720144040000, 50285922920144040000, 50304578720144040000, 50666250220124047100, 50050292820144047009 e 50145711420154040000.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	41
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	-
<b>TOTAL</b>	<b>41</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado não informado

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, não se apurou a existência de processos conclusos para revisão, nem para declaração de voto ou lavratura de acórdão. Há, porém, 41 processos para voto-vista, dos quais 15 pendentes há mais de 30 dias, recomendando-se a movimentação em 60 dias: 201304990035664, 201304000050071, 201404990036831, 201404990122220, 201404000039110, 201404000048482, 201404990196482, 201504990004573, 201504000035534, 201504000038894, 201504000038912, 201504990119947, 201204990106046, 201504000045904 e 50050295620134047205.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, Lei 13.140/2015, que trata da mediação, e Lei 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, o gabinete informou que tem estimulado os servidores a participarem de cursos de atualização fornecidos pelo Tribunal, tendo sido prevista reunião dos magistrados que integram a 3ª Seção para debate acerca do assunto, inclusive para uniformização de entendimento. Os assessores e chefes de gabinete, igualmente, têm reunião marcada para padronização de providências no âmbito das unidades.

Além do treinamento, os servidores já foram orientados a minutar despacho possibilitando contraditório sempre que verificada a necessidade de reconhecimento de qualquer matéria de ofício. Nas ações rescisórias, foi informado que vem sendo alterada a postura em relação à Súmula 343 do STF. Registrou-se, ainda, que outras providências relacionadas, por exemplo, à análise de prequestionamento, tutela específica e admissibilidade recursal, estão sendo avaliadas.

### **3. ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA**

Dos 75 processos selecionados para inspeção, sendo 20 físicos e 55 eletrônicos, 67 foram inspecionados. Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos eletrônicos com localizadores em unidades externas foram inspecionados com base no respectivo extrato processual. Os físicos, nesta mesma situação, não foram inspecionados, inserindo-se recomendação de inclusão do seu exame na próxima autoinspeção da unidade, conforme orientação adotada para a presente inspeção.

Na unidade, verificaram-se discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e as constantes dos autos físicos.

O feito de distribuição originária mais antiga no Tribunal, conforme listagem, ainda vinculado à unidade, é do ano de 2007, tratando-se de processo físico que estava em tramitação fora do gabinete, quando da inspeção.

A listagem de feitos com mais de 5 anos de distribuição ainda contemplou: 1 processo de 2008, cuja conclusão data de 2009 com a previsão de julgamento de embargos de declaração na sessão de 24/2/2016; 6 feitos de 2009, sendo 3 com tramitação externa e 3 com pendências dentro da unidade; 8 processos de 2010, dos quais 1 com tramitação externa e 7 pendentes de providências na unidade; e 22 feitos de 2011, ainda em tramitação na unidade, com situações variadas, incluídos na análise, por fase processual, adiante exposta.

Verificou-se grande número de feitos – os mais antigos distribuídos em 2011 – sem qualquer movimentação desde então. Alguns com distribuição em 2011 e 2012, embora estivessem sem andamento, foram recentemente incluídos em pauta para primeiro julgamento em sessões designadas para o período da inspeção ou em data posterior próxima.

Dentre os feitos sem andamento recente na unidade, foi listado 1 caso em que os autos foram devolvidos pelo STJ para retomada de julgamento, cuja conclusão data de 29/10/2015, referente à distribuição de 6/7/2010.

Também foi apurada a existência, na listagem, de 7 processos com pedidos de antecipação de tutela recursal, ainda pendentes de apreciação, o mais antigo concluso desde 8/8/2014, referente à distribuição de 1º/10/2012. Também restou identificado 1 feito com tutela recursal antecipada em 21/1/2015, distribuído em 24/1/2012, ainda sem julgamento no âmbito da Turma.

Em razão da prática adotada de sobrestamento de feitos, quando admitida repercussão geral da questão constitucional no Supremo Tribunal Federal, foram localizados diversos processos com andamento suspenso há anos, em média três anos, sem posterior andamento. Num dos feitos, distribuído em 20/5/2014, houve sobrestamento por decisão de 29/5/2015, julgamento de embargos de declaração em 24/6/2015, interposição de agravo em 6/7/2015 e conclusão em 7/7/2015, pendente de apreciação na unidade, desde então.

Constatou-se a existência, na listagem, de 2 feitos conclusos ao gabinete para juízo de retratação, o mais antigo desde 18/11/2014, referente a processo distribuído em 27/3/2009.

Dentre os feitos listados, havia 4 com pendência de voto-vista, a cargo da titular da unidade inspecionada, o mais antigo, concluso em 25/8/2015, relativo a processo distribuído em 1º/06/2009, além do prazo previsto na Resolução 202, de 27/10/2015, do Conselho Nacional de Justiça.

Relativamente a embargos de declaração pendentes de exame, na listagem, havia 1 único processo, distribuído em 19/12/2008, com previsão de julgamento na sessão de 24/2/2016.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual, verifica-se que o tempo de tramitação é bastante afetado pelo sobrestamento dos feitos, determinado com base na repercussão geral admitida pela Suprema Corte. Ademais, o volume de feitos sobrestados é significativo, correspondente ao acervo de 5.080 processos, dos quais 173 referem-se a metas do CNJ e 1.928 a prioridade legal de julgamento, enquanto o número de processos conclusos é de 8.817 e os em tramitação na Secretaria é de 1.837.

Nas informações gerais da unidade, com data-base em 31/1/2016, verificou-se a existência do seguinte quadro de pendências: 691 embargos de declaração, dos quais 615 há mais de 30 dias; 10 agravos legais/regimentais, sendo 8 com conclusão há mais de 30 dias; 205 processos com liminar, cautelar ou antecipação de tutela pendentes de confirmação, pela Turma, há mais de 90 dias; 41 feitos com voto-vista, dos quais 28 há mais de 30 dias; e total de 6.873 processos aguardando primeiro julgamento.

No tocante ao fluxo processual, foi possível constatar que no período-base da inspeção correspondente a 12 meses, houve fluxo negativo de 2.331 feitos, já descontadas as saídas que ocorreram, não por julgamento, mas por redistribuição nas

situações descritas nas notas explicativas da planilha de fluxo processual, inclusive para o gabinete de auxílio à Turma inspecionada. Diante de tal quadro, resta evidenciado que a tramitação dos feitos não tem sido suficientemente célere a ponto de inverter o fluxo processual e garantir redução do acervo existente, de sorte a cumprir a Meta 1 do CNJ. Apesar do empenho da unidade, houve significativo incremento do estoque processual pendente de julgamento, em razão do elevado volume de distribuição.

Todavia, cabe destacar que houve clara tendência de redução da idade média dos processos em tramitação, melhorando, portanto, o perfil do acervo e indicando a adoção do critério temporal de distribuição na priorização dos julgamentos. Havia ainda, além de pendências nos feitos listados, processos não regularizados relativos à última inspeção e à autoinspeção.

#### **4. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS**

Segundo informado pela própria unidade, merecem destaque, neste aspecto:

- a) organização da unidade e dos processos por matéria/assunto;
- b) triagem inicial dos processos; controle estatístico mediante relatórios informatizados pela Corregedoria e disponibilizados na intranet do Tribunal;
- c) planejamento das atividades conforme antiguidade e preferência legal ou conforme metas do CNJ;
- d) distribuição do trabalho conforme perfil e qualificação do servidor;
- e) fixação e controle de produtividade individual e por grupo de trabalho;
- f) mutirões no caso de urgências e processos mais antigos;
- g) organização das férias para garantir permanência mínima de um servidor por setor de trabalho;
- h) substituição em funções comissionados por critério de produtividade, antiguidade e qualificação;
- i) tempo médio de tramitação dos feitos em 499,1 dias;
- j) atendimentos de advogados com ou sem hora marcada;
- k) acórdãos lavrados antes da sessão ou logo após conclusão no caso de feitos de outra relatoria originária, com anotações por servidor que acompanha a sessão;
- l) adequação às orientações fixadas pela Seção;
- m) orientação para a elaboração de minutas; e



n) movimentações processuais registradas no sistema.

## **5. OBSERVAÇÕES GERAIS**

A unidade, em razão da especialidade e do volume de feitos distribuídos por apenas 6 gabinetes, além da atuação de juízes auxiliares em caráter temporário, tem atuado no limite de sua capacidade de trabalho e, a despeito da eficiência gerencial, não tem sido capaz de atingir fluxo positivo, com perspectiva de redução de acervo.

O elevado número de feitos sobrestados, especialmente em razão de repercussão geral conforme procedimento adotado, limita a capacidade de redução do acervo geral, constituindo fonte de sobrecarga contínua de serviço, mesmo a longo prazo, dado o tempo, medido em anos, que tal situação processual projeta no total de feitos vinculados à unidade.

A inexistência de efetiva conciliação, em feitos previdenciários, foi constatada como sendo causa adicional e relevante na redução da capacidade de exibir fluxo positivo na gestão do acervo processual.

Também notada a preocupação, no âmbito da unidade, com relação ao impacto, embora ainda não dimensionado, decorrente das inovações processuais, a partir da vigência do novo Código de Processo Civil.

## **6. RECOMENDAÇÕES**

a) Redução do volume e do tempo de apreciação dos processos com embargos de declaração, pedidos de vista, agravos legais/regimentais, liminares, cautelares ou tutelas antecipadas pendentes de apreciação ou concedidas monocraticamente e ainda sem o julgamento pela Turma e juízo de retratação a ser apreciado;

b) Priorização dos processos inseridos nas metas do Conselho Nacional de Justiça e com preferência legal de julgamento;

c) Priorização dos processos ainda pendentes de regularização desde última inspeção e autoinspeção;

d) Adequação do andamento processual, lançado no sistema, com os dados dos processos físicos, tendo em vista a constatação de discrepâncias;

e) Observação das demais recomendações constantes dos itens 2 e 3 deste Relatório; e

f) Além das providências processuais específicas indicadas, cabe recomendar em termos estratégicos, em razão da curva de distribuição ser significativamente superior à de produtividade, dada a estrutura e número de gabinetes dedicados à matéria previdenciária, além de proposições estruturais por parte dos órgãos de direção do

Tribunal, a elaboração, a curto prazo, pela unidade, de plano emergencial de trabalho ou estratégia de gestão dirigida a redução do acervo, com diminuição do tempo de tramitação para melhoria do respectivo perfil.

## GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 6ª TURMA

### JUIZ FEDERAL CONVOCADO OSNI CARDOSO FILHO

**Especialidade:** Previdência e Assistência Social.

#### 1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

1.1. **Identificação:** Juiz Federal Convocado **OSNI CARDOSO FILHO**.

1.2. **Órgãos de atuação:** 3ª Seção e 6ª Turma.

1.3. **Tempo de atuação neste acervo:** desde 29 de junho de 2015.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Magistrado à frente da unidade.

#### 1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	17	-	-	-	5	22	-
Inspeção/2016	15	-	-	-	6	21	14

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em maio de 2014, contando, atualmente, com 1 auxiliar a menos, perfazendo um total de 14 servidores destinados à atividade-fim.

## 2. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (fevereiro/2015)**	6.854
Acervo ajustado no TRF (janeiro/2016)**	9.254
Acervo de conclusos no Gabinete (fevereiro/2015)**	5.304
Acervo de conclusos no Gabinete (janeiro/2016)**	7.781
Acervo de sobrestados no Gabinete (fevereiro/2015)	4.066
Acervo de sobrestados no Gabinete (janeiro/2016)	4.692

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas de série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente do magistrado que ocupava à época o respectivo gabinete.

\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos cresceu em 2.477 e o de sobrestados subiu em 626.

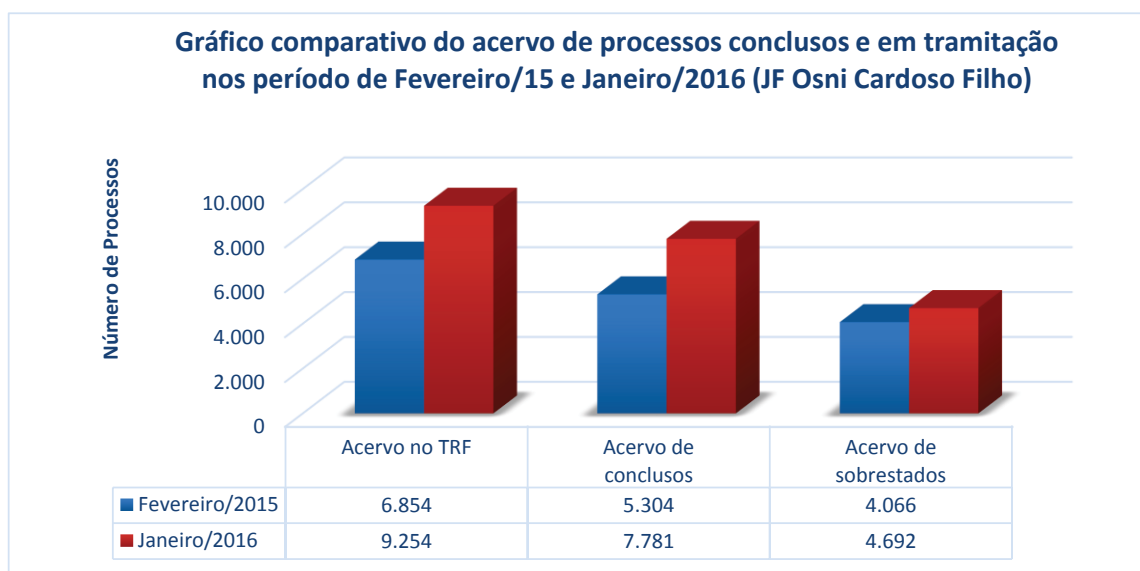
Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, envolvendo diversas matérias, especialmente as relativas a desaposentação e a fator previdenciário. Na unidade inspecionada, adota-se

prática judicial de sobrestar o andamento dos feitos relativos a temas em que tenha sido reconhecida repercussão geral pela Suprema Corte, gerando inconformismo, em alguns casos, manifestado mediante pedido de reconsideração ou recurso.

O gabinete apresentou, em janeiro/2016, saldo em efetiva tramitação, de 7.781 processos conclusos, que, quando cotejado com o número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 555,78 feitos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 2.400 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (fevereiro/2015 a janeiro/2016)</b>	
<b>Total de Processos (entradas)*</b>	<b>9.671</b>
<b>Total de Processos (saídas)**</b>	<b>5.897</b>
<b>Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)</b>	<b>3.774</b>
<b>Processos distribuídos</b>	<b>9.609</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

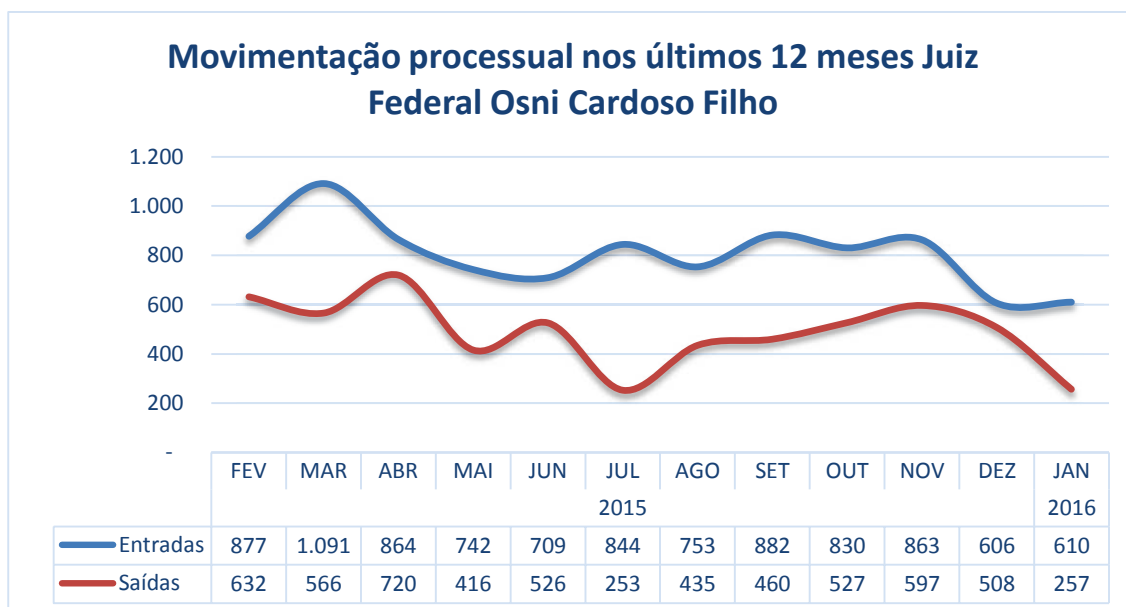
Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 9.671 e saída de 5.897 processos, resultando, assim, em aumento do acervo, o que merece atenção e adoção de medidas

para a inversão do fluxo processual visando à retomada do pleno controle estatístico da unidade.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de fevereiro/2015 a janeiro/2016:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (fevereiro/2015 a janeiro/2016)*</b>	
Total de processos julgados por pauta	<b>3.252</b>
Total de processos julgados em mesa	<b>27</b>
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	<b>288</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3.567</b>
<b>Grau de recorribilidade em decisões monocráticas**</b>	<b>7%</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 3.567 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 9.609, ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ). A diferença entre distribuídos e julgados, no período, resultou em saldo de 6.042, que apenas não elevou o acervo da unidade na mesma proporção em razão de redistribuição de elevado volume de processos, inclusive e especialmente para o gabinete de auxílio à Turma Previdenciária inspecionada. Observa-se que o atual magistrado foi designado para a unidade apenas a partir de junho de 2015.

No período em análise, foram julgados 27 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 288 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 7%.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (janeiro/2016)</b>	
<b>a. Embargos de Declaração</b>	<b>164</b>
<b>b. Agravo Legal/Regimental</b>	<b>8</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 164 embargos de declaração e 8 agravos legais/regimentais.

Existem 171 processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (janeiro/2016)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	<b>1</b>
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	<b>3</b>
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	<b>61</b>
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	<b>92</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2011)</b>	<b>39</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2012)</b>	<b>57</b>
<b>META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)</b>	<b>0</b>
<b>META 6/2016** (distribuídos até 2012)</b>	<b>0</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, no acervo de processos conclusos na unidade (7.781), o número de feitos distribuídos até 31/12/2012 e apurado em janeiro/2016 era de 253, representando 3,25%.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes em 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição:

PROCESSOS CONCLUSOS NOS GABINETES, POR ANO DE  
DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

**GAB. 62 (Juiz Federal OSNI CARDOSO FILHO)**

ANOS	jan/14	jan/15	jan/16
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	-	-	-
1997	-	-	-
1998	-	-	-
1999	-	-	-
2000	-	-	-
2001	-	-	-
2002	-	-	-
2003	-	1	-
2004	-	-	-
2005	-	-	-
2006	-	-	-
2007	1	2	1
2008	3	1	3
2009	7	5	61
2010	30	12	93
2011	216	36	55
2012	1.300	217	106
2013	3.410	1.382	689
2014	141	3.046	1.851
2015	-	362	4.604
2016	-	-	318
<b>Total</b>	<b>5.108</b>	<b>5.064</b>	<b>7.781</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Observa-se que os feitos mais antigos estão sendo julgados, existindo saldo reduzido de distribuídos com mais de cinco anos de tramitação.

O acervo de processos conclusos, em janeiro/2014, era de 5.108 e, atualmente, 7.781. Em janeiro/2014 o acervo dominante era composto de feitos distribuídos em 2012/2013; em janeiro/2015 houve significativa redução dos feitos de tal período, deslocando-se a concentração do acervo para os distribuídos em 2014; e, por fim, em janeiro/2016, reduziu-se o estoque de processos distribuídos até 2013, restando saldo ainda relevante de 2014, prevalecendo a partir de então, na composição do acervo, os processos distribuídos em 2015. Evidencia-se de tal quadro que a unidade promoveu a importante iniciativa de reduzir a idade do acervo ao longo do período, apesar do aumento do estoque de processos em si em razão do fluxo negativo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com feitos,

majoritariamente, distribuídos a partir de 2014, portanto, com menos de cinco anos de tramitação no TRF.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELADORES OU ÓRGÃOS (janeiro/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	15
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	-
<b>TOTAL</b>	<b>15</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado não informado

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão, tampouco para declaração de voto. Existem, porém, 15 processos que aguardam voto-vista, dos quais 5 esperam providências há mais de 30 dias, configurando pendência externa a ser sanada: 201304990035664, 201404990198697, 201404990204600, 201404990224600 e 201404990222640.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELADORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	12
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	-
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado não informado

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, não se apurou a existência de processos conclusos para revisão nem para declaração de voto ou lavratura de acórdão. Há, porém, 12 processos para voto-vista, todos pendentes há mais de 30 dias, recomendando-se a movimentação em 60 dias: 00106995220154049999, 00108112120154049999, 00131617920154049999, 00161566520154049999, 50037787820144047007, 50050292820144047009, 50145711420154040000, 50355475320134047100, 50411906420144047000, 50422741720154040000, 50613325120124047100 e 50666250220124047100.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, da Lei 13.140/2015, que trata da mediação, e da Lei 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi informado pelo gabinete que os servidores estão sendo treinados pelo Tribunal mediante cursos de atualização no novo Código de Processo Civil, tanto de forma presencial, como por meio de EAD. O gabinete aguarda por informações da Administração Judiciária quanto à parametrização do sistema processual do TRF.



### **3. ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA**

Dos 48 processos selecionados para inspeção, sendo 14 físicos e 34 eletrônicos, 42 foram inspecionados. Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos eletrônicos com localizadores em unidades externas foram inspecionados com base no respectivo extrato processual. Os físicos, nesta mesma situação, não foram inspecionados, inserindo-se recomendação de inclusão do seu exame na próxima autoinspeção da unidade, conforme orientação adotada para a presente inspeção.

Na unidade, verificaram-se discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e as constantes dos autos físicos.

Os feitos de distribuição originária mais antiga no TRF, conforme listagem, são do ano de 2008, tratando-se de processos físicos, um deles fora do Gabinete e outro inspecionado, com pendência de juízo de retratação, com julgamento previsto para a sessão de 9/3/2016.

A listagem de feitos com mais de 5 anos de distribuição ainda contemplou: 4 processos de 2009, sendo 1 com tramitação externa e 3 com pendências dentro da unidade; 8 processos de 2010, dos quais 4 com tramitação externa e 4 pendentes de providências na unidade; e 5 processos de 2011, dos quais: 4 em tramitação dentro da unidade, sobrestados desde 2012 e sem andamento posterior, e 1 baixado em diligência, desde 5/9/2013, com ofício solicitando informações em 4/8/2014, ainda sem resposta do juízo de origem.

Verificou-se alguns poucos feitos, os mais antigos distribuídos em 2013, sem qualquer movimentação desde então. Também foi apurada a existência, na listagem, de 2 processos com pedidos de antecipação de tutela recursal, ainda pendentes de apreciação, o mais antigo com conclusão desde 22/06/2015, referente à distribuição de 5/11/2013.

Também constaram da listagem 2 processos, devolvidos pelo STJ para novo exame de embargos de declaração, cuja conclusão mais antiga é de 21/9/2015, relativa a feito distribuído em 16/3/2010, com previsão de julgamento na sessão de 9/3/2016.

Em razão da prática adotada de sobrestamento de feitos, quando admitida repercussão geral da questão constitucional no Supremo Tribunal Federal, foram localizados muitos feitos com andamento suspenso há vários anos, em média 3 anos, sem posterior andamento.

Constatou-se, no tocante ao procedimento para o juízo de retratação, que todos os feitos com pendência nesta fase processual foram pautados, sendo que a conclusão mais antiga ao relator, para tal efeito, ocorreu em 3/10/2015, referente a processo distribuído em 25/7/2008, com inclusão em pauta para a sessão de 9/3/2016.

Dentre os feitos listados, havia 2 com pendência de voto-vista, a cargo do titular da unidade inspecionada, ambos com previsão de julgamento na sessão de 9/3/2016, sendo o mais antigo com conclusão em 24/7/2015, concernente a feito distribuído em 22/4/2015.

Relativamente a embargos de declaração, não houve constatação de pendência dentre os listados.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual, verifica-se que o tempo de tramitação é bastante afetado pelo sobrestamento dos feitos, determinado com base na repercussão geral admitida pela Suprema Corte. Ademais, o volume de feitos sobrestados é significativo, correspondente ao acervo de 4.692 processos, dos quais 112 referem-se a metas do CNJ e 2.184 à prioridade legal de julgamento, enquanto o número de feitos conclusos é de 7.781 e os em tramitação na Secretaria são em 1.691.

Nas informações gerais da unidade, com data-base em 31/1/2016, verificou-se a existência do seguinte quadro de pendências: 164 embargos de declaração, dos quais 122 há mais de 30 dias; 8 agravos legais/regimentais, dos quais 7 com conclusão superior a 30 dias; 171 processos com liminar, cautelar ou antecipação de tutela pendentes de confirmação, pela Turma, há mais de 90 dias; 12 feitos com voto-vista há mais de 30 dias; e total de 6.415 processos aguardando primeiro julgamento.

No tocante ao fluxo processual, foi possível constatar que, no período-base da inspeção, correspondente a 12 meses, houve fluxo negativo de 3.774 feitos, já descontadas as saídas que ocorreram, não por julgamento mas por redistribuição nas situações descritas nas notas explicativas da planilha de fluxo processual, inclusive para o gabinete de auxílio à Turma inspecionada. Diante de tal quadro, resta evidenciado, assim, que a tramitação dos feitos não tem sido suficientemente célere a ponto de inverter o fluxo processual e garantir redução do acervo existente, de sorte a cumprir a Meta 1 do CNJ. Apesar do empenho da unidade, houve significativo incremento do estoque processual pendente de julgamento, em razão do elevado volume de distribuição.

Todavia, cabe destacar que houve clara tendência de redução da idade média dos processos em tramitação, melhorando, portanto, o perfil do acervo e indicando a adoção do critério temporal de distribuição na priorização dos julgamentos. Havia ainda, além de pendências nos feitos listados, processos não regularizados relativos à última autoinspeção.

#### **4. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS**

Segundo informado pela própria unidade, merecem destaque, neste aspecto:

a) divisão dos servidores em núcleos, com tarefas conforme processos distribuídos por órgão julgador, com classificação dos feitos por tipo de benefício previdenciário;

b) julgamento preferencial por antiguidade na distribuição, com observância das metas do Conselho Nacional de Justiça;

c) divisão do acervo por classe e controle de movimentação interna, mediante localizadores no sistema;

d) gestão do acervo e controle estatístico por meio do sistema G4, fornecido pelo TRF;

e) avaliação realizada em grupo com todo o gabinete, com sugestões e críticas em relação à produtividade;

f) realização de mutirão focado em assuntos e classes, conforme volume de distribuição processual à época;

g) organização das férias, mantendo o mínimo de metade dos servidores da unidade;

h) tempo médio de tramitação dos feitos é de 388,7 dias; lavratura de acórdão em torno de 2 dias, com liberação pelo Magistrado no prazo médio de 5 dias; e

i) atendimento a partes e advogados por servidores específicos para a função, sendo que a consulta dos autos no gabinete se dá mediante identificação do interessado.

## **5. OBSERVAÇÕES GERAIS**

A unidade, em razão da especialidade e do volume de feitos distribuídos por apenas 6 gabinetes, além da atuação de juízes auxiliares em caráter temporário, vem atuando no limite de sua capacidade de trabalho e, a despeito da eficiência gerencial, não tem sido capaz de atingir fluxo positivo, com perspectiva de redução de acervo.

O elevado número de feitos sobrestados, especialmente em razão de repercussão geral conforme procedimento adotado, limita a capacidade de redução do acervo geral, constituindo fonte de sobrecarga contínua de serviço, mesmo a longo prazo, dado o tempo, medido em anos, que tal situação processual projeta no total de feitos vinculados à unidade.

A inexistência de efetiva conciliação em feitos previdenciários foi constatada como sendo causa adicional e relevante na redução da capacidade de exibir fluxo positivo na gestão do acervo processual.

Também notada a preocupação, no âmbito da unidade, com relação ao impacto – embora ainda não dimensionado – decorrente das inovações processuais, a partir da vigência do novo Código de Processo Civil.

## **6. RECOMENDAÇÕES**

a) Redução do volume e do tempo de apreciação dos processos com embargos de declaração, pedidos de vista, agravos legais/regimentais, liminares, cautelares ou tutelas antecipadas pendentes de apreciação ou concedidas monocraticamente e ainda sem o julgamento pela Turma;

b) Priorização dos processos inseridos nas metas do Conselho Nacional de Justiça e com preferência legal de julgamento;

c) Priorização dos processos ainda pendentes de regularização da última autoinspeção;

d) Adequação do andamento processual, lançado no sistema, com os dados dos processos físicos, tendo em vista a constatação de discrepâncias; e

e) Observação das demais recomendações constantes dos itens 2 e 3 deste Relatório; e

f) Além das providências processuais específicas indicadas, recomenda-se, em termos estratégicos – tendo em vista a curva de distribuição significativamente superior à de produtividade, considerando a estrutura e o número de gabinetes dedicados à matéria previdenciária, além de proposições estruturais por parte dos órgãos de direção do Tribunal – a elaboração, a curto prazo, de plano emergencial de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo, com diminuição do tempo de tramitação.

## GABINETES INTEGRANTES DA 7ª TURMA

### DESEMBARGADOR FEDERAL MÁRCIO ANTONIO ROCHA

**Especialidade:** Penal.

#### 1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

1.1. **Identificação:** Desembargador Federal **MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA.**

1.2. **Órgãos de atuação:** 7ª Turma e 4ª Seção.

1.3. **Tempo de atuação neste acervo:** desde 4/2010.

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

#### 1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	10	0	0	0	3	13	10
Inspeção/2016	11	0	0	0	1	12	11

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em maio de 2014, contando, atualmente, com 1 auxiliar a menos. Houve incremento de 1 servidor na força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (fevereiro/2015)**	449
Acervo ajustado no TRF (janeiro/2016)**	463
Acervo de conclusos no Gabinete (fevereiro/2015)**	374
Acervo de conclusos no Gabinete (janeiro/2016)**	324
Acervo de sobrestados no Gabinete (fevereiro/2015)	4
Acervo de sobrestados no Gabinete (janeiro/2016)	7

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas de série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente do magistrado que ocupava à época o respectivo gabinete.

\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

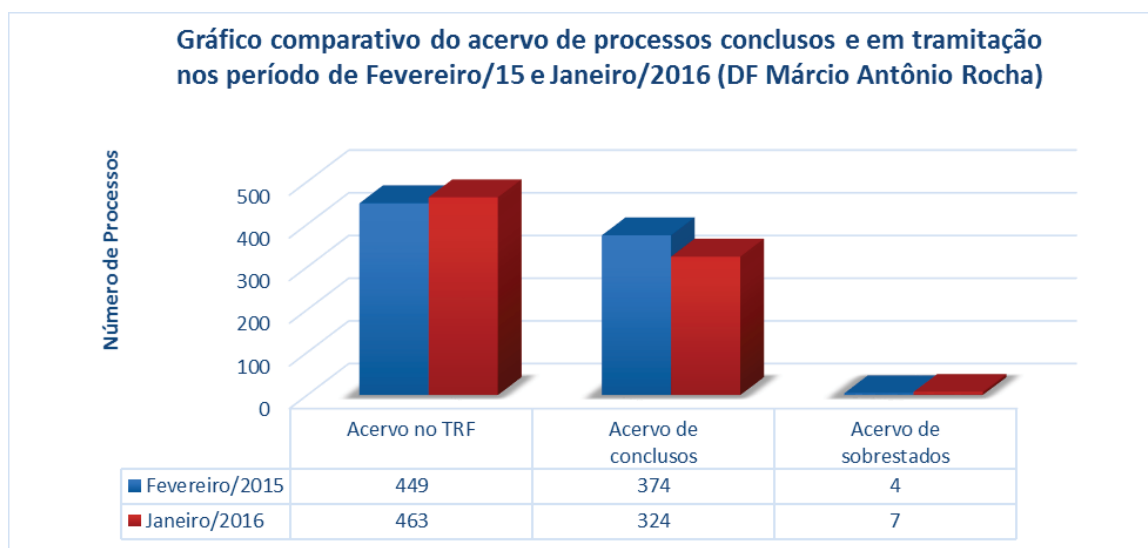
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos diminuiu em 50 e o de sobrestados subiu em 3.

Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que decorrem de parcelamentos e diligências.

O gabinete apresentou, em janeiro/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 324 processos conclusos que, quando cotejado com o número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 29,45 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 14 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (fevereiro/2015 a janeiro/2016)</b>	
<b>Total de Processos (entradas)*</b>	<b>898</b>
<b>Total de Processos (saídas)**</b>	<b>911</b>
<b>Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)</b>	<b>-13</b>
<b>Processos distribuídos</b>	<b>911</b>

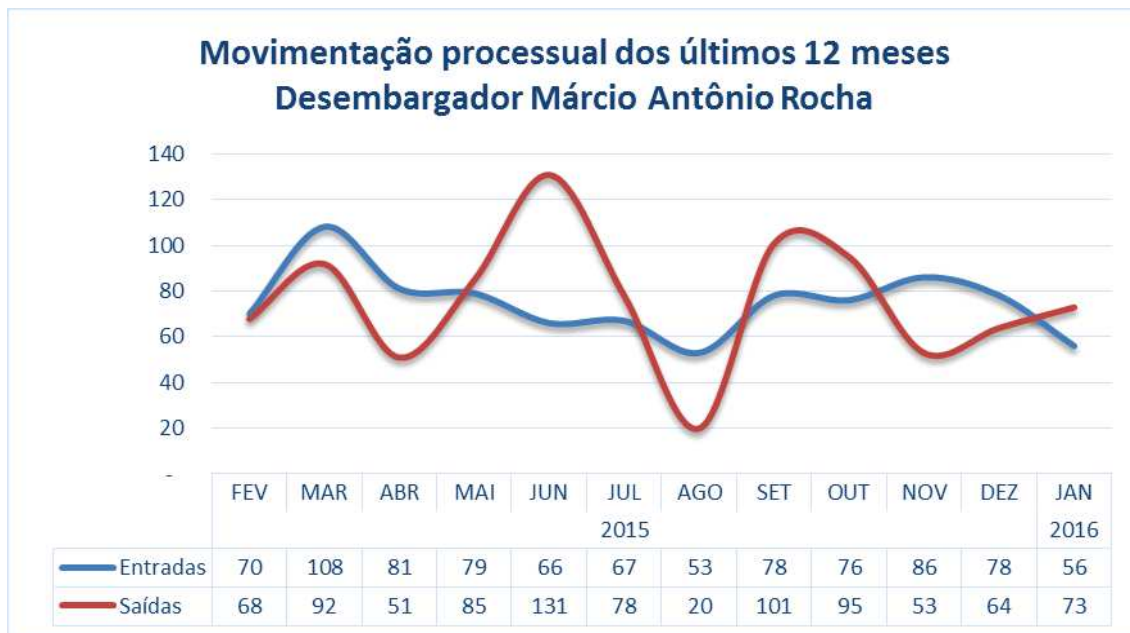
Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 898 processos e saída de 911, resultando, assim, na redução do acervo, o que merece registro e reconhecimento por parte da Corregedoria como boa prática de gestão processual e administrativa.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de fevereiro/2015 a janeiro/2016:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (fevereiro/2015 a janeiro/2016)*</b>	
Total de processos julgados por pauta	<b>596</b>
Total de processos julgados em mesa	<b>223</b>
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	<b>71</b>
<b>TOTAL</b>	<b>890</b>
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas**	<b>11%</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 890 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 911, ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ), embora tenha se aproximado quase na sua totalidade.

No período em análise, foram julgados 223 processos em mesa.

Nos últimos doze meses foram proferidas 71 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 11%.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (janeiro/2016)</b>	
<b>a. Embargos de Declaração</b>	<b>3</b>
<b>b. Agravo Legal/Regimental</b>	<b>1</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 3 embargos de declaração e 1 agravo legal/regimental.

Existem 5 processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ e do CJF, apresenta atualmente o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (janeiro/2016)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2011)</b>	<b>2</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2012)</b>	<b>2</b>
<b>META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)</b>	<b>0</b>
<b>META 6/2016** (distribuídos até 2012)</b>	<b>0</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

<b>METAS CJF (aprovadas pelo Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal em 24/11/2015)</b>	
<b>META 7 - BAIXAR QUANTIDADE MAIOR DE PROCESSOS CRIMINAIS DO QUE CASOS NOVOS NO ANO CORRENTE (janeiro/2016)</b>	
<b>Casos novos criminais</b>	<b>56</b>
<b>Processos criminais baixados</b>	<b>64</b>
<b>META 8 (distribuídos até 31/12/2014)*</b>	<b>3</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: \*Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.

Em relação à Meta 2 do CNJ, no acervo de processos conclusos na unidade (324), o número de feitos distribuídos até 31/12/2012 e apurado em janeiro/2016 era de 4 processos, representando 1,23%.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes em 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição:



PROCESSOS CONCLUSOS NOS GABINETES, POR ANO DE  
DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

GAB. 73 (Des. Federal MÁRCIO ANTONIO ROCHA )

ANOS	jan/14	jan/15	jan/16
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	-	-	-
1997	-	-	-
1998	-	-	-
1999	-	-	-
2000	-	-	-
2001	-	-	-
2002	-	-	-
2003	1	1	-
2004	-	-	-
2005	-	-	-
2006	-	-	-
2007	-	-	-
2008	-	1	-
2009	-	-	-
2010	2	1	-
2011	3	4	2
2012	15	9	2
2013	202	32	4
2014	70	310	15
2015	-	57	249
2016	-	-	52
<b>Total</b>	<b>293</b>	<b>415</b>	<b>324</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos concluídos, em janeiro/2014, era de 293; atualmente, há 324.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos majoritariamente no ano 2015, portanto, com menos de dois anos de tramitação no Tribunal.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, não havia processos distribuídos até 31/12/2014 e apurados em janeiro/2016, bem como em relação à Meta 6/2016.

No tocante às Metas Específicas 7 e 8/2016 do CJF, verificou-se que a unidade está buscando atendê-las satisfatoriamente.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELADORES OU ÓRGÃOS (janeiro/2016)	
Recebidos para revisão	4
Recebidos para voto-vista	3
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	-
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado não informado

Constatou-se que há 4 processos do gabinete liberados para revisão, mas ainda não pautados pelo revisor, bem como 3 autos que aguardam voto-vista e nenhum para declaração de voto. Nesse universo, há 1 feito que aguarda providências há mais de 30 dias, configurando pendência externa a ser cobrada: 50031812320114047005.

NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELADORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (janeiro/2016)	
Recebidos para revisão	24
Recebidos para voto-vista	2
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	-
<b>TOTAL</b>	<b>26</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado não informado

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a existência de 24 processos conclusos para revisão, 2 para voto-vista e nenhum para declaração de voto. Nessas situações há 11 processos sem movimentação há mais de 30 dias, recomendando-se a movimentação em 60 dias:

00030728920134040000	00032363220064047006
50001734220144047002	50004992120134047104
00078751820134040000	50002372320124047002
50130008220144047003	50013669420114047003
50024906020124047009	50002537620144047108
50418867120124047000	

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, da Lei 13.140/2015, que trata da mediação, e da Lei 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos, embora não haja destaque a ser feito diante da especialidade criminal.

### 3. ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA

Dos 32 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Destes, 13 eram físicos e 19 eletrônicos.

Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

A amostragem não revelou a existência de feitos sem movimentação desde a distribuição.

Também se verificou a existência, na amostragem, de feitos criminais com réu preso, dos quais 1 está vinculado a feito originário (50131481920154040000) e 5 a feitos recursais (50001272520154047000, 50033397320144047102, 50068167120144047210, 50230904320144047200 e 50404645620154047000).

Na unidade não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e as constantes dos autos físicos.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Na listagem não constaram processos extraviados; e, no acervo geral, não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se julgar, no prazo de 60 dias: 00199257220064047000, 50031812320114047005, 50048444520134047002, 50123089120114047002 e 50582239220134047100.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, não havendo acúmulo.

#### **4. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS**

- a) Triagem inicial de processos;
- b) Especialização de servidores por matéria ou fase processual;
- c) Tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta do CNJ;
- d) Priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa;
- e) Fixação das metas de trabalho pelo magistrado com participação dos servidores; e
- f) Acompanhamento das recomendações das inspeções anteriores.

## **5. OBSERVAÇÕES GERAIS**

- a) O gabinete é bem estruturado com divisão dos servidores por matéria;
- b) Há constante monitoramento do acervo; e
- c) Há prioridade aos casos de réu preso.

## **6. RECOMENDAÇÕES**

- a) Julgar, em 90 dias, o processo n. 50582239220134047100;
- b) Observar as recomendações constantes dos itens 2 e 3 deste Relatório; e
- c) Manter a linha de trabalho atual, que está gerando expressivos resultados.

## GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 7ª TURMA

### DESEMBARGADORA FEDERAL CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI

**Especialidade:** Penal.

#### 1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

1.1. **Identificação:** Desemb. Federal **CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI**

1.2. **Órgãos de atuação:** 7ª Turma e 4ª Seção.

1.3. **Tempo de atuação neste acervo:** desde 7/2014.

No período de cinco anos, a Magistrada não requereu remoções internas.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Desembargadora.

#### 1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	10	0	0	0	3	13	10
Inspeção/2016	10	0	0	0	3	13	10

A força de trabalho em exercício não sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em maio de 2014.

## 2. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (fevereiro/2015)**	470
Acervo ajustado no TRF (janeiro/2016)**	559
Acervo de conclusos no Gabinete (fevereiro/2015)**	383
Acervo de conclusos no Gabinete (janeiro/2016)**	311
Acervo de sobrestados no Gabinete (fevereiro/2015)	1
Acervo de sobrestados no Gabinete (janeiro/2016)	1

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas de série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente do magistrado que ocupava à época o respectivo gabinete.

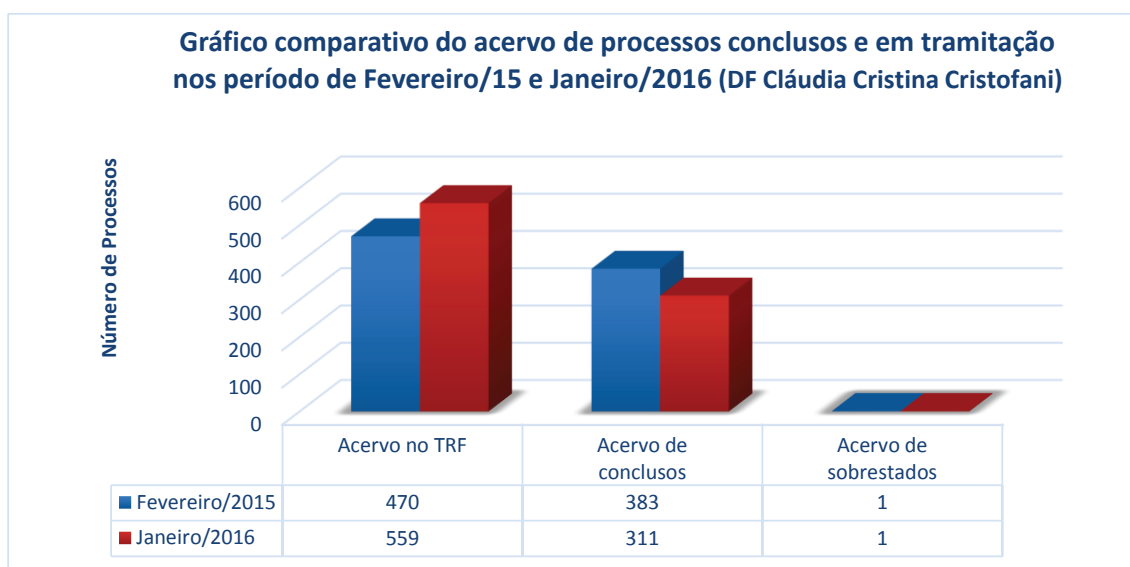
\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos diminuiu em 72 e o de sobrestados manteve-se o mesmo.

O gabinete apresentou, em janeiro/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 311 processos concluídos, que, quando cotejado com o número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 31,1 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 89 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (fevereiro/2015 a janeiro/2016)</b>	
<b>Total de Processos (entradas)*</b>	<b>896</b>
<b>Total de Processos (saídas)**</b>	<b>847</b>
<b>Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)</b>	<b>49</b>
<b>Processos distribuídos</b>	<b>897</b>

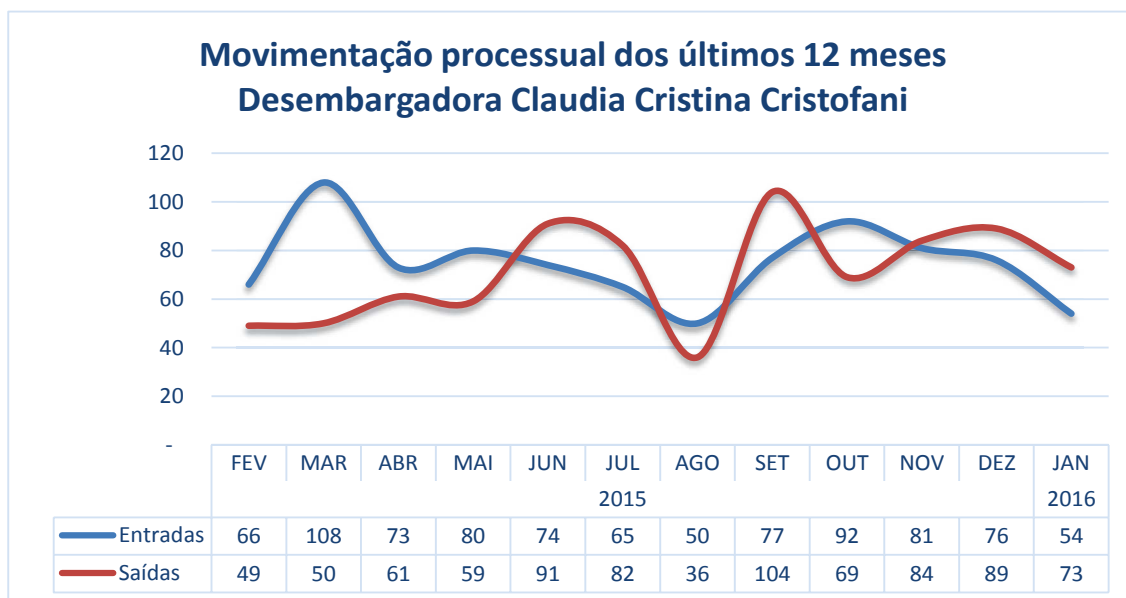
Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 896 e saída de 847 processos, resultando, assim, em aumento do acervo, o que merece atenção e adoção de medidas para a inversão do fluxo processual visando à retomada do pleno controle estatístico da unidade.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de fevereiro/2015 a janeiro/2016:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (fevereiro/2015 a janeiro/2016)*</b>	
Total de processos julgados por pauta	<b>547</b>
Total de processos julgados em mesa	<b>216</b>
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	<b>69</b>
<b>TOTAL</b>	<b>832</b>
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas**	<b>12%</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 832 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 897, ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 216 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 69 decisões monocráticas terminativas cujo grau de recorribilidade foi identificado em 12%.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (janeiro/2016)</b>	
<b>a. Embargos de Declaração</b>	<b>6</b>
<b>b. Agravo Legal/Regimental</b>	<b>1</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 6 embargos de declaração e 1 agravo legal/regimental.

Existem 8 processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ e do CJF, apresenta atualmente o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (janeiro/2016)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	<b>1</b>
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2011)</b>	<b>1</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2012)</b>	<b>0</b>
<b>META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)</b>	<b>0</b>
<b>META 6/2016** (distribuídos até 2012)</b>	<b>0</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

<b>METAS CJF (aprovadas pelo Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal em 24/11/2015)</b>	
<b>META 7 - BAIXAR QUANTIDADE MAIOR DE PROCESSOS CRIMINAIS DO QUE CASOS NOVOS NO ANO CORRENTE (janeiro/2016)</b>	
<b>Casos novos criminais</b>	<b>53</b>
<b>Processos criminais baixados</b>	<b>70</b>
<b>META 8 (distribuídos até 31/12/2014)*</b>	<b>0</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: \*Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.

Em relação à Meta 2 do CNJ, no acervo de processos conclusos na unidade (311), o número de feitos distribuídos até 31/12/2012 e apurado em janeiro/2016 era de 2, representando 0,64%.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes em 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição:



PROCESSOS CONCLUSOS NOS GABINETES, POR ANO DE  
DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

GAB. 71 (Des. Federal CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI)

ANOS	jan/14	jan/15	jan/16
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	-	-	-
1997	-	-	-
1998	-	-	-
1999	-	-	-
2000	-	-	-
2001	-	-	-
2002	-	-	-
2003	-	1	-
2004	-	-	-
2005	-	-	-
2006	-	-	-
2007	-	-	-
2008	-	-	1
2009	2	-	-
2010	2	1	-
2011	-	-	1
2012	7	2	2
2013	236	6	5
2014	58	295	5
2015	-	51	243
2016	-	-	54
<b>Total</b>	<b>305</b>	<b>356</b>	<b>311</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos conclusos, em janeiro de 2014, era de 305; atualmente, há 311.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos majoritariamente no ano de 2015, portanto, com menos de dois anos de tramitação no Tribunal.

Quanto às Metas 4 e 6 de 2016 do CNJ, não havia processos.

Em relação às Metas Específicas 7 e 8/2016 do CJF, verificou-se que a unidade está buscando atendê-las satisfatoriamente.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (janeiro/2016)</b>	
Recebidos para revisão	47
Recebidos para voto-vista	3
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	-
<b>TOTAL</b>	<b>50</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado não informado

Constatou-se que há 47 processos do gabinete liberados para revisão, mas ainda não pautados pelo revisor, bem como 3 que aguardam voto-vista e nenhum para declaração de voto. Nesse universo há feitos que aguardam providências há mais de 30 dias, configurando pendência externa a ser cobrada: 5002522-11.2011.404.7200, 5000276-06.2011.404.7212, 5000359-19.2011.404.7213, 5003861-13.2013.404.7110, 5012561-47.2014.404.7108 e 5004045-64.2011.404.7004

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE</b>	
Recebidos para revisão	4
Recebidos para voto-vista	5
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	-
<b>TOTAL</b>	<b>9</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado não informado

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a existência de 4 processos conclusos para revisão, 5 para voto-vista e nenhum para declaração de voto. Nessas situações não há autos sem movimentação há mais de 30 dias.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, da Lei 13.140/2015, que trata da mediação, e da Lei 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos, embora não haja destaque a ser feito, diante da especialidade criminal.

### **3. ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA**

Dos 23 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Destes, 7 eram físicos e 16 eletrônicos.

Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.

Também verificou-se a existência, na amostragem, de 5 feitos criminais com réu preso, todos vinculados a feitos recursais: 50001566320154047004, 50022612120134047121, 50038017720124047206, 50132026220144047002 e 50142141420144047002.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Na listagem, não constaram autos extraviados; e, no acervo geral, não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, não havendo acúmulo expressivo, embora se perceba uma pontual ascendência de acervo, compensada com razoável quantidade de feitos baixados e de redução da idade do acervo.

#### **4. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS**

- a) Triagem inicial de processos;
- b) Especialização de servidores por matéria ou fase processual;
- c) Tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta do CNJ;
- d) Priorização de feitos adiados e pendentes de julgamento em mesa;
- e) Fixação das metas de trabalho pelo Magistrado com participação dos servidores; e
- f) Acompanhamento das recomendações das inspeções anteriores.

#### **5. OBSERVAÇÕES GERAIS**

- a) O gabinete é bem estruturado com divisão dos servidores por matéria;
- b) Há constante monitoramento do acervo; e
- c) Há prioridade aos casos de réu preso.

## **6. RECOMENDAÇÕES**

- a) Observar as recomendações constantes do item 2 deste Relatório;
- b) Manter a linha de trabalho atual, que está gerando expressivos resultados.

## GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 7ª TURMA

### DESEMBARGADOR FEDERAL SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ

**Especialidade:** Penal.

#### 1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

1.1. **Identificação:** Desembargador Federal **SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ**.

1.2. **Órgãos de atuação:** 7ª Turma e 4ª Seção.

1.3. **Tempo de atuação neste acervo:** desde 12/2013.

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

#### 1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	10	0	0	0	3	13	10
Inspeção/2016	11	0	0	0	3	14	11

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em maio de 2014, contando, atualmente, com 1 auxiliar a mais. Houve incremento de 1 servidor na força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (fevereiro/2015)**	355
Acervo ajustado no TRF (janeiro/2016)**	296
Acervo de conclusos no Gabinete (fevereiro/2015)**	128
Acervo de conclusos no Gabinete (janeiro/2016)**	162
Acervo de sobrestados no Gabinete (fevereiro/2015)	3
Acervo de sobrestados no Gabinete (janeiro/2016)	2

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas de série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente do magistrado que ocupava à época o respectivo gabinete.

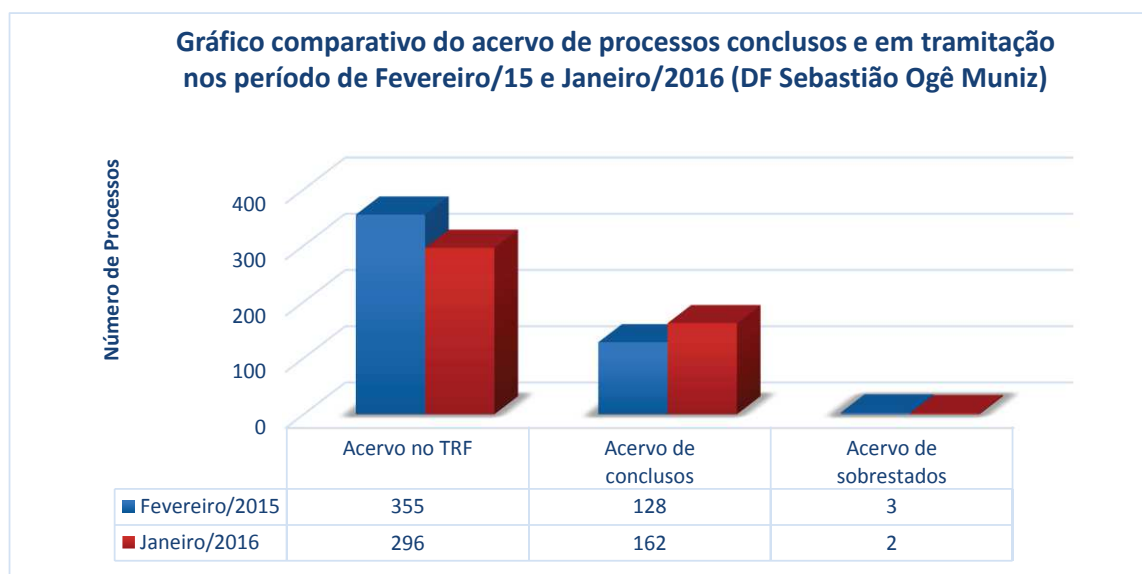
\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos cresceu em 34 e o de sobrestados reduziu em 1.

O gabinete apresentou, em janeiro/2016, um saldo em efetiva tramitação de 162 processos conclusos, que, quando cotejado com o número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 14,73 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 59 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (fevereiro/2015 a janeiro/2016)</b>	
<b>Total de Processos (entradas)*</b>	<b>903</b>
<b>Total de Processos (saídas)**</b>	<b>961</b>
<b>Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)</b>	<b>-58</b>
<b>Processos distribuídos</b>	<b>902</b>

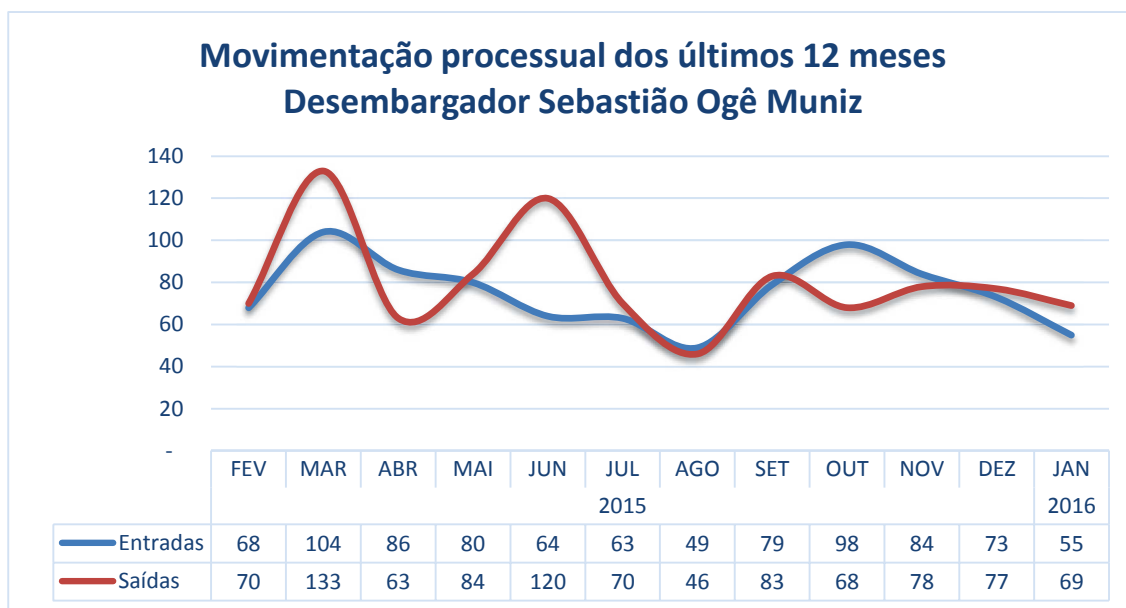
Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 903 processos e saída de 961, resultando, assim, em redução do acervo, o que merece registro e reconhecimento por parte da Corregedoria como boa prática de gestão processual e administrativa.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de fevereiro/2015 a janeiro/2016:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (fevereiro/2015 a janeiro/2016)*</b>	
Total de processos julgados por pauta	<b>591</b>
Total de processos julgados em mesa	<b>325</b>
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	<b>29</b>
<b>TOTAL</b>	<b>945</b>
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas**	<b>24%</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 945 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 902, ou seja, o número de julgados superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 325 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 29 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 24%.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (janeiro/2016)</b>	
a. Embargos de Declaração	<b>10</b>
b. Agravo Legal/Regimental	<b>0</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

As petições de embargos de declaração e de agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 10 embargos de declaração e nenhum agravo legal/regimental.

Existem 2 processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ e do CJF, apresenta atualmente o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (janeiro/2016)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	0
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	0
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	2
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

<b>METAS CJF (aprovadas pelo Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal em 24/11/2015)</b>	
<b>META 7 - BAIXAR QUANTIDADE MAIOR DE PROCESSOS CRIMINAIS DO QUE CASOS NOVOS NO ANO CORRENTE (janeiro/2016)</b>	
Casos novos criminais	53
Processos criminais baixados	68
META 8 (distribuídos até 31/12/2014)*	2

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: \*Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.

Em relação à Meta 2 do CNJ, no acervo de processos conclusos na unidade (162), o número de feitos distribuídos até 31/12/2012 e apurado em janeiro/2016 era de 2 processos, representando 1,23%.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes em 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição:



PROCESSOS CONCLUSOS NOS GABINETES, **POR ANO DE DISTRIBUIÇÃO**, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

**GAB. 72 (Des. Federal SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ)**

<b>ANOS</b>	<b>jan/14</b>	<b>jan/15</b>	<b>jan/16</b>
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	-	-	-
1997	-	-	-
1998	-	-	-
1999	-	-	-
2000	-	-	-
2001	-	-	-
2002	-	-	-
2003	-	-	-
2004	-	-	-
2005	-	-	-
2006	-	-	-
2007	-	-	-
2008	-	-	-
2009	-	-	-
2010	-	-	-
2011	6	-	-
2012	47	5	4
2013	303	17	5
2014	67	80	9
2015	-	47	105
2016	-	-	39
<b>Total</b>	<b>423</b>	<b>149</b>	<b>162</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos conclusos em janeiro de 2014 era de 423; atualmente, há 162.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos majoritariamente no ano 2015, portanto, com menos de dois anos de tramitação no Tribunal.

Quanto às Metas 4 e 6 de 2016 do CNJ, não havia processos.

Em relação às Metas Específicas 7 e 8/2016 do CJF, verificou-se que a unidade está buscando atendê-las satisfatoriamente.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELADORES OU ÓRGÃOS (janeiro/2016)</b>	
Recebidos para revisão	17
Recebidos para voto-vista	5
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	-
<b>TOTAL</b>	<b>22</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado não informado

Constatou-se que há 17 processos do gabinete liberados para revisão, mas ainda não pautados pelo revisor, bem como 5 feitos que aguardam voto-vista. Nesse universo há processos que aguardam providências há mais de 30 dias, configurando pendência externa a ser cobrada:

00032363220064047006	50001734220144047002
50004992120134047104	00078751820134040000
50002372320124047002	50130008220144047003
50013669420114047003	50024906020124047009
50002537620144047108	50418867120124047000

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELADORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE</b>	
Recebidos para revisão	48
Recebidos para voto-vista	3
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	-
<b>TOTAL</b>	<b>51</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado não informado

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a existência de 48 processos conclusos para revisão, 3 para voto-vista e nenhum para declaração de voto. Nessas situações há feitos sem movimentação há mais de 30 dias, recomendando-se a movimentação em 60 dias:

50125614720144047108	50075843520114047102
50040450420114047004	50038611320134047110
50025221120114047200	50003591120114047213
50002760620114047212	

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, da Lei 13.140/2015, que trata da mediação, e da Lei 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos, embora não haja destaque a ser feito, diante da especialidade criminal.

### **3. ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA**

Dos 18 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Destes, 10 eram físicos e 8 eletrônicos.

Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os feitos que não estavam fisicamente disponíveis foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

A amostragem não revelou a existência de autos sem movimentação desde a distribuição.

Também se verificou a existência, na amostragem, de 2 feitos criminais com réu preso, ambos referentes a feitos recursais: 50023936420154047200 e 50030228720104047208.

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e as constantes dos autos físicos.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Na listagem, não constaram processos extraviados; e, no acervo geral, não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, não havendo acúmulo; ao contrário, verifica-se a redução contínua do acervo.

### **4. OBSERVAÇÕES GERAIS**

- a) O gabinete é bem estruturado com divisão dos servidores por matéria;
- b) Há constante monitoramento do acervo; e
- c) Há prioridade aos casos de réu preso.

### **5. RECOMENDAÇÕES**

- a) Observar as recomendações constantes do item 2 deste Relatório;
- b) Manter a linha de trabalho atual, que está gerando expressivos resultados.

## GABINETES INTEGRANTES DA 8ª TURMA

### DESEMBARGADOR FEDERAL VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS

**Especialidade:** Penal.

#### 1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

**1.1. Identificação:** Desembargador Federal **VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS**.

**1.2. Órgãos de atuação:** 8ª Turma e 4ª Seção.

**1.3. Tempo de atuação neste acervo:** desde 9/2009.

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

#### 1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	10	0	0	0	3	13	10
Inspeção/2016	11	0	0	0	4	15	11

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em maio de 2014, contando, atualmente, com 2 auxiliares a mais. Houve incremento de 1 servidor na força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (fevereiro/2015)**	642
Acervo ajustado no TRF (janeiro/2016)**	670
Acervo de conclusos no Gabinete (fevereiro/2015)**	537
Acervo de conclusos no Gabinete (janeiro/2016)**	517
Acervo de sobrestados no Gabinete (fevereiro/2015)	31
Acervo de sobrestados no Gabinete (janeiro/2016)	24

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas de série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente do magistrado que ocupava à época o respectivo gabinete.

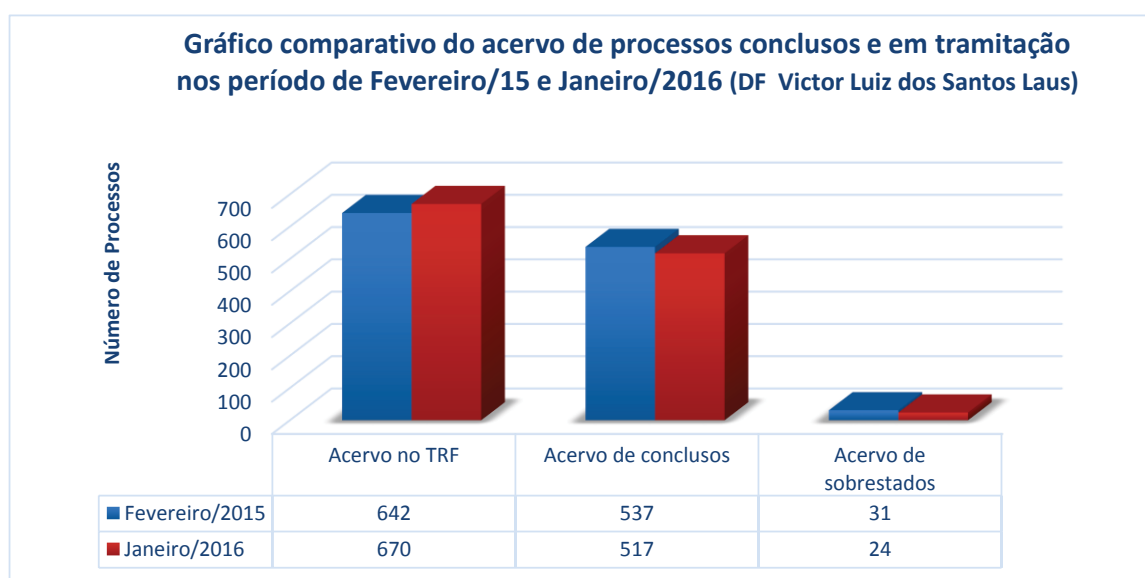
\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos diminuiu em 20 e o de sobrestados reduziu em 7.

O gabinete apresentou, em janeiro/2016, um saldo em efetiva tramitação de 517 processos conclusos que, quando cotejado com o número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 47 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 28 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (fevereiro/2015 a janeiro/2016)</b>	
<b>Total de Processos (entradas)*</b>	<b>913</b>
<b>Total de Processos (saídas)**</b>	<b>902</b>
<b>Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)</b>	<b>11</b>
<b>Processos distribuídos</b>	<b>908</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

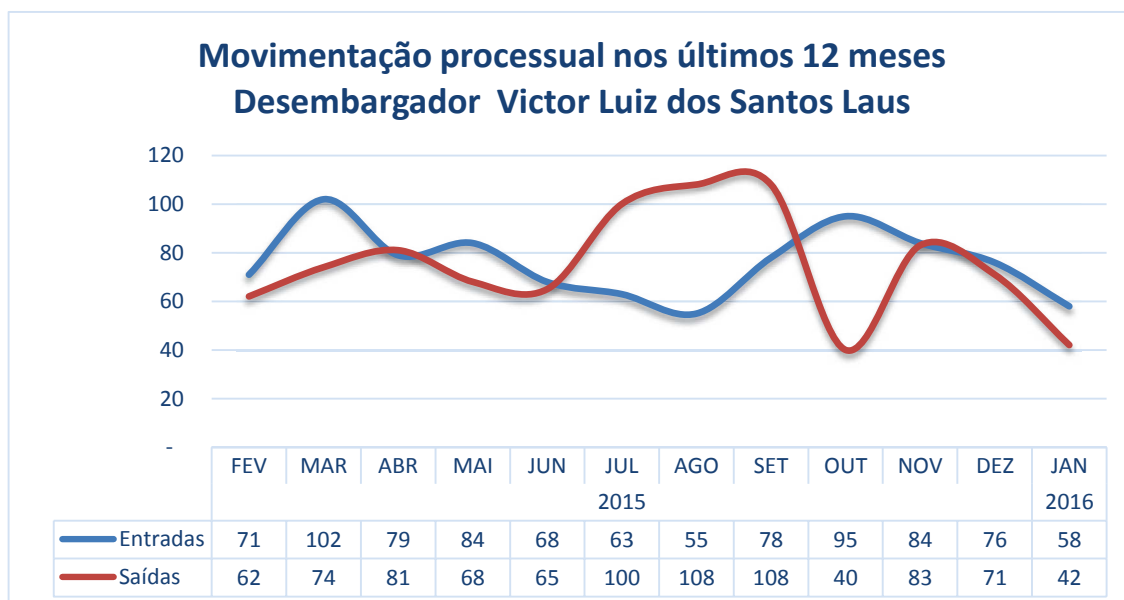
Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 913 processos e saída de 902, resultando, assim, em aumento do acervo, o que merece atenção e adoção de medidas

para a inversão do fluxo processual visando à retomada do pleno controle estatístico da unidade.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de fevereiro/2015 a janeiro/2016:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (fevereiro/2015 a janeiro/2016)*</b>	
Total de processos julgados por pauta	<b>608</b>
Total de processos julgados em mesa	<b>92</b>
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	<b>181</b>
<b>TOTAL</b>	<b>881</b>
<b>Grau de recorribilidade em decisões monocráticas**</b>	<b>16%</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 881 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 908, ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 92 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 181 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 16%.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (janeiro/2016)</b>	
<b>a. Embargos de Declaração</b>	<b>18</b>
<b>b. Agravo Legal/Regimental</b>	<b>2</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 18 embargos de declaração e 2 agravos legais/regimentais.

Existem 13 processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ e do CJF, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (janeiro/2016)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2011)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2012)</b>	<b>0</b>
<b>META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)</b>	<b>0</b>
<b>META 6/2016** (distribuídos até 2012)</b>	<b>0</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

<b>METAS CJF (aprovadas pelo Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal em 24/11/2015)</b>	
<b>META 7 - BAIXAR QUANTIDADE MAIOR DE PROCESSOS CRIMINAIS DO QUE CASOS NOVOS NO ANO CORRENTE (janeiro/2016)</b>	
<b>Casos novos criminais</b>	<b>52</b>
<b>Processos criminais baixados</b>	<b>41</b>
<b>META 8 (distribuídos até 31/12/2014)*</b>	<b>32</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: \*Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.

Em relação à Meta 2 do CNJ, no acervo de processos conclusos na unidade (517), não havia feitos distribuídos até 31/12/2012.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes em 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição:

PROCESSOS CONCLUSOS NOS GABINETES, **POR ANO DE DISTRIBUIÇÃO**, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

GAB. 83 (Des. Federal VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS)

ANOS	jan/14	jan/15	jan/16
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	-	-	-
1997	-	-	-
1998	-	-	-
1999	-	-	-
2000	-	-	-
2001	-	-	-
2002	-	-	-
2003	-	-	-
2004	-	-	-
2005	1	-	-
2006	-	-	-
2007	-	-	-
2008	4	-	-
2009	3	5	-
2010	5	3	2
2011	20	6	1
2012	91	26	2
2013	347	121	30
2014	76	319	151
2015	-	56	282
2016	-	-	49
<b>Total</b>	<b>547</b>	<b>536</b>	<b>517</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos conclusos, em janeiro de 2014, era de 547; atualmente, há 517.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos majoritariamente nos anos de 2014 e 2015, portanto, com menos de cinco anos de tramitação no Tribunal.

Quanto às Metas 4 e 6 de 2016 do CNJ, não havia processos.

Em relação às Metas Específicas 7 e 8/2016 do CJF, verificou-se que a unidade está buscando atendê-las satisfatoriamente.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:



<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (janeiro/2016)</b>	
Recebidos para revisão	64
Recebidos para voto-vista	7
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	-
<b>TOTAL</b>	<b>71</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado não informado

Constatou-se que há 64 processos do gabinete liberados para revisão, mas ainda não pautados pelo revisor, bem como 7 processos que aguardam voto-vista e nenhum para declaração de voto. Neste universo há processos que aguardam providências há mais de 30 dias, configurando pendência externa a ser cobrada: 5029013-19.2014.404.0000, 5010127-80.2012.404.7100, 5007374-79.2014.404.7101, 5003181-23.2011.404.7005, 5031322-96.2013.404.7000 e 0008392-93.2009.404.7200.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE</b>	
Recebidos para revisão	102
Recebidos para voto-vista	6
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	-
<b>TOTAL</b>	<b>108</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado não informado

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a existência de 102 processos conclusos para revisão, 6 para voto-vista e nenhum para declaração de voto. Nessas situações não existem autos sem movimentação há mais de 30 dias.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, da Lei 13.140/2015, que trata da mediação, e da Lei 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos, embora não haja destaque a ser feito, diante da especialidade criminal.

### **3. ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA**

Dos 54 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Destes, 28 eram físicos e 26 eletrônicos.

Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os feitos que não estavam fisicamente disponíveis foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.

Também verificou-se a existência, na amostragem, de 8 feitos criminais com réu preso, dos quais 1 está vinculado ao originário (201104000073037) e 7 a feitos recursais (50000102620144047208, 50002537620144047108, 50010708820154047017, 50050195920154047005, 50085787020144047001 e 50186426120134047200).

Na unidade, não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e as constantes dos autos físicos.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Na listagem, não constaram processos extraviados; e, no acervo geral, não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se julgar, no prazo de 60 dias, os processos: 00001285720094047210, 00013611520144040000, 00017491520144040000, 00027053120144040000, 00033593420094047003, 00117918620074047108, 50004384720104047208, 50008405420124047016, 50048045420134047102, 50054828820124047107, 50133799420124047002, 50217712920124047000 e 50313795120124047000.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, embora haja alguns poucos feitos da amostragem sem movimentação processual há vários anos, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo e melhoria do respectivo perfil.

Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, não havendo acúmulo; ao contrário, verifica-se a redução contínua do acervo, embora se perceba pequenos acúmulos esporádicos.

#### **4. OBSERVAÇÕES GERAIS**

a) Há triagem das ações de competência originária, dos processos com réu preso e dos HCs;

b) Há movimentação, em regra, regular e periódica dos processos; e

c) O Desembargador sugeriu que houvesse uma melhor alocação de servidores nos gabinetes com competência criminal, considerando que os gabinetes cíveis dispõem de 18 servidores, o que, na sua visão, prejudica a produtividade do trabalho.

## **5. RECOMENDAÇÕES**

Observar as recomendações constantes dos itens 2 e 3 deste Relatório.

## GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 8ª TURMA

### DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO PEDRO GEBRAN NETO

**Especialidade:** Penal.

#### 1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

1.1. **Identificação:** Desembargador Federal **JOÃO PEDRO GEBRAN NETO**.

1.2. **Órgãos de atuação:** 8ª Turma e 4ª Seção.

1.3. **Tempo de atuação neste acervo:** desde junho/2013.

No período de cinco anos, o Magistrado requereu 3 remoções internas: 4ª Turma/2ª Seção: de 10/1/2012 até 10/3/2013; 5ª Turma/3ª Seção: de 11/3/2013 até 20/6/2013; 8ª Turma/4ª Seção: de 21/6/2013 até hoje.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

#### 1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	10	0	0	0	3	13	10
Inspeção/2016	10	0	0	0	3	13	10

A força de trabalho em exercício não sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em maio de 2014.

## 2. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (fevereiro/2015)**	480
Acervo ajustado no TRF (janeiro/2016)**	375
Acervo de conclusos no Gabinete (fevereiro/2015)**	330
Acervo de conclusos no Gabinete (janeiro/2016)**	166
Acervo de sobrestados no Gabinete (fevereiro/2015)	11
Acervo de sobrestados no Gabinete (janeiro/2016)	10

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas de série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente do magistrado que ocupava à época o respectivo gabinete.

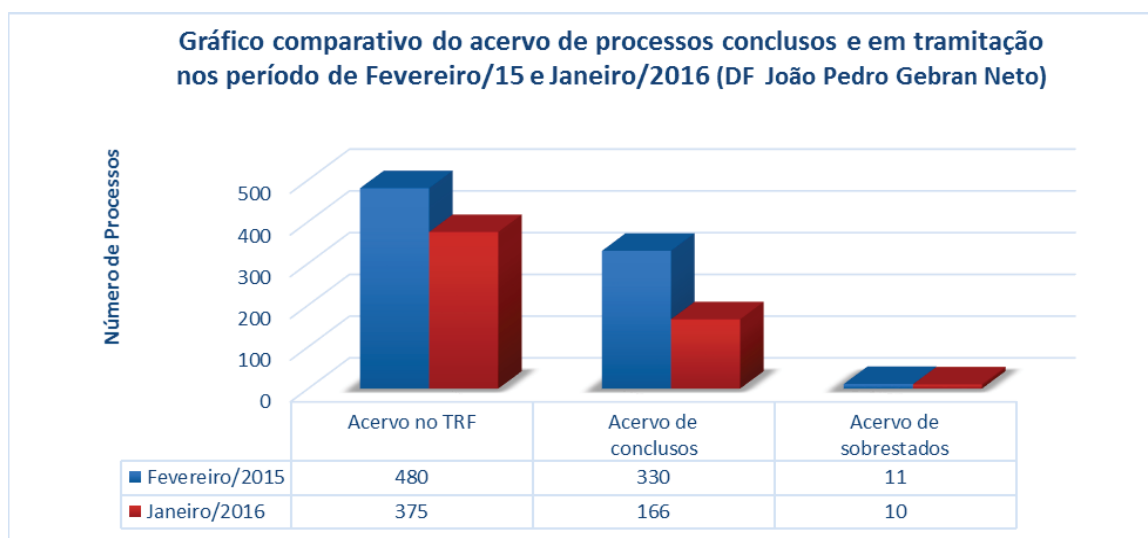
\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Nos últimos doze meses, o acervo de processos concluídos diminuiu em 164 e o de sobrestados reduziu em 1.

O gabinete apresentou, em janeiro/2016, um saldo em efetiva tramitação de 166 processos concluídos, que, quando cotejado com o número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 16,6 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 105 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico abaixo:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (fevereiro/2015 a janeiro/2016)</b>	
<b>Total de Processos (entradas)*</b>	<b>918</b>
<b>Total de Processos (saídas)**</b>	<b>1.005</b>
<b>Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)</b>	<b>-87</b>
<b>Processos distribuídos</b>	<b>911</b>

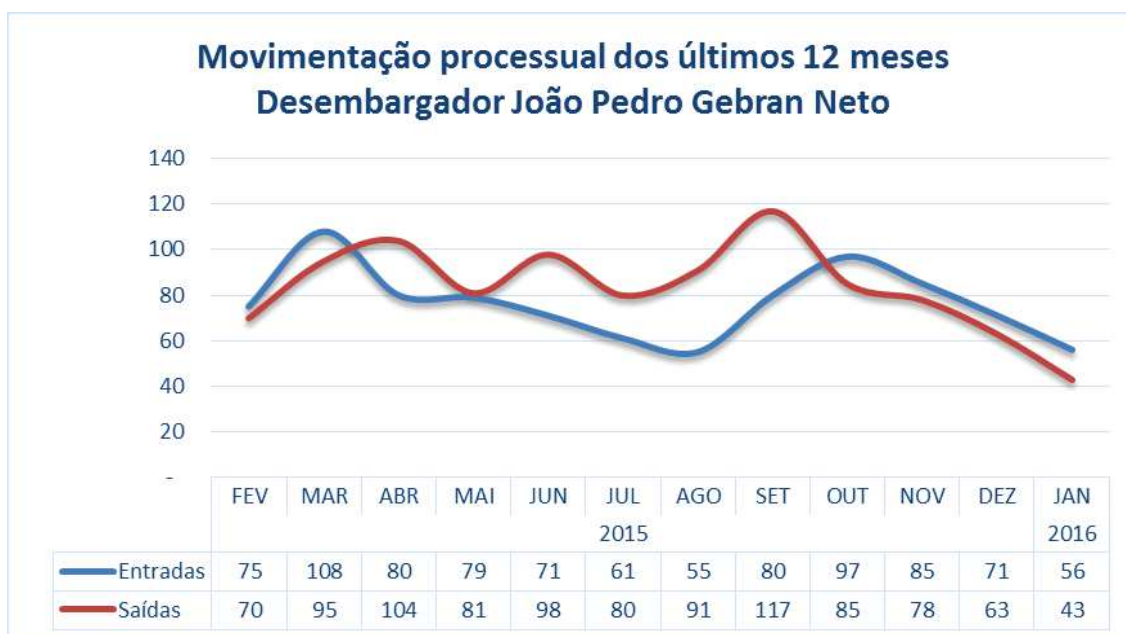
Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 918 processos e saída de 1.005, resultando, assim, na redução do acervo, o que merece registro e reconhecimento por parte da Corregedoria como boa prática de gestão processual e administrativa.

O gráfico abaixo demonstra a evolução do fluxo processual no período de fevereiro/2015 a janeiro/2016:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (fevereiro/2015 a janeiro/2016)*</b>	
Total de processos julgados por pauta	<b>613</b>
Total de processos julgados em mesa	<b>236</b>
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	<b>134</b>
<b>TOTAL</b>	<b>983</b>
<b>Grau de recorribilidade em decisões monocráticas**</b>	<b>25%</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 983 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 911, ou seja, o número de julgados superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 236 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 134 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 25%.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (janeiro/2016)</b>	
a. Embargos de Declaração	<b>9</b>
b. Agravo Legal/Regimental	<b>4</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 9 embargos de declaração e 4 agravos legais/regimentais.

Existe 1 processo com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias ainda não levado para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ e do CJF, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (janeiro/2016)</b>	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	0
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	0
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	0
META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)	0
META 6/2016** (distribuídos até 2012)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

<b>METAS CJF (aprovadas pelo Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal em 24/11/2015)</b>	
<b>META 7 - BAIXAR QUANTIDADE MAIOR DE PROCESSOS CRIMINAIS DO QUE CASOS NOVOS NO ANO CORRENTE (janeiro/2016)</b>	
Casos novos criminais	55
Processos criminais baixados	38
META 8 (distribuídos até 31/12/2014)*	2

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: \*Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.

Em relação à Meta 2 do CNJ, no acervo de processos conclusos na unidade (166), não havia feitos distribuídos até 31/12/2012 e apurado em janeiro/2016.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes em 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição:

PROCESSOS CONCLUSOS NOS GABINETES, POR ANO DE  
DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

GAB. 82 (Des. Federal JOÃO PEDRO GEBRAN NETO)

ANOS	jan/14	jan/15	jan/16
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	-	-	-
1997	-	-	-
1998	-	-	-
1999	-	-	-
2000	-	-	-
2001	-	-	-
2002	-	-	-
2003	-	-	-
2004	-	-	-
2005	-	-	-
2006	-	-	-
2007	-	-	-
2008	-	-	-
2009	-	-	-
2010	3	-	1
2011	7	1	-
2012	69	6	-
2013	387	75	7
2014	74	182	12
2015	-	43	111
2016	-	-	35
<b>Total</b>	<b>540</b>	<b>307</b>	<b>166</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos conclusos em janeiro de 2014 era de 540; atualmente, há 166.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ em tramitação na unidade são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade, tanto que não há mais processos inseridos nessa meta em trâmite no gabinete.

Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos majoritariamente no ano de 2015, portanto, com menos de dois anos de tramitação no Tribunal.

Quanto às Metas 4 e 6 de 2016 do CNJ, não havia processos.

Em relação às Metas Específicas 7 e 8/2016 do CJF, verificou-se que a unidade está buscando atendê-las satisfatoriamente.



No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (janeiro/2016)</b>	
Recebidos para revisão	119
Recebidos para voto-vista	4
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	-
<b>TOTAL</b>	<b>123</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado não informado

Constatou-se que há 119 processos do gabinete liberados para revisão, mas ainda não pautados pelo revisor, bem como 4 que aguardam voto-vista e nenhum para declaração de voto. Nesse universo há 58 processos que aguardam providências há mais de 30 dias, configurando pendência externa a ser cobrada:

50036469520124047102	00076074620094047002
00016612420044047114	00010348720084047111
50016056520114047111	00010465020074047010
00004691220064047203	50206777220144047001
50028685720144047005	50006705320104047210
50129384520144047002	50012581120154047008
50066812020134047202	50207253120144047001
50032223320104047002	50041215820154047001
50147072820134047001	50104737020134047205
50002617320114047006	50025001420154047005
50046178920124047002	50076623320144047002
50007441920104047110	50040201420124047005
50115163520144047002	50580048820134047000
00004111120084047115	50003109120144047012
50028472720134047002	50070277120134047104
50142458920144047113	50239945120144047107
50007019420154047114	50007884120104047012
50014219820144047210	50031150720114047114
00018395520084047203	50001333220114047110
50001612820144047002	50019182820134047120
50041963720104047110	50059186620154047002
50067689220124047110	50107106320154047002
50043213020134047003	50046540520154047005
50094499720144047002	50104116820154047202
50154197820144047002	50005802420144047204
50037766020134047002	50437354420134047000
50017355720124047002	50054077320124047002
50528871020134047100	50090914820134047009
50001606220144047028	50021577420144047127

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE</b>	
Recebidos para revisão	55
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	-
<b>TOTAL</b>	<b>55</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado não informado

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a existência de 55 conclusos para revisão. Nessa situação há 28 processos sem movimentação há mais de 30 dias, recomendando-se a movimentação em 60 dias:

50109858020134047002	50008405420124047016
50012536720124047016	50039367920134047101
50048045420134047102	50052504220134047204
50330867420144047100	50054828820124047107
50009903220124047017	50015297720124047120
50009963420154047017	50017495520144047007
50025595020114047002	50040295820124047010
50044575520124047005	50086229220144047000
50117829020124047002	50011396820154047002
50016403720114047010	50056265820144047215
50058943820154047002	50065398520144047006
50105519120134047002	50653779820124047100
50030487720134047015	50001230420104047213
50100207520134047108	50024382220114047002

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, da Lei 13.140/2015, que trata da mediação, e da Lei 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos, embora não haja destaque a ser feito, diante da especialidade criminal.

### **3. ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA**

Dos 18 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Destes, 4 eram físicos e 14 eletrônicos.

Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os feitos que não estavam fisicamente disponíveis foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.

Também se verificou a existência, na amostragem, de 6 feitos criminais com réu preso, dos quais 1 está vinculado a feito originário (50472861220154040000) e 5 a feitos recursais (50000156020094047002, 50009521520154047017, 50018834420124047010, 50019507620124047117 e 50256870320144047000).

Não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e o constante dos autos físicos.

Não foram identificados processos remanescentes da inspecção anterior para acompanhamento na atual.

Na listagem, não constaram processos extraviados; e, no acervo geral, não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se julgar, no prazo de 60 dias, os processos: 00061198720084047100 e 00206659320074047000.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, não havendo acúmulo; ao contrário, verifica-se a redução contínua do acervo.

#### **4. OBSERVAÇÕES GERAIS**

- a) Os processos com réus presos recebem tratamento diferenciado;
- b) Habeas Corpus são triados e tramitam de forma prioritária;
- c) Ações originárias são identificadas e movimentadas com regularidade; e
- d) O acervo é bem reduzido e, em regra, movimentado com regularidade e frequência.

#### **5. RECOMENDAÇÕES**

- a) Observar as recomendações constantes dos itens 2 e 3 deste Relatório; e
- b) Manter a linha de trabalho atual, que está gerando expressivos resultados.

## GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL – 8ª TURMA

### DESEMBARGADOR FEDERAL LEANDRO PAULSEN

**Especialidade:** Penal.

#### 1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

1.1. **Identificação:** Desembargador Federal **LEANDRO PAULSEN**

1.2. **Órgãos de atuação:** 8ª Turma e 4ª Seção.

1.3. **Tempo de atuação neste acervo:** desde 6/2013.

No período de cinco anos, o Magistrado não requereu remoções internas.

Não há juízes federais em auxílio ao gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

#### 1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	10	0	0	0	3	13	10
Inspeção/2016	11	0	0	0	3	14	11

A força de trabalho em exercício sofreu alterações em relação à existente na inspeção realizada em maio de 2014, contando, atualmente, com 1 auxiliar a mais. Houve incremento de 1 servidor na força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (fevereiro/2015)**	666
Acervo ajustado no TRF (janeiro/2016)**	603
Acervo de conclusos no Gabinete (fevereiro/2015)**	547
Acervo de conclusos no Gabinete (janeiro/2016)**	531
Acervo de sobrestados no Gabinete (fevereiro/2015)	10
Acervo de sobrestados no Gabinete (janeiro/2016)	11

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas de série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente do magistrado que ocupava à época o respectivo gabinete.

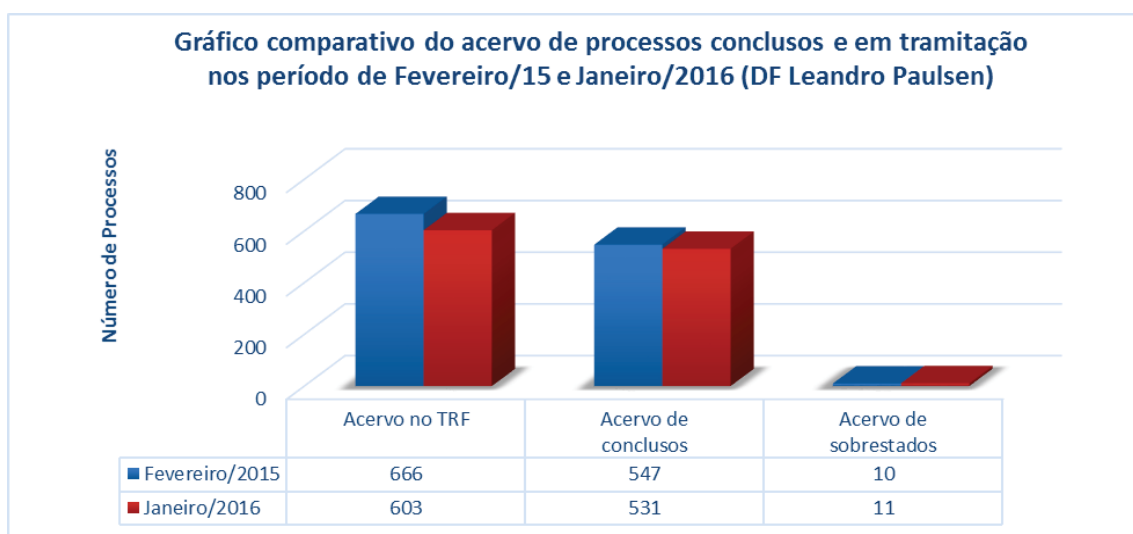
\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Nos últimos doze meses, o acervo de processos concluídos reduziu em 16 e o de sobrestados reduziu em 1.

O gabinete apresentou, em janeiro/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 531 processos concluídos, que, quando cotejado com o número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 48,27 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve queda de 63 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (fevereiro/2015 a janeiro/2016)</b>	
<b>Total de Processos (entradas)*</b>	<b>920</b>
<b>Total de Processos (saídas)**</b>	<b>943</b>
<b>Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)</b>	<b>-23</b>
<b>Processos distribuídos</b>	<b>918</b>

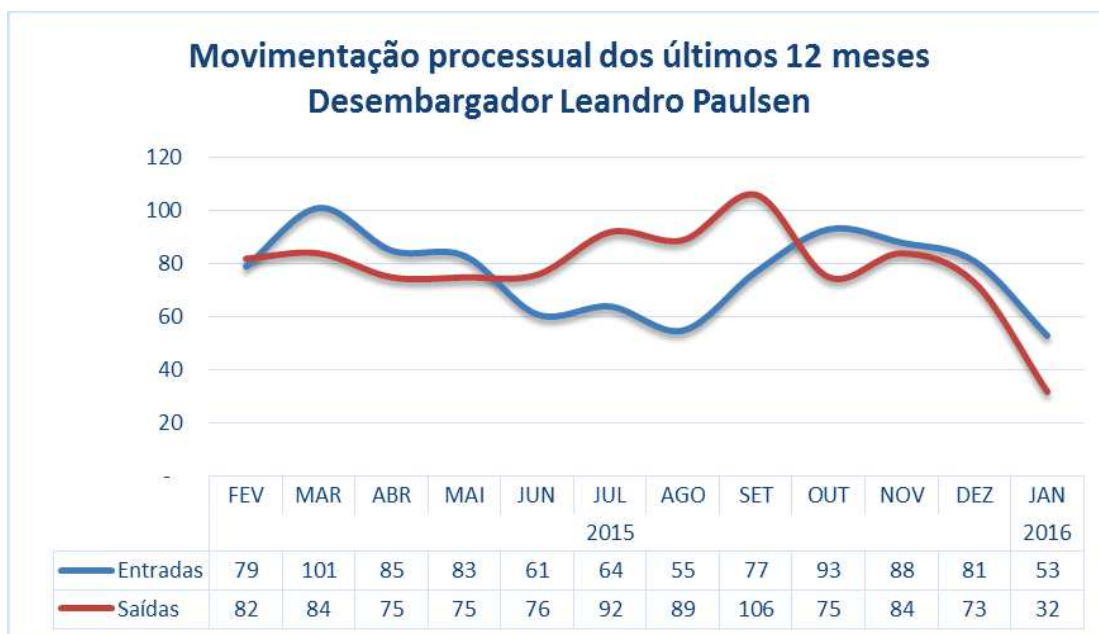
Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Não considera em seu cômputo outras situações de entrada como, por exemplo, processos reativados ou devolvido de outros Juízos/Tribunais e processos recebidos por sucessão ou troca de acervo.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 920 e saída de 943 processos, resultando, assim, em redução do acervo, o que merece registro e reconhecimento por parte da Corregedoria como boa prática de gestão processual e administrativa.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de fevereiro/2015 a janeiro/2016:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (fevereiro/2015 a janeiro/2016)*</b>	
Total de processos julgados por pauta	<b>599</b>
Total de processos julgados em mesa	<b>168</b>
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	<b>158</b>
<b>TOTAL</b>	<b>925</b>
<b>Grau de recorribilidade em decisões monocráticas**</b>	<b>24%</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 925 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 918, ou seja, o número de julgados superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ).

No período em análise, foram julgados 168 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 158 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 24%.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (janeiro/2016)</b>	
a. Embargos de Declaração	<b>8</b>
b. Agravo Legal/Regimental	<b>2</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 8 embargos de declaração e 2 agravos legais/regimentais.

Existem 15 processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ e do CJF, apresenta atualmente o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (janeiro/2016)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2011)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2012)</b>	<b>0</b>
<b>META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)</b>	<b>0</b>
<b>META 6/2016** (distribuídos até 2012)</b>	<b>0</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

<b>METAS CJF (aprovadas pelo Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal em 24/11/2015)</b>	
<b>META 7 - BAIXAR QUANTIDADE MAIOR DE PROCESSOS CRIMINAIS DO QUE CASOS NOVOS NO ANO CORRENTE (janeiro/2016)</b>	
<b>Casos novos criminais</b>	<b>47</b>
<b>Processos criminais baixados</b>	<b>26</b>
<b>META 8 (distribuídos até 31/12/2014)*</b>	<b>7</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: \*Total de ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, tráfico de pessoas e trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.

Em relação à Meta 2 do CNJ, no acervo de processos conclusos na unidade (531) não havia de feitos distribuídos até 31/12/2012 e apurado em janeiro/2016.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes em 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição:

PROCESSOS CONCLUSOS NOS GABINETES, POR ANO DE  
DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

GAB. 81 (Des. Federal LEANDRO PAULSEN)

ANOS	jan/14	jan/15	jan/16
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	-	-	-
1997	-	-	-
1998	-	-	-
1999	-	-	-
2000	-	-	-
2001	-	-	-
2002	-	-	-
2003	-	-	-
2004	-	-	-
2005	-	-	-
2006	-	-	-
2007	-	-	-
2008	-	-	-
2009	1	-	-
2010	2	-	-
2011	9	1	-
2012	86	7	2
2013	417	144	13
2014	71	332	22
2015	-	53	430
2016	-	-	64
<b>Total</b>	<b>586</b>	<b>537</b>	<b>531</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Observa-se que tanto os feitos antigos quanto os mais recentes estão sendo julgados. O acervo de processos conclusos em janeiro de 2014 era de 586; atualmente, há 531.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ em tramitação na unidade são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com processos distribuídos majoritariamente no ano 2015, portanto, com menos de dois anos de tramitação no Tribunal.

Quanto às Metas 4 e 6 de 2016 do CNJ não havia processos.

Em relação às Metas Específicas 7 e 8/2016 do CJF, verificou-se que a unidade está buscando atendê-las satisfatoriamente.



No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELADORES OU ÓRGÃOS (janeiro/2016)</b>	
Recebidos para revisão	101
Recebidos para voto-vista	3
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	-
<b>TOTAL</b>	<b>104</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado não informado

Constatou-se que há 101 processos do gabinete liberados para revisão, mas ainda não pautados pelo revisor, bem como 3 processos que aguardam voto-vista e nenhum para declaração de voto. Neste universo há 28 processos que aguardam providências há mais de 30 dias, configurando pendência externa a ser cobrada:

00146578220074047200	00003312820044047102
00007454420094047201	00008559020074047111
00009971420094047115	00010991520084047004
00020794420084047106	00027493520014047201
00037834520014047201	00069445820044047201
00081863420084047000	00121395120094047200
00236373620074047000	00249326520084047100
00011946120074047010	00060236320084047200
50017670720134047106	50069076820124047102
50126766120114047112	50660298120134047100
00081412120084047100	00126392419984047000
50423906820124047100	50071850620114047005
50083217820104047100	50090620720134047200
00010665820094047111	00048888720064047102

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELADORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE</b>	
Recebidos para revisão	119
Recebidos para voto-vista	8
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	-
<b>TOTAL</b>	<b>127</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado não informado

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se a existência de 119 processos conclusos para revisão, 8 para voto-vista e nenhum para declaração de voto. Nessas situações há processos sem movimentação há mais de 30 dias, recomendando-se a movimentação em 60 dias, no total de 58, quais sejam:

50036469520124047102	00076074620094047002
00016612420044047114	00010348720084047111
50016056520114047111	00010465020074047010
00004691220064047203	50206777220144047001
50028685720144047005	50006705320104047210
50129384520144047002	50012581120154047008
50066812020134047202	50207253120144047001
50032223320104047002	50041215820154047001
50147072820134047001	50104737020134047205
50002617320114047006	50025001420154047005
50046178920124047002	50076623320144047002
50007441920104047110	50040201420124047005
50115163520144047002	50580048820134047000
00004111120084047115	50003109120144047012
50028472720134047002	50070277120134047104
50142458920144047113	50239945120144047107
50007019420154047114	50007884120104047012
50014219820144047210	50031150720114047114
00018395520084047203	50001333220114047110
50001612820144047002	50019182820134047120
50041963720104047110	50059186620154047002
50067689220124047110	50107106320154047002
50043213020134047003	50046540520154047005
50094499720144047002	50104116820154047202
50154197820144047002	50005802420144047204
50037766020134047002	50437354420134047000
50017355720124047002	50054077320124047002
50528871020134047100	50090914820134047009
50001606220144047028	50021577420144047127

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, da Lei 13.140/2015, que trata da mediação, e da Lei 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos, embora não haja destaque a ser feito, diante da especialidade criminal.

### 3. ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA

Dos 27 processos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados. Destes, 15 eram físicos e 12 eletrônicos.

Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

A amostragem revelou a existência de 4 processos sem movimentação desde a distribuição, o mais antigo remontando ao ano de 2007 (distribuição em 28/7/2014).

Também se verificou a existência, na amostragem, de 9 feitos criminais com réu preso, todos vinculados a feitos recursais: 50019985520134047002, 50026238920134047002, 50104153020144047206, 50128318320144047104, 50262465720144047000, 50243585320144047000, 50342882320134047100, 50366159220144047200 e 50496169020134047100.

Não se verificaram discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e as constantes dos autos físicos.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Na listagem, não constaram autos extraviados; e, no acervo geral, não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, recomenda-se julgar, no prazo de 60 dias, os processos: 00007874220084047003, 00010593120074047113, 50019985520134047002, 50104153020144047206, 50128318320144047104, 50243585320144047000, 50366159220144047200 e 50496169020134047100.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar que existe tramitação célere do acervo em geral, sem problemas específicos, à exceção da ausência de prioridade dos casos de réu preso. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, não havendo acúmulo; ao contrário, verifica-se a redução contínua do acervo.

#### **4. OBSERVAÇÕES GERAIS**

O gabinete inspecionado preocupa-se com a idade do acervo em trâmite, levando em consideração a data de distribuição do processo no Tribunal, do que se constata uma gradual redução dessa idade.

#### **5. RECOMENDAÇÕES**

- a) Observar as recomendações constantes dos itens 2 e 3 deste Relatório;
- b) Considerar prioritários os processos com réus presos, sem cotejo com outro parâmetro senão de forma secundária (por exemplo, julgar com prioridade um processo mais antigo de réu preso em relação a outro mais novo também de réu preso);
- c) Verificar o cumprimento do evento n. 15 no processo 50342882320134047100; e
- d) Julgar, em 60 dias, o processo 50290131920144040000.

## GABINETES DE JUÍZES FEDERAIS CONVOCADOS

### JUÍZA FEDERAL SALISE M. SANCHOTENE – EM AUXÍLIO ÀS 3ª E 4ª TURMAS

**Especialidade:** Administrativa, Civil e Comercial.

#### 1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

**1.1. Identificação:** Juíza Federal **SALISE M. SANCHONETE**.

**1.2. Órgãos de atuação:** Gabinete de Auxílio das 3ª e 4ª Turmas (Desembargadores Federais Cândido Alfredo Silva Leal Júnior, Fernando Quadros da Silva e Luís Alberto D’Azevedo Aurvalle).

**1.3. Tempo de atuação no acervo:** desde 24/6/2015.

A Juíza Federal Salise Sanchotene encontra-se convocada para atuar em auxílio, desde junho de 2015, conforme Resolução n. 71/2015.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Juíza Convocada.

#### 1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	-	-	-	-	-	-	-
Inspeção/2016	2	-	-	-	2	4	2

Não é possível aferir variação na força de trabalho do gabinete em questão em relação à inspeção realizada em maio de 2014, porquanto iniciou seu período de auxílio em junho/2015.

## 2. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (junho/2015)**	927
Acervo ajustado no TRF (janeiro/2016)**	1.594
Acervo de conclusos no Gabinete (junho/2015)**	743
Acervo de conclusos no Gabinete (janeiro/2016)**	1.373
Acervo de sobrestados no Gabinete (junho/2015)	1
Acervo de sobrestados no Gabinete (janeiro/2016)	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

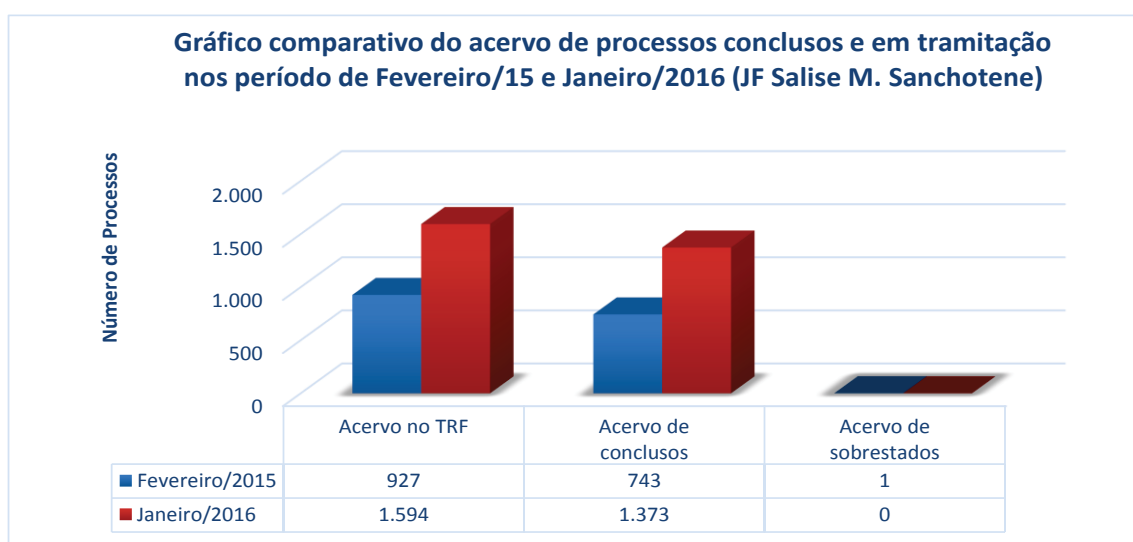
Notas: \*Considera as estatísticas de série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente do magistrado que ocupava à época o respectivo gabinete.

\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Registre-se que foram redistribuídos, em junho/2015, ao Gabinete da Juíza Auxiliar um total de 1.534 processos concluídos, remanejados dos Gabinetes dos Desembargadores Cândido Alfredo Silva Leal Júnior, Luis Alberto D’Azevedo Aurvalle e Fernando Quadros da Silva.

O gabinete apresentou, em janeiro/2016, um saldo de feitos em efetiva tramitação de 1.373 processos concluídos que, quando cotejado com o número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 686,5 processos por servidor.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (junho/2015 a janeiro/2016)</b>	
<b>Total de Processos (entradas)*</b>	<b>1.821</b>
<b>Total de Processos (saídas)**</b>	<b>1.262</b>
<b>Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)</b>	<b>559</b>
<b>Processos distribuídos</b>	<b>11</b>
<b>Processos redistribuídos (entrada)</b>	<b>1.810</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

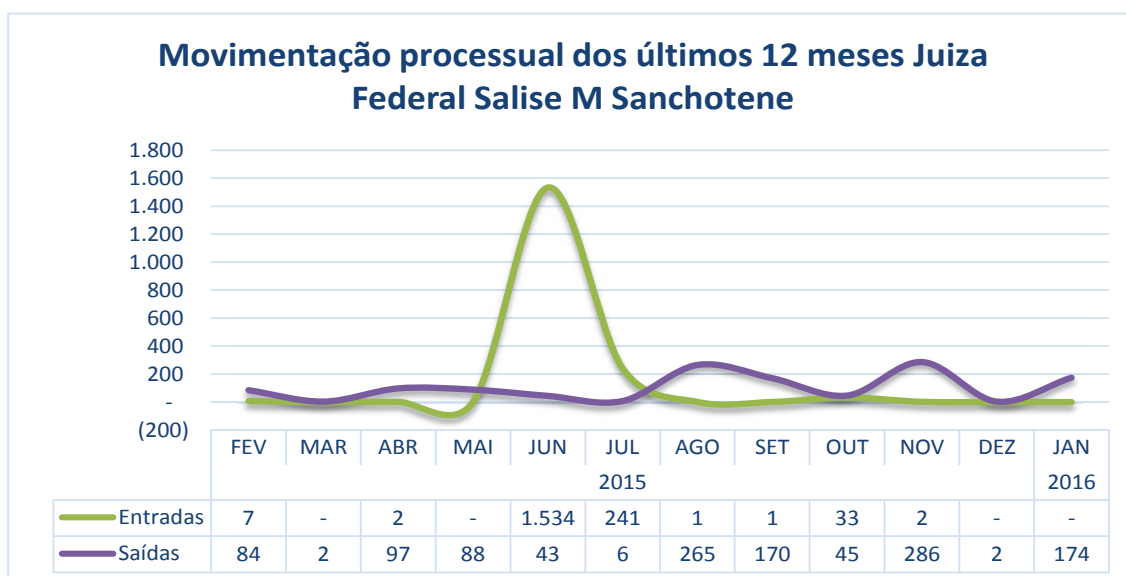
Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Por se tratar de juiz federal convocado em auxílio às turmas foram, excepcionalmente, considerados os processos redistribuídos por atribuição.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

Desde o início da convocação (junho/2015), houve entrada de 1.821 processos e saída de 1.262, resultando, assim, em redução do acervo, o que merece registro e reconhecimento por parte da Corregedoria como boa prática de gestão processual e administrativa.

Ressalte-se que, nos termos da resolução autorizadora da convocação em questão, o gabinete auxiliar não participa da distribuição ordinária de novos feitos, bem como seu acervo é composto apenas de processos eletrônicos.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de fevereiro/2015 a janeiro/2016:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (junho/2015 a janeiro/2016)*</b>	
Total de processos julgados por pauta	<b>412</b>
Total de processos julgados em mesa	<b>1</b>
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	<b>15</b>
<b>TOTAL</b>	<b>428</b>
<b>Grau de recorribilidade em decisões monocráticas**</b>	<b>20%</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 428 processos nos últimos oito meses, a contar do início da convocação (junho/2015).

No período em análise, foi julgado 1 processo em mesa.

Nos últimos oito meses, foram proferidas 15 decisões monocráticas terminativas cujo grau de recorribilidade foi identificado em 20%.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (janeiro/2016)</b>	
<b>a. Embargos de Declaração</b>	<b>15</b>
<b>b. Agravo Legal/Regimental</b>	<b>2</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 15 embargos de declaração e 2 agravos legais/regimentais.

Não existem processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela ainda não levados para exame do colegiado, eis que o acervo redistribuído para o gabinete auxiliar não contempla processos com pedido liminar pendente.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta atualmente o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (janeiro/2016)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	<b>1</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2011)</b>	<b>41</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2012)</b>	<b>75</b>
<b>META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)</b>	<b>3</b>
<b>META 6/2016** (distribuídos até 2012)</b>	<b>0</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, no acervo de processos conclusos na unidade (1.373), o número de feitos distribuídos até 31/12/2012 e apurado em janeiro/2016 era de 117, representando 8,52%.

Verifica-se que o acervo de processos conclusos, redistribuídos de outros gabinetes em junho/2015 era de 829; atualmente, há 1.373. Observa-se, com isso, que houve uma redistribuição gradativa de processos conclusos entre junho/2015, início do auxílio, até a presente inspeção.

É possível concluir ainda, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ em tramitação na unidade são relativamente triados e julgados por ordem de antiguidade, no que pese ainda existirem 117 processos nesse sentido, o que deve receber uma atenção especial para concluir tais feitos até dezembro de 2016.

Quanto à Meta 4/2016 do CNJ, distribuídos até 31/12/2014 e apurados em janeiro/2016 existem 3 processos. Já em relação à Meta 6/2016, não há processos em tramitação no gabinete.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (janeiro/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	-
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado não informado

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão, tampouco aguardando voto-vista ou declaração de voto.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	-
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado não informado

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, apurou-se que não há processos conclusos para revisão, voto-vista ou declaração de voto.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, da Lei 13.140/2015, que trata da mediação, e da Lei 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos.

### **3. ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA**

Dos 34 processos eletrônicos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados.

Registre-se que não constam autos físicos no acervo do gabinete auxiliar.

A amostragem revelou a existência de 32 processos sem movimentação desde a distribuição, o mais antigo remontando ao ano de 2010.

Em relação aos feitos listados, recomenda-se:

a) Priorizar o julgamento, no prazo de 90 dias:

5006381-38.2011.4.04.7102	5004137-39.2011.404.7102
---------------------------	--------------------------



5000161-30.2011.4.04.7003	500668041.2013.4.04.7200
5002062-18.2011.4.04.7202	5001819-83.2011.4.04.7102
5001704-75.2010.4.04.7206	5001169-51.2011.4.04.7000
5000983-19.2011.4.04.7100	500084622.2011.4.04.7202
500046511.2011.4.04.7203	5000403-86.2011.4.04.7003
5000368-23.2011.4.04.7102	5000319-52.2011.4.04.7014
5000243-58.2011.4.04.7101	5000230-87.2010.4.04.7200
5000208-92.2011.4.04.7200	5000200-49.2010.4.04.7104
5000192-23.2011.4.04.71.09	5000179-56.2013.4.04.7205
5000137-74.2012.4.04.7000	5000111-50.2011.4.04.7214
5000027-66.2012.4.04.7003	5017041-97.2011.4.04.7100
5013826-25.2011.4.04.7000	5005849-40.2011.4.04.7110
5005174-43.2012.4.04.7110	5002878-49.2010.4.04.7003
5001168-39.2011.4.04.7203	5001081-44.2010.4.04.7001

b) Priorizar o julgamento dos 117 processos de Meta 2/2016 do CNJ e dos 3 processos de Meta 4/2016, até dezembro do ano em curso (2016).

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, é imperioso registrar que o gabinete auxiliar em referência recebeu um acervo de 1.821 processos que já tramitavam em outras unidades, muitos deles sem movimentação desde a distribuição.

Registre-se, ainda, que o gabinete conta com apenas dois servidores, o que leva, indubitavelmente, ao comprometimento de sua produtividade. Nesse panorama, verificou-se que muitos feitos da amostragem estavam sem movimentação processual há vários anos, exigindo plano de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo.

#### **4. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS**

a) Realização de triagem inicial dos processos, com a distribuição dos feitos para as pastas específicas do sistema eletrônico de tramitação processual, bem como a verificação os requisitos de admissibilidade dos recursos;

b) Estabelecimento de pautas temáticas de julgamento (por exemplo, fornecimento de medicamentos, Sistema Financeiro de Habitação e contratos bancários);

c) Instituição de metas individuais mensais entre os servidores, monitoradas por meio de estatísticas periódicas;

d) Os embargos de declaração são prioridade e o objetivo é que sejam objeto de decisão o mais rápido possível;

e) Atendimento aos advogados pela Juíza Convocada feito independentemente de agendamento; e

f) Acompanhamento mensal constante dos dados estatísticos do Tribunal e do desempenho da unidade, o que revela a motivação da equipe e seu compromisso em realizar uma prestação jurisdicional cada vez mais efetiva e célere.

## **5. OBSERVAÇÕES GERAIS**

A análise realizada pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal, a partir da amostragem e da coleta de dados processuais, estatísticos e organizacionais, revela que, em termos de perfil, o acervo indica acúmulo de feitos antigos tanto na distribuição e conclusão.

No tocante à dinâmica processual da unidade, foram anotadas algumas observações na análise individual dos feitos.

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) adoção de plano de trabalho com vista a elevar a produtividade e reduzir o acervo, em que pese o reduzidíssimo número de servidores;

b) necessidade de priorização do cumprimento das metas traçadas pelo Conselho Nacional de Justiça, uma vez que ainda restam alguns processos remanescentes nessa circunstância. Não obstante, vale ressaltar que o Magistrado atua na unidade desde junho/2015, ocasião em que seu gabinete recebeu um acervo de aproximadamente 1.810 processos, com grande quantidade de feitos mais antigos;

c) adoção de sistemática de trabalho que busca priorizar o julgamento dos processos por ordem cronológica, aliando o julgamento de processos de matérias idênticas; e

d) preocupação em adaptar-se à realidade das inovações legislativas, especialmente em relação ao Novo Código de Processo Civil, uma vez que há a participação de servidores nos cursos de atualização oferecidos pelo Tribunal.

## **6. RECOMENDAÇÕES**

a) Priorizar:

a. o julgamento dos processos mais antigos;

b. os feitos com meta estabelecida pelo CNJ, em especial o julgamento dos referentes às Metas 2 e 4/2016 do CNJ, até dezembro do ano em curso (2016);

c. o julgamento dos embargos de declaração e dos agravos legais/regimentais; e

b) Observar as demais recomendações constantes do item 3 deste Relatório.

## GABINETES DE JUÍZES FEDERAIS CONVOCADOS

### JUIZ FEDERAL MARCELO DE NARDI – AUXILIAR DO JUIZ FEDERAL CONVOCADO LUIZ ANTONIO BONAT

**Especialidade:** Previdência e Assistência Social.

#### 1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

1.1. **Identificação:** Juiz Federal Convocado **MARCELO DE NARDI**.

1.2. **Órgão de atuação:** 5ª Turma.

1.3. **Tempo de atuação neste acervo:** desde 19 de junho de 2015.

Juiz Federal em auxílio à 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, convocado, pelo período de um ano, por força do Ato n. 321, de 19/6/2015.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Juiz Federal Convocado.

#### 1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	-	-	-	-	-	-	-
Inspeção/2016	2	-	-	-	2	4	-

A força de trabalho, integrada por dois servidores e dois estagiários, foi estabelecida especificamente para o período da convocação, de junho de 2015 a junho de 2016.

## 2. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (junho/2015)**	1.499
Acervo ajustado no TRF (janeiro/2016)**	1006
Acervo de conclusos no Gabinete (junho/2015)**	1485
Acervo de conclusos no Gabinete (janeiro/2016)**	710
Acervo de sobrestados no Gabinete (fevereiro/2015)	0
Acervo de sobrestados no Gabinete (janeiro/2016)	19

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas de série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente do magistrado que ocupava à época o respectivo gabinete.

\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

O Magistrado foi convocado pelo período de um ano para exercer funções de auxílio junto ao gabinete outrora titularizado pelo Desembargador Federal Luiz Carlos de

Castro Lugon (aposentado), atualmente sob a responsabilidade do Juiz Federal Convocado Luiz Antonio Bonat.

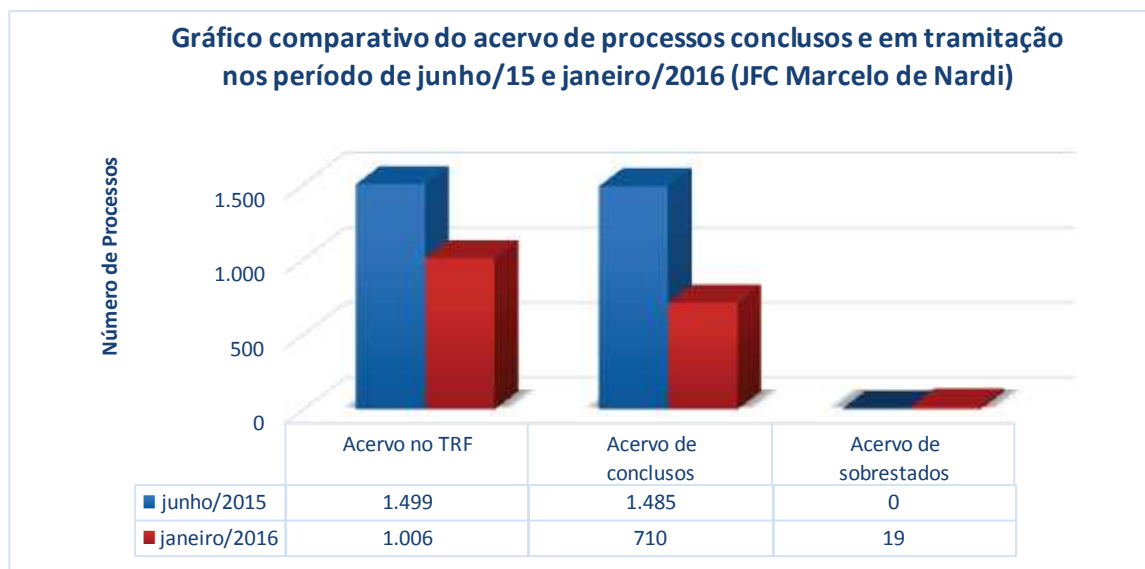
Ao início da convocação, atribuiu-se ao magistrado convocado um acervo de 1.530 feitos, dos quais remanescem 710 conclusos. Na entrevista, ele informou que, conforme o cronograma de trabalho que estabeleceu, ao final do período de convocação provavelmente não haverá feitos pendentes de julgamento.

Nos últimos oito meses, o acervo de processos baixados em definitivo foi de 493 feitos.

No tocante aos processos sobrestados (19), importa destacar que eles decorrem de decisões proferidas pelo STF/STJ envolvendo diversas matérias, sendo as principais desaposentação e fator previdenciário. Verificou-se a prática de se sobrestarem os processos após o reconhecimento, pelo STF, de repercussão geral.

Considerados os feitos conclusos em janeiro de 2016, tem-se uma média de 177,5 feitos por servidor alocado em atividade-fim. Faltando cerca de cinco meses para o encerramento do período de convocação e sabendo-se que não haverá a atribuição de outros feitos, conclui-se que, para o esgotamento do acervo, cada servidor deverá examinar pouco mais de 35 feitos por mês.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico abaixo:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

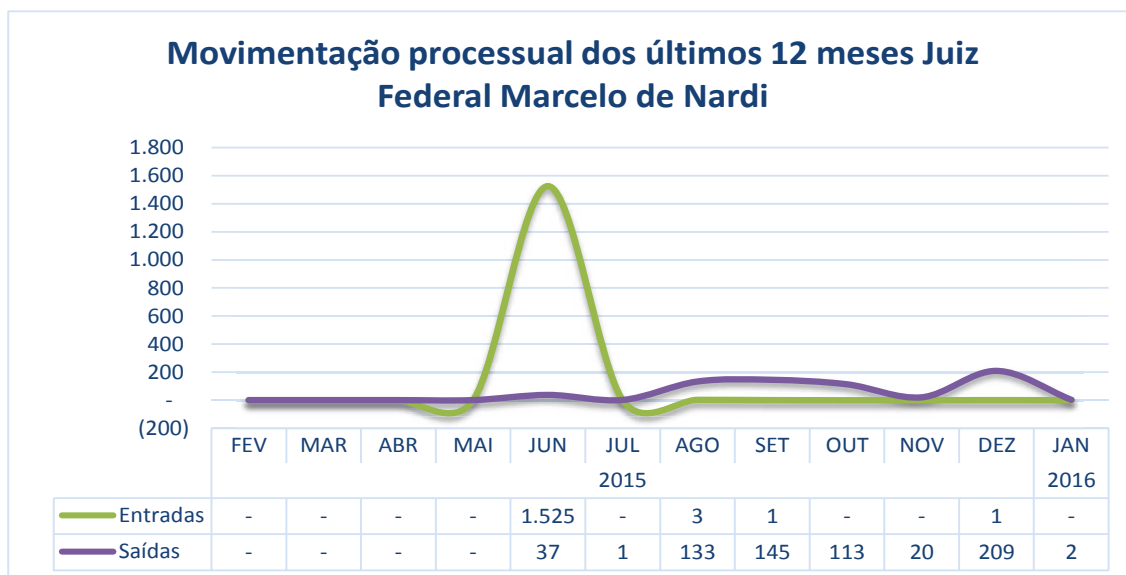
<b>FLUXO PROCESSUAL (fevereiro/2015 a janeiro/2016)</b>	
<b>Total de Processos (entradas)*</b>	<b>1.530</b>
<b>Total de Processos (saídas)**</b>	<b>660</b>
<b>Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)</b>	<b>870</b>
<b>Processos distribuídos</b>	<b>1</b>
<b>Processos redistribuídos (entrada)</b>	<b>1.529</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Por se tratar de juiz federal convocado em auxílio às turmas foram, excepcionalmente, considerados os processos redistribuídos por atribuição.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de fevereiro/2015 a janeiro/2016:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (fevereiro/2015 a janeiro/2016)*</b>	
<b>Total de processos julgados por pauta</b>	<b>549</b>
<b>Total de processos julgados em mesa</b>	<b>1</b>
<b>Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa</b>	<b>78</b>
<b>TOTAL</b>	<b>628</b>
<b>Grau de recorribilidade em decisões monocráticas**</b>	<b>22%</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 628 processos desde o início da convocação, revelando que efetivamente o acervo poderá ser julgado por inteiro até o final do período estabelecido.

Segundo o Magistrado, foram priorizados os casos passíveis de julgamento por meio de decisões monocráticas, a fim de viabilizar a apreciação de eventuais embargos de declaração e agravos internos ainda durante o período de inspeção. Nesse passo, destaque-se que foram proferidas 78 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 22%.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (janeiro/2016)</b>	
<b>a. Embargos de Declaração</b>	<b>61</b>
<b>b. Agravo Legal/Regimental</b>	<b>15</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem, pendentes de julgamento, 61 embargos de declaração e 15 agravos internos.

Dada a natureza do acervo, não existe processo com decisão liminar, cautelar ou de antecipação de tutela não levado para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (janeiro/2016)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2011)</b>	<b>51</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2012)</b>	<b>96</b>
<b>META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)</b>	<b>0</b>
<b>META 6/2016** (distribuídos até 2012)</b>	<b>0</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, no acervo de processos conclusos na unidade (710), o número de feitos distribuídos até 31/12/2012 e apurado em janeiro/2016 era de 147, representando 20,7%.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes em 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição:

PROCESSOS CONCLUSOS NOS GABINETES, **POR ANO DE DISTRIBUIÇÃO**, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

**GAB. 51A (JF MARCELO DE NARDI - Aux JF Luiz A Bonat)**

<b>ANOS</b>	<b>jan/14</b>	<b>jan/15</b>	<b>jan/16</b>
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	-	-	-
1997	-	-	-
1998	-	-	-
1999	-	-	-
2000	-	-	-
2001	-	-	-
2002	-	-	-
2003	-	-	-
2004	-	-	-
2005	-	-	-
2006	-	-	-
2007	-	-	-
2008	-	-	-
2009	-	-	-
2010	-	-	-
2011			55
2012			104
2013			96
2014			213
2015			242
2016			-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>710</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

O quadro acima demonstra que os processos atribuídos ao Magistrado não eram necessariamente os mais antigos do gabinete de onde provieram, o que talvez mereça ser revisto quando de outras experiências do tipo.

Também é possível aferir que os processos mais antigos foram distribuídos no Tribunal em 2011, ou seja, há cerca de cinco anos.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:



<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (janeiro/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	1
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	-
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado não informado.

Constatou-se que há 1 processo que aguarda voto-vista – a ser proferido por outro integrante da Turma – há mais de 30 dias (5011799-54.2015.4.04.9999). Há previsão de apresentação do voto-vista na sessão de 8 de março do ano em curso.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE (janeiro/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	-
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado não informado.

Dentre as pendências da unidade inspecionada quanto a feitos de outros relatores, apurou-se que não há processos conclusos para revisão, voto-vista ou declaração de voto.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, a unidade não informou acerca das medidas tomadas em relação a seus procedimentos.

### **3. ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA**

Os 17 processos selecionados para inspeção são eletrônicos e todos foram inspecionados.

A amostragem não revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar a célere tramitação do acervo em geral. Em termos de fluxo processual, a situação da unidade é satisfatória, acreditando-se que o acervo atribuído será esgotado até o final da convocação.

### **4. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS**

a) Organização das tarefas e análise dos processos conforme a matéria e o assunto;

b) Respeito à antiguidade dos feitos e às prioridades legais;

c) Planejamento das atividades mediante reuniões mensais com o próprio Magistrado; e

d) Priorização dos feitos passíveis de julgamento por meio de decisões monocráticas, a fim de que os eventuais agravos internos sejam apreciados ainda durante a convocação.

## **5. OBSERVAÇÕES GERAIS**

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) o acervo atribuído ao Magistrado não foi constituído pelos feitos mais antigos existentes no gabinete de origem; e

b) conquanto a unidade conte com apenas quatro auxiliares, a média de feitos por indivíduo não chega a ser expressiva, acreditando-se que o acervo atribuído poderia ter sido maior.

## **6. RECOMENDAÇÕES**

a) Ultrapassada a primeira metade do período de convocação, é importante priorizar-se o julgamento dos embargos de declaração e agravos internos, a fim de se evitar pendências; e

b) Em relação aos processos listados, recomenda-se à unidade que informe à Corregedoria-Geral, até 30 dias após o recebimento deste relatório, se efetivamente foram julgados os feitos previstos para as sessões de 8 de março e 5 de abril.

## GABINETES DE JUÍZES FEDERAIS CONVOCADOS

### JUÍZA FEDERAL TAÍS SCHILING FERRAZ – AUXILIAR DA 5ª TURMA

**Especialidade:** Previdência e Assistência Social.

#### 1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

**1.1. Identificação:** Juíza Federal convocada **TAÍS SCHILING FERRAZ**.

**1.2. Órgãos de atuação:** 5ª Turma.

**1.3. Tempo de atuação neste acervo:** desde 10/12/2013.

A Juíza Federal Taís Schiling Ferraz encontra-se convocada por força do Ato n. 1038, de 10/12/13, do Ato n. 778, de 3/12/14, prorrogado pelo Ato n. 324, de 19/6/15 até 21/6/16, junto à 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Magistrada.

O gabinete foi criado como órgão auxiliar à 5ª Turma.

#### 1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção/2014	-	-	-	-	-	-	-
Inspeção/2016	09	-	-	-	04	13	08

O gabinete conta com o auxílio de 9 servidores e 4 estagiários. Do total de 13 auxiliares, 8 dedicam-se à área-fim.

Em 2014, a unidade não foi inspecionada.

## 2. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (fevereiro/2015)**	6.123
Acervo ajustado no TRF (janeiro/2016)**	8.337
Acervo de conclusos no Gabinete (fevereiro/2015)**	5.470
Acervo de conclusos no Gabinete (janeiro/2016)**	7.695
Acervo de sobrestados no Gabinete (fevereiro/2015)	1.586
Acervo de sobrestados no Gabinete (janeiro/2016)	2.323

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas de série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente do magistrado que ocupava à época o respectivo gabinete.

\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

A Magistrada foi convocada para atuar em auxílio à 5ª Turma; recebeu um acervo inicial, proveniente dos demais gabinetes, e seguiu recebendo novos feitos, em igualdade de condições com os demais integrantes do colegiado. Suas atribuições cingem-se aos feitos da Turma, ou seja, não incluem feitos de competência da Seção. Além disso, a Magistrada atua somente como relatora, não votando nos feitos de relatoria dos demais. Por outro lado, a estrutura de pessoal à disposição dela é praticamente a metade da oferecida aos outros integrantes da Turma.

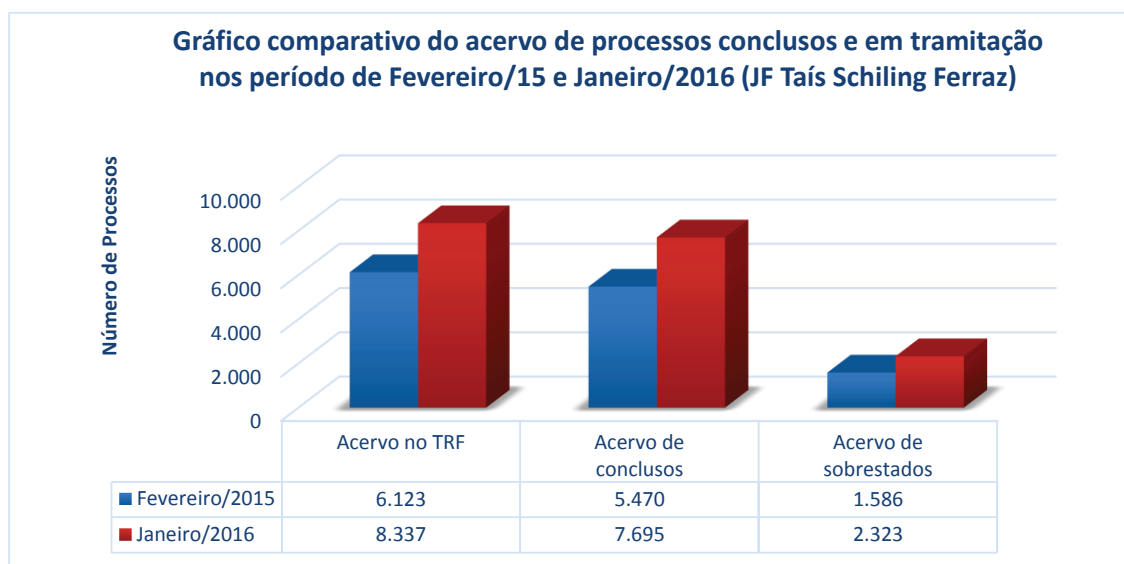
Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos cresceu em 2.225 e o de sobrestados subiu em 737.

No tocante aos processos sobrestados, importa destacar que eles decorrem de decisões proferidas pelo STF/STJ envolvendo diversas matérias, sendo as principais: desaposentação e fator previdenciário. Verificou-se a prática de sobrestarem-se os processos após o reconhecimento, pelo STF, de repercussão geral.

O gabinete apresentou, em janeiro/2016, um saldo de 7.695 processos conclusos, número que, cotejado com o número de servidores alocados em atividade-fim, resultou em 961,87 processos por servidor.

O acervo total em trâmite no Tribunal teve acréscimo de 2.214 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

FLUXO PROCESSUAL (fevereiro/2015 a janeiro/2016)	
Total de Processos (entradas)*	6.682
Total de Processos (saídas)**	2.984
Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)	3.698
Processos distribuídos	10
Processos redistribuídos (entrada)	6.672

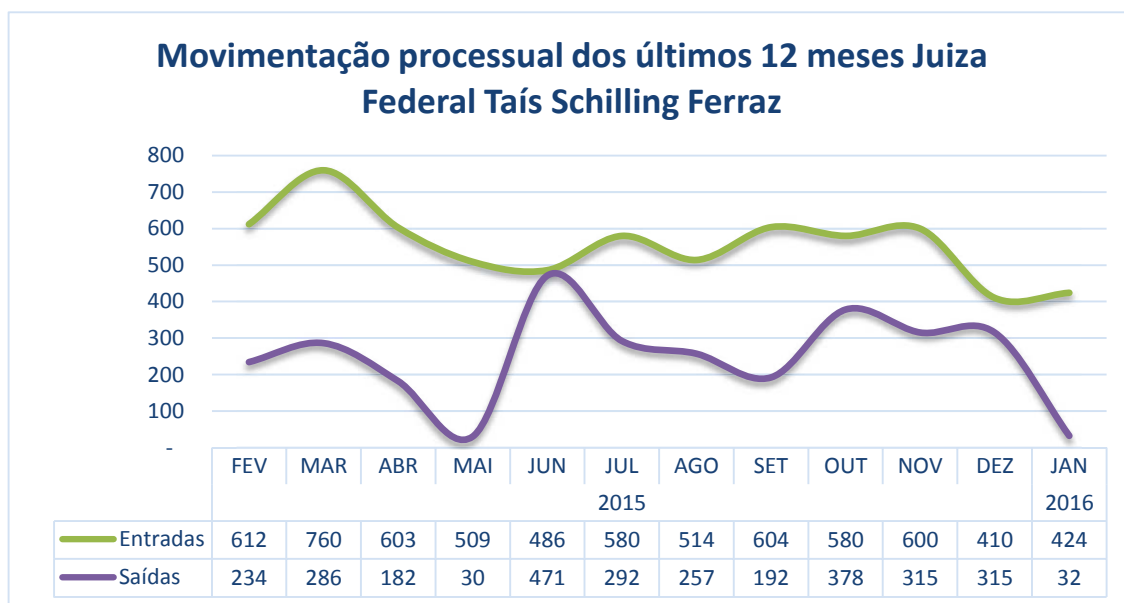
Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Por se tratar de juiz federal convocado em auxílio às turmas foram, excepcionalmente, considerados os processos redistribuídos por atribuição.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 6.682 processos e saída de 2.984, resultando, assim, em expressivo crescimento do acervo, quadro que denota preocupação e merece a adoção de prontas medidas para a inversão do fluxo processual, visando à retomada do controle estatístico da unidade.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de fevereiro/2015 a janeiro/2016:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (fevereiro/2015 a janeiro/2016)*</b>	
Total de processos julgados por pauta	2.573
Total de processos julgados em mesa	6
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	392
<b>TOTAL</b>	<b>2.971</b>
<b>Grau de recorribilidade em decisões monocráticas**</b>	<b>11%</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 2.971 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos foi de 6.672, ou seja, o número de julgados ficou bastante aquém ao de distribuídos.

No período em análise, foram julgados somente 6 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 392 decisões monocráticas terminativas, 11% das quais foram alvo de recursos.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (janeiro/2016)</b>	
a. Embargos de Declaração	125
b. Agravo Legal/Regimental	8

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Os agravos legais/regimentais costumam ser levados em mesa para julgamento, havendo apenas 8 pendentes. Já os embargos de declaração que aguardam julgamento são em 125, número que não chega a ser expressivo diante do quantitativo de decisões proferidas.

Existem 48 feitos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela há mais de 90 dias e ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (janeiro/2016)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2011)</b>	<b>7</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2012)</b>	<b>382</b>
<b>META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)</b>	<b>0</b>
<b>META 6/2016** (distribuídos até 2012)</b>	<b>0</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, no acervo de processos conclusos na unidade (7.695), o número de feitos distribuídos até 31/12/2012 e apurado em janeiro/2016 era de 389, representando somente 5,05%.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes em 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição:

**PROCESSOS CONCLUSOS NOS GABINETES, POR ANO DE DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS**

GAB. 5TS (Juíza Federal TAÍS SCHILING FERRAZ - aux 5ª Turma)

<b>ANOS</b>	<b>jan/14</b>	<b>jan/15</b>	<b>jan/16</b>
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	-	-	-
1997	-	-	-
1998	-	-	-
1999	-	-	-
2000	-	-	-
2001	-	-	-
2002	-	-	-
2003	-	-	-
2004	-	-	-
2005	-	-	-
2006	-	-	-
2007	-	-	-
2008	-	-	-
2009	-	-	-
2010	-	-	-
2011	424	26	7
2012	1.060	726	406
2013	1.643	1.182	1.050
2014	162	2.797	1.775
2015	-	269	4.147
2016	-	-	310
<b>Total</b>	<b>3.289</b>	<b>5.000</b>	<b>7.695</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Observa-se que os feitos mais antigos estão sendo julgados. Com efeito, os processos distribuídos em 2011, que em janeiro de 2014 eram 424, atualmente são apenas 7; e o acervo de processos distribuídos até 2012, que era de 1.060 em janeiro de 2014, em janeiro de 2016 estava em apenas 406.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ, em tramitação na unidade, são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha basicamente com processos distribuídos no ano de 2012 e 2013, portanto, com menos de cinco anos de tramitação no Tribunal.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (janeiro/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	-
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado não informado

Como se vê, não há processos do gabinete que, liberados para revisão, não tenham sido pautados pelo revisor, tampouco aguardando voto-vista ou declaração de voto.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	-
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado não informado

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, não se apurou a existência de processos conclusos para revisão, tampouco para voto-vista ou declaração de voto.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, a unidade não informou que vem atualizando os seus procedimentos.



### **3. ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA**

Dos 51 processos selecionados para inspeção, todos são eletrônicos e foram inspecionados.

A amostragem revelou a existência de processos sem movimentação desde a distribuição.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) apreciar pedidos de retratação formulados: 50010158220114047016, 50014092320104047211 e 50023159720114047107; e

b) informar à Corregedoria, em 60 dias, sobre a efetiva realização dos julgamentos previstos para 15 de março de 2016.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual da unidade, foi possível constatar grande descompasso entre a entrada e a saída de processos no gabinete, gerando expressivo aumento de feitos conclusos. Esse quadro é preocupante e exige prontas providências do Tribunal, notadamente no que concerne ao claro desequilíbrio entre a força de trabalho com a qual conta a magistrada convocada e a oferecida aos demais gabinetes.

### **4. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS**

No tocante à metodologia de trabalho e às boas práticas adotadas pela unidade inspecionada, destacam-se as seguintes:

a) o acervo de processos do gabinete é organizado por matérias;

b) o controle de processos dá-se por meio dos sistemas e-Proc e G4;

c) as matérias são distribuídas e as atividades, determinadas conforme as metas de produtividade;

d) todas as minutas são conferidas diretamente pela Magistrada, que também produz decisões e votos e, com o auxílio da assessora, que realiza as eventuais modificações e orienta os servidores;

e) priorização dos feitos mais antigos do acervo, casos urgentes, como ações coletivas e mandados de segurança;

f) especialização de servidores por matéria ou fase processual;

g) tratamento específico para feitos com prioridade legal ou meta do CNJ; e

h) fixação das metas de trabalho pelo Magistrado, com participação dos servidores.

## **5. OBSERVAÇÕES GERAIS**

A título de apontamentos específicos, a equipe verificou que a unidade inspecionada ocupou-se em priorizar o julgamento dos processos selecionados para a inspeção, quase todos com previsão de julgamento para o próximo dia 15 de março. A providência é salutar, mas atinge apenas a amostragem destacada, não resolvendo o problema de fluxo processual verificado na unidade como um todo.

## **6. RECOMENDAÇÕES**

a) Reavaliar a produtividade da unidade e adotar providências que eventualmente se façam necessárias ao reequilíbrio do fluxo processual; e

b) Observar as recomendações constantes do item 3 deste Relatório.

## GABINETES DE JUÍZES FEDERAIS CONVOCADOS

### JUIZ FEDERAL HERMES S. C. JÚNIOR – AUXILIAR DA 6ª TURMA

**Especialidade:** Previdência e Assistência Social.

#### 1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

1.1. **Identificação:** Juiz Federal HERMES S. C. JÚNIOR.

1.2. **Órgãos de atuação:** 6ª Turma.

1.3. **Tempo de atuação neste acervo:** desde 22 de julho de 2015 – Ato 324, de 19/6/2015.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo magistrado à frente da unidade.

#### 1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Servidores efetivos	Servidores sem vínculo	Servidores requisitados	Terceirizados	Estagiários	TOTAL	Servidores em área-fim
Inspeção 2016	10	-	1	3	-	14	10

O gabinete em auxílio conta com 14 auxiliares, perfazendo um total de 10 servidores na força de trabalho destinada à atividade-fim.

## 2. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO DO GABINETE*	
Acervo ajustado no TRF (fevereiro/2015)**	3.436
Acervo ajustado no TRF (janeiro/2016)**	4.451
Acervo de conclusos no Gabinete (fevereiro/2015)**	2.532
Acervo de conclusos no Gabinete (janeiro/2016)**	3.780
Acervo de sobrestados no Gabinete (fevereiro/2015)	2.305
Acervo de sobrestados no Gabinete (janeiro/2016)	3.505

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Considera as estatísticas de série histórica do acervo vinculado ao gabinete, independente do magistrado que ocupava à época o respectivo gabinete.

\*\*As estatísticas de acervo ajustado no tribunal e de conclusos no gabinete, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Nos últimos doze meses, o acervo de processos conclusos cresceu em 1.248 e o de sobrestados subiu em 1200.

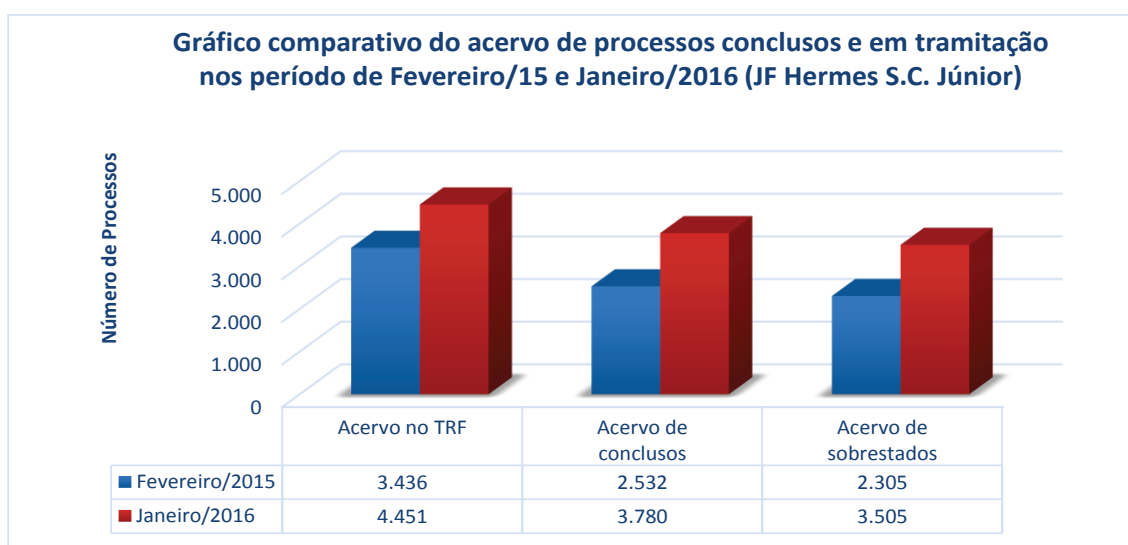
Importante destacar, no tocante a processos sobrestados, que decorrem de decisão proferida pelo STF/STJ, envolvendo diversas matérias, especialmente as

relativas a desaposestação e fator previdenciário. Na unidade inspecionada, adota-se a prática judicial de sobrestar o andamento dos feitos relativos a temas em que tenha sido reconhecida repercussão geral pela Suprema Corte, gerando inconformismo, em alguns casos, manifestado mediante pedido de reconsideração ou recurso.

O gabinete apresentou, em janeiro/2016, saldo de feitos em efetiva tramitação de 3.780 processos concluídos, que, quando cotejado com o número de cargos efetivos alocados em atividade-fim, resultou em 378 processos por servidor.

Por outro lado, o acervo total em trâmite no Tribunal teve aumento de 1.015 processos.

O histórico estatístico do acervo da unidade está representado no gráfico seguinte:



Quanto ao fluxo processual, aqui identificado pela diferença entre a entrada e a saída de processos no período objeto da inspeção, tem-se:

<b>FLUXO PROCESSUAL (fevereiro/2015 a janeiro/2016)</b>	
<b>Total de Processos (entradas)*</b>	<b>6.739</b>
<b>Total de Processos (saídas)**</b>	<b>3.902</b>
<b>Fluxo Processual no gabinete (entradas - saídas)</b>	<b>2.837</b>
<b>Processos distribuídos</b>	<b>49</b>
<b>Processos redistribuídos (entrada)</b>	<b>6.690</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

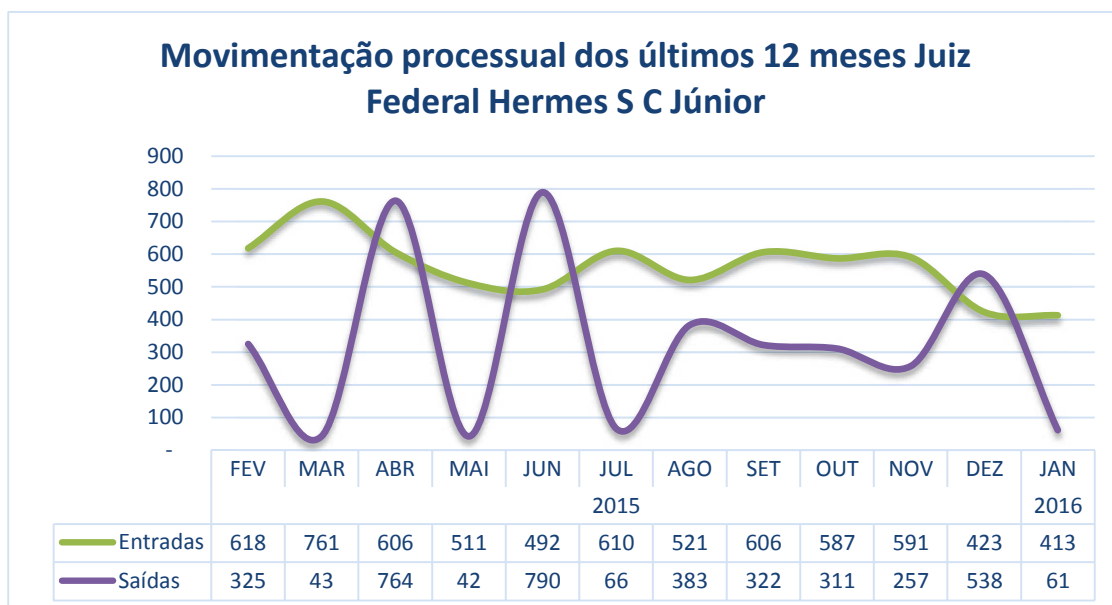
Notas: \*Total de Processos (entradas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) em função de incompetência, prevenção etc no gabinete para o período analisado. Por se tratar de juiz federal convocado em auxílio às turmas foram, excepcionalmente, considerados os processos redistribuídos por atribuição.

\*\*Total de Processos (saídas) – corresponde exclusivamente à soma do número de processos julgados (excluídos os embargos de declaração e agravos legais/regimentais) e redistribuídos (saída) por incompetência, prevenção etc no gabinete. Não considera em seu cômputo outras situações de saídas como, por exemplo, processos redistribuídos por sucessão ou troca de acervo, ou para o Núcleo de Conciliação etc.

No período de doze meses, houve entrada de 6.739 e saída de 3.902 processos, resultando, assim, em aumento do acervo, o que merece atenção e adoção de medidas

para a inversão do fluxo processual visando à retomada do pleno controle estatístico da unidade.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do fluxo processual no período de fevereiro/2015 a janeiro/2016:



Quanto à produtividade, ressaltam-se os seguintes dados, esclarecendo-se que a referência a “julgados” corresponde à primeira decisão tendente a pôr fim ao processo:

<b>PROCESSOS JULGADOS (fevereiro/2015 a janeiro/2016)*</b>	
Total de processos julgados por pauta	<b>3.506</b>
Total de processos julgados em mesa	<b>8</b>
Total de processos julgados por decisão monocrática terminativa	<b>318</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3.832</b>
Grau de recorribilidade em decisões monocráticas**	<b>7%</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Considera somente a primeira decisão no processo para os três tipos de julgados (pauta, mesa, ou monocrática), ou seja, não inclui os incidentes julgados (embargos de declaração e agravos legais/regimentais).

\*\*O grau de recorribilidade em decisões monocráticas é a relação entre as petições de agravos legais/regimentais e embargos de declaração incidentes sobre os processos que foram julgados monocraticamente e o total de decisões monocráticas proferidas pelo respectivo gabinete.

Verifica-se que foram julgados 3.832 processos nos últimos 12 meses, enquanto o volume de feitos distribuídos e redistribuídos foi de 6.739, ou seja, o número de julgados não superou o de distribuídos (Meta 1 do CNJ). A diferença entre distribuídos e julgados, no período, resultou em saldo negativo de 2.387 feitos, embora o atual magistrado tenha sido designado para a unidade somente a partir de julho de 2015.

No período em análise, foram julgados 8 processos em mesa.

Nos últimos doze meses, foram proferidas 318 decisões monocráticas terminativas, cujo grau de recorribilidade foi identificado em 7%.

<b>PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO (janeiro/2016)</b>	
<b>a. Embargos de Declaração</b>	<b>110</b>
<b>b. Agravo Legal/Regimental</b>	<b>3</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

As petições de embargos de declaração e agravos legais/regimentais são levadas em mesa para julgamento. Existem pendentes de julgamento 110 embargos de declaração e 3 agravos legais/regimentais.

Existem 65 processos com decisão liminar ou cautelar de antecipação de tutela, há mais de 90 dias, ainda não levados para exame do colegiado.

O acervo do gabinete, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>METAS CNJ - PERFIL DO ACERVO DE CONCLUSOS NO TRF (janeiro/2016)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2011)</b>	<b>2</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2012)</b>	<b>24</b>
<b>META 4/2016* (distribuídos até 31/12/2014)</b>	<b>0</b>
<b>META 6/2016** (distribuídos até 2012)</b>	<b>0</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Notas: \*Total de processos cíveis relacionados a improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 ;

Em relação à Meta 2 do CNJ, no acervo de processos conclusos na unidade (3.780), o número de feitos distribuídos até 31/12/2012 e apurado em janeiro/2016 era de 26, representando 0,69%.

Em complemento, a tabela a seguir apresenta a evolução do acervo de processos existentes em 2014, 2015 e 2016 por ano de distribuição:

PROCESSOS CONCLUSOS NOS GABINETES, POR ANO DE  
DISTRIBUIÇÃO, NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

GAB. 6TS (Juiz Federal HERMES S C JÚNIOR - Aux 6ª Turma)

ANOS	jan/14	jan/15	jan/16
1989	-	-	-
1990	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1993	-	-	-
1994	-	-	-
1995	-	-	-
1996	-	-	-
1997	-	-	-
1998	-	-	-
1999	-	-	-
2000	-	-	-
2001	-	-	-
2002	-	-	-
2003	-	-	-
2004	-	-	-
2005	-	-	-
2006	-	-	-
2007	-	-	-
2008	-	-	-
2009	-	-	-
2010	5	-	-
2011	271	2	2
2012	963	40	26
2013	313	22	16
2014	1.204	2.024	649
2015	-	304	2.833
2016	-	-	254
<b>Total</b>	<b>2.756</b>	<b>2.392</b>	<b>3.780</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Observa-se que os feitos mais antigos estão sendo julgados, existindo saldo ínfimo de distribuídos com mais de cinco anos de tramitação.

O acervo de processos conclusos, em janeiro/2014, era de 2.756 e, atualmente, há 3.780. Em janeiro/2014 o acervo dominante era composto de feitos distribuídos em 2012 e 2014; em janeiro/2015 houve significativa redução dos processos com distribuição até 2013, mas com relevante aumento e conseqüente concentração dos feitos distribuídos em 2014; e, por fim, em janeiro/2016, reduziu-se o estoque de processos distribuídos até 2014, prevalecendo a partir de então, na composição do acervo, os feitos distribuídos em 2015. Evidencia-se de tal quadro que a unidade promoveu a importante iniciativa de reduzir a idade do acervo ao longo do período, apesar do aumento do estoque de processos, em razão do fluxo negativo.

É possível concluir, pelo estado geral do acervo, por ano de distribuição, que os feitos da Meta 2 do CNJ em tramitação na unidade são adequadamente triados e julgados por ordem de antiguidade. Atualmente, a unidade trabalha com feitos majoritariamente distribuídos em 2015, com pequeno saldo de 2014 e períodos anteriores, portanto, com menos de cinco anos de tramitação no Tribunal.

No que tange aos processos com julgamento iniciado no órgão colegiado, seguem as tabelas com análise dos dados:

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DO GABINETE COM PENDÊNCIA JUNTO A OUTROS RELATORES OU ÓRGÃOS (janeiro/2016)</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	18
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	-
<b>TOTAL</b>	<b>18</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado não informado

Constatou-se que não há processos do gabinete liberados para revisão, tampouco para declaração de voto. Existem, porém, 18 processos que aguardam voto-vista, dos quais 10 pendentes há mais de 30 dias, configurando pendência externa a ser sanada: 50355475320134047100, 50613325120124047100, 50037787820144047007, 00196480220144049999, 00004573420154049999, 00035538120154040000, 00038898520154040000, 00038915520154040000, 00045904620154040000 e 00119942720154049999.

<b>NÚMERO DE PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE</b>	
Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	0
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Outras situações	-
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado não informado

Dentre as pendências da unidade inspecionada, quanto a feitos de outros relatores, não se apurou a existência de processos conclusos para revisão, nem para voto-vista e declaração de voto.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, Lei 13.140/2015, que trata da mediação, e Lei 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi informado pelo gabinete que os servidores estão sendo treinados, tanto de forma presencial como por meio de ensino a distância. Houve relato de que em março/2016 haverá reunião para verificação prática das alterações e procedimentos a serem adotados em razão da nova legislação processual.

### **3. ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA**

Dos 35 processos selecionados para inspeção, sendo 5 físicos e 30 eletrônicos, todos foram inspecionados. Os autos físicos localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes.



Os feitos eletrônicos com localizadores em unidades externas foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

Os feitos de distribuição originária mais antiga no Tribunal, conforme listagem, são do ano de 2012, tratando-se de 7 processos eletrônicos, com pendências em fases processuais variadas, adiante analisadas. A listagem ainda contemplou 10 processos de 2013, sendo 5 físicos, e 18 processos de 2014, todos eletrônicos.

Verificou-se alguns poucos feitos, os mais antigos distribuídos em 2013, sem qualquer movimentação desde então. Também foi apurada a existência, na listagem, de 2 processos com petições pendentes de apreciação, ambos conclusos desde 2/9/2015, referentes a distribuições de 23/1/2012 e 11/1/2013.

Também constaram da listagem 4 processos devolvidos pelo STJ para novo exame de embargos de declaração ou retomada do julgamento, os mais antigos com reativação da movimentação processual em 12/2/2015 e conclusão em 11/6/2015, referentes a processos distribuídos, respectivamente, em 19/11/2013 e 25/1/2013.

Constatou-se, ainda, pendência de 2 processos para juízo de retratação, sendo que a conclusão mais antiga ao relator, para tal efeito, ocorreu em 17/6/2015, referente a processo distribuído em 24/1/2012.

Dentre os feitos listados, não houve constatação de pendência de voto-vista e, no tocante a embargos de declaração, havia apenas 1 conclusão, com data recente, em 22/2/2016, não configurando, evidentemente, atraso quando da inspeção.

Em conclusão, no tocante à dinâmica processual, verifica-se que o tempo de tramitação é bastante afetado pelo sobrestamento dos feitos, determinado com base na repercussão geral admitida pela Suprema Corte. Ademais, o volume de feitos sobrestados é significativo, correspondente ao acervo de 3.505 processos, dos quais 3 referem-se a metas do CNJ e 1.383 à prioridade legal de julgamento, enquanto o número de conclusos é de 3.780 e os em tramitação na Secretaria é de 716.

Nas informações gerais da unidade, com data-base em 31/1/2016, verificou-se a existência do seguinte quadro de pendências: 110 embargos de declaração, dos quais 50 há mais de 30 dias; 3 agravos legais/regimentais; 65 processos com liminar, cautelar ou antecipação de tutela pendentes de confirmação pela Turma, há mais de 90 dias; e o total de 3.250 processos aguardando primeiro julgamento.

No tocante ao fluxo processual, foi possível constatar que, no período-base da inspeção correspondente a 12 meses, houve fluxo negativo de 2.837 feitos, já descontadas as saídas que ocorreram, não por julgamento, mas por redistribuição nas situações descritas nas notas explicativas da planilha de fluxo processual. Diante de tal quadro, resta evidenciado, assim, que a tramitação dos feitos não tem sido suficientemente célere a ponto de inverter o fluxo processual e garantir redução do acervo existente, de sorte a cumprir a Meta 1 do CNJ. Apesar do empenho da unidade, houve significativo incremento do estoque processual pendente de julgamento, em razão do elevado volume de distribuição.

Todavia, cabe destacar que houve clara tendência de redução da idade média dos processos em tramitação, melhorando, portanto, o perfil do acervo e indicando a adoção do critério temporal de distribuição na priorização dos julgamentos.

#### **4. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS**

Segundo informado pela própria unidade, merecem destaque:

a) organização da unidade em várias atividades: produção de minutas, conferência de minutas, orientação e esclarecimentos de dúvidas, acompanhamento das sessões de julgamento, processamento de autos, atividades administrativa e gerenciamento de acervo, administrativo e de pessoas;

b) acervo físico organizado e separado em armários e estantes e, o eletrônico, em localizadores, por matéria/assunto e ordem de antiguidade;

c) divisão interna de trabalho conforme especialização e domínio do assunto;

d) controle permanente da produtividade, por localizadores e dados fornecidos pelo Sistema G4;

e) organização da escala de férias para garantir produtividade;

f) tempo médio de tramitação dos feitos de 242,6 dias; liberação de acórdãos em até 2 dias após lançamento de certidão de encerramento do julgamento e, de decisões, assim que assinadas pelo Magistrado; e

g) atendimento telefônico de partes e, em relação a advogados no balcão, com supervisão de servidor ou estagiário.

#### **5. OBSERVAÇÕES GERAIS**

A unidade, em razão da especialidade e do volume de feitos distribuídos por apenas 6 gabinetes, além da atuação de juízes auxiliares em caráter temporário, tem atuado no limite de sua capacidade de trabalho e, a despeito da eficiência gerencial, não tem sido capaz de atingir fluxo positivo, com perspectiva de redução de acervo.

O elevado número de feitos sobrestados, especialmente em razão de repercussão geral conforme procedimento adotado, limita a capacidade de redução do acervo geral, constituindo fonte de sobrecarga contínua de serviço, mesmo a longo prazo, dado o tempo, medido em anos, que tal situação processual projeta no total de feitos vinculados à unidade.

A inexistência de efetiva conciliação, em feitos previdenciários, foi indicada e constatada como sendo causa adicional e relevante na redução da capacidade de exibir fluxo positivo na gestão do acervo processual.

Também notada a preocupação, no âmbito da unidade, com relação ao impacto, embora ainda não dimensionado, decorrente das inovações processuais, a partir da vigência do novo Código de Processo Civil.

## **6. RECOMENDAÇÕES**

a) Redução do volume e do tempo de apreciação dos processos com liminares, cautelares ou tutelas antecipadas pendentes de apreciação, juízo de retratação a ser apreciado e retomada de julgamentos em cumprimento a acórdão do STJ;

b) Priorização dos processos inseridos nas metas do Conselho Nacional de Justiça e com preferência legal de julgamento;

c) Observação das demais recomendações constantes dos itens 2 e 3 deste Relatório; e

d) Além das providências processuais específicas indicadas, cabe recomendar, em termos estratégicos, - tendo em vista a curva de distribuição ser significativamente superior à de produtividade, considerando a estrutura e o número de gabinetes dedicados à matéria previdenciária, além de proposições estruturais por parte dos órgãos de direção do Tribunal, - a elaboração, a curto prazo, pela unidade, de plano emergencial de trabalho ou estratégia de gestão dirigida à redução do acervo, com diminuição do tempo de tramitação.

## **E. UNIDADES DE PROCESSAMENTO**

### **DIRETORIA JUDICIÁRIA**

#### **1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE**

**1.1. Secretaria:** Diretoria Judiciária.

**1.2. Diretor:** Eduardo Júlio Eidelvain.

**1.3. Tempo de atuação:** desde 2013 (já havia atuado como diretor anteriormente. Está vinculado à Secretaria Judiciária desde 2001).

**1.4. Órgãos vinculados:** Secretaria dos Órgãos Julgadores, Secretaria de Recursos, Secretaria de Registros e Informações Processuais, Secretaria de Precatórios, Núcleo de Registros das Sessões e Eventos Judiciais, Núcleo de Digitalização de Processos Judiciais e Divisão de Cálculos Judiciais.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Diretor da Secretaria.

#### **2. OBSERVAÇÕES GERAIS**

A Diretoria Judiciária está localizada no 6º andar do prédio judicial do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Existem apenas 5 servidores trabalhando diretamente na Secretaria, os quais são encarregados do apoio administrativo e do auxílio aos usuários do sistema e-Proc, mormente nos casos de advogados que não possuem certificação digital. Atuam também junto à Divisão de Registros em Sistemas Processuais e Suporte ao e-Proc, que integra a SRIP, e à Diretoria de Tecnologia da Informação, no desenvolvimento do sistema de movimentação processual.

O Diretor de Secretaria tem bastante experiência administrativa e conhecimento sobre as ações de todos os setores a ele vinculados, assim como da atuação do Tribunal como um todo. A jornada de trabalho é de 8 horas, não havendo servidores em sistema de teletrabalho.

Conquanto todos os órgãos de processamento dos feitos estejam vinculados à Diretoria Judiciária, não existem processos tramitando diretamente em tal setor, razão pela qual não se aplicam as análises estatísticas realizadas nas demais secretarias.

Digna de nota a constante busca pelo aprimoramento dos serviços prestados pelo Tribunal, a partir do acompanhamento da evolução da demanda e planejamento das ações necessárias para atendê-la, o que é realizado em cooperação com servidores de diversas áreas.

Nesse aspecto, destacam-se as alterações ocorridas na Secretaria de Registros e Informações Processuais com a implantação do sistema processual eletrônico (e-

Proc). A SRIP teve seu quadro reduzido de 60 para 23 servidores, além da adequação das funções destes, às quais foram incorporadas o suporte aos usuários do e-Proc e a compilação de dados para o desenvolvimento do sistema.

Também em face da redução das rotinas das secretarias, decorrentes da utilização do processo eletrônico, houve a fusão das secretarias de turmas, seções, Corte Especial e Plenário na Secretaria dos Órgãos Julgadores.

Por outro lado, com a implantação do sistema de gravação das sessões de julgamento, que atualmente são transmitidas *on-line* no portal do Tribunal na rede mundial de computadores – exceto os julgamentos de processos criminais e outros casos que tramitam em segredo de justiça –, o antigo Núcleo de Taquigrafia foi modificado para Núcleo de Registros Judiciais, o qual é responsável pelas marcações nos vídeos que possibilitam a localização da parte do julgamento que se deseja assistir.

A Divisão de Cálculos Judiciais, também vinculada à Secretaria Judiciária, visa ao atendimento das diligências determinadas pelos relatores, atuando também junto à Coordenadoria do Sistema de Conciliação, no que diz respeito à elaboração dos cálculos nos casos em que celebrado acordo entre as partes.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, da Lei 13.140/2015, que trata da mediação, e da Lei 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos, merecendo destaque a adaptação do sistema de processo eletrônico para a nova sistemática processual, inclusive em relação à mediação, sendo criada uma ferramenta por meio da qual as partes indicariam a possibilidade de conciliação. Ademais, está sendo desenvolvida ferramenta que permitirá a mediação por meio de videoconferência.

### **3. BOAS PRÁTICAS**

O Diretor da Secretaria Judiciária apontou como boas práticas as seguintes:

a) possibilidade de sustentação oral nas sessões de julgamento por meio de vídeo conferência, existente no Tribunal desde 2005. De fato, a possibilidade de sustentação materializa o direito de acesso à justiça, tornando menos onerosa a efetiva participação das partes nas sessões de julgamento, devendo ser difundida para os demais tribunais, mormente aqueles de grande extensão territorial. Registre-se que o Tribunal cercou-se de medidas adequadas de segurança no que se refere às sustentações orais que ocorrem nas seções ou subseções judiciárias que integram a 4ª Região, mediante inscrição dos advogados;

b) votação antecipada, por meio do sistema e-Proc - o que reduz o tempo das sessões de julgamento - cujas discussões ficam limitadas aos processos em que há sustentação oral (presencial ou a distância) e destaque dos desembargadores. Nos demais casos, a discussão ocorre antecipadamente, mediante sistema, uma vez que os votos são disponibilizados para os demais integrantes do órgão julgador com uma semana de antecedência;

c) Interação entre os diversos setores do Tribunal para o planejamento e implementação de ações que visam ao aprimoramento do serviço prestado;

d) desenvolvimento do sistema e-Proc, que, a partir da interação com os sistemas do Banco do Brasil, da Caixa Econômica e do Tesouro Nacional, alimenta de forma automática o processo com a comprovação do recolhimento das custas; e

e) Teletrabalho, especialmente em relação a servidores de gabinete, quando trabalham apenas com processos eletrônicos.

#### **4. RECOMENDAÇÕES**

Do que foi apurado, a única recomendação a ser registrada é a manutenção da linha de trabalho atual, que está gerando expressivos resultados.

## SECRETARIA DE RECURSOS

### 1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

1.1. **Órgão:** Secretaria de Recursos.

1.2. **Diretor:** José David Vendramin.

1.3. **Tempo de atuação:** desde junho de 2015.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Diretor de Secretaria.

### 1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Secretaria de Recursos
Servidores efetivos	26
Servidores sem vínculo	0
Servidores requisitados	0
Servidores prestando serviços em outros setores	0
Terceirizados	0
Vagas não ocupadas	0
Estagiários	11
TOTAL	37
Servidores em área-fim	26

O Diretor de Secretaria tem experiência administrativa e processual, exercendo liderança sobre a equipe. Existe fixação de metas, tanto individuais como gerais, para toda a equipe. Os servidores estão motivados e participam do planejamento, do controle e da avaliação dos resultados. Há controle do cumprimento da jornada de trabalho pelo Diretor da Secretaria.

### 2. ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DA UNIDADE

a) Análise dos requisitos extrínsecos de admissibilidade dos recursos especiais e extraordinários;

b) Publicação das decisões de admissibilidade dos recursos especiais e extraordinários;

c) Intimação, mediante ato ordinatório, das partes para contrarrazões aos recursos especiais e extraordinários e aos agravos interpostos contra decisões que não admitem recursos excepcionais;

d) Sobrestamento dos recursos especiais e extraordinários que tratam de matérias objeto de temas de recursos repetitivos no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal;

e) Envio dos processos eletrônicos aos tribunais superiores; e

f) Baixa dos processos devolvidos pelas cortes superiores ou das peças do julgamento do REsp e/ou do RE quando os autos físicos já se encontram em primeiro grau.

### 3. ANÁLISES ESTATÍSTICA, ORGANIZACIONAL E PROCESSUAL

Secretaria de Recursos

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO*	
Processos em tramitação na Secretaria de Recursos (fevereiro/2015)	8.542
Processos em tramitação na Secretaria de Recursos (janeiro/2016)	5.421

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: \* As estatísticas de processos em tramitação na unidade não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Há na unidade 4.376 processos eletrônicos e 1.045 físicos, perfazendo um total de 5.421 feitos em tramitação, apurado em janeiro de 2016.

Os processos físicos encontram-se armazenados em estantes e organizados pelo critério de fase atual em que se encontram (sobrestados, controle de prazo, aguardando publicação, etc.). Os servidores atuam nos processos de acordo com a respectiva fase processual, o que repercute positivamente no resultado da gestão do acervo.

O acervo da unidade, quanto às metas do CNJ, apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

PERFIL DO ACERVO EM TRAMITAÇÃO NA SECRETARIA DE RECURSOS – METAS CNJ (janeiro/2016)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	0
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	0
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	0
META 4/2016 (distribuídos até 31/12/2014)*	0
META 6/2016 (distribuídos até 2012)**	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

\* Total de processos cíveis relacionados à improbidade administrativa;

\*\*Total de processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012.

No acervo em tramitação na Secretaria de Recursos (5.421 processos), conforme a tabela acima, não existem feitos das METAS do CNJ.



<b>Publicação de acórdãos (fevereiro/2015 a janeiro/2016)</b>	
<b>Acórdãos lavrados</b>	<b>0</b>
<b>Acórdãos publicados</b>	<b>0</b>
<b>Tempo médio de publicação (dias)</b>	<b>0</b>
<b>Publicações em prazo superior a 10 dias</b>	<b>0</b>
<b>Pendentes de publicação</b>	<b>0</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Conquanto a tabela acima se refira a dados relativos à publicação de acórdãos, tais informações não se aplicam à Secretaria de Recursos, tendo em vista que essa unidade trabalha com publicação apenas de decisões de admissibilidade de recursos excepcionais e de atos ordinatórios.

A unidade possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas, mostrando que, entre fevereiro/2015 e janeiro/2016, período da inspeção, houve um total de 132.800 publicações, sendo 23.481 publicações em processos físicos e 109.319 em processos eletrônicos.

Existem processos sobrestados, a maioria em razão de decisão do STF/STJ, somando 73.684 feitos, sendo 32.941 são físicos e 40.743, encontrando-se os feitos físicos devidamente armazenados em estantes e organizados segundo o tema que ensejou o sobrestamento.

<b>Estatísticas</b>	<b>Total de Processos</b>
<b>Processos com carga ou vista (janeiro/2016)</b>	<b>0</b>
<b>Processos sobrestados na Turma (janeiro/2016)</b>	<b>0</b>
<b>Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (janeiro/2016)</b>	<b>0</b>
<b>Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (janeiro/2016)</b>	<b>0</b>
<b>Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (janeiro/2016)</b>	<b>-</b>
<b>Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (janeiro/2016)</b>	<b>8</b>
<b>Processos sem movimentação há mais de 90 dias</b>	<b>165</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado indisponível

Não havia, em janeiro de 2016, processos com carga ou vista, nem processos paralisados em razão de prazo em curso para cumprimento de carta de ordem ou precatória, conforme a tabela acima.

Nada obstante, no questionário da inspeção, a Secretaria de Recursos informou a existência de processo que aguarda cumprimento de carta precatória ou carta de ordem desde 5/8/2014 (50554510520124047000). Contudo, a equipe da inspeção, ao consultar o processo no sistema e-Proc, constatou que os autos encontram-se, na verdade, na vara de origem para o cumprimento de diligência desde aquela data (5/8/2014).

Também no questionário da inspeção, a Secretaria de Recursos informou a existência de 26 processos com carga ou vista no mês de janeiro de 2016, onde os mais

antigos datam de 7/1/2016 (2004.71.00.043679-1 e 2005.71.00.042830-0), não incluídos na amostragem da inspeção.

Quanto ao processo n. 2004.71.00.043679-1, a equipe da inspeção, em consulta processual no sistema, constatou que os autos foram devolvidos à Secretaria de Recursos em 19/2/2016.

Não há registro de processos aguardando cumprimento de diligência da parte ou de terceiros e de resposta a ofício, de acordo com a tabela acima.

Entretanto, no questionário da inspeção, a Secretaria de Recursos informou que, em janeiro de 2016, foram encontrados 200 processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência.

O tempo médio para conclusão, após decurso de prazo ou cumprimento de ato processual, é de 5 dias, o que se revela adequado.

Há 8 petições, ofícios ou documentos ainda pendentes de juntada nos processos físicos e digitais em tramitação, conforme a tabela acima. No questionário da inspeção, a Secretaria de Recursos informou não haver petições, ofícios e documentos pendentes de juntada.

O tempo médio para a juntada é de 1 dia, segundo informação prestada pela Secretaria de Recursos à equipe de inspeção. A fase processual específica é objeto de controle, que se faz mediante registro no sistema processual/planilha/etc.

No acervo existem 165 processos paralisados, sem movimentação há mais de 90 dias. No questionário da inspeção, a Secretaria de Recursos não informou se existem processos sem movimentação na unidade há mais de 90 dias, fora das situações anteriormente descritas.

#### **4. ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA**

Dos 75 processos selecionados para inspeção, apenas 12 não foram inspecionados por corresponderem a feitos físicos que não mais se encontravam na Secretaria de Recursos. Dos processos inspecionados, 26 tramitam em autos físicos, os demais (37) são eletrônicos. Os feitos físicos localizados na Unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos físicos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis não foram inspecionados. No entanto, foram feitas algumas observações com base no respectivo extrato da consulta processual.

Os eletrônicos, mesmo quando não se encontravam no setor, foram inspecionados, haja vista se encontrarem integralmente disponíveis no sistema e-Proc. No entanto, quando se tratava de remessa externa, a exemplo do envio ao Superior Tribunal de Justiça, não foi possível lavrar a certidão de inspeção.

Não se verificou problema de discrepâncias entre as informações da base de dados do sistema processual de acompanhamento e as constantes dos autos físicos.

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Na listagem não constaram processos extraviados, tampouco foram apurados processos extraviados sem restauração.

A maioria dos processos da amostragem analisados encontra-se em ordem.

Contudo, em relação aos processos eletrônicos (agravos de instrumento e medidas cautelares) 50165773320114040000, 50141307220114040000, 50141705420114040000, 50124849020124040000, 50115731520114040000, 50115281120114040000, 50111900320124040000, 50138117020124040000, 50082498020124040000, 50032739320134040000, 50021509420124040000, 50017545420114040000, remetidos ao STJ ou ao STF para julgamento de recursos excepcionais, constatou-se, em cada feito, o registro da comunicação pelo juízo de origem acerca do julgamento das respectivas ações originárias. Um extintas em razão de pagamento da dívida, outras extintas por conta de perda do objeto e a maioria julgada com resolução do mérito no mesmo sentido ou no sentido contrário da decisão de primeiro grau agravada. Não houve, pela Secretaria de Recursos, o encaminhamento de tais comunicações aos tribunais superiores onde tramitam os respectivos recursos excepcionais.

Observou-se um processo físico (200470000395737) com Recurso Especial admitido (agosto de 2015) e com agravos interpostos (novembro de 2015) contra decisões que não admitiram outros recursos excepcionais, sem, contudo, haver registro nos autos da sua digitalização e do seu envio eletrônico ao Superior Tribunal de Justiça para julgamento dos citados recursos.

Foi constatada a existência de processos com movimentações (prolação de despachos e decisões, realização de intimações, etc.) posteriores ao envio eletrônico dos autos ao STJ ou ao STF para julgamento de recurso especial ou extraordinário (processo físico: 00111658020144049999; processos eletrônicos: 50123564720114047100, 50070009620104047200, 50045289720114047100, 50040961120124047208, 50030012220114047000, 50022081120104047100, 50019037820114047201 e 50000292220114047213).

Identificaram-se dois processos eletrônicos (50053698820134047208 e 50580520420144047100) aguardando baixa dos autos há mais de 60 dias, em razão do julgamento, com trânsito em julgado, de recurso especial pelo STJ.

Quanto ao processo n. 50053698820134047208, trata-se de agravo em execução penal com informação nos autos, desde 14/12/2015, de que o REsp foi julgado pelo STJ, mas não há registro de que tal julgamento foi comunicado ao juízo da execução penal.

Por fim, verificou-se um processo físico (00344922020104040000) com petição de desistência juntada aos autos em 12/3/2013 ainda pendente de análise.

Em relação aos processos listados, recomenda-se:

a) proceder à baixa no sistema: 50053698820134047208 e 50580520420144047100;

b) expedir ofício ao STJ ou ao STF informando o julgamento da respectiva ação originária: 50165773320114040000, 50141307220114040000, 50141705420114040000, 50124849020124040000, 50115731520114040000, 50115281120114040000, 50111900320124040000, 50138117020124040000, 50082498020124040000, 50032739320134040000, 50021509420124040000, 50017545420114040000;

c) expedir ofício ao juízo de origem informando o julgamento de recurso especial pelo STJ: 50053698820134047208;

d) proceder à digitalização e remessa eletrônica ao Superior Tribunal de Justiça: 200470000395737; e

e) fazer conclusão à Vice-Presidência, para análise de petição juntada: 00344922020104040000.

## 5. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS

A equipe da Corregedoria foi recebida pelo Diretor da Secretaria de Recursos, juntamente com os Diretores da Divisão de Procedimentos Diversos e da Divisão de Processamento, os quais discorreram acerca das atividades desenvolvidas pelo setor.

A Secretaria de Recursos encontra-se organizada da seguinte forma:

a) *Divisão de Procedimentos Diversos*, subdividida em: 1) Seção de Contrarrazões; 2) Seção de Publicação de Expedientes; e 3) Seção de Procedimentos Diversos. O Diretor da Divisão de Procedimentos Diversos mantém contato com o Superior Tribunal de Justiça para obter informações e suporte quanto ao procedimento de envio de processos eletrônicos àquele Tribunal Superior;

b) *Divisão de Processamento*, subdividida em: 1) Seção de Processamento de Recursos; 2) a Seção de Processamento de Agravos de Instrumento; e 3) Seção de Recursos Extraordinários; e

c) *Seção de Atendimento e Apoio ao e-Proc*, vinculada diretamente à Diretoria da Secretaria.

Os processos recebidos na Secretaria de Recursos são triados e distribuídos para as duas divisões (Procedimentos Diversos e Processamento) conforme as suas atribuições e a fase em que é recebido cada processo. Os processos físicos encontram-se bem localizados em estantes, com a identificação da fase em que se encontram os processos (controle de prazo, aguardando remessa externa, sobrestados, etc.).

Quanto aos processos sobrestados na unidade processante, cada estante contém a indicação do número do tema referente ao recurso repetitivo no STJ ou no STF que ensejou o sobrestamento.

De acordo com informação prestada pelo Diretor da Secretaria de Recursos, há controle diário de todos os processos recebidos naquela unidade processante, tanto dos processos eletrônicos como dos físicos, que são imediatamente recebidos no sistema e encaminhados para análise, havendo uma meta geral no sentido de que não seja deixado para o dia seguinte nenhum processo pendente de movimentação na Secretaria.

Segundo o relatado pelo Diretor da Secretaria de Recursos, não há pendências ou recomendações das inspeções anteriores.

O tratamento dispensado aos processos inseridos nas metas do CNJ e àqueles com prioridade legal é presteza e agilidade no andamento.

Foi informado pelo Diretor da Secretaria que um servidor daquela unidade trabalha, em caráter experimental, no regime de teletrabalho e vem obtendo resultados positivos no tocante à sua produtividade diária e ao cumprimento da meta individual estabelecida (20% maior do que o trabalho presencial).

No que diz respeito às recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, foi relatada a realização de cursos de capacitação de servidores, bem como a atualização do sistema e-Proc.

Boas práticas apontadas pela unidade processante:

a) conferência constante (checagem diária das estantes, num ciclo que se reinicia a cada 45 dias) da localização dos processos sobrestados nas estantes;

b) juntada imediata das petições - ainda que o processo esteja aguardando decurso de prazo - fazendo-se uma análise de cada uma a fim de se estabelecer a próxima fase do processo;

c) em caso de sobrecarga de algum setor na Secretaria de Recursos, há deslocamento temporário dos servidores das outras seções para prestarem auxílio, com a realização, se for o caso, de mutirões para que seja colocado em dia o setor sobrecarregado;

d) reuniões periódicas para troca de informações, orientações e deliberações, com a participação de todos os servidores e estagiários; e

e) preparação dos servidores para estarem aptos a desempenhar as diversas tarefas de tramitação processual, tanto dos processos na Divisão de Procedimentos Diversos como daqueles atribuídos à Divisão de Processamento, considerando-se as eventuais substituições de cada servidor em caso de ausências (férias, licença médica, etc.), bem como as situações em que há acúmulo de serviços em determinado setor.

## **6. OBSERVAÇÕES GERAIS**

A título de apontamentos específicos, a equipe apurou as seguintes situações existentes na unidade inspecionada:

a) a Secretaria de Recursos é órgão bem estruturado, com excelente organização de pessoal; os servidores parecem motivados e há constante planejamento das ações;

b) as estantes com os processos físicos sobrestados ocupam um espaço considerável na Secretaria de Recursos, chegando a dificultar a mobilidade dos servidores dentro da unidade; além disso, em se tratando de processos que ficam acautelados na Secretaria sem prazo determinado, pois aguardam o julgamento do respectivo representativo de controvérsia nos tribunais superiores, existe o risco de o ambiente se tornar insalubre;

c) foram relatadas dificuldades no envio dos processos eletrônicos ao Superior Tribunal de Justiça, ante a incompatibilidade do sistema e-Proc com o daquela Corte Superior, o que exige o cadastro e indexação do processo eletrônico no sistema do STJ;

d) No caso dos agravos de instrumento ou outros incidentes (medidas cautelares, agravos de execução penal, etc.) que tramitam de forma eletrônica, a comunicação acerca do julgamento do processo principal pelo juízo de origem, que é gerada automaticamente pelo sistema e-Proc naqueles processos incidentais, não é percebida de imediato pelos servidores da Secretaria de Recursos, tendo em vista a inexistência de um fluxo no sistema que permita a movimentação desses processos para um localizador específico assim que há o registro da comunicação do julgamento do feito principal. Quanto a essa constatação, a Secretaria de Recursos, bem como a Diretoria Judiciária, informaram que já estão sendo providenciadas medidas quanto à inclusão de um fluxo no sistema e-Proc destinado à identificação imediata dos processos eletrônicos em caso de comunicações oriundas do juízo de origem, a fim de que, nesses casos, seja providenciado o andamento mais rápido do feito.

## **7. RECOMENDAÇÕES**

a) Estudar, em conjunto com a Diretoria Judiciária e com a Presidência, a possibilidade de serem adquiridas para a Secretaria de Recursos estantes deslizantes, a fim de que os processos físicos sobrestados sejam melhor acautelados na unidade processante, disponibilizando, por conseguinte, um maior espaço para a mobilidade dos servidores dentro da Secretaria;

b) Analisar, em conjunto com a Vice-Presidência, a possibilidade de ser evitada a prática, pelo TRF, de atos nos processos já remetidos eletronicamente aos tribunais superiores; e

c) Observar as demais recomendações constantes dos itens 3, 4 e 6 deste Relatório.

## SECRETARIA DE REGISTROS E INFORMAÇÕES PROCESSUAIS

### 1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

1.1. **Órgão:** Secretaria de Registros e Informações Processuais.

1.2. **Diretor:** Adelar Geronimo Gallina.

1.3. **Tempo de atuação:** desde 2001.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Diretor de Secretaria.

### 1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Secretaria de Registros e Informações Processuais
Servidores efetivos	23
Servidores sem vínculo	-
Servidores requisitados	-
Servidores prestando serviços em outros setores	-
Terceirizados	-
Vagas não ocupadas	-
Estagiários	2 (nível médio)
TOTAL	25
Servidores em área-fim	23

O Diretor de Secretaria tem experiência administrativa e processual, exercendo liderança sobre a equipe. Existe fixação de metas, tanto individuais como gerais, para toda a equipe. Os servidores estão motivados e participam do planejamento, do controle e da avaliação dos resultados. Há controle do cumprimento da jornada de trabalho pelo Diretor da Secretaria.

### 2. ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DA UNIDADE

As atribuições da SRIP são:

- a) protocolar, autuar e distribuir os processos físicos, certificando nos autos os casos em que o sistema acusa a existência de prevenção;
- b) prestar informações processuais e dar apoio ao usuário do processo eletrônico;
- e
- c) expedir certidões de distribuição.

### **3. ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA**

Dos 15 feitos (todos físicos) selecionados para inspeção, nenhum foi inspecionado. A equipe de inspeção, em consultas processuais realizadas no sítio eletrônico do TRF, observou que todos os feitos já haviam sido distribuídos e não se encontravam mais na unidade processante inspecionada.

Também por meio de consulta processual a equipe de inspeção constatou que, dos 15 processos listados na amostragem, 12 encontram-se com carga ao Ministério Público Federal há mais de 60 dias, o mais antigo com remessa externa ao MPF desde 27/2/2015 (00011510320154049999).

Dos três remanescentes, dois estavam com remessa ao MPF há mais de 60 dias à época em que selecionados pela Corregedoria na amostragem, mas foram devolvidos ao Tribunal (recebidos pela SOJ) antes do período da inspeção, em 27/1/2016 (00100724820154049999 e 00101573420154049999).

Não foram identificados processos remanescentes da inspeção anterior para acompanhamento na atual.

Na listagem, não constaram processos extraviados; e, no, acervo geral, não foram apurados processos extraviados sem restauração.

Em relação aos processos listados, não há recomendações específicas para a Secretaria de Registros e Informações Processuais, uma vez que o acompanhamento dos processos com prazo de vista excedido incumbe à SOJ, tendo sido registrado no relatório daquela Secretaria.

### **4. OBSERVAÇÕES GERAIS**

A equipe da Corregedoria foi recebida pelo Diretor da Secretaria que discorreu acerca das atividades desenvolvidas pelo Setor.

A Secretaria de Registros e Informações Processuais está organizada da seguinte forma: a) Divisão de registros e autuação de processos físicos; b) Divisão de registros em sistemas processuais e suporte ao processo eletrônico; e c) Núcleo de informações processuais, cadastro de usuários e certidões.

A autuação e distribuição dos processos eletrônicos, incluindo a acusação de possível prevenção, são realizadas automaticamente pelo sistema e-Proc.

Os autos físicos são provenientes das comarcas dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina na atuação da competência delegada (os processos das comarcas do Estado do Paraná já são recebidos no TRF pelo sistema eletrônico, em face da integração dos sistemas), bem como das seções judiciárias da 4ª Região, quando iniciaram por meio físicos.



Os processos físicos são colocados em estantes, com localização controlada pela respectiva guia de remessa recebida.

Vale registrar que no Tribunal de Justiça do Paraná os processos tramitam na forma eletrônica, sendo remetidos diretamente ao sistema e-Proc do TRF.

As atribuições do Núcleo de Informações Processuais, Cadastro de Usuários e Certidões - um dos setores da Secretaria de Registros e Informações Processuais - são desempenhadas por cinco servidores, sendo os demais responsáveis pela autuação de processos físicos nos quais há fixação de metas individuais diárias (no mínimo 15 autuações por cada servidor, perfazendo um total de 95 a 100 por dia).

Na Divisão de Registros em Sistemas e Suporte ao Processo Eletrônico e no Núcleo de informações há algumas tarefas especializadas que são prioritariamente desenvolvidas por alguns servidores e outras de domínio comum, estas são compartilhadas entre todos integrantes do respectivo setor. Em regra, os supervisores têm maior flexibilidade e acabam por atuar em mais de um setor conforme houver necessidade.

Na Secretaria há estudo no sentido de ser designado servidor para trabalhar, de forma experimental, no regime do teletrabalho, cujas atribuições seriam, a princípio, a inserção, no sistema, das mídias eletrônicas (com documentos e audiências) recebidas da Justiça Estadual do Paraná e/ou a elaboração de minutas de certidões de distribuição.

No que diz respeito às recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, foi relatada a realização de cursos de capacitação de servidores, bem como a atualização do sistema e-Proc e o mapeamento das novas classes processuais.

## **5. RECOMENDAÇÕES**

Equalizar as atribuições entre os servidores, visando à distribuição dos processos físicos no menor tempo possível, uma vez que a demora de 15 dias é reputada excessiva, mormente quando considerada a excelência dos serviços prestados pelo Tribunal e a drástica redução do número de processos físicos recebidos na Corte após a adoção do processo judicial eletrônico.

## SECRETARIA DE PRECATÓRIOS

### 1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

1.1. **Órgão:** Secretaria de Precatórios.

1.2. **Diretor:** Álvaro Madsen.

1.3. **Tempo de atuação:** desde outubro de 2000.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Diretor da Secretaria de Precatórios.

### 1.4. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Secretaria de Precatórios
Servidores efetivos	16
Servidores sem vínculo	0
Servidores requisitados	0
Servidores prestando serviços em outros setores	0
Terceirizados	0
Vagas não ocupadas	0
Estagiários	0
TOTAL	16
Servidores em área-fim	16

O Diretor da Secretaria de Precatórios tem experiência administrativa e processual, exercendo liderança sobre a equipe. Existe fixação de metas, tanto individuais como gerais, para toda a equipe. Os servidores estão motivados, e participam do planejamento, do controle e da avaliação dos resultados. Há controle do cumprimento da jornada de trabalho pelo Diretor da Secretaria.

### 2. ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DA UNIDADE

Recebimento, autuação, controle, acompanhamento, atualização e pagamento de requisitórios de pagamento (Requisições de Pequeno Valor – RPV e Precatórios).

### 3. OBSERVAÇÕES GERAIS

A unidade foi visitada para levantamento e registro de dados gerais, sem listagem de feitos para inspeção ou controle processual.

A equipe da Corregedoria foi recebida pelo Diretor da Secretaria que discorreu sobre as atividades desenvolvidas pelo Setor.

A Secretaria de Precatórios está organizada da seguinte forma:

a) *Divisão de Processamento*, responsável pelo recebimento e pela análise dos pedidos das partes e interessados, encaminhando-os para a Presidência com minutas de despachos;

b) *Núcleo de Cálculos e Alterações de Requisições de Pagamento*, competente para promover as alterações nos requisitórios de pagamento (RPVs e Precatórios), como inclusão ou substituição de favorecidos e redução de valores. Necessário se faz ressaltar que a alteração nas requisições de pagamento só é possível se houver despacho determinando. Do contrário, o sistema sequer permite que o servidor tenha acesso aos dados do requisitório;

c) *Seção de Pagamento de RPVs*, com as atribuições de executar e acompanhar o pagamento de RPVs;

d) *Seção de Pagamento de Precatórios*, que executa e acompanha o pagamento de Precatórios;

e) *Setor de Autuação*, responsável por receber, triar, conferir e autuar RPVs e Precatórios;

f) *Setor de Atendimento*, voltado para o atendimento das partes, prestando informações sobre o andamento dos requisitórios de pagamento.

Observou-se uma estrutura interna da Secretaria bem organizada, com todos os Precatórios e RPVs tramitando na forma eletrônica. Há RPVs e Precatórios físicos com pagamentos já realizados, correspondentes a procedimentos arquivados e localizados, intencionalmente, em estantes na própria Secretaria, para eventuais consultas solicitadas pela Presidência ou pelos juízos requisitantes.

A Secretaria adota o critério da especialidade para a divisão das tarefas desempenhadas pelos servidores, conforme as atribuições de cada unidade retro citada (Divisão de Processamento, Núcleo de Cálculos e Alterações de Requisições de Pagamento, Seção de Pagamento de RPVs, Seção de Pagamento de Precatórios, Setor de Autuação e Setor de Atendimento).

Os dados estatísticos apresentados na tabela abaixo revelam que, no período de fevereiro/2015 a janeiro/2016, foram distribuídas 259.873 RPVs e pagas 260.398. No mesmo período, foram distribuídos 21.223 precatórios. A unidade informou que o pagamento está integralmente informatizado, inclusive para a Justiça Estadual no exercício da competência delegada.

**Quantitativo de RPVs distribuídos e pagos na 4ª Região**

Período	fev-15	mar-15	abr-15	mai-15	jun-15	jul-15	ago-15	set-15	out-15	nov-15	dez-15	jan-16	Total
<b>Distribuídos</b>	21.061	<b>20931</b>	25.147	<b>28984</b>	22.631	<b>18804</b>	16.236	<b>19923</b>	29.299	<b>18836</b>	22.849	<b>15172</b>	259.873
<b>Pagos</b>	16.058	<b>20985</b>	27.867	<b>23661</b>	23.534	<b>27352</b>	16.968	<b>17879</b>	21.632	<b>22993</b>	0	41.469	260.398

Fonte: TRF 4ª Região

**Quantitativo de Precatórios distribuídos na 4ª Região**

Período	fev-15	mar-15	abr-15	mai-15	jun-15	jul-15	ago-15	set-15	out-15	nov-15	dez-15	jan-16	Total
<b>Distribuídos</b>	1.135	<b>1.491</b>	1.680	<b>2.062</b>	6.214	<b>3.345</b>	467	<b>676</b>	1.169	<b>989</b>	1.282	<b>713</b>	21.223

Fonte: TRF 4ª Região

A Secretaria informou que existem 20 precatórios com atraso no pagamento, dentre os quais a maior parte tem como credora a Fazenda Nacional e devedores Municípios e Conselhos Profissionais.

A Secretaria informou que, em caso de atraso de pagamento de precatórios, as medidas voltadas para o sequestro de valores (bloqueio via sistema BACEN-JUD) dependem de requerimento da parte interessada, não sendo tais medidas efetivadas de ofício pelo Tribunal.

Destacou que em todos os precatórios com pagamentos atrasados foi providenciada a intimação da parte credora, que, no entanto, nada requereu até o fechamento deste relatório. Acrescentou, ainda, que essas intimações são reiteradas regularmente.

Segundo a Secretaria, o sistema (e-Proc) só permite alterações nas requisições de pagamento após o lançamento de despacho da Presidência.

Os precatórios estão sendo atualizados pelo sistema e-Proc, de forma automática, observando-se o IPCA-E, nos termos da Portaria n. 268, de 1 de julho de 2015, do Conselho da Justiça Federal.

A Secretaria informou que, no período de 1º/1/2015 a 18/12/2015, foram elaboradas 3.173 minutas de despacho, tendo sido expedidos 81 ofícios às entidades devedoras e juízos requisitantes, bem como realizadas 9.529 comunicações eletrônicas, por meio do SISCOM, em cumprimento a despachos da Presidência.

No que diz respeito às recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, foi relatada a realização de cursos de capacitação de servidores, bem como a atualização do sistema e-Proc.

Como melhores práticas observadas na Secretaria, a equipe de inspeção constatou:

a) permanente busca por melhorias no sistema de processamento das requisições de pagamento, mediante frequentes trocas de informações entre a Secretaria e o Setor de Informática;

b) estabelecimento de metas voltadas para o acompanhamento diário das RPVs e dos precatórios; e

c) implantação, em fevereiro de 2015, do “Portal de Precatórios”, disponível no sítio eletrônico do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Além de ter reduzido de forma significativa o número de atendimentos na Secretaria (presencial e por telefone), já que, por meio dessa ferramenta, os interessados podem acompanhar todo o processamento

das RPVs e precatórios até o seu pagamento, proporcionou maior transparência no processamento das requisições de pagamento.

#### **4. RECOMENDAÇÕES**

Não há recomendações específicas destinadas à Secretaria de Precatórios.

**SECRETARIA DOS ÓRGÃOS JULGADORES  
(TURMAS, SEÇÕES, CORTE ESPECIAL E PLENÁRIO)**

**ESPECIALIDADE:**

**Primeira Seção** (1ª e 2ª Turmas): Trabalhista e Tributária;

**Segunda Seção** (3ª e 4ª Turmas): Administrativa, Civil e Comercial;

**Terceira Seção** (5ª e 6ª Turmas): Previdência e Assistência Social; e

**Quarta Seção** (7ª e 8ª Turmas): Penal.

**1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE**

**1.1. Secretaria:** Secretaria dos Órgãos Julgadores – SOJ.

**1.2. Diretora de Secretaria:** Jaqueline Paiva Nunes Goron.

**1.3. Tempo de atuação:** na SOJ, desde a sua criação em 7/1/2015. Antes ocupava o cargo de Diretora da Secretaria das Seções, Corte Especial e Plenário, para o qual fora nomeada em 21/6/2013.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pela Diretora da Secretaria.

**1.4. Quadro de pessoal:**

<b>Quadro de Pessoal</b>	<b>Secretaria dos Órgãos Julgadores</b>
Servidores efetivos	30
Servidores sem vínculo	0
Servidores requisitados	0
Terceirizados	0
Vagas não ocupadas	0
Estagiários	9
<b>TOTAL</b>	<b>39</b>
Servidores em área-fim	30

A Secretaria dos Órgãos Julgadores, criada em 7/1/2015, nos termos da Resolução n. 120, de 23/9/2014, que unificou as secretarias das oito turmas e a Secretaria das Seções, Corte Especial e Plenário, conta com 30 servidores e 9 estagiários de nível superior, num total de 30 auxiliares na área-fim.

A Diretora de Secretaria tem bastante experiência administrativa e processual, exercendo liderança sobre a equipe. Não existem metas individuais ou gerais, no entanto, foi relatado pela Diretora que o trabalho da Secretaria é voltado para a movimentação imediata dos processos recebidos, sendo priorizadas as situações que exigem urgência, a exemplo dos processos inseridos nas metas do CNJ, com prioridade legal, ou que exijam cumprimento imediato.

Como se trata de secretaria com elevado número de processos, haja vista sua competência para a tramitação de todos processos judiciais do Tribunal, há um planejamento constante, com vistas a evitar acúmulo de processos em quaisquer dos setores, de modo que ocorrendo, por qualquer motivo, aumento de serviço em um deles, ou no caso de férias, são deslocados servidores de outros setores. Há controle do cumprimento da jornada de trabalho pela Diretora da Secretaria.

## 2. PRINCIPAIS DADOS DA SECRETARIA DOS ÓRGÃOS JULGADORES POR UNIDADE

### 2.1. ESTATÍSTICAS DA 1ª TURMA

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO*	
Processos em tramitação na turma (fevereiro/2015)	1.680
Processos em tramitação na turma (janeiro/2016)	2.772

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: \* As estatísticas de processos em tramitação na unidade não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Há na unidade 2.175 processos eletrônicos e 597 físicos.

O acervo da unidade quanto às metas do CNJ apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

PERFIL DO ACERVO EM TRAMITAÇÃO NA TURMA – METAS CNJ (janeiro/2016)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	23
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	3
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	5
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	2
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	10
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	13
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	44
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	87
META 4/2016 (distribuídos até 31/12/2014)*	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

\* Total de processos cíveis relacionados à improbidade administrativa.

No acervo em tramitação da 1ª Turma (2.772 processos), o número de feitos da Meta 2 do CNJ, distribuídos até 31/12/2012 e apurados em janeiro/2016, é de 187 processos, correspondendo a 6,75%.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 8 dias, dentro do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Foram publicados entre fevereiro/2015 e janeiro/2016 13.025 acórdãos. Havia apenas 44 acórdãos pendentes de publicação em 31/1/2016.

<b>Publicação de acórdãos (fevereiro/2015 a janeiro/2016)</b>	
<b>Acórdãos lavrados</b>	<b>15.404</b>
<b>Acórdãos publicados</b>	<b>13.025</b>
<b>Tempo médio de publicação (dias)</b>	<b>8</b>
<b>Publicações em prazo superior a 10 dias</b>	<b>141</b>
<b>Pendentes de publicação</b>	<b>44</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

A unidade possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas, mostrando que, entre fevereiro/2015 e janeiro/2016, houve 6.091 publicações, o que, somado ao número de acórdãos publicados, resulta no volume de 19.116 no período objeto da inspeção.

<b>Estatísticas</b>	<b>Total de Processos</b>
<b>Processos com carga ou vista (janeiro/2016)</b>	<b>51</b>
<b>Processos sobrestados na Turma (janeiro/2016)</b>	<b>0</b>
<b>Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (janeiro/2016)</b>	<b>0</b>
<b>Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (janeiro/2016)</b>	<b>1</b>
<b>Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (janeiro/2016)</b>	<b>-</b>
<b>Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (janeiro/2016)</b>	<b>74</b>
<b>Processos sem movimentação há mais de 90 dias</b>	<b>7</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado indisponível

Não existem processos da competência da 1ª Turma sobrestados.

Foram constatados, em janeiro de 2016, 51 processos com carga ou vista, 1 aguardando cumprimento de diligência da parte ou de terceiros e de resposta a ofício, além de 74 petições, ofícios ou documentos pendentes de juntada e 7 feitos sem tramitação há mais de noventa dias.

## 2.2. ESTATÍSTICAS DA 2ª TURMA

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO*</b>	
<b>Processos em tramitação na turma (fevereiro/2015)</b>	<b>1.853</b>
<b>Processos em tramitação na turma (janeiro/2016)</b>	<b>2.132</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: \* As estatísticas de tramitação na turma, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.



Há na unidade 1.596 processos eletrônicos e 536 físicos.

O acervo da unidade quanto às metas do CNJ apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>PERFIL DO ACERVO EM TRAMITAÇÃO NA TURMA – METAS CNJ (janeiro/2016)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	<b>25</b>
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	<b>5</b>
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	<b>4</b>
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	<b>3</b>
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	<b>6</b>
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	<b>4</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2011)</b>	<b>14</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2012)</b>	<b>11</b>
<b>META 4/2016 (distribuídos até 31/12/2014)*</b>	<b>0</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

\* Total de processos cíveis relacionados à improbidade administrativa.

No acervo em tramitação da 2ª Turma (2.132 processos), o número de feitos da Meta 2 do CNJ, distribuídos até 31/12/2012 e apurados em janeiro/2016, é de 72 processos, correspondendo a 3,37%.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 7 dias, dentro do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Foram publicados entre fevereiro/2015 e janeiro/2016 13.581 acórdãos. Não havia acórdãos pendentes de publicação em 31/1/2016.

<b>Publicação de acórdãos (fevereiro/2015 a janeiro/2016)</b>	
<b>Acórdãos lavrados</b>	<b>15.844</b>
<b>Acórdãos publicados</b>	<b>13.581</b>
<b>Tempo médio de publicação</b>	<b>7</b>
<b>Publicações em prazo superior a 10 dias</b>	<b>54</b>
<b>Pendentes de publicação</b>	<b>0</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

A unidade possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas, mostrando que, entre fevereiro/2015 e janeiro/2016, houve 6.304 publicações, o que, somado ao número de acórdãos publicados, resulta no volume de 19.885 no período objeto da inspeção.

<b>Estatísticas</b>	<b>Total de Processos</b>
<b>Processos com carga ou vista (janeiro/2016)</b>	<b>44</b>
<b>Processos sobrestados na Turma (janeiro/2016)</b>	<b>0</b>
<b>Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (janeiro/2016)</b>	<b>0</b>
<b>Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (janeiro/2016)</b>	<b>1</b>
<b>Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (janeiro/2016)</b>	<b>-</b>
<b>Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (janeiro/2016)</b>	<b>60</b>
<b>Processos sem movimentação há mais de 90 dias</b>	<b>1</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado indisponível

Não existem processos da competência da 2ª Turma sobrestados.

Foram constatados, em janeiro de 2016, 44 processos com carga ou vista, 1 aguardando cumprimento de diligência da parte ou de terceiros e de resposta a ofício, além de 60 petições, ofícios ou documentos pendentes de juntada e 1 processo sem tramitação há mais de noventa dias.

### 2.3. ESTATÍSTICAS DA 3ª TURMA

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO*</b>	
<b>Processos em tramitação na turma (fevereiro/2015)</b>	<b>2.325</b>
<b>Processos em tramitação na turma (janeiro/2016)</b>	<b>4.213</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: \* As estatísticas de tramitação na turma, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Há na unidade 4.013 processos eletrônicos e 200 físicos.

O acervo da unidade quanto às metas do CNJ apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>PERFIL DO ACERVO EM TRAMITAÇÃO NA TURMA – METAS CNJ (janeiro/2016)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	<b>31</b>
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	<b>9</b>
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	<b>16</b>
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	<b>11</b>
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	<b>22</b>
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	<b>20</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2011)</b>	<b>19</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2012)</b>	<b>37</b>
<b>META 4/2016 (distribuídos até 31/12/2014)*</b>	<b>0</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

\* Total de processos cíveis relacionados à improbidade administrativa.

No acervo em tramitação da 3ª Turma (4.213 processos), o número de feitos da Meta 2 do CNJ, distribuídos até 31/12/2012 e apurados em janeiro/2016, é de 165, correspondendo a 3,92%.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 12 dias depois do julgamento, fora do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Foram publicados entre fevereiro/2015 e janeiro/2016 25.821 acórdãos. Havia 51 acórdãos pendentes de publicação em 31/1/2016.

<b>Publicação de acórdãos (fevereiro/2015 a janeiro/2016)</b>	
<b>Acórdãos lavrados</b>	<b>26.396</b>
<b>Acórdãos publicados</b>	<b>25.821</b>
<b>Tempo médio de publicação</b>	<b>12</b>
<b>Publicações em prazo superior a 10 dias</b>	<b>180</b>
<b>Pendentes de publicação</b>	<b>51</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

A unidade possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas, mostrando que, entre fevereiro/2015 e janeiro/2016, houve 6.750 publicações, o que, somado ao número de acórdãos publicados, resulta no volume de 32.571 no período objeto da inspeção.

<b>Estatísticas</b>	<b>Total de Processos</b>
<b>Processos com carga ou vista (janeiro/2016)</b>	<b>41</b>
<b>Processos sobrestados na Turma (janeiro/2016)</b>	<b>0</b>
<b>Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (janeiro/2016)</b>	<b>0</b>
<b>Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (janeiro/2016)</b>	<b>4</b>
<b>Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (janeiro/2016)</b>	<b>-</b>
<b>Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (janeiro/2016)</b>	<b>33</b>
<b>Processos sem movimentação há mais de 90 dias</b>	<b>3</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado indisponível

Não existem processos da competência da 3ª Turma sobrestados.

Foram constatados, em janeiro de 2016, 41 processos com carga ou vista, 4 feitos aguardando cumprimento de diligência da parte ou de terceiros e de resposta a ofício, além de 33 petições, ofícios ou documentos pendentes de juntada e 3 processos sem tramitação há mais de noventa dias.

## 2.4. ESTATÍSTICAS DA 4ª TURMA

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO*</b>	
<b>Processos em tramitação na turma (fevereiro/2015)</b>	<b>3.162</b>
<b>Processos em tramitação na turma (janeiro/2016)</b>	<b>3.476</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: \* As estatísticas de tramitação na turma, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Há na unidade 3.259 processos eletrônicos e 217 físicos.

O acervo da unidade quanto às metas do CNJ apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>PERFIL DO ACERVO EM TRAMITAÇÃO NA TURMA – METAS CNJ (janeiro/2016)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	<b>9</b>
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	<b>11</b>
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	<b>13</b>
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	<b>22</b>
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	<b>16</b>
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	<b>32</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2011)</b>	<b>51</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2012)</b>	<b>130</b>
<b>META 4/2016 (distribuídos até 31/12/2014)*</b>	<b>0</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

\* Total de processos cíveis relacionados à improbidade administrativa.

No acervo em tramitação da 4ª Turma (3.476 processos), o número de feitos da Meta 2 do CNJ, distribuídos até 31/12/2012 e apurados em janeiro/2016, é de 284, correspondendo a 8,17%.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 11 dias depois do julgamento, fora do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Foram publicados entre fevereiro/2015 e janeiro/2016 26.048 acórdãos. Havia 49 acórdãos pendentes de publicação em 31/1/2016.

<b>Publicação de acórdãos (fevereiro/2015 a janeiro/2016)</b>	
<b>Acórdãos lavrados</b>	<b>26.789</b>
<b>Acórdãos publicados</b>	<b>26.048</b>
<b>Tempo médio de publicação</b>	<b>11</b>
<b>Publicações em prazo superior a 10 dias</b>	<b>203</b>
<b>Pendentes de publicação</b>	<b>49</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

A unidade possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas, mostrando que, entre fevereiro/2015 e janeiro/2016, houve 6.399 publicações, o que, somado ao número de acórdãos publicados, resulta no volume de 32.447 no período objeto da inspeção.

<b>Estatísticas</b>	<b>Total de Processos</b>
<b>Processos com carga ou vista (janeiro/2016)</b>	<b>38</b>
<b>Processos sobrestados na Turma (janeiro/2016)</b>	<b>0</b>
<b>Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (janeiro/2016)</b>	<b>0</b>
<b>Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (janeiro/2016)</b>	<b>0</b>
<b>Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (janeiro/2016)</b>	<b>-</b>
<b>Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (janeiro/2016)</b>	<b>31</b>
<b>Processos sem movimentação há mais de 90 dias</b>	<b>1</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado indisponível

Não existem processos da competência da 4ª Turma sobrestados.

Foram constatados, em janeiro de 2016, 38 processos com carga ou vista, além de 31 petições, ofícios ou documentos pendentes de juntada e 1 feito sem tramitação há mais de noventa dias.

## 2.5. ESTATÍSTICAS DA 5ª TURMA

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO*</b>	
<b>Processos em tramitação na turma (fevereiro/2015)</b>	<b>4.992</b>
<b>Processos em tramitação na turma (janeiro/2016)</b>	<b>5.968</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: \* As estatísticas de tramitação na turma, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Há na unidade 2.500 processos eletrônicos e 3.468 físicos.

O acervo da unidade quanto às metas do CNJ apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>PERFIL DO ACERVO EM TRAMITAÇÃO NA TURMA – METAS CNJ (janeiro/2016)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	<b>1</b>
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	<b>2</b>
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	<b>4</b>
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	<b>33</b>
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	<b>243</b>
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	<b>412</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2011)</b>	<b>600</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2012)</b>	<b>422</b>
<b>META 4/2016 (distribuídos até 31/12/2014)*</b>	<b>0</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

\* Total de processos cíveis relacionados à improbidade administrativa.

No acervo em tramitação da 5ª Turma (5.968 processos), o número de feitos da Meta 2 do CNJ, distribuídos até 31/12/2012 e apurados em janeiro/2016, é de 1.717, correspondendo a 28,77%.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 9 dias depois do julgamento, dentro do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Foram publicados entre fevereiro/2015 e janeiro/2016 11.019 acórdãos. Havia 341 acórdãos pendentes de publicação em 31/1/2016.

<b>Publicação de acórdãos (fevereiro/2015 a janeiro/2016)</b>	
<b>Acórdãos lavrados</b>	<b>22.152</b>
<b>Acórdãos publicados</b>	<b>11.019</b>
<b>Tempo médio de publicação</b>	<b>9</b>
<b>Publicações em prazo superior a 10 dias</b>	<b>1.627</b>
<b>Pendentes de publicação</b>	<b>341</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

A unidade possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas, mostrando que, entre fevereiro/2015 e janeiro/2016, houve 4.516 publicações, o que, somado ao número de acórdãos publicados, resulta no volume de 15.535 no período objeto da inspeção.

<b>Estatísticas</b>	<b>Total de Processos</b>
<b>Processos com carga ou vista (janeiro/2016)</b>	<b>98</b>
<b>Processos sobrestados na Turma (janeiro/2016)</b>	<b>292</b>
<b>Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (janeiro/2016)</b>	<b>0</b>
<b>Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (janeiro/2016)</b>	<b>206</b>
<b>Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (janeiro/2016)</b>	<b>-</b>
<b>Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (janeiro/2016)</b>	<b>237</b>
<b>Processos sem movimentação há mais de 90 dias</b>	<b>13</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado indisponível

Segundo a tabela acima, existem 292 processos sobrestados.

Foram constatados, em janeiro de 2016, 98 processos com carga ou vista e 206 feitos aguardando cumprimento de diligência da parte ou de terceiros e de resposta a ofício, além de 237 petições, ofícios ou documentos pendentes de juntada e 13 processos sem tramitação há mais de noventa dias.

## 2.6. ESTATÍSTICAS DA 6ª TURMA

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO*</b>	
<b>Processos em tramitação na turma (fevereiro/2015)</b>	<b>5.727</b>
<b>Processos em tramitação na turma (janeiro/2016)</b>	<b>6.099</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: \* As estatísticas de tramitação na turma, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Há na unidade 1.721 processos eletrônicos e 4.378 físicos.

O acervo da unidade quanto às metas do CNJ apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>PERFIL DO ACERVO EM TRAMITAÇÃO NA TURMA – METAS CNJ (janeiro/2016)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	<b>1</b>
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	<b>4</b>
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	<b>57</b>
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	<b>452</b>
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	<b>527</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2011)</b>	<b>393</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2012)</b>	<b>381</b>
<b>META 4/2016 (distribuídos até 31/12/2014)*</b>	<b>0</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

\* Total de processos cíveis relacionados à improbidade administrativa.

No acervo em tramitação da 6ª Turma (6.099 processos), o número de feitos da Meta 2 do CNJ, distribuídos até 31/12/2012 e apurados em janeiro/2016, é de 1.815, correspondendo a 29,76%.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 8 dias depois do julgamento, dentro do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Foram publicados entre fevereiro/2015 e janeiro/2016 9.941 acórdãos. Havia 1.149 acórdãos pendentes de publicação em 31/1/2016.

<b>Publicação de acórdãos (fevereiro/2015 a janeiro/2016)</b>	
<b>Acórdãos lavrados</b>	<b>22.422</b>
<b>Acórdãos publicados</b>	<b>9.941</b>
<b>Tempo médio de publicação</b>	<b>8</b>
<b>Publicações em prazo superior a 10 dias</b>	<b>458</b>
<b>Pendentes de publicação</b>	<b>1.149</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

A unidade possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas, mostrando que, entre fevereiro/2015 e janeiro/2016, houve 5.234 publicações, o que, somado ao número de acórdãos publicados, resulta no volume de 15.175 no período objeto da inspeção.

<b>Estatísticas</b>	<b>Total de Processos</b>
<b>Processos com carga ou vista (janeiro/2016)</b>	<b>155</b>
<b>Processos sobrestados na Turma (janeiro/2016)</b>	<b>458</b>
<b>Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (janeiro/2016)</b>	<b>0</b>
<b>Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (janeiro/2016)</b>	<b>451</b>
<b>Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (janeiro/2016)</b>	<b>-</b>
<b>Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (janeiro/2016)</b>	<b>484</b>
<b>Processos sem movimentação há mais de 90 dias</b>	<b>9</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado indisponível

Segundo a tabela acima, existem 458 processos sobrestados.

Foram constatados, em janeiro de 2016, 155 processos com carga ou vista e 451 aguardando cumprimento de diligência da parte ou de terceiros e de resposta a ofício, além de 484 petições, ofícios ou documentos pendentes de juntada e 9 processo sem tramitação há mais de noventa dias.

## 2.7. ESTATÍSTICAS DA 7ª TURMA

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO*</b>	
<b>Processos em tramitação na turma (fevereiro/2015)</b>	<b>284</b>
<b>Processos em tramitação na turma (janeiro/2016)</b>	<b>456</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: \* As estatísticas de tramitação na turma, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Há na unidade 418 processos eletrônicos e 38 físicos.

O acervo da unidade quanto às metas do CNJ apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>PERFIL DO ACERVO EM TRAMITAÇÃO NA TURMA – METAS CNJ (janeiro/2016)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	<b>1</b>
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	<b>2</b>
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2011)</b>	<b>2</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2012)</b>	<b>2</b>
<b>META 4/2016 (distribuídos até 31/12/2014)*</b>	<b>0</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

\* Total de processos cíveis relacionados à improbidade administrativa.



No acervo em tramitação da 7ª Turma (456 processos), o número de feitos da Meta 2 do CNJ distribuídos até 31/12/2012 e apurados em janeiro/2016 é de 7, correspondendo a 1,53%.

Quanto à Meta 8/2016 do CJF, o número de feitos, em andamento, distribuídos até 31/12/2014, é de 3 processos.

Em relação à Meta 7/2016 do CJF, observa-se que não foi totalmente atendida, haja vista que até 31/1/2016 foram distribuídos 157 processos criminais e baixados apenas 134. No entanto, pelos dados estatísticos fornecidos, não se pode precisar se o menor número de baixas decorre da inércia da Secretaria ou da demora do julgamento.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 8 dias, dentro do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Foram publicados entre fevereiro/2015 e janeiro/2016 2.562 acórdãos. Havia 9 acórdãos pendentes de publicação em 31/1/2016.

Publicação de acórdãos (fevereiro/2015 a janeiro/2016)	
Acórdãos lavrados	2.782
Acórdãos publicados	2.562
Tempo médio de publicação	8
Publicações em prazo superior a 10 dias	21
Pendentes de publicação	9

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

A unidade possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas mostrando que, entre fevereiro/2015 e janeiro/2016, houve 139 publicações, o que, somado ao número de acórdãos publicados, resulta no montante de 2.701 no período objeto da inspeção.

Estatísticas	Total de Processos
Processos com carga ou vista (janeiro/2016)	17
Processos sobrestados na Turma (janeiro/2016)	0
Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (janeiro/2016)	0
Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (janeiro/2016)	2
Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (janeiro/2016)	-
Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (janeiro/2016)	1
Processos sem movimentação há mais de 90 dias	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado indisponível

Segundo a tabela acima, não existem processos da competência da 7ª Turma sobrestados.

Foram constatados, em janeiro de 2016, 17 processos com carga ou vista e 2 aguardando cumprimento de diligência da parte ou de terceiros e de resposta a ofício, além de 1 petição, ofício ou documento pendente de juntada.

## 2.8. ESTATÍSTICAS DA 8ª TURMA

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO*</b>	
<b>Processos em tramitação na turma (fevereiro/2015)</b>	<b>355</b>
<b>Processos em tramitação na turma (janeiro/2016)</b>	<b>408</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: \* As estatísticas de tramitação na turma, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Há na unidade 352 processos eletrônicos e 56 físicos.

O acervo da unidade quanto às metas do CNJ apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>PERFIL DO ACERVO EM TRAMITAÇÃO NA TURMA – METAS CNJ (janeiro/2016)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	<b>1</b>
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	<b>1</b>
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	<b>1</b>
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	<b>1</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2011)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2012)</b>	<b>2</b>
<b>META 4/2016 (distribuídos até 31/12/2014)*</b>	<b>0</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

\* Total de processos cíveis relacionados à improbidade administrativa.

No acervo em tramitação da 8ª Turma (408 processos), o número de feitos da Meta 2 do CNJ, distribuídos até 31/12/2012 e apurados em janeiro/2016, é de 6, correspondendo a 1,47%.

Quanto à Meta 8/2016 do CJF, o número de feitos em andamento, distribuídos até 31/12/2014, é de 22 processos.

Em relação à Meta 7/2016 do CJF, observa-se que não foi totalmente atendida, haja vista que até 31/1/2016 foram distribuídos 153 processos criminais e baixados apenas 134. No entanto, pelos dados estatísticos fornecidos, não se pode precisar se o menor número de baixas decorre da inércia da Secretaria ou da demora do julgamento.

A publicação de acórdãos é feita no prazo médio de 12 dias, fora do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Foram publicados entre fevereiro/2015 e janeiro/2016 2.357 acórdãos. Havia 10 acórdãos pendentes de publicação em 31/1/2016.

<b>Publicação de acórdãos (fevereiro/2015 a janeiro/2016)</b>	
<b>Acórdãos lavrados</b>	<b>2.692</b>
<b>Acórdãos publicados</b>	<b>2.357</b>
<b>Tempo médio de publicação</b>	<b>12</b>
<b>Publicações em prazo superior a 10 dias</b>	<b>97</b>
<b>Pendentes de publicação</b>	<b>10</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

A unidade possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas mostrando que, entre fevereiro/2015 e janeiro/2016, houve 468 publicações, o que, somado ao número de acórdãos publicados, resulta no volume de 2.825 no período objeto da inspeção.

<b>Estatísticas</b>	<b>Total de Processos</b>
<b>Processos com carga ou vista (janeiro/2016)</b>	<b>24</b>
<b>Processos sobrestados na Turma (janeiro/2016)</b>	<b>0</b>
<b>Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (janeiro/2016)</b>	<b>0</b>
<b>Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (janeiro/2016)</b>	<b>0</b>
<b>Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (janeiro/2016)</b>	<b>-</b>
<b>Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (janeiro/2016)</b>	<b>3</b>
<b>Processos sem movimentação há mais de 90 dias</b>	<b>0</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado indisponível

Segundo a tabela supra, não existem processos sobrestados da competência da 8ª Turma.

Foram constatados, em janeiro de 2016, 24 processos com carga ou vista, além de 3 petições, ofícios ou documentos pendentes de juntada.

## **2.9. ESTATÍSTICAS DA 1ª SEÇÃO**

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO*</b>	
<b>Processos em tramitação na seção (fevereiro/2015)</b>	<b>49</b>
<b>Processos em tramitação na seção (janeiro/2016)</b>	<b>51</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: \* As estatísticas de tramitação na turma, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Há na unidade 15 processos eletrônicos e 36 físicos.

O acervo da unidade quanto às metas do CNJ apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>PERFIL DO ACERVO EM TRAMITAÇÃO NA SEÇÃO – METAS CNJ (janeiro/2016)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	<b>3</b>
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	<b>1</b>
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	<b>1</b>
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	<b>1</b>
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	<b>3</b>
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	<b>2</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2011)</b>	<b>2</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2012)</b>	<b>6</b>
<b>META 4/2016 (distribuídos até 31/12/2014)*</b>	<b>0</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

\* Total de processos cíveis relacionados à improbidade administrativa.

No acervo em tramitação da 1ª Seção (51 processos), o número de feitos da Meta 2 do CNJ, distribuídos até 31/12/2012 e apurados em janeiro/2016, é de 19, correspondendo a 37,25%.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 12 dias depois do julgamento, fora do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Foram publicados entre fevereiro/2015 e janeiro/2016 116 acórdãos e não havia pendência de publicação em 31/1/2016.

<b>Publicação de acórdãos (fevereiro/2015 a janeiro/2016)</b>	
<b>Acórdãos lavrados</b>	<b>192</b>
<b>Acórdãos publicados</b>	<b>116</b>
<b>Tempo médio de publicação</b>	<b>12</b>
<b>Publicações em prazo superior a 10 dias</b>	<b>15</b>
<b>Pendentes de publicação</b>	<b>0</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

A unidade possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas, mostrando que, entre fevereiro/2015 e janeiro/2016, houve 240 publicações, o que, somado ao número de acórdãos publicados, resulta no montante de 356 no período objeto da inspeção.

<b>Estatísticas</b>	<b>Total de Processos</b>
<b>Processos com carga ou vista (janeiro/2016)</b>	<b>12</b>
<b>Processos sobrestados na Turma (janeiro/2016)</b>	<b>6</b>
<b>Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (janeiro/2016)</b>	<b>0</b>
<b>Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (janeiro/2016)</b>	<b>0</b>
<b>Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (janeiro/2016)</b>	<b>-</b>
<b>Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (janeiro/2016)</b>	<b>0</b>
<b>Processos sem movimentação há mais de 90 dias</b>	<b>2</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado indisponível

Segundo a tabela acima, existem 6 processos sobrestados.

Foram constatados, em janeiro de 2016, 12 processos com carga ou vista, além de 2 sem movimentação há mais de noventa dias.

## 2.10. ESTATÍSTICAS DA 2ª SEÇÃO

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO*</b>	
<b>Processos em tramitação na seção (fevereiro/2015)</b>	<b>88</b>
<b>Processos em tramitação na seção (janeiro/2016)</b>	<b>70</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: \* As estatísticas de tramitação na turma, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Há na unidade 31 processos eletrônicos e 39 físicos.

O acervo da unidade quanto às metas do CNJ apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>PERFIL DO ACERVO EM TRAMITAÇÃO NA SEÇÃO – METAS CNJ (janeiro/2016)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	<b>2</b>
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	<b>1</b>
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	<b>4</b>
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	<b>1</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2011)</b>	<b>2</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2012)</b>	<b>10</b>
<b>META 4/2016 (distribuídos até 31/12/2014)*</b>	<b>2</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

\* Total de processos cíveis relacionados à improbidade administrativa.

No acervo em tramitação da 2ª Seção (70 processos), o número de feitos da Meta 2 do CNJ, distribuídos até 31/12/2012 e apurados em janeiro/2016, é de 20 processos, correspondendo a 28,57%.

Existem 2 processos da Meta 4/2016 CNJ distribuídos até 31/12/2014 e apurados em janeiro/2016.

A publicação de acórdãos é feita no prazo médio de 14 dias depois do julgamento, fora do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Foram publicados, entre fevereiro/2015 e janeiro/2016, 320 acórdãos, não havendo pendência de publicação em 31/1/2016.

<b>Publicação de acórdãos (fevereiro/2015 a janeiro/2016)</b>	
<b>Acórdãos lavrados</b>	<b>435</b>
<b>Acórdãos publicados</b>	<b>320</b>
<b>Tempo médio de publicação</b>	<b>14</b>
<b>Publicações em prazo superior a 10 dias</b>	<b>24</b>
<b>Pendentes de publicação</b>	<b>0</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

A unidade possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas, mostrando que, entre fevereiro/2015 e janeiro/2016, houve 443 publicações, o que, somado ao número de acórdãos publicados, resulta no montante de 763 no período objeto da inspeção.

<b>Estatísticas</b>	<b>Total de Processos</b>
<b>Processos com carga ou vista (janeiro/2016)</b>	<b>26</b>
<b>Processos sobrestados na Turma (janeiro/2016)</b>	<b>0</b>
<b>Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (janeiro/2016)</b>	<b>0</b>
<b>Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (janeiro/2016)</b>	<b>0</b>
<b>Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (janeiro/2016)</b>	<b>-</b>
<b>Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (janeiro/2016)</b>	<b>5</b>
<b>Processos sem movimentação há mais de 90 dias</b>	<b>2</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado indisponível

Não existem processos sobrestados da competência da 2ª Seção.

Foram constatados, em janeiro de 2016, 26 processos com carga ou vista, além de 5 petições, ofícios ou documentos pendentes de juntada e 2 feitos sem movimentação há mais de noventa dias.

## **2.11. ESTATÍSTICAS DA 3ª SEÇÃO**

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO*</b>	
<b>Processos em tramitação na seção (fevereiro/2015)</b>	<b>161</b>
<b>Processos em tramitação na seção (janeiro/2016)</b>	<b>234</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: \* As estatísticas de tramitação na turma, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Há na unidade 42 processos eletrônicos e 192 físicos.

O acervo da unidade quanto às metas do CNJ apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>PERFIL DO ACERVO EM TRAMITAÇÃO NA SEÇÃO – METAS CNJ (janeiro/2016)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	<b>3</b>
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	<b>19</b>
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	<b>17</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2011)</b>	<b>18</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2012)</b>	<b>38</b>
<b>META 4/2016 (distribuídos até 31/12/2014)*</b>	<b>0</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

\* Total de processos cíveis relacionados à improbidade administrativa.

No acervo em tramitação da 3ª Seção (234 processos), o número de feitos da Meta 2 do CNJ, distribuídos até 31/12/2012 e apurados em janeiro/2016, é de 95, correspondendo a 40,60%.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 16 dias, fora do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Foram publicados, entre fevereiro/2015 e janeiro/2016, 202 acórdãos, havendo 1 pendente de publicação em 31/1/2016.

<b>Publicação de acórdãos (fevereiro/2015 a janeiro/2016)</b>	
<b>Acórdãos lavrados</b>	<b>448</b>
<b>Acórdãos publicados</b>	<b>202</b>
<b>Tempo médio de publicação</b>	<b>16</b>
<b>Publicações em prazo superior a 10 dias</b>	<b>116</b>
<b>Pendentes de publicação</b>	<b>1</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

A unidade possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas mostrando que, entre fevereiro/2015 e janeiro/2016, houve 412 publicações, o que, somado ao número de acórdãos publicados, resulta no volume de 634 no período objeto da inspeção.

<b>Estatísticas</b>	<b>Total de Processos</b>
<b>Processos com carga ou vista (janeiro/2016)</b>	<b>35</b>
<b>Processos sobrestados na Turma (janeiro/2016)</b>	<b>0</b>
<b>Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (janeiro/2016)</b>	<b>0</b>
<b>Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (janeiro/2016)</b>	<b>1</b>
<b>Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (janeiro/2016)</b>	<b>-</b>
<b>Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (janeiro/2016)</b>	<b>11</b>
<b>Processos sem movimentação há mais de 90 dias</b>	<b>5</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado indisponível

Não existem processos sobrestados da competência da 3ª Seção.

Foram constatados, em janeiro de 2016, 35 processos com carga ou vista e 1 processo aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência, além de 11 petições, ofícios ou documentos pendentes de juntada e 5 processos sem movimentação há mais de noventa dias.

## 2.12. ESTATÍSTICAS DA 4ª SEÇÃO

HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO*	
Processos em tramitação na seção (fevereiro/2015)	148
Processos em tramitação na seção (janeiro/2016)	184

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: \* As estatísticas de tramitação na turma, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Há na unidade 112 processos eletrônicos e 72 físicos.

O acervo da unidade quanto às metas do CNJ apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

PERFIL DO ACERVO EM TRAMITAÇÃO NA SEÇÃO – METAS CNJ (janeiro/2016)	
META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)	0
META 2/2010 (distribuídos em 2006)	0
META 2/2012 (distribuídos em 2007)	0
META 2/2013 (distribuídos em 2008)	0
META 2/2014 (distribuídos em 2009)	3
META 2/2015 (distribuídos em 2010)	0
META 2/2016 (distribuídos em 2011)	6
META 2/2016 (distribuídos em 2012)	5
META 4/2016 (distribuídos até 31/12/2014)*	0

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

\* Total de processos cíveis relacionados à improbidade administrativa.

No acervo em tramitação da 4ª Seção (184 processos), o número de feitos da Meta 2 do CNJ, distribuídos até 31/12/2012 e apurados em janeiro/2016, é de 14, correspondendo a 7,61%.

Em relação à Meta 7/2016 do CJF, observa-se que não foi totalmente atendida, haja vista que até 31/1/2016 foram distribuídos 20 processos criminais e baixados apenas 4. No entanto, pelos dados estatísticos fornecidos, não se pode precisar se o menor número de baixas decorre da inércia da Secretaria ou da demora do julgamento.

Quanto à Meta 8/2016 do CJF, há 25 feitos em andamento, distribuídos até 31/12/2014.

As publicações de acórdãos são feitas no prazo médio de 10 dias, dentro do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Foram publicados, entre fevereiro/2015 e janeiro/2016, 197 acórdãos, havendo 1 pendente de publicação em 31/1/2016.



<b>Publicação de acórdãos (fevereiro/2015 a janeiro/2016)</b>	
<b>Acórdãos lavrados</b>	<b>315</b>
<b>Acórdãos publicados</b>	<b>197</b>
<b>Tempo médio de publicação</b>	<b>10</b>
<b>Publicações em prazo superior a 10 dias</b>	<b>27</b>
<b>Pendentes de publicação</b>	<b>1</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

A unidade possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas, mostrando que, entre fevereiro/2015 e janeiro/2016, houve 86 publicações, o que, somado ao número de acórdãos publicados, resulta no volume de 283 no período objeto da inspeção.

<b>Estatísticas</b>	<b>Total de Processos</b>
<b>Processos com carga ou vista (janeiro/2016)</b>	<b>10</b>
<b>Processos sobrestados na Turma (janeiro/2016)</b>	<b>0</b>
<b>Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (janeiro/2016)</b>	<b>1</b>
<b>Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (janeiro/2016)</b>	<b>0</b>
<b>Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (janeiro/2016)</b>	<b>-</b>
<b>Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (janeiro/2016)</b>	<b>0</b>
<b>Processos sem movimentação há mais de 90 dias</b>	<b>10</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado indisponível

Não existem processos sobrestados da competência da 4ª Seção.

Foram constatados, em janeiro de 2016, 10 processos com carga ou vista e 1 aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência, além de 10 processos sem movimentação há mais de noventa dias.

### **2.13. ESTATÍSTICAS DA CORTE ESPECIAL**

<b>HISTÓRICO ESTATÍSTICO DO ACERVO*</b>	
<b>Processos em tramitação na Corte Especial (fevereiro/2015)</b>	<b>10</b>
<b>Processos em tramitação na Corte Especial (janeiro/2016)</b>	<b>14</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: \* As estatísticas de tramitação na turma, vinculado ao relator, não consideram os processos suspensos e sobrestados.

Há na unidade 4 processos eletrônicos e 10 físicos.

O acervo da unidade quanto às metas do CNJ apresenta, atualmente, o seguinte perfil:

<b>PERFIL DO ACERVO EM TRAMITAÇÃO NA CORTE ESPECIAL – METAS CNJ (janeiro/2016)</b>	
<b>META 2/2009 (distribuídos até 31/12/2005)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2010 (distribuídos em 2006)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2012 (distribuídos em 2007)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2013 (distribuídos em 2008)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2014 (distribuídos em 2009)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2015 (distribuídos em 2010)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2011)</b>	<b>0</b>
<b>META 2/2016 (distribuídos em 2012)</b>	<b>0</b>
<b>META 4/2016 (distribuídos até 31/12/2014)*</b>	<b>0</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

\* Total de processos cíveis relacionados à improbidade administrativa;

No acervo em tramitação da Corte Especial (14 processos), não existem processos das Metas do CNJ.

A publicação de acórdãos é feita no prazo médio de 29 dias, fora do prazo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça. Foram publicados entre fevereiro/2015 e janeiro/2016 31 acórdãos, havendo 1 pendente de publicação em 31/1/2016.

<b>Publicação de acórdãos (fevereiro/2015 a janeiro/2016)</b>	
<b>Acórdãos lavrados</b>	<b>47</b>
<b>Acórdãos publicados</b>	<b>31</b>
<b>tempo médio de publicação</b>	<b>29</b>
<b>publicações em prazo superior a 10 dias</b>	<b>9</b>
<b>Pendentes de publicação</b>	<b>1</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

A unidade possui estatística do volume de decisões monocráticas publicadas mostrando que entre fevereiro/2015 e janeiro/2016 houve 29 publicações, o que, somado ao número de acórdãos publicados, resulta no volume de 60 no período objeto da inspeção.

<b>Estatísticas</b>	<b>Total de Processos</b>
<b>Processos com carga ou vista (janeiro/2016)</b>	<b>1</b>
<b>Processos sobrestados na Turma (janeiro/2016)</b>	<b>0</b>
<b>Processos aguardando cumprimento de carta precatória ou de ordem (janeiro/2016)</b>	<b>0</b>
<b>Processos aguardando resposta a ofício ou cumprimento de diligência (janeiro/2016)</b>	<b>0</b>
<b>Processos aguardando cumprimento de mandado de citação ou intimação (janeiro/2016)</b>	<b>-</b>
<b>Petições, ofícios e documentos pendentes de juntada (janeiro/2016)</b>	<b>3</b>
<b>Processos sem movimentação há mais de 90 dias</b>	<b>0</b>

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Nota: - dado indisponível

Não existem processos sobrestados da competência da Corte Especial.

Foram constatados, em janeiro de 2016, 1 processo com carga ou vista e 3 aguardando a juntada de petições, ofícios ou documentos.

### 3. OBSERVAÇÕES GERAIS DA SECRETARIA DOS ÓRGÃOS JULGADORES

A Secretaria dos Órgãos Julgadores – SOJ está localizada no 4º andar do prédio judicial do Tribunal Regional da 4ª Região, em espaço amplo e organizado, sendo as estações de trabalho agrupadas de acordo com os setores em que estão divididos os servidores.

A Secretaria está estruturada da seguinte forma: *uma Diretora (CJ02)*, responsável pela administração da unidade, além de secretariar as sessões das quatro Seções do Tribunal, assim como as da Corte Especial Judicial e do Plenário Judicial; e *dois núcleos (FC-06)*, denominados *Núcleo de Coordenação e Julgamento* e *Núcleo de Processamento*. Cada núcleo possui três seções, com três servidores cada, ocupantes das funções FC-05, FC-03 e FC-01. Há, ainda, o setor de atendimento, com três servidores (um FC-04 e dois FC-01).

O Núcleo de Coordenação de Julgamento é responsável pela tramitação dos processos após o julgamento pelo órgão colegiado, desde a publicação do acórdão até o trânsito em julgado ou o encaminhamento à Secretaria de Recursos, na hipótese de interposição de recursos para os tribunais superiores.

O Núcleo de Processamento, por outro lado, é responsável pela tramitação dos processos que não foram submetidos a órgão colegiado.

O setor de atendimento está localizado próximo à entrada da Secretaria e é responsável - além da recepção aos advogados e partes, prestando-lhes as informações solicitadas - pelo recebimento das petições, repassando as urgentes aos núcleos correspondentes e providenciando a localização das demais no sistema, a fim de serem facilmente encontradas quando o processo a que se referem for manuseado, o que ocorre depois do decurso de prazo da intimação.

Segundo a Diretora, o tempo máximo para a juntada de petições é de 20 dias, sendo que atualmente existem cerca de 300 petições pendentes de juntada, todas devidamente localizadas no sistema de movimentação processual.

Observa-se, entretanto, que não há espaço reservado para o atendimento, de modo que os advogados e partes adentram a própria secretaria para obter informações.

As três seções existentes em cada núcleo correspondem ao processamento dos feitos divididos por matéria. Assim, existe a seção de processamento das ações cíveis, que engloba processos das turmas de direito tributário (1ª e 2ª) e de direito administrativo (3ª e 4ª); a seção de processos previdenciários (5ª e 6ª Turmas) e de direito penal (7ª e 8ª Turmas).

Apesar de uma maior concentração de turmas na seção de ações cíveis, a quantidade de trabalho em cada um desses setores é equivalente, considerando o elevado quantitativo de processos eletrônicos nas primeiras quatro turmas. Por outro lado, conquanto seja elevado o número de processos físicos das turmas previdenciárias, quando comparado, por exemplo, às turmas criminais, seu processamento é simplificado, sendo realizado muitas vezes em lotes de processos.

As sessões das turmas são secretariadas pelos assessores dos presidentes de turmas, cargo criado a partir da transformação dos antigos diretores de turma, os quais não possuem relação com a Secretaria dos Órgãos Julgadores. A Assessoria dos Presidentes das Turmas está localizada no terceiro andar do prédio judicial e é composta, além dos oito assessores, por oito servidores ocupantes de FC-02, cada um deles vinculado a um assessor, substituindo-os em seus afastamentos na realização das sessões.

Em 31/1/2016, tramitavam na Secretaria dos Órgãos Julgadores 26.077 processos, sendo 16.238 eletrônicos e 9.839 físicos.

Os processos físicos encontram-se armazenados em estantes e separados de acordo com o núcleo ao qual estão vinculados (Processamento ou Coordenação e Julgamento). Dentro de cada grupo, o critério para organizar os processos nas estantes é o da fase processual em que se encontram, o que repercute positivamente no resultado da gestão do acervo.

Nesse aspecto, é mister destacar a apurada organização da Secretaria, inclusive com a identificação das estantes do Núcleo de Processamento, com letras, e daquelas do Núcleo de Coordenação e Julgamento, com números, a fim de se identificar facilmente o setor responsável apenas pelo código localizador do processo no sistema de movimentação processual.

Os servidores atuam nos processos de acordo com o critério objetivo definido, qual seja, o núcleo a que esteja vinculado (processamento e julgamento) e, dentro de cada grupo, pela matéria (cível, previdenciária ou criminal).

As sessões da Corte Especial e das Seções são mensais, enquanto as turmas reúnem-se, em regra, semanalmente. A 6ª Turma tem sessões a cada quinze dias.

No acervo em tramitação da Secretaria, que totaliza 26.077 processos, o número de feitos da Meta 2 do CNJ, distribuídos até 31/12/2012 e apurados em janeiro/2016, é de 4.401 processos, correspondendo a 16,88%. Nada obstante, segundo informação da Diretora, os processos são imediatamente movimentados, permanecendo na Secretaria apenas durante o decurso de prazo ou aguardando o cumprimento de diligência. Assim, considerando que os dados disponibilizados pelo sistema de movimentação processual e reproduzidos nas tabelas acima correspondem ao acervo no dia 31/1/2016, não havendo dados acerca do tempo de tramitação desses processos, não se pode afirmar que os feitos da referida meta não estejam sendo priorizados.

Segundo o questionário da inspeção respondido pela Secretaria, entre fevereiro/2015 e janeiro/2016 foram realizadas 31 sessões da 1ª Turma, 26 da 2ª Turma,

35 da 3ª Turma, 32 da 4ª Turma, 32 da 5ª Turma, 26 da 6ª Turma, 41 da 7ª Turma, 39 da 8ª Turma, 7 da 1ª Seção, 8 da 2ª Seção, 8 da 3ª Seção, 9 da 4ª Seção e 9 da Corte Especial. Apenas na 2ª Turma ocorreram sessões extraordinárias, no total de 3.

Considerado o volume de processos em tramitação nos órgãos que integram a Secretaria dos Órgãos Julgadores e o número de servidores em atividade, verifica-se que o desempenho é elogiável.

Necessário se destacar que a SOJ, criada há pouco mais de um ano, decorre da fusão de 9 secretarias (secretarias das oito turmas e Secretaria do Plenário, Corte Especial e Seções). Nesse processo, houve significativa redução do quadro de servidores, uma vez que cada uma das nove secretarias funcionava com cerca de 10 servidores, totalizando 90, enquanto o quadro da SOJ restringe-se a 30 servidores. Digno de registro ainda que, comparada a outras secretarias do Tribunal, a SOJ, a despeito de possuir o maior número de processos em tramitação - já que atende a todos os órgãos julgadores - possui menos cargos comissionados e funções gratificadas de menor valor. Existe apenas um CJ-02 (Diretora), duas FC-06 (diretores de núcleo), seis FC-05 (supervisores das seções), uma FC-04 (setor atendimento), seis FC-03 e onze FC-01.

Apesar da drástica redução de pessoal e do baixo valor das funções gratificadas existentes na SOJ, a unificação das secretarias é considerada positiva pelos gestores, que apontam como melhoria a padronização de procedimentos, que gera a otimização das rotinas, e a facilidade de atendimento aos advogados que possuem processos em órgãos julgadores distintos.

Nada obstante, observa-se um aumento do acervo da SOJ quando comparado à somatória dos processos existentes em cada órgão julgador em fevereiro de 2015 (20.834), o que pode significar que a Secretaria talvez tenha sido subdimensionada.

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, da Lei 13.140/2015, que trata da mediação, e da Lei 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi relatada a realização de cursos de atualização com os servidores.

#### **4. METODOLOGIA DE TRABALHO E BOAS PRÁTICAS**

Conforme destacado, na Secretaria dos Órgãos Julgadores os processos são divididos entre o Núcleo de Julgamento e o Núcleo de Coordenação e Julgamento. Recebidos os processos nos núcleos, são separados pelos setores, a depender da matéria. A partir de então, a tramitação segue de acordo com a fase processual (publicação, intimação por outro meio, juntada, conclusão, certidão de trânsito em julgado, remessa).

O atendimento às partes e advogados é feito por telefone ou pelo setor de atendimento e, eventualmente, pela Diretora.

Segundo informação da Diretora, após decurso de prazo ou cumprimento de ato processual, as petições são juntadas, sendo providenciado o imediato impulso ao

processo, a depender da fase em que se encontre (conclusão, intimação da parte contrária, remessa à Secretaria de Recursos).

A Secretaria possui controle de prazo da fase processual, que é feito pelo acompanhamento dos expedientes de publicação, por meio da “agenda eletrônica”.

No caso de processos com tempo de carga excedido, foi relatado que, a cada 60 dias, é gerado relatório para identificar os casos de atrasos e os autos são solicitados por meio de correspondência eletrônica ao responsável. Em alguns casos, quando não devolvidos os autos, é elaborada informação ao relator, para que delibere acerca das medidas a serem adotadas.

Como boas práticas da secretaria, foi destacada a adoção da agenda eletrônica, que possibilita o controle diário dos processos físicos que aguardam diligência e decurso de prazo.

Foi observado também pela equipe de inspeção que a unificação das secretarias dos órgãos julgadores, desde que dotada de quadro de pessoal suficiente, pode representar uma boa prática, com a padronização de procedimentos e facilidade de atendimento aos jurisdicionados, haja vista a concentração dos processos em um único órgão.

## **5. RECOMENDAÇÕES**

Tendo em vista o aumento do número dos processos em relação ao acervo existente em fevereiro de 2015, recomenda-se verificar se a quantidade de servidores - assim como dos cargos e funções disponibilizadas para a Secretaria dos Órgãos Judiciais - é adequada ao volume de processos e atribuições.

Faz-se necessário um controle mais efetivo dos processos com carga ou vista além do prazo, para que sejam gerados relatórios ao menos a cada sessenta dias e, quando não devolvidos os autos após contato da Diretora da SOJ, a situação seja imediatamente informada ao relator, para que adote as providências com vistas à devolução dos autos, visto que, nesse aspecto, é mister destacar, conforme observado por esta equipe nas amostras de processos da Secretaria de Registros e Informações Processuais (SRIP), existem processos com vistas ao Ministério Público Federal há mais de seis meses, sendo certo que a atuação da SRIP em tais casos esgota-se com a remessa dos autos, que devem ser devolvidos à SOJ<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> O Tribunal adota a prática de, no momento do cadastro dos processos físicos no sistema para serem distribuídos, diante da informação de que há intervenção obrigatória do Ministério Público, o sistema, depois de fazer a distribuição automática, gera termo de remessa àquele órgão, sendo os processos encaminhados diretamente pelos servidores da SRIP. A devolução dos autos, no entanto, ocorre na SOJ, uma vez que os processos já foram devidamente distribuídos.

## F. UNIDADES ESPECIAIS

### COORDENADORIA DE JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

#### 1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

1.1. **Coordenador:** Desembargador Federal **JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA.**

1.2. **Tempo de atuação:** desde 24/6/2015.

O Desembargador acumula a função com a atuação na 6ª Turma, 3ª Seção, Corte Especial e Plenário.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

#### 1.3. Quadro de pessoal:

Quadro de Pessoal	Coordenadoria de Juizados Especiais Federais
Servidores efetivos	6
Servidores sem vínculo	0
Servidores requisitados	1
Servidores prestando serviços em outros setores	-
Terceirizados	-
Vagas não ocupadas	-
Estagiários	6
TOTAL	13
Servidores em área-fim	5

#### 1.3.1. Cargos e funções comissionadas em atividade: 6, assim distribuídas:

ÁREAS	CJ-3	CJ-2	CJ-1	FC-6	FC-5	FC-4	FC-3	FC-2	FC-1
Coordenação dos JEFs	1	-	-	2	-	2	1	-	-

#### 2. ORGANIZAÇÃO, METODOLOGIA E BOAS PRÁTICAS

A Coordenadoria dos Juizados Especiais (COJEF) também se encontra vinculada à Presidência. Existem dois gabinetes de auxílio ao COJEF, onde atuam os Juízes Luiz Carlos Canalli e Daniella Tocchetto Cavalheiro, especificamente no que diz respeito à admissibilidade dos pedidos de uniformização de jurisprudência regional e nacional e de recursos extraordinários interpostos nas turmas recursais que compõem a 4ª Região.

A Unidade está organizada por setores, com as respectivas funções e atribuições:

a) Núcleo de Apoio à Presidência da Turma Regional de Uniformização (Diretor de Núcleo – FC-06), subdividida em Setor de Análise de Recursos de competência da Presidência da TRU (Supervisor Assistente – FC-04); e Setor de Análise e Controle de Recursos Repetitivos (Supervisor Assistente – FC-04);

b) Seção de Controle e Análise de Informações Gerenciais e Procedimentos dos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais (Supervisor FC-06).

O atendimento às partes e advogados, caso se trate de audiência com o Desembargador Coordenador dos JEFs, é feito por agendamento; e, de forma direta, nas demais situações.

Na Coordenadoria de Juizados Especiais há estabelecimento de metas de trabalho na elaboração de minutas, sendo diferenciadas as exigências para servidor e estagiário.

Não foram listados processos para inspeção na unidade.

Não havia recomendações pendentes da inspeção anterior.

Quanto às boas práticas:

a) especialização da sessão de julgamento por matéria; e

b) publicação imediata de informativo de jurisprudência.

### **3. OBSERVAÇÕES GERAIS**

A admissibilidade dos recursos dos JEFs é realizada no próprio Tribunal, onde a Coordenadoria se vale da atuação de dois juízes federais convocados para essa finalidade;

A realização dos julgamentos pelas turmas regionais recursais vem ocorrendo fisicamente nos estados mediante rodízio. Sobre o ponto, contudo, é preciso ponderar que, embora a prática seja interessante - pois integra os órgãos jurisdicionais e permite à Coordenação dos JEFs uma visão mais precisa das diversas localidades e sedes -, o atual momento de redução orçamentária impõe que se adote ao máximo o uso da videoconferência.

### **4. RECOMENDAÇÕES**

a) Realizar as sessões das TRUs por meio de videoconferência, salvo absoluta impossibilidade técnica.



## SISTEMA DE CONCILIAÇÃO

### 1. DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

1.1. **Coordenador:** Desembargador Federal **VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS.**

1.2. **Tempo de atuação:** desde 6/2015.

O Desembargador acumula as funções com o respectivo gabinete jurisdicional.

Não há juízes federais em auxílio no gabinete.

No período da inspeção, a equipe da Corregedoria-Geral foi recebida pelo Desembargador.

1.3. **Quadro de pessoal:**

Quadro de Pessoal	Sistema de Conciliação
Servidores efetivos	6
Servidores sem vínculo	0
Servidores requisitados	0
Servidores prestando serviços em outros setores	0
Terceirizados	0
Vagas não ocupadas	0
Estagiários	4
TOTAL	10
Servidores em área-fim	6

1.3.1. **Cargos e funções comissionadas em atividade:** 5 funções gratificadas, assim distribuídas:

ÁREAS	CJ3	CJ2	CJ1	FC6	FC5	FC4	FC3	FC2	FC1
Sistema de Conciliação	0	1	0	0	1	2	1	0	0

### 2. METODOLOGIA E BOAS PRÁTICAS

a) organização da unidade por setores, com as respectivas funções e atribuições;  
e

b) prática de atos processuais antes e após a conciliação (intimação das partes, publicação).

### 3. ANÁLISE DE PROCESSOS DA AMOSTRA

Dos 35 feitos selecionados para inspeção, todos foram inspecionados.

Os autos fisicamente localizados na unidade estavam identificados e com registros processuais pertinentes.

Os processos que tramitavam em unidades externas e os que não estavam fisicamente disponíveis foram inspecionados com base no respectivo extrato processual.

Em relação aos processos listados, recomenda-se agilizar a análise do processo 200670000302276, a fim de constatar se há possibilidade de conciliação ou se deve retornar ao gabinete de origem para julgamento.

### 4. PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS DA UNIDADE

ESTATÍSTICA DE CASOS ENCERRADOS POR CONCILIAÇÃO NO 2º GRAU	
Percentual de casos encerrados por conciliação em 2014	1,28%
Percentual de casos encerrados por conciliação em 2015	0,44%

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Em janeiro/2016, o total de processos na unidade era de 273.

### 5. OBSERVAÇÕES GERAIS

Existe um sistema virtual de conciliação, no qual as partes envolvidas podem transacionar via *chat*;

Há um sistema pelo qual a parte interessada pode, via *internet*, cadastrar-se e postular a realização de conciliação para o seu caso;

O Núcleo de Conciliação expede os requisitórios de pagamento derivados dos acordos celebrados, acompanha o pagamento e intima os beneficiários;

Segundo o Desembargador Federal Coordenador e a diretora do núcleo, recentemente a greve da AGU atrapalhou a tramitação de muitas conciliações, considerando que se tem um percentual aproximado de 75% de acordos nos casos envolvendo esta entidade;

Tendo em vista as recentes alterações legislativas, a exemplo do novo CPC, da Lei 13.140/2015, que trata da mediação, e da Lei 13.146/2015 – Estatuto do Deficiente Físico, foi observado que a unidade está atualizando os seus procedimentos, sem qualquer destaque necessário.

## **6. RECOMENDAÇÕES**

- a) Observar as recomendações constantes do item 3 deste Relatório.

## ESCOLA DA MAGISTRATURA DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

### 1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

1.1. **Órgão:** Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região – EMAGIS.

1.2. **Diretor:** Desembargador Federal **OTÁVIO ROBERTO PAMPLONA.**

1.3. **Tempo de atuação:** desde 19/6/2015.

1.4. **Assessora:** Isabel Cristina Lima Selau.

1.5. **Quadro de pessoal:** 19 servidores e 2 estagiários.

1.6. **Cargos e funções comissionadas em atividade:** 1 CJ-03 (Assessora) e 3 CJ-01 (Diretores das Divisões de Ensino, Publicação e Editoração), além de 3 FC-05, 03 FC-04 e 02 FC-02.

### 2. ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DA UNIDADE

A Escola de Magistratura Federal da 4ª Região possui três atribuições: promoção de cursos, publicação de periódicos e realização de concurso público para magistrados.

Os cursos são dirigidos precipuamente aos juízes federais que integram a 4ª Região, mas existe a possibilidade de serem abertos para os servidores ou outros profissionais. Envolvem cursos de formação inicial para magistrados, do programa de vitaliciamento, cursos de formação continuada e de formação de formadores.

A programação anual das atividades de ensino é feita pelo Conselho da EMAGIS, composto pelo Diretor da Escola, Desembargador Otávio Roberto Pamplona, o Vice-Diretor Joel Ilan Paciornik e dois conselheiros: Desembargadores Federais Luís Alberto D'Azevedo Aurvalle e Jorge Antônio Maurique; bem como a partir de resultados do Levantamento de Necessidades de Capitação, realizado junto aos juízes federais nas avaliações de reação dos cursos realizados. A escola recebe também sugestões da Corregedoria Regional e da Coordenação dos Juizados Especial.

A Escola de Magistratura possui sistema informatizado para inscrição nos cursos, realizada diretamente no portal do Tribunal na *internet*. Interessante observar que o sistema interliga os vários órgãos envolvidos com a participação dos juízes nos cursos, a exemplo da Corregedoria Regional e da Direção do Foro da respectiva seccional. O sistema permite, ainda, a aferição de frequência e entrega de certificados.

A publicação de periódicos engloba a Revista da EMAGIS, com artigos doutrinários de magistrados e professores; a Revista de Jurisprudência, na qual são divulgados também os discursos dos desembargadores; o Boletim Jurídico, com as ementas de julgados da Corte e o inteiro teor de acórdãos selecionados; e a Revista de

Doutrina, com artigos de juízes e outros profissionais, inclusive servidores. As duas últimas existem apenas na versão eletrônica, enquanto as primeiras, além de disponibilizadas na rede mundial de computadores, são também impressas.

Conforme destacado pela Secretária, a Revista da EMAGIS está em processo de obtenção *qualis*, certificação emitida pelo CAPES.

Merece destaque, ainda, como ação da EMAGIS, o Programa de Estímulo ao Aperfeiçoamento dos Magistrados de 1º e 2º grau (PEAM), instituído em 2004, que consiste no custeio de 75% dos cursos de mestrado e doutorado para os magistrados que não se afastarem de suas jurisdições durante a fase de frequência às disciplinas.

### **3. OBSERVAÇÕES GERAIS**

A unidade foi visitada para levantamento e registro de dados gerais, sem listagem de feitos para inspeção ou controle processual.

A equipe da Corregedoria foi recebida pela assessora da Escola, que apresentou as instalações e discorreu sobre as atividades recentemente desenvolvidas pela Escola. Desde a última inspeção, realizada em 2014, a EMAGIS promoveu os seguintes cursos:

- a) Formação Inicial na Carreira da Magistratura da 4ª Região para 14 magistrados (8 de junho a 8 de outubro de 2015 – 677 horas);
- b) 50 cursos de formação continuada; e
- c) 5 cursos de Formação de Formadores.

No último biênio, a EMAGIS participou também das seguintes ações:

- a) Comissão de Fomento ao Estudo de Práticas de Prevenção e Combate à Corrupção às Fraudes Públicas;
- b) Comissão de estudos sobre Sequestro Internacional de Crianças;
- c) Comissão de estudos com a finalidade de propor a identificação das competências fundamentais requeridas dos magistrados da 4ª Região; e
- d) Comitê Técnico de Aperfeiçoamento e Pesquisa da Justiça Federal junto ao Conselho da Justiça Federal.

### **4. RECOMENDAÇÕES**

Não há recomendações específicas.

## ESTATÍSTICA

### 1. APRESENTAÇÃO

A Coordenadoria de Estatística da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, utilizando-se de toda a sistemática aplicada para a realização dos trabalhos de inspeção, da coleta e tratamento dos mais variados tipos de dados fornecidos pelo Setor de Estatística do TRF da 4ª Região, concentrou esforços na identificação de possíveis dificuldades enfrentadas pela unidade e nas boas práticas existentes e relacionadas à gestão da informação.

### 2. ANÁLISE DE DADOS

Na etapa preparatória da inspeção, essa Coordenadoria realizou, para fins de seleção dos processos a serem auditados, análise de toda a base processual em tramitação no Tribunal, por meio de metodologia própria que leva em consideração informações conjugadas, tais como: número do processo, data da última movimentação, data da distribuição, data da conclusão e descrição de fases e da classe processual.

Os resultados desse trabalho permitiram perceber, *a priori*, que o Tribunal, por meio de seu sistema eletrônico (e-Proc) e ferramenta de controle da informação (*Business Intelligence* – BI), demonstra ter alta qualidade no controle e nos lançamentos das movimentações processuais (fases). Essa percepção foi posteriormente confirmada em visita técnica realizada durante a inspeção, onde as áreas de estatística e planejamento estratégico puderam demonstrar seu sistema e reportar a importância do BI na gestão do acervo das unidades. Essa ferramenta de relatórios inteligentes constitui, portanto, uma excelente prática adotada e que deve ser estimulada e ampliada para outras regiões.

Quando comparada à inspeção de 2014, percebe-se grande evolução no desenvolvimento e na disponibilização desse recurso de BI como item estratégico para gestão dos dados e geração de relatórios inteligentes de controle do acervo de 1º e 2º graus.

Apesar da boa funcionalidade aplicada aos lançamentos processuais, identificou-se, a partir da lista de processos da amostra, a existência de feitos com lançamento de movimentação fora de uma sequência lógica, isto é: 1 – Trânsito em Julgado, 2 – Baixa Definitiva e 3 – Retirado de Pauta.

É importante salientar que esse tipo de deficiência deve ser corrigido, pois pode prejudicar a coleta de dados estatísticos, na medida em que processos com baixa definitiva podem entrar, eventualmente, na condição de ativo. Por essa razão, o Diretor da Secretaria Judiciária, em conjunto com a Secretaria de Tecnologia, comprometeram-se a solucionar o problema. A título de exemplo, tem-se o processo 5005430-52.2013.4.04.7206.

### 3. ESTRUTURA DO NÚCLEO DE ESTATÍSTICA

A estrutura do Setor de Estatística no Tribunal permaneceu a mesma, quando comparada com as últimas inspeções realizadas. Dispõe de um Núcleo de Estatística vinculado à Assessoria de Planejamento e Gestão – APLANG, localizada na Diretoria-Geral – DG. Essa estrutura foi criada em 2009, em decorrência do que estabelece o art. 2º da Resolução n. 49, de 18 dezembro de 2007, do CNJ, que dispõe sobre a organização de Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica nos órgãos do Poder Judiciário.

Cabe a unidade dirigir e executar as atividades relativas a obtenção, centralização e tratamento dos dados processuais do Tribunal e das seções e subseções judiciárias, visando divulgar as atividades jurisdicionais da 4ª Região e subsidiar a gestão de processos. Para atingir tais atribuições, apresenta ampla gama de competências, tais como:

a) atuar como unidade central de fornecimento de informações estatísticas do Tribunal;

b) prover o sistema Justiça em Números, gerido pelo Conselho Nacional de Justiça, com informações relativas à Justiça Federal da 4ª Região;

c) reunir e encaminhar trimestralmente ao Conselho da Justiça Federal informações estatísticas da movimentação processual e dados relativos à Justiça Federal da 4ª Região;

d) manter atualizadas as informações estatísticas da movimentação processual das varas federais e juizados especiais federais, das subseções e seções judiciárias da 4ª Região e dos órgãos julgadores do Tribunal;

e) assessorar as unidades do Tribunal nas pesquisas e estudos que demandem técnicas estatísticas inferenciais ou descritivas, no planejamento amostral, na realização de pesquisas junto ao público interno e externo que visem à obtenção de dados oficiais na Justiça Federal da 4ª Região;

f) consolidar e enviar informações referentes à transparência pública da Justiça Federal da 4ª Região, para disponibilização na *internet*; e

g) coletar e analisar os dados necessários à elaboração de relatórios estatísticos gerenciais do Tribunal e seções judiciárias da 4ª Região.

O ambiente de trabalho é bom e a equipe tem cumprido as suas atribuições, visto que nos últimos dois anos houve grande evolução na produção e disponibilização às unidades do Tribunal de diferentes tipos de relatórios estruturados, que podem contribuir decisivamente com os trabalhos de gestão e no processo de tomada de decisão.

#### **4. ATUAIS FERRAMENTAS UTILIZADAS**

Atualmente o Tribunal utiliza o *software MicroStrategy* para produção de grande parte de seus relatórios de estatística. A equipe da APLANG cumpre com eficiência e celeridade a implantação dos recursos de BI, principalmente no que se refere à gestão do acervo de processos. Utiliza, para tal fim, consultoria especializada de profissional contratado que atua em parceria com servidores no desenvolvimento e aplicação da ferramenta.

Outros instrumentos de consulta ainda são utilizados – “Controle de Acervo” e GEDPRO (Gestão Eletrônica de Documentos Processuais) – servindo, inclusive, como fonte de dados para a ferramenta de *Business Intelligence*.

Esse ambicioso projeto, impulsionado em meados de 2013, já cumpriu várias etapas relacionadas à área judiciária e, atualmente, a equipe se prepara para incluir outras aplicações que permitam vincular outras análises estruturadas voltadas para os setores de RH, financeiro e administrativo, com cronograma a ser definido.

A unidade utiliza, ainda, o *software* “R” para análises estatísticas, *Excel* como planilha e *Access* como banco de dados, para realização dos trabalhos.

#### **5. CUMPRIMENTO DO PROVIMENTO Nº 2, DE 22 DE JUNHO DE 2009**

Quanto ao Provimento n. 2, de 22 de junho de 2009, da Corregedoria-Geral da Justiça Federal - que trata da divulgação dos dados estatísticos das atividades do Tribunal e dos órgãos judiciários de primeiro grau a ele vinculados -, a equipe de estatística constatou que todos os modelos de relatórios foram desenvolvidos e estão sendo regularmente atualizados e publicados no portal do Tribunal.

#### **6. RECOMENDAÇÕES**

Corrigir a deficiência identificada no sistema eletrônico (e-Proc) quanto aos processos que, após o lançamento da baixa definitiva, receberam a movimentação “retirado de pauta”, contrariando a sequência lógica de registro.

Manter a linha de trabalho atual, que está gerando expressivos resultados.



## SISTEMAS JUDICIAIS ELETRÔNICOS

### 1. APRESENTAÇÃO

A Portaria n. CJF-POR-2015/00531, de 14 de dezembro de 2015, e a de n. CJF-POR-2016/00040, de 2 de fevereiro de 2016, determinaram a inspeção no TRF da 4ª Região. O Assessor Especial da Corregedoria-Geral foi designado para os trabalhos de inspeção referentes aos módulos de distribuição e andamento processual dos sistemas judiciais eletrônicos.

Foram solicitadas providências prévias, via ofício e *e-mail*, ao TRF, a fim de instruir as referidas análises nos sistemas judiciais. Durante os trabalhos observou-se quanto ao atendimento das determinações oriundas da inspeção anterior, bem como foram analisados os procedimentos de distribuição e redistribuição processual. Realizaram-se entrevistas com as áreas judiciárias e de tecnologia da informação do Tribunal, além de testes nos sistemas, conforme a vertente a seguir.

Distribuição e andamento processual: consiste na análise de sistemas e rotinas de trabalho adotados na distribuição processual no âmbito do Tribunal, tanto para os processos físicos, quanto para aqueles que tramitam de forma eletrônica, e os devidos lançamentos de movimentações processuais nos sistemas.

### 2. ATENDIMENTO ÀS PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS

O Tribunal atendeu às providências prévias solicitadas, informando os dados e preparando o ambiente necessário à realização dos testes, bem como destacou equipe própria para acompanhar as visitas e os testes que se fizeram necessários.

### 3. ATENDIMENTO ÀS ORIENTAÇÕES DA ÚLTIMA INSPEÇÃO

Ainda que algumas das recomendações expedidas na última inspeção não tenham sido completamente atendidas, nenhuma delas tem potencial para vulnerar o funcionamento dos sistemas computacionais do Tribunal.

Cabe esclarecer que o Tribunal informou acerca da implantação de *softwares*, tanto para gerenciar os arquivos temporários - que são gravados automaticamente nas estações devido ao uso do processo eletrônico - quanto para a solução de acesso aos arquivos do processo eletrônico, de forma descentralizada e criptografada.

No entanto, não foi possível realizar testes nessas funcionalidades, sendo recomendável que a Corregedoria-Geral, em uma próxima inspeção, realize os testes necessários à confirmação da total implantação da solução visando a aumentar o grau de confiabilidade do sistema e-Proc V2.

#### **4. DISTRIBUIÇÃO E ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL**

Sistema SIAPRO: O Tribunal inspecionado opera com o sistema SIAPRO, responsável pelo gerenciamento dos processos físicos que correm naquela Corte. O sistema encontra-se em fase de desativação no Tribunal, recebendo apenas manutenções corretivas até a sua completa substituição pelo sistema e-Proc V2.

O sistema e-Proc V2 realiza o gerenciamento das informações de todos os processos eletrônicos no âmbito do Tribunal. Esse sistema dispõe de recursos que facilitam a gestão dos gabinetes, como controle de acervo, ferramentas de estatísticas processuais, lembretes de prazo e alertas, bem como a possibilidade de indicar as preferências legais já na fase de protocolização.

As áreas de negócio, por sua vez, vislumbram agora a criação de ferramentas de apoio ao julgamento, como o projeto Gproc, que permite a criação de documentos diretamente no processo eletrônico, com foco na celeridade judicial.

Foi realizada uma bateria de testes nos módulos de distribuição, em ambos os sistemas processuais eletrônicos, testando alterações de nome de partes e assuntos, marcações de prioridades, impedimentos e estudo de prevenção.

Verificou-se que as ações realizadas nos módulos de distribuição possuem boa rastreabilidade e publicidade. Todas as ações referentes às alterações foram registradas em arquivos de *logs*. Os sistemas estão integrados, sendo possível realizar estudos de prevenção de processos entre eles.

Durante a inspeção, observou-se que os lançamentos de andamento processual podem ser realizados de forma não sequencial, ou seja, é possível lançar um andamento processual de “baixa definitiva” e logo após “processo pautado”. Este problema foi demonstrado à Secretaria Judiciária e à Secretaria de Tecnologia da Informação, que já estão estudando uma solução para o problema.

O processo judicial eletrônico encontra-se consolidado no âmbito do Tribunal. O sistema possui grande integração com outros órgãos, como AGU, INSS, Tribunais Superiores, atendendo aos requisitos da Resolução nº 211, de 15/12/2015, do CNJ (arts. 22 e 23 - Da integração de sistemas e disponibilização de informações).

#### **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O TRF apresenta um alto grau de informatização no que tange aos módulos de distribuição e ao andamento processual.

Convém informar que o TRF iniciou em 2015 uma metodologia de testes de vulnerabilidade aplicada à infraestrutura tecnológica do processo judicial. Esse trabalho está sendo desenvolvido por uma equipe multidisciplinar de técnicos que aplicam testes preventivos de segurança em seu sistema processual, buscando identificar fragilidades. Essa atividade, quando executada de forma perene, pode diminuir os riscos de segurança envolvendo as ações do processo judicial eletrônico.

## **6. RECOMENDAÇÕES**

a) Considerando que o sistema e-Proc V2 permite que lançamentos de andamentos processuais possam ser efetuados de forma não sequencial, recomenda-se que o TRF revise as funcionalidades a fim evitar lançamentos indevidos, a exemplo, das fases de “pauta” ou “retirada de pauta” após o lançamento de “baixa definitiva”.

## **G. CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO**

Os trabalhos da inspeção foram encerrados às 16h30 do dia 26/02/2016, conforme ata lavrada oportunamente, sendo elaborado posteriormente o presente relatório.

Enviados os relatórios às unidades inspecionadas, a própria Secretaria da Corregedoria-Geral deverá acompanhar os prazos para o atendimento das recomendações e, uma vez decorridos, relacionar e certificar nos autos as unidades que responderam, procedendo a sua imediata remessa ao Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral para análise e manifestação, de maneira a verificar se as ocorrências foram sanadas e se as unidades prestaram os esclarecimentos devidos.

Registro meus agradecimentos e cumprimentos a todos os que colaboraram para a realização dos trabalhos de inspeção e para tempestiva apresentação do relatório, tanto aos integrantes da equipe da Corregedoria-Geral, como aos membros e servidores do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

É o relatório.

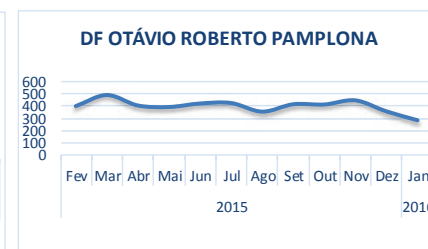
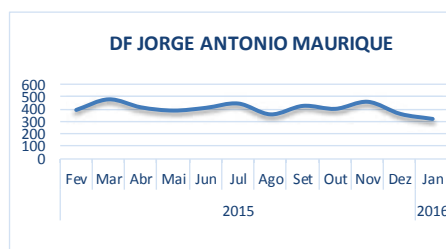
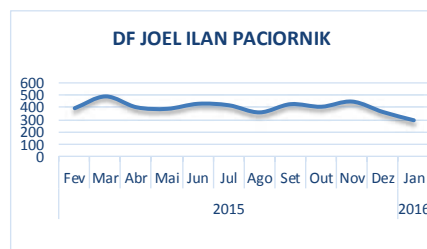
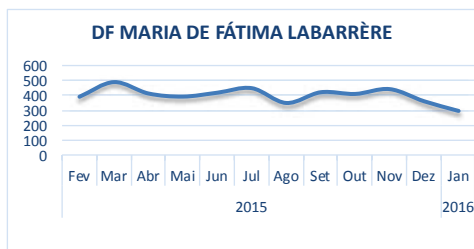
  
**Ministro OG FERNANDES**  
Corregedor-Geral da Justiça Federal

## H. ANEXOS

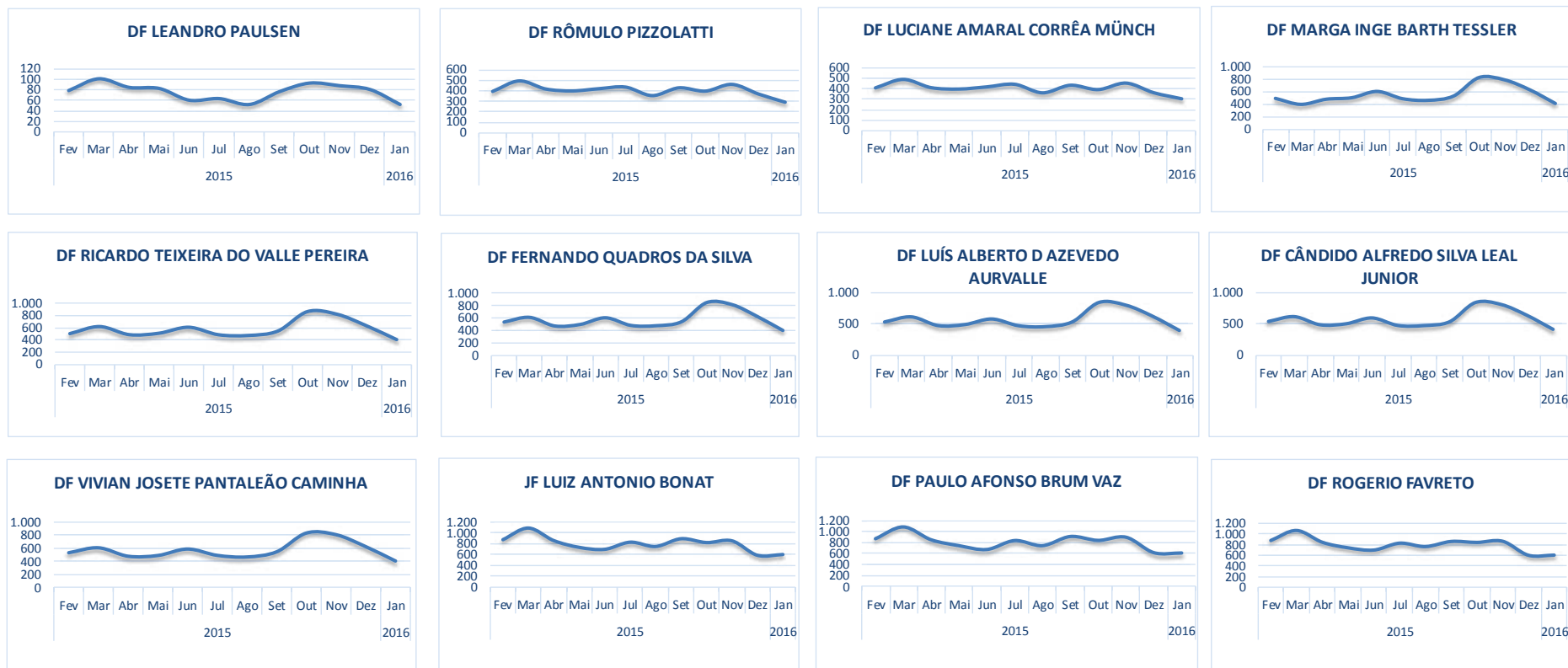
### Quantidade de processos judiciais distribuídos por gabinete - Período: fevereiro/2015 a janeiro/2016

Turma	Gabinete	2015												2016	Total	Média
		Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan			
1ª Turma	DF MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE	392	486	413	393	418	447	352	421	410	441	363	301	4.837	403	
	DF JOEL ILAN PACIORNIK	394	490	402	389	430	418	360	427	406	448	363	296	4.823	402	
	DF JORGE ANTONIO MAURIQUE	391	477	412	386	408	443	355	424	400	457	359	318	4.830	403	
2ª Turma	DF OTÁVIO ROBERTO PAMPLONA	403	492	408	396	424	428	359	418	416	449	361	290	4.844	404	
	DF RÔMULO PIZZOLATTI	394	494	417	399	420	435	354	428	397	461	369	291	4.859	405	
	DF LUCIANE AMARAL CORRÊA MÜNCH	407	485	409	396	416	440	361	431	391	451	362	306	4.855	405	
3ª Turma	DF MARGA INGE BARTH TESSLER	490	392	476	500	603	484	458	527	830	793	629	407	6.589	549	
	DF RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA	502	616	485	508	605	484	472	543	859	815	626	405	6.920	577	
	DF FERNANDO QUADROS DA SILVA	533	609	469	493	602	478	473	537	850	815	621	396	6.876	573	
4ª Turma	DF LUÍS ALBERTO D AZEVEDO AURVALLE	537	616	480	496	583	478	464	537	841	799	626	404	6.861	572	
	DF CÂNDIDO ALFREDO SILVA LEAL JUNIOR	536	614	480	497	593	469	467	530	846	813	634	406	6.885	574	
	DF VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA	532	607	479	490	588	492	468	546	830	805	624	407	6.868	572	
5ª Turma	JF LUIZ ANTONIO BONAT	872	1.080	855	734	699	827	750	889	820	851	592	606	9.575	798	
	DF PAULO AFONSO BRUM VAZ	867	1.079	848	742	673	834	742	907	837	894	616	610	9.649	804	
	DF ROGERIO FAVRETO	877	1.067	843	738	695	826	761	858	840	862	596	599	9.562	797	
6ª Turma	DF JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA	877	1.071	848	743	687	833	755	873	821	838	588	571	9.505	792	
	JF OSNI CARFOSO FILHO	871	1.083	854	737	709	828	747	877	825	862	606	610	9.609	801	
	DF VÂNIA HACK DE ALMEIDA	861	1.078	840	748	697	824	750	868	828	865	598	599	9.556	796	
7ª Turma	DF MÁRCIO ANTONIO ROCHA	70	108	81	79	66	67	53	81	86	86	78	56	911	76	
	DF CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI	66	108	73	80	74	65	50	77	92	81	76	55	897	75	
	DF SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ	68	104	86	80	64	63	49	78	98	84	73	55	902	75	
8ª Turma	DF VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS	71	102	79	84	68	63	55	78	95	84	71	58	908	76	
	DF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO	75	108	80	79	71	61	55	79	91	85	71	56	911	76	
	DF LEANDRO PAULSEN	79	101	85	83	61	64	53	77	93	88	81	53	918	77	
JFA	JF TAÍS SCHILLING FERRAZ	0	0	0	0	0	0	0	2	3	1	2	10	1	1	
	JF HERMES S C JUNIOR	0	0	0	0	0	37	0	0	3	6	2	1	49	4	
	JF SALISE M SANCHOTENE	6	0	0	0	1	0	0	1	2	1	1	0	12	1	
	JF MARCELO DE NARDI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	
Total		11.171	13.467	10.902	10.270	10.655	10.888	9.763	11.514	13.010	13.235	9.989	8.158	133.022	11.085	

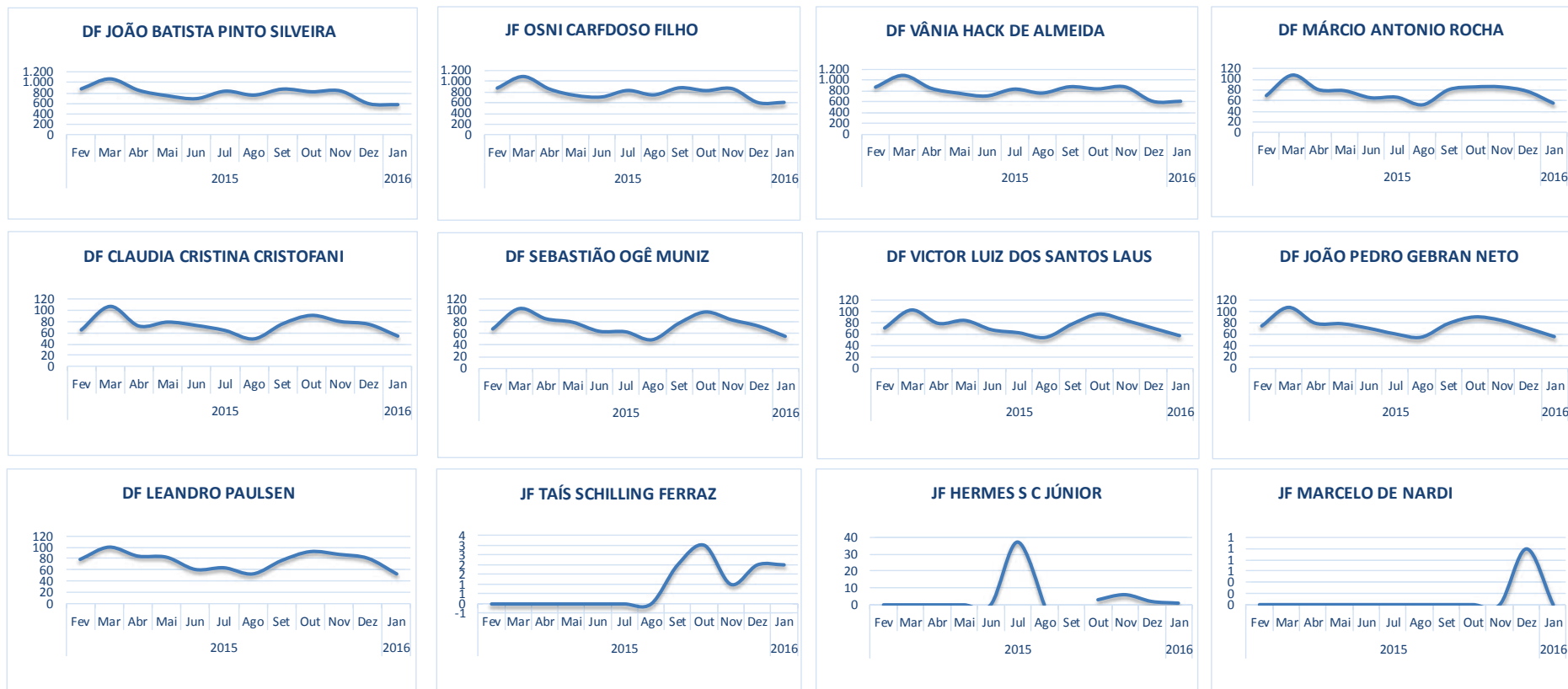
Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Dados consolidados pela Assessoria de Planejamento e Gestão, obtidos da intranet.



## Quantidade de processos judiciais distribuídos por gabinete - Período: fevereiro/2015 a janeiro/2016



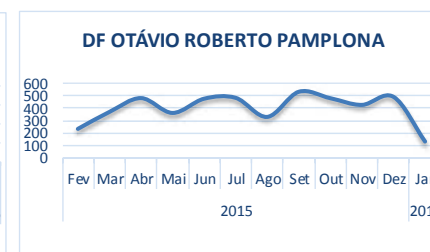
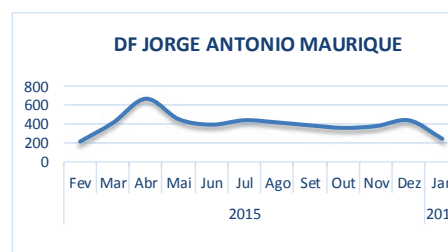
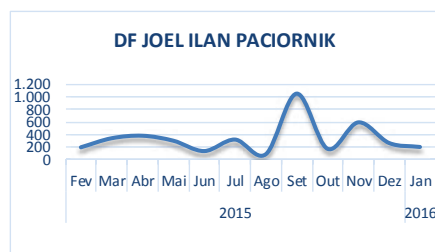
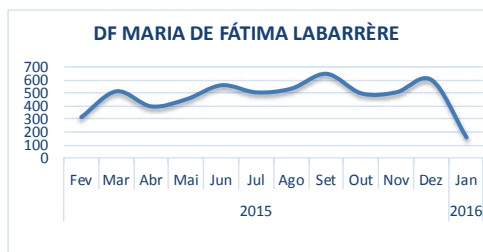
## Quantidade de processos judiciais distribuídos por gabinete - Período: fevereiro/2015 a janeiro/2016



**Quantidade de processos judiciais julgados por gabinete - Período: fevereiro/2015 a janeiro/2016**

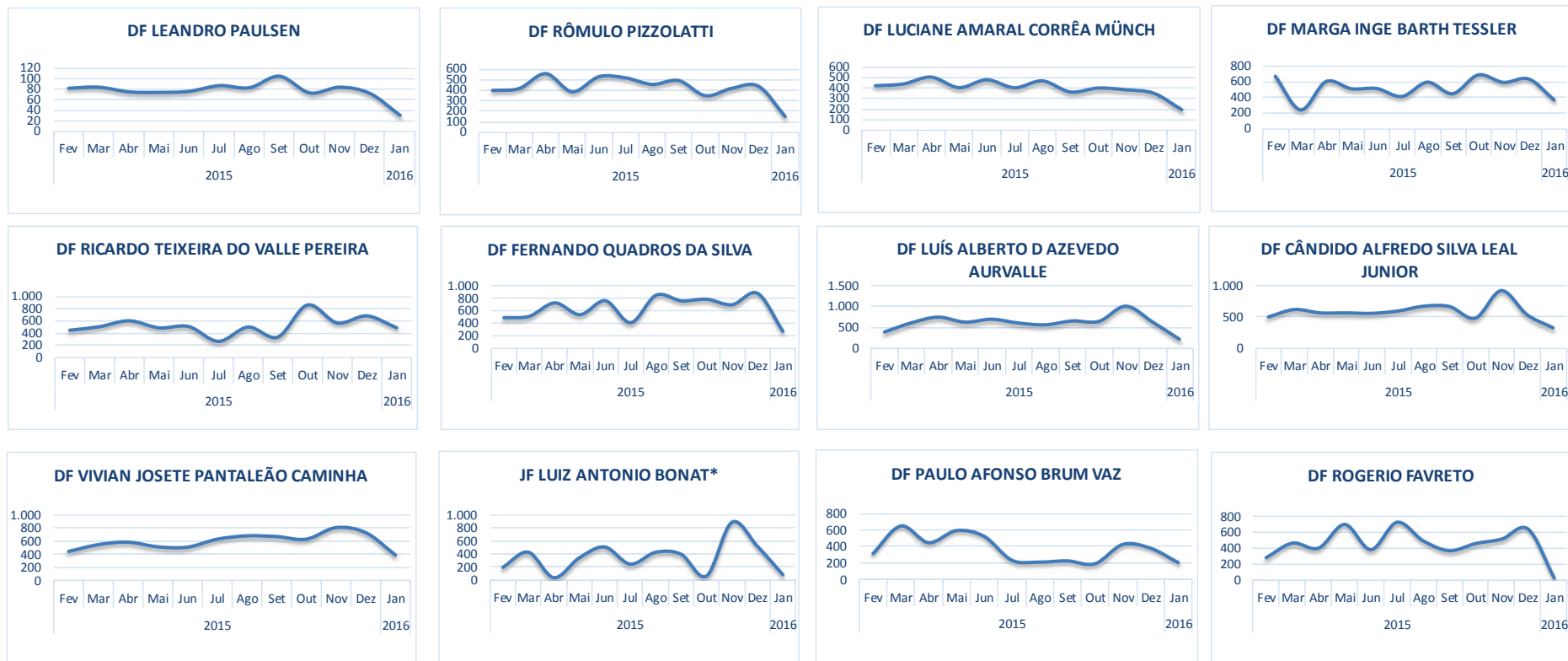
Turma	Gabinete	2015												2016	Total	Média
		Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan			
1ª Turma	DF MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE	318	517	401	456	564	509	538	652	501	510	605	162	5.733	478	
	DF JOEL ILAN PACIORNIK	200	342	381	303	141	321	92	1.040	177	590	267	205	4.059	338	
	DF JORGE ANTONIO MAURIQUE	213	412	667	449	392	439	415	384	358	377	437	242	4.785	399	
2ª Turma	DF OTÁVIO ROBERTO PAMPLONA	235	372	484	364	479	486	332	535	483	429	494	133	4.826	402	
	DF RÔMULO PIZZOLATTI	397	415	556	384	527	516	454	490	347	417	436	150	5.089	424	
	DF LUCIANE AMARAL CORRÊA MÜNCH	425	442	509	406	483	405	472	364	402	385	351	191	4.835	403	
3ª Turma	DF MARGA INGE BARTH TESSLER	672	236	603	510	513	410	595	446	689	592	636	364	6.266	522	
	DF RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA	439	497	594	478	500	255	491	326	854	558	675	480	6.147	512	
	DF FERNANDO QUADROS DA SILVA	487	510	728	536	763	406	853	761	787	698	883	267	7.679	640	
4ª Turma	DF LUÍS ALBERTO D AZEVEDO AURVALLE	393	615	754	632	703	610	567	661	651	1.021	635	216	7.458	622	
	DF CÂNDIDO ALFREDO SILVA LEAL JUNIOR	495	613	559	559	552	589	666	661	475	915	529	321	6.934	578	
	DF VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA	450	550	586	518	513	630	680	669	631	801	726	396	7.150	596	
5ª Turma	JF LUIZ ANTONIO BONAT	197	427	37	340	507	245	426	396	63	884	517	84	4.123	344	
	DF PAULO AFONSO BRUM VAZ	318	652	449	596	527	236	213	228	193	428	382	207	4.429	369	
	DF ROGERIO FAVRETO	282	463	401	696	382	723	492	369	458	514	639	30	5.449	454	
6ª Turma	DF JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA	26	316	522	295	419	388	343	383	523	564	746	455	4.980	415	
	JF OSNI CARFOSO FILHO	423	307	514	244	252	46	260	233	321	362	357	248	3.567	297	
	DF VÂNIA HACK DE ALMEIDA	417	270	561	506	550	633	89	592	253	400	346	379	4.996	416	
7ª Turma	DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA	66	90	51	84	129	76	18	98	91	53	63	71	890	74	
	DF CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI	48	48	60	58	89	82	36	102	66	84	87	72	832	69	
	DF SEBASTIÃO OGÉ MUNIZ	69	132	63	82	114	68	45	82	67	78	75	70	945	79	
8ª Turma	DF VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS	59	72	78	67	61	98	107	106	39	81	71	42	881	73	
	DF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO	69	92	102	78	95	78	90	117	82	76	63	41	983	82	
	DF LEANDRO PAULSEN	82	84	75	74	76	87	83	105	73	84	72	30	925	77	
JFA	JF TAÍS SCHILLING FERRAZ	234	283	181	30	470	291	256	192	375	314	314	31	2.971	248	
	JF HERMES S C JÚNIOR	325	40	762	42	788	27	378	320	307	251	533	59	3.832	319	
	JF SALISE M SANCHOTENE (AUXÍLIO Dr. Fernando Quadros)	64	2	96	81	8	4	263	164	35	282	1	145	1.145	95	
	JF MARCELO DE NARDI					12	1	130	143	111	20	209	2	628	79	
	<b>Total</b>	<b>7.403</b>	<b>8.799</b>	<b>10.774</b>	<b>8.868</b>	<b>10.609</b>	<b>8.659</b>	<b>9.384</b>	<b>10.619</b>	<b>9.412</b>	<b>11.768</b>	<b>11.149</b>	<b>5.093</b>	<b>112.537</b>	<b>9.378</b>	

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Dados consolidados pela Assessoria de Planejamento e Gestão, obtidos da intranet.

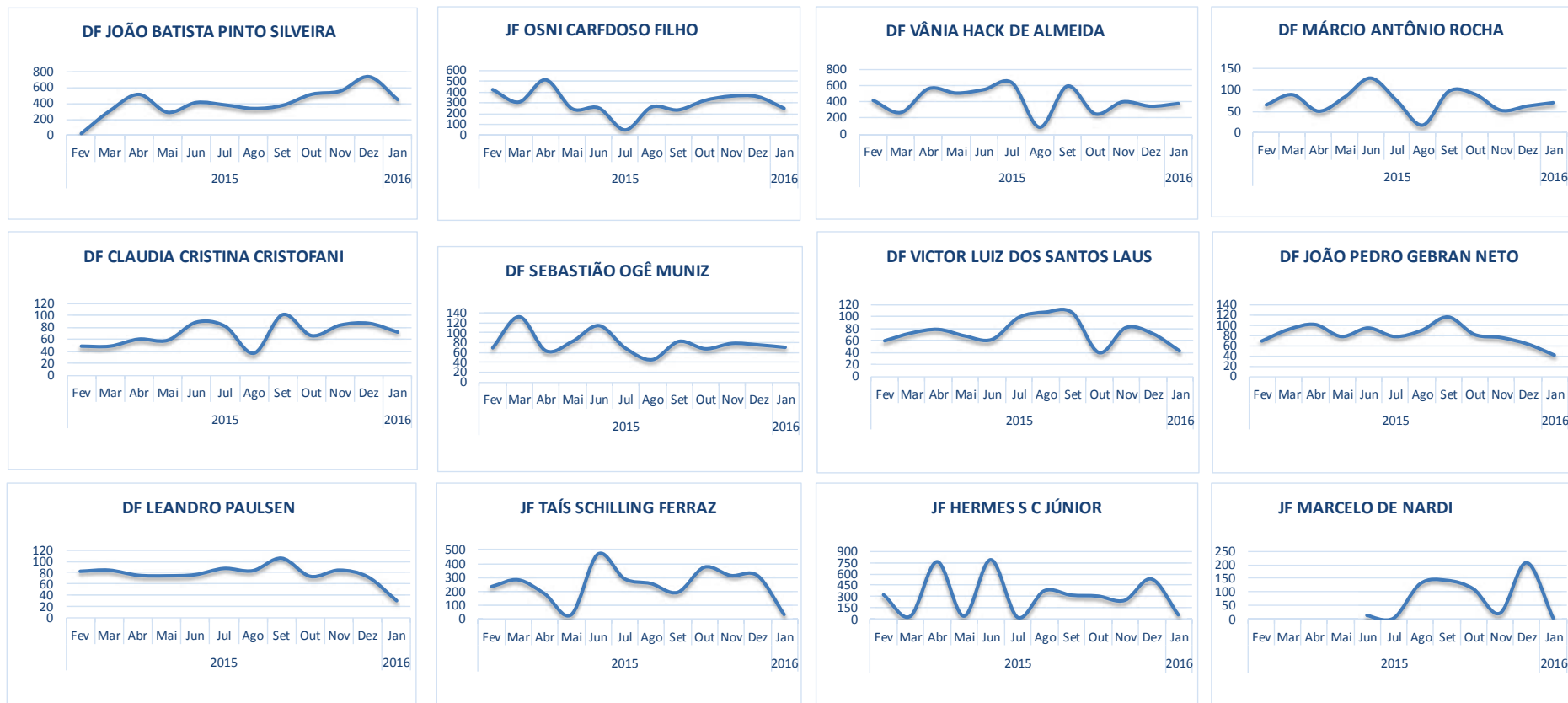




## Quantidade de processos judiciais julgados por gabinete - Período: fevereiro/2015 a janeiro/2016

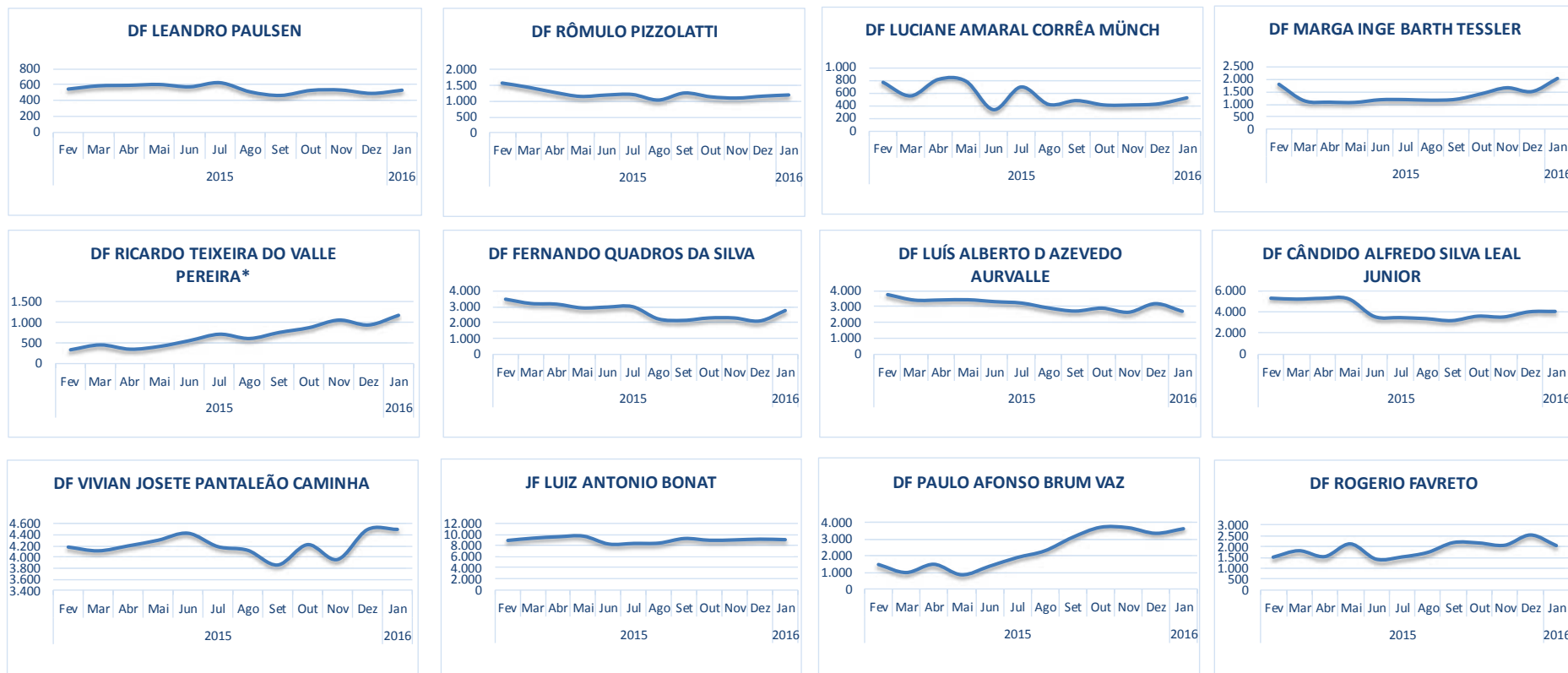


## Quantidade de processos judiciais julgados por gabinete - Período: fevereiro/2015 a janeiro/2016

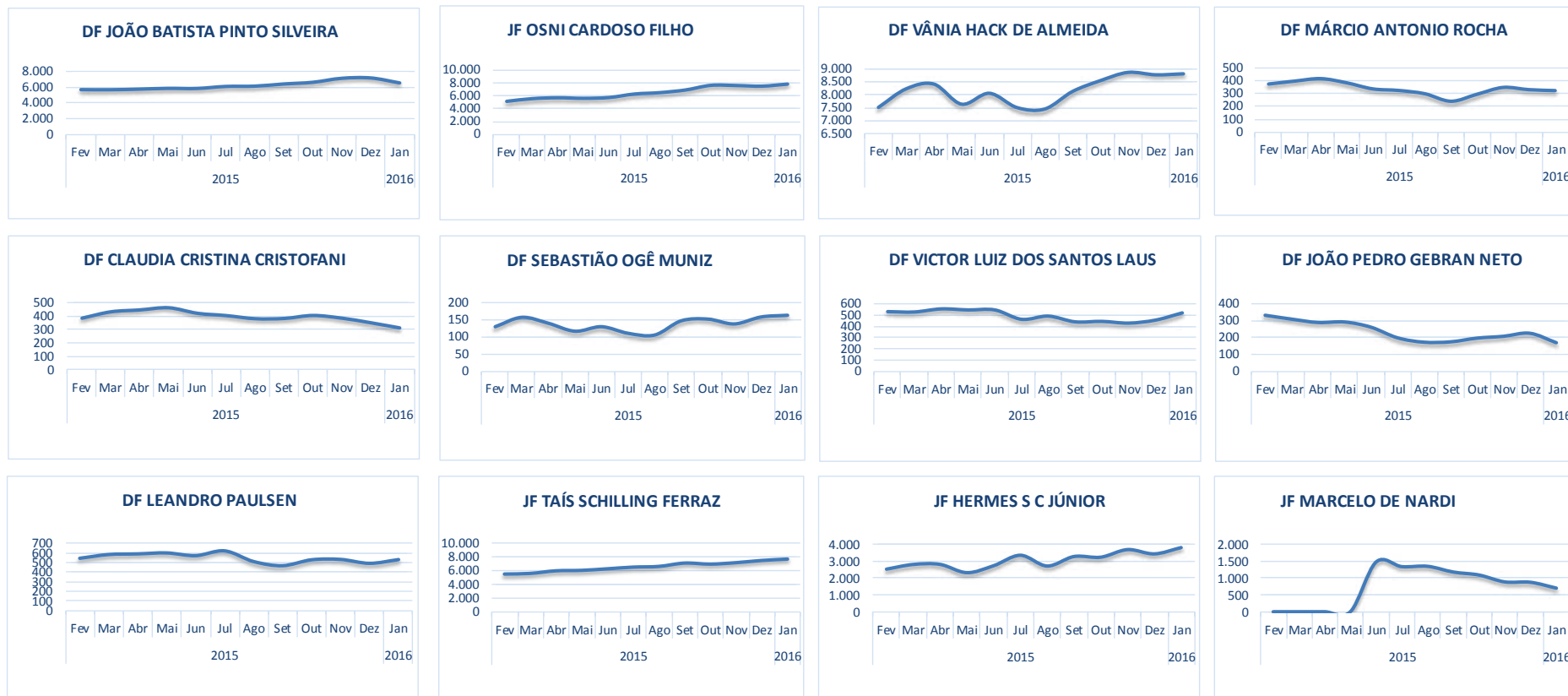




## Quantidade de processos judiciais conclusos por gabinete - Período: fevereiro/2015 a janeiro/2016



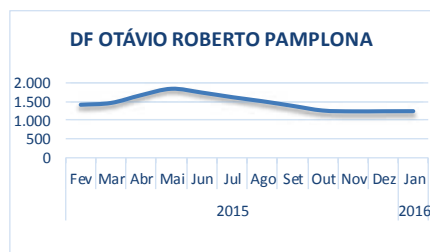
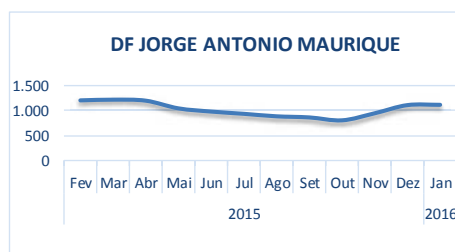
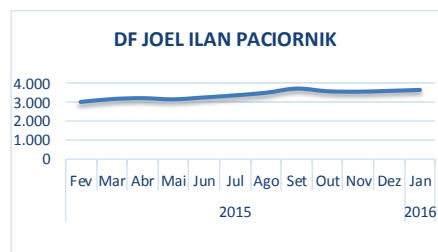
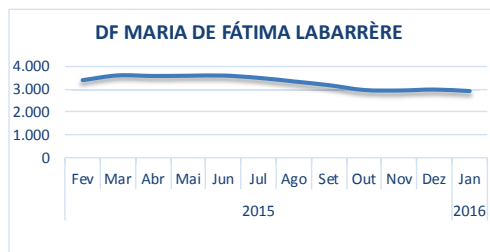
## Quantidade de processos judiciais conclusos por gabinete - Período: fevereiro/2015 a janeiro/2016



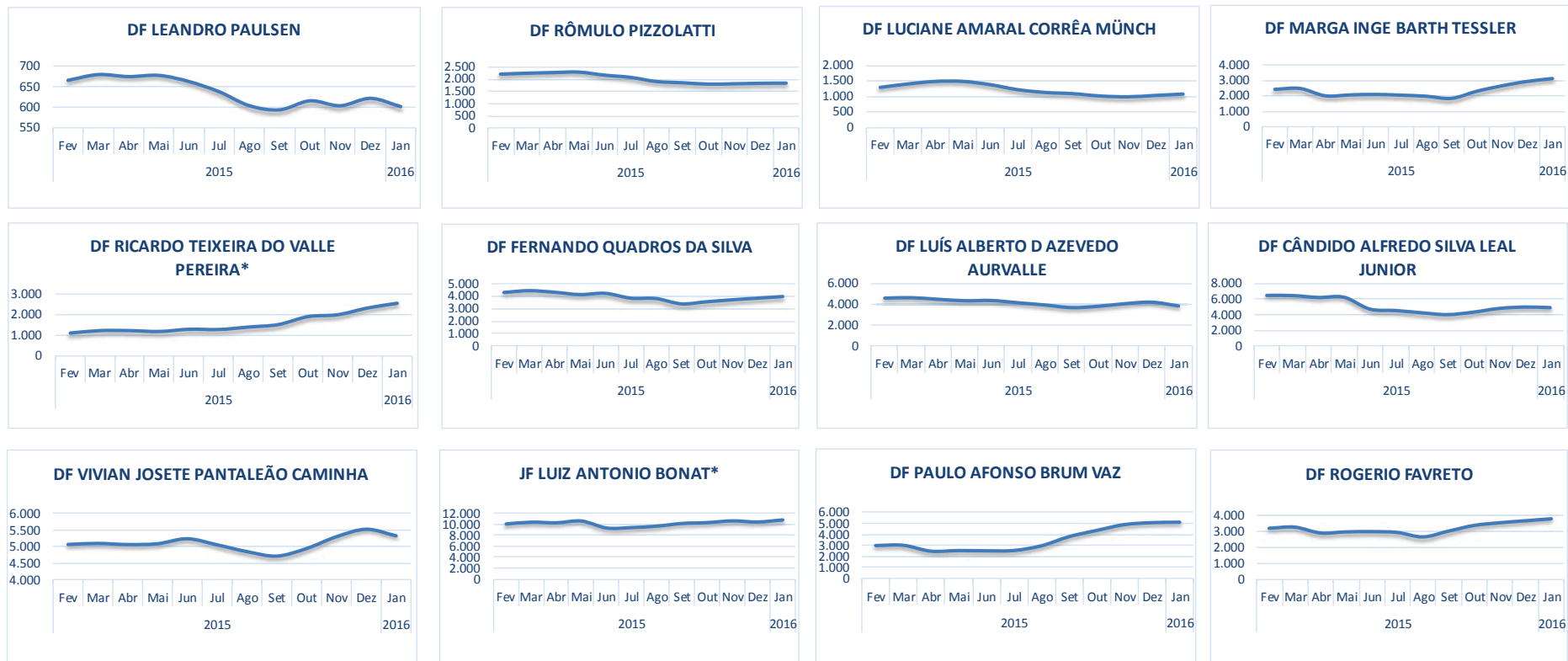
**Quantidade de processos judiciais em tramitação por gabinete - Período: fevereiro/2015 a janeiro/2016**

Turma	Gabinete	2015												2016	Média
		Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan		
1ª Turma	DF MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE	3.411	3.616	3.592	3.602	3.610	3.510	3.356	3.193	2.986	2.964	3.005	2.940	3.315	
	DF JOEL ILAN PACIORNIK	3.024	3.171	3.221	3.160	3.257	3.366	3.499	3.718	3.580	3.556	3.599	3.648	3.400	
	DF JORGE ANTONIO MAURIQUE	1.214	1.228	1.208	1.054	990	945	895	873	815	956	1.119	1.125	1.035	
2ª Turma	DF OTÁVIO ROBERTO PAMPLONA	1.422	1.471	1.684	1.858	1.755	1.630	1.519	1.393	1.265	1.242	1.245	1.247	1.478	
	DF RÔMULO PIZZOLATTI	2.196	2.231	2.255	2.275	2.157	2.071	1.911	1.862	1.810	1.823	1.842	1.848	2.023	
	DF LUCIANE AMARAL CORRÊA MÜNCH	1.288	1.394	1.474	1.475	1.372	1.216	1.130	1.092	1.019	995	1.037	1.080	1.214	
3ª Turma	DF MARGA INGE BARTH TESSLER	2.414	2.468	2.001	2.059	2.088	2.042	1.974	1.839	2.289	2.636	2.917	3.100	2.319	
	DF RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA*	1.076	1.197	1.197	1.154	1.264	1.252	1.375	1.497	1.893	1.987	2.319	2.556	1.564	
	DF FERNANDO QUADROS DA SILVA	4.317	4.469	4.333	4.136	4.243	3.830	3.797	3.344	3.522	3.690	3.828	3.970	3.957	
4ª Turma	DF LUÍS ALBERTO D AZEVEDO AURVALLE	4.635	4.678	4.513	4.367	4.389	4.152	3.923	3.653	3.793	4.060	4.215	3.828	4.184	
	DF CÂNDIDO ALFREDO SILVA LEAL JUNIOR	6.447	6.423	6.178	6.207	4.688	4.503	4.218	3.978	4.284	4.766	4.949	4.875	5.126	
	DF VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA	5.058	5.089	5.055	5.079	5.230	5.046	4.842	4.707	4.936	5.291	5.516	5.319	5.097	
5ª Turma	JF LUIZ ANTONIO BONAT	10.027	10.362	10.251	10.580	9.255	9.341	9.612	10.122	10.282	10.608	10.396	10.792	10.136	
	DF PAULO AFONSO BRUM VAZ	2.971	2.991	2.463	2.517	2.494	2.522	2.946	3.772	4.334	4.856	5.035	5.074	3.498	
	DF ROGERIO FAVRETO	3.179	3.248	2.887	2.954	2.971	2.920	2.647	3.005	3.356	3.518	3.640	3.762	3.174	
6ª Turma	DF JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA	6.550	6.874	6.603	6.599	6.666	6.797	6.878	7.322	7.650	7.895	8.181	8.476	7.208	
	JF OSNI CARFDOZO FILHO	6.854	6.912	6.402	6.613	6.941	6.832	7.336	7.866	8.299	8.644	8.970	9.254	7.577	
	DF VÂNIA HACK DE ALMEIDA	9.475	9.711	9.390	9.151	9.074	8.828	8.698	9.001	9.323	9.774	10.012	10.305	9.395	
7ª Turma	DF MÁRCIO ANTONIO ROCHA	452	479	493	514	461	405	401	421	425	443	466	463	452	
	DF CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI	471	513	558	579	580	542	520	528	544	551	575	559	543	
	DF SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ	356	364	338	344	307	274	244	258	291	285	300	296	305	
8ª Turma	DF VÍCTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS	642	673	688	698	678	651	595	604	622	632	671	670	652	
	DF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO	482	496	487	480	441	413	380	362	352	346	368	375	415	
	DF LEANDRO PAULSEN	667	681	676	679	664	639	605	595	617	605	623	603	638	
JFA	JF TAÍS SCHILLING FERRAZ	6.123	6.302	6.489	6.555	6.772	6.994	7.252	7.498	7.722	7.965	8.043	8.337	7.171	
	JF HERMES S C JÚNIOR	3.436	3.531	3.658	3.454	3.576	3.654	3.676	3.855	3.928	4.193	4.289	4.451	3.808	
	JF SALISE M SANCHOTENE (AUXÍLIO Dr. Fernando Quadros)	927	814	773	688	2.129	2.319	2.295	2.143	2.056	1.879	1.676	1.594	1.608	
	JF MARCELO DE NARDI	0	0	0	0	1.499	1.481	1.459	1.358	1.211	1.123	1.064	1.006	850	
Total		89.114	91.386	88.867	88.831	89.551	88.175	87.983	89.859	93.204	97.283	99.900	101.553	92.142	

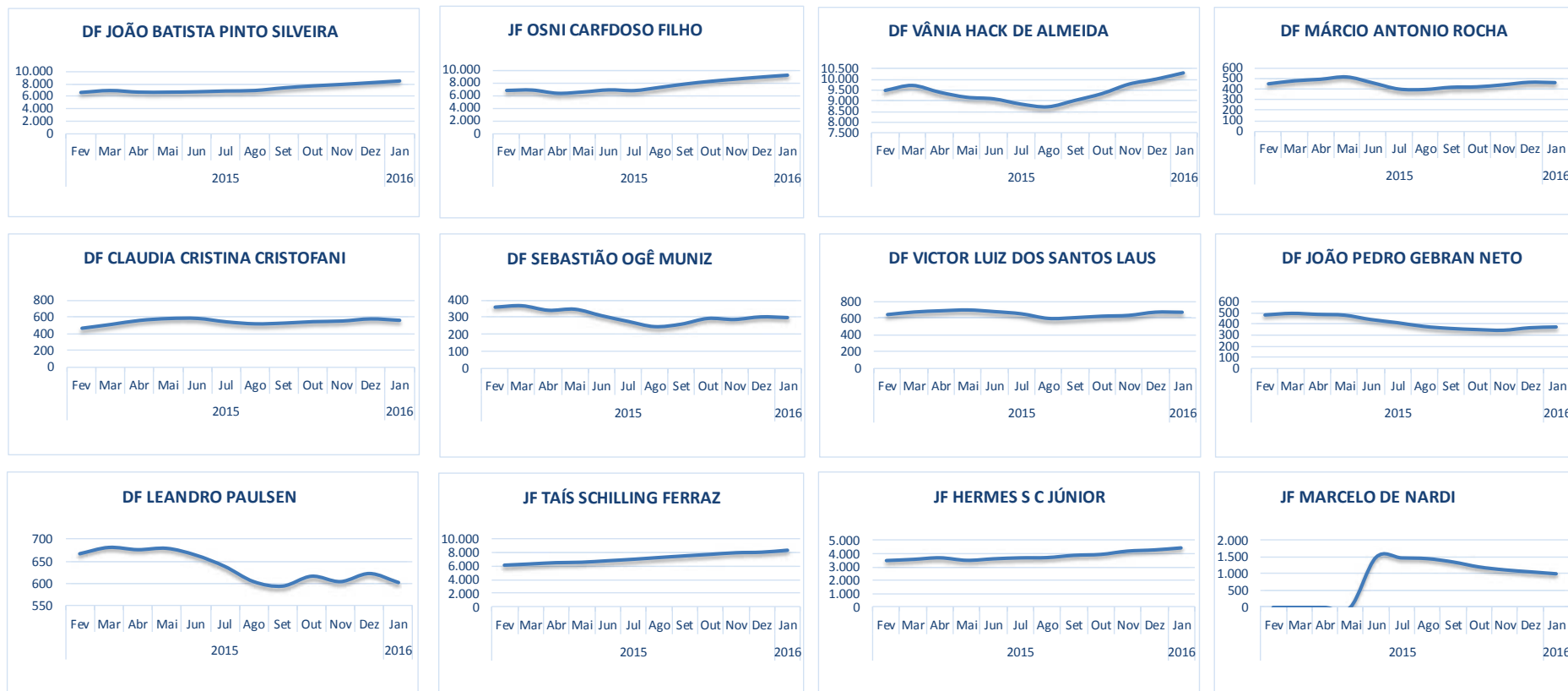
Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Dados consolidados pela Assessoria de Planejamento e Gestão, obtidos da intranet.



## Quantidade de processos judiciais em tramitação por gabinete - Período: fevereiro/2015 a janeiro/2016



## Quantidade de processos judiciais em tramitação por gabinete - Período: fevereiro/2015 a janeiro/2016

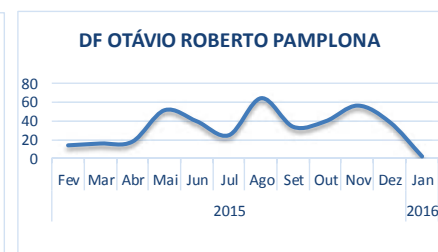
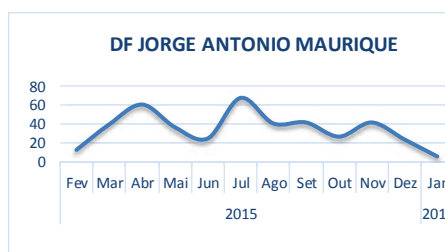
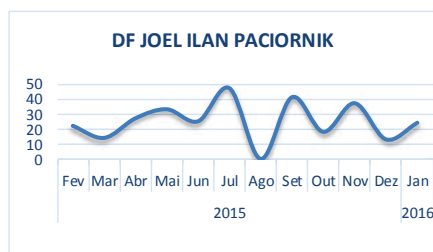
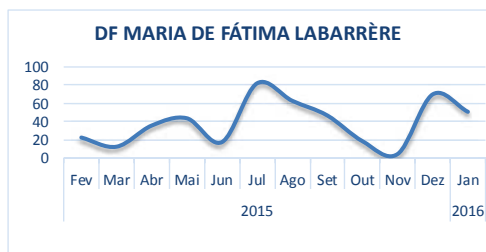




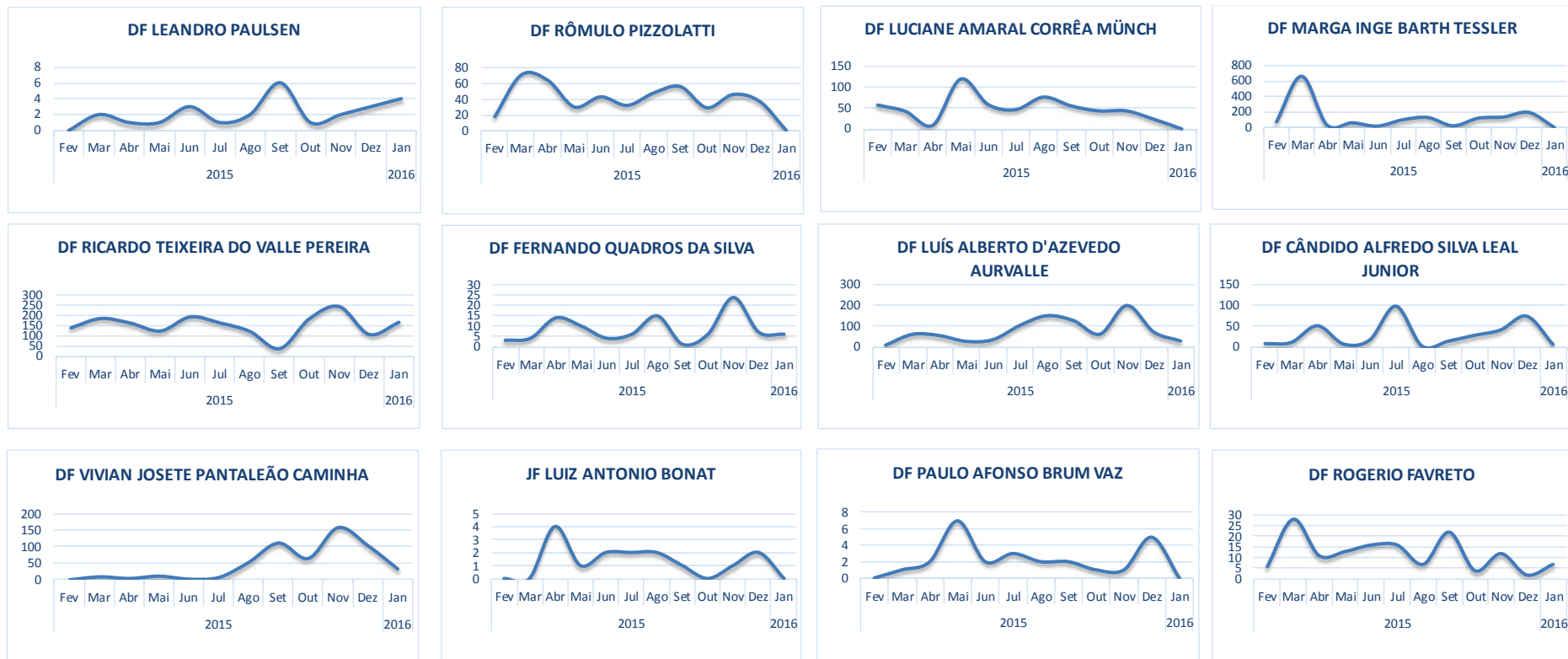
**Quantidade de Agravos legais julgados por Gabinete - Período: fevereiro/2015 a janeiro/2016**

Turma	Gabinete	2015												2016	Total	Média
		Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan			
1ª Turma	DF MARIA DE FÁTIMA LABARRÈRE	23	13	36	44	18	82	63	47	19	5	70	51	471	39	
	DF JOEL ILAN PACIORNIK	22	14	27	33	25	47	0	41	18	37	13	24	301	25	
	DF JORGE ANTONIO MAURIQUE	12	39	60	36	24	67	40	41	26	41	23	5	414	35	
2ª Turma	DF OTÁVIO ROBERTO PAMPLONA	14	16	18	52	40	25	65	34	40	57	39	2	402	34	
	DF RÔMULO PIZZOLATTI	18	71	64	30	43	32	48	56	29	46	37	0	474	40	
	DF LUCIANE AMARAL CORRÊA MÜNCH	57	42	9	119	58	46	76	55	43	43	23	0	571	48	
3ª Turma	DF MARGA INGE BARTH TESSLER	73	663	31	60	17	99	128	21	120	135	194	2	1.543	129	
	DF RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA	139	185	162	123	193	163	121	35	184	244	106	166	1.821	152	
	DF FERNANDO QUADROS DA SILVA	3	4	14	10	4	6	15	1	6	24	7	6	100	8	
4ª Turma	DF LUIS ALBERTO D'AZEVEDO AURVALLE	8	60	54	26	34	102	149	126	61	198	71	28	917	76	
	DF CÂNDIDO ALFREDO SILVA LEAL JUNIOR	9	12	52	8	18	99	3	15	29	42	75	7	369	31	
	DF VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA	0	9	4	11	2	7	53	112	65	159	104	33	559	47	
5ª Turma	JF LUIZ ANTONIO BONAT	0	0	4	1	2	2	2	1	0	1	2	0	15	1	
	DF PAULO AFONSO BRUM VAZ	0	1	2	7	2	3	2	2	1	1	5	0	26	2	
	DF ROGERIO FAVRETO	6	28	11	13	16	16	7	22	4	12	2	7	144	12	
6ª Turma	DF JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA	0	0	3	2	1	0	1	2	1	6	0	1	17	1	
	JF OSNI CARFOSO FILHO	1	1	1	4	0	0	1	1	0	0	3	3	15	1	
	DF VÂNIA HACK DE ALMEIDA	7	9	9	3	9	5	8	4	0	2	2	9	67	6	
7ª Turma	DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA	0	0	2	0	2	0	0	0	1	0	0	0	5	0	
	DF CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	1	4	0	
	DF SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1	0	4	0	
8ª Turma	DF VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS	1	1	2	0	0	4	3	4	3	2	8	0	28	2	
	DF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO	2	3	0	2	1	2	2	2	1	5	4	1	25	2	
	DF LEANDRO PAULSEN	0	2	1	1	3	1	2	6	1	2	3	4	26	2	
JFA	JF TAÍS SCHILLING FERRAZ	1	20	5	0	5	9	3	1	2	1	3	0	50	4	
	JF HERMES S C JÚNIOR	0	1	2	0	5	0	1	0	0	0	1	0	10	1	
	JF SALISE M SANCHOTENE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	JF MARCELO DE NARDI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2	0	
Total		397	1.194	573	585	523	817	794	629	655	1.064	799	350	8.380	698	

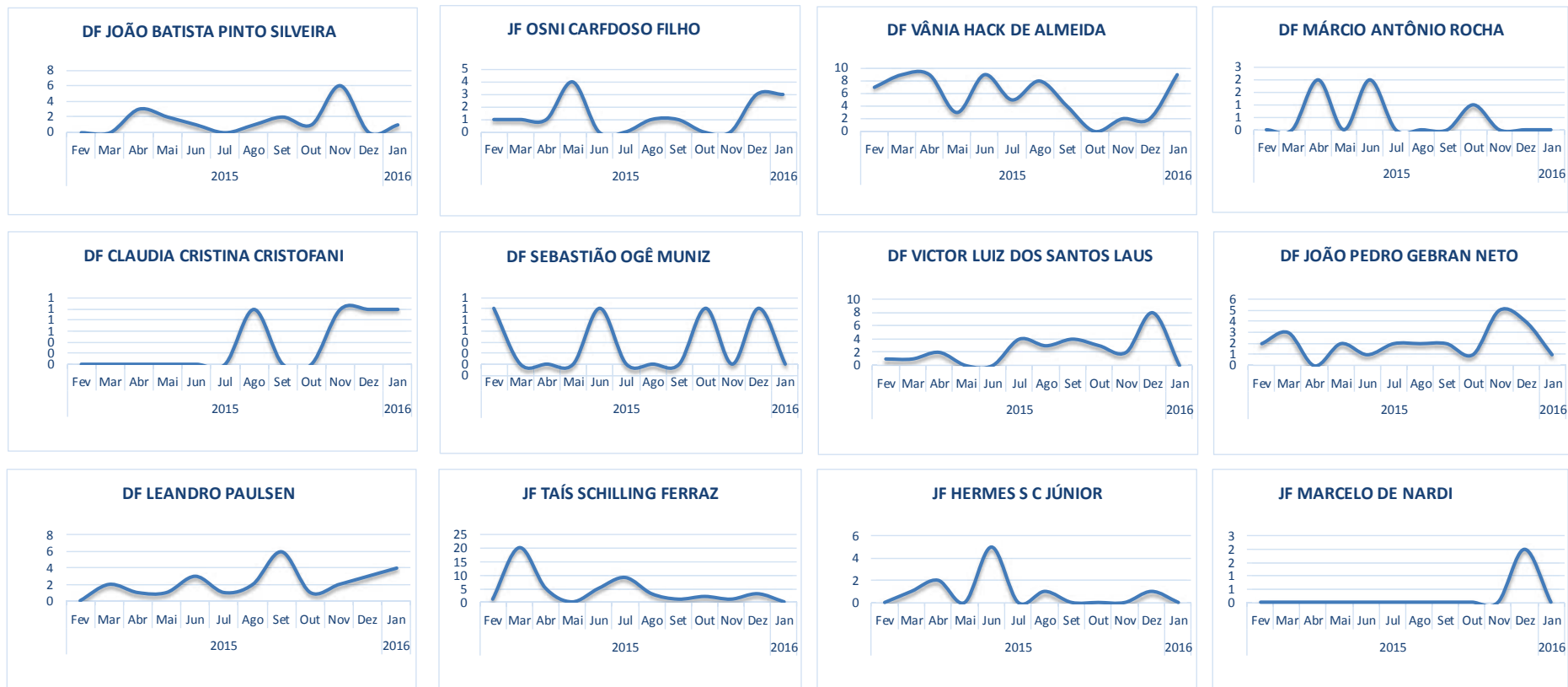
Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Dados consolidados pela Assessoria de Planejamento e Gestão, obtidos da intranet.



## Quantidade de Agravos legais julgados por Gabinete - Período: fevereiro/2015 a janeiro/2016

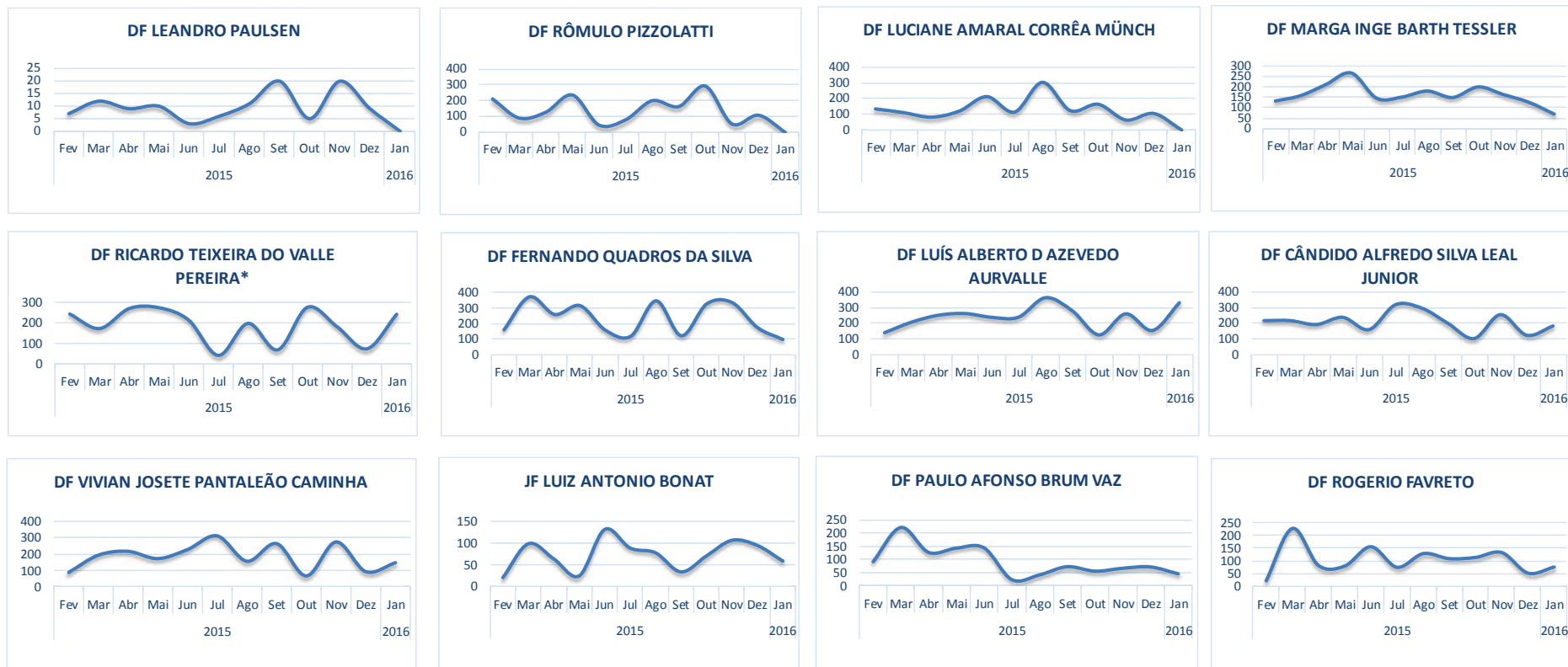


## Quantidade de Agravos legais julgados por Gabinete - Período: fevereiro/2015 a janeiro/2016

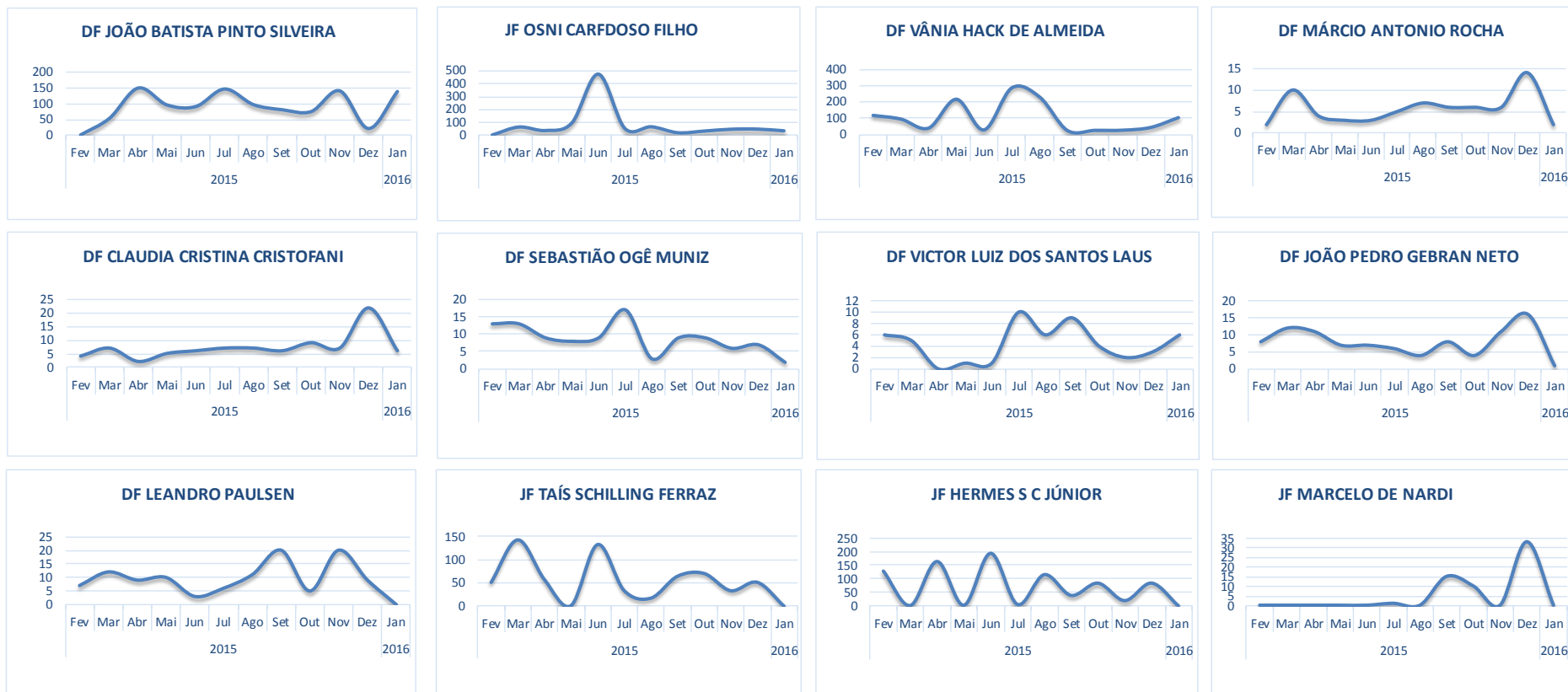




## Quantidade de embargos de declaração julgados por gabinete - Período: fevereiro/2015 a janeiro/2016



### Quantidade de embargos de declaração julgados por gabinete - Período: fevereiro/2015 a janeiro/2016





JUSTIÇA FEDERAL  
Conselho da Justiça Federal  
Corregedoria-Geral da Justiça Federal

